



Universidade Federal de Sergipe

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

ANSELMO GUIMARÃES

HISTÓRIA DOS LIVROS DIDÁTICOS DE ESPANHOL PUBLICADOS NO BRASIL
(1919-1961)

SÃO CRISTÓVÃO

2018



Universidade Federal de Sergipe

ANSELMO GUIMARÃES

**HISTÓRIA DOS LIVROS DIDÁTICOS DE ESPANHOL PUBLICADOS NO BRASIL
(1919-1961)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na área de concentração História, Política e Sociedade, da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Josefa Eliana Souza.
Co-orientadora: Profa. Dra. Luciana Maria Almeida de Freitas.

SÃO CRISTÓVÃO

2018

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Guimarães, Anselmo
G963h História dos livros didáticos de espanhol publicados no Brasil
(1919-1961) / Anselmo Guimarães ; orientadora Josefa Eliana
Souza. – São Cristóvão, SE, 2018.
228 f. : il.

Tese (doutorado em Educação) – Universidade Federal de
Sergipe, 2018.

1. Educação e Estado. 2. Material didático - Brasil. 3. Livros. 4.
Língua espanhola. 5. Linguagem e línguas. I. Souza, Josefa
Eliana, orient. II. Título.

CDU 37.02:811.134.2(81)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO



ANSELMO GUIMARÃES

"HISTÓRIA DOS LIVROS DIDÁTICOS DE ESPANHOL PUBLICADOS NO BRASIL
(1919-1961)"

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe e aprovada pela Banca Examinadora.

Aprovada em 04.07.2018

Josefa Eliana Souza

Prof.^a Dr.^a Josefa Eliana Souza (Orientadora)
Programa de Pós-Graduação em Educação/UFS

Dilton Candido Santos Maynard

Prof. Dr. Dilton Candido Santos Maynard
Programa de Pós-Graduação em Educação/UFS

Anamaria Gonçalves Bucno de Freitas

Prof.^a Dr.^a Anamaria Gonçalves Bucno de Freitas
Universidade Federal de Sergipe/UFS

Doris Cristina Vicente da Silva Matos

Prof.^a Dr.^a Doris Cristina Vicente da Silva Matos
Universidade Federal de Sergipe/UFS

Silvania Santana Costa

Prof. Dr. Silvania Santana Costa
Universidade Tiradentes/UNIT

Luciana Maria Almeida de Freitas

Prof.^a Dr.^a Luciana Maria Almeida de Freitas (Coorientadora)
Universidade Federal Fluminense/UFF

Elzimar Goettenauer de Marins Costa

Prof.^a Dr.^a Elzimar Goettenauer de Marins Costa
Universidade Federal de Minas Gerais/ UFMG

SÃO CRISTÓVÃO (SE)
2018

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Maria Viegas Guimarães e ao meu pai, José Pedro Guimarães (*in memoriam*) pelo suporte emocional em minha vida.

Aos meus filhos pelas alegrias vividas.

À minha esposa, Vivianne Maria Lopes Matias, pelo apoio, carinho e compreensão.

À profa. Josefa Eliana Souza, minha orientadora, pelo apoio, orientação, compreensão e amabilidade que sempre dispensou a mim.

À profa. Luciana Maria Almeida de Freitas, minha co-orientadora, pelas conversas e orientações que ajudaram a dar um norte no trabalho.

À profa. Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas, minha madrinha acadêmica, que acompanha minha trajetória desde o mestrado contribuindo com o meu crescimento como pesquisador.

Ao prof. Luiz Eduardo Meneses de Oliveira, meu orientador de mestrado, pelas contribuições no início da minha trajetória como pesquisador.

À UFS pelo afastamento laboral para me dedicar exclusivamente à pesquisa.

Aos colegas Lucas Santos Passos e Ana Paula Batista, pelo apoio e por se responsabilizarem pelas minhas tarefas durante meu afastamento laboral.

À profa. Maria Inez Oliveira Araújo, minha supervisora pedagógica durante o meu afastamento laboral pelos conselhos.

À profa. Eva Maria Siqueira Alves pelas conversas, orientações e apoio.

Aos professores Dilton Cândido Santos Maynard, Doris Cristina Vicente da Silva Matos, Silvania Santana Costa e Elzimar Goettenauer de Marins Costa, membros da banca examinadora, pelas contribuições na realização deste trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação (técnicos, terceirizados e professores) pelo acolhimento.

Aos colegas do doutorado pelas trocas de experiências.

Ao CNPq pela concessão de bolsa de Doutorado Sanduíche no País que permitiu a minha ida ao Rio de Janeiro para pesquisar nos arquivos de instituições como a Biblioteca Nacional e o Arquivo Nacional

Ao Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (NUDOM) pelo acolhimento e apoio durante a pesquisa nos documentos do Colégio Pedro II.

Ao Douglas e à Elisabeth (NUDOM) pelo atendimento sempre cordial e prestativo durante a pesquisa no Colégio Pedro II.

Ao amigo Andrés Tello pelo apoio.

Ao amigo-irmão Josival Lyrio pelas palavras de incentivo e apoio.

Não posso deixar de nesse momento registrar um não agradecimento ao Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa pelas tentativas, em 2014, de impedir o meu afastamento para a pesquisa do doutorado como previsto na Resolução 44/2014/CONSU que normatiza os procedimentos para a Licença para pós-graduação *stricto sensu*.

O livro de classe situa-se na articulação entre prescrições impostas, abstratas e gerais dos programas oficiais – quando existem – e o discurso singular e concreto, mas por natureza efêmero, de cada professor na sua classe.

(Alain Choppin).

RESUMO

Esta tese objetivou investigar a abrangência da legislação educacional nos livros didáticos de Espanhol, produzidos e publicados no Brasil no período de 1919 a 1961, com vistas a compreender se houve proximidades e distanciamentos ao prescrito. O recorte escolhido levou em consideração a Lei nº 3.674, de 7 de janeiro de 1919 (BRASIL, 1919), a qual possibilitou a institucionalização do ensino da língua espanhola e suas literaturas no Colégio Pedro II, resultando como consequência a publicação da obra “Grammatica da lingua espanhola para uso dos brasileiros” (1920), de autoria do professor catedrático de Espanhol do mesmo colégio, Antenor de Veras Nascentes (1886-1972). Essa gramática é uma obra fundante de um novo campo de atuação para docentes e autores de livros didáticos, visto que se trata da primeira obra do gênero produzida e publicada no Brasil. O período final refere-se à aprovação da Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB) brasileira, a partir da qual as disciplinas do Ensino de Grau Médio não mais estariam explícitas no texto legislativo, sendo escolhidas pelos sistemas de ensino federal e estaduais, bem como pelos estabelecimentos de ensino. Para tanto, foi realizada a análise de como as obras estão configuradas, levando em consideração as normas legais, os conteúdos e as instruções metodológicas expedidas pelas autoridades educacionais competentes. Nesse sentido, a tese é de que cada livro pôde, sutilmente, fugir das prescrições, utilizando-se de táticas, acrescentando conteúdo de acordo com os seus objetivos educacionais e mercadológicos. A metodologia utilizada foi a da pesquisa histórica. A fundamentação teórica utilizada foi estruturada com base nos estudos da história dos livros didáticos, em especial, nos trabalhos de Allain Choppin (1998, 2004, 2008, 2009), pressupostos teóricos da história das disciplinas escolares, de acordo com André Chervel (1990), e da história cultural, conforme os escritos de Roger Chartier (1990), Michel de Certeau (1998) e Burke (2005). Para desenvolver o presente trabalho, foram utilizadas diversas fontes documentais: a legislação educacional, textos de jornais, programas de ensino, livros didáticos de Espanhol, relatórios de governantes, entre outras. Os resultados encontrados indicam que os autores e as editoras usaram táticas para fugir às prescrições das autoridades educacionais.

Palavras-chave: Livro Didático de Espanhol. Professor-autor. Instrução Pública. Língua Espanhola.

RESUMEN

Esta tesis objetivó investigar el alcance de la legislación educativa en los libros didácticos de Español, producidos y publicados en Brasil en el período de 1919 a 1961, con miras a comprender si hubo cercanía y distanciamientos al prescrito. El recorte escogido tuvo en cuenta la Ley n° 3.674, de 7 de enero de 1919 (BRASIL, 1919), la cual posibilitó la institucionalización de la enseñanza de la lengua española y sus literaturas en el Colegio Pedro II, resultando en consecuencia la publicación de la obra “Grammatica da lingua espanhola para uso dos brasileiros” (1920), de autoría del profesor catedrático de Español del mismo colegio, Antenor de Veras Nascentes (1886-1972). Esa gramática es una obra fundante de un nuevo campo de actuación para docentes y autores de libros didácticos, ya que se trata de la primera obra del género producida y publicada en Brasil. El período final se refiere a la aprobación de la Ley 4.024, de 20 de diciembre de 1961, primera Ley de Directrices y Bases (LDB) brasileña, a partir de la cual las disciplinas de la Enseñanza de Grado Medio ya no estarían explícitas en el texto legislativo, elegidos por los sistemas de enseñanza federal y estatales, así como por los establecimientos de enseñanza. Para ello, se realizó el análisis de cómo las obras están configuradas, tomando en consideración las normas legales, los contenidos y las instrucciones metodológicas expedidas por las autoridades educativas competentes. En ese sentido, la tesis es que cada libro pudo, sutilmente, huir de las prescripciones, utilizándose de tácticas, añadiendo contenido de acuerdo con sus objetivos educativos y mercadológicos. La metodología utilizada fue la de la investigación histórica. La fundamentación teórica utilizada fue estructurada con base en los estudios de la historia de los libros didácticos, en especial, en los trabajos de Allain Choppin (1998, 2004, 2008, 2009), presupuestos teóricos de la historia de las disciplinas escolares, de acuerdo con André Chervel (1990) y de la historia cultural, según los escritos de Roger Chartier (1990), Michel de Certeau (1998) y Burke (2005). Para desarrollar el presente trabajo, se utilizaron diversas fuentes documentales: la legislación educativa, textos de periódicos, programas de enseñanza, libros didácticos de español, informes de gobernantes, entre otras. Los resultados encontrados indican que los autores y las editoriales utilizaron tácticas para huir a las prescripciones de las autoridades educativas.

Palabras clave: Libro Didáctico de Español. Profesor-autor. Instrucción Pública. Lengua Española.

ABSTRACT

This thesis aimed to investigate the comprehensiveness of educational legislation in Spanish textbooks, produced and published in Brazil from 1919 to 1961, in order to understand if there were proximity and distance from the prescribed. The chosen cut took into account Law No. 3.674, of January 7, 1919 (BRASIL, 1919), which made it possible to institutionalize the teaching of the Spanish language and its literatures in College Pedro II, resulting in the publication of “Grammatica da lingua espanhola para uso dos brasileiros” (1920), authored by the professor of Spanish of the same college, Antenor de Veras Nascentes (1886-1972). This grammar is a founding work of a new field of action for teachers and authors of textbooks, since it is the first work of the kind produced and published in Brazil. The final period refers to the approval of Law 4,024, dated December 20, 1961, the first Brazilian Law on Guidelines and Bases (LGB), from which the disciplines of Higher Education would no longer be explicit in the legislative text, being chosen by federal and state education systems, as well as by educational institutions. For that, it was performed the analysis of how the works are configured, taking into account the legal norms, the contents and the methodological instructions issued by the competent educational authorities. In this sense, the thesis is that each book could subtly evade prescriptions, using tactics, adding content according to its educational and marketing objectives. The methodology used was that of historical research. The theoretical basis used was based on studies of the history of didactic books, especially in the works of Allain Choppin (1998, 2004, 2008, 2009), theoretical assumptions in the history of school subjects, according to André Chervel (1990), and of cultural history, as written by Roger Chartier (1990), Michel de Certeau (1998) and Burke (2005). To develop the present work, several documentary sources were used: educational legislation, newspaper texts, teaching programs, Spanish didactic books, government reports, among others. The results indicate that authors and publishers have used tactics to evade the prescriptions of educational authorities.

Keywords: Didactic Book of Spanish. Teacher-author. Public Instruction. Spanish language.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 1 - Colégio Pedro II e a Igreja de São Joaquim | 27 |
| Figura 2 - Aclamação de D. Pedro II..... | 29 |
| Figura 3 - Internato do Colégio Pedro II, no início do século XX | 31 |
| Figura 4 - Externato do Colégio Pedro II em 1927 | 32 |
| Figura 5 - Colégio Pedro II, Campus Centro em 2016..... | 33 |
| Figura 6 - Capa da Grammatica da lingua espanhola para uso dos brasileiros (1920)..... | 60 |
| Figura 7 - Capa da Gramática da lingua espanhola para uso dos brasileiros (1928)..... | 63 |
| Figura 8 - Lyceu Rio Branco | 70 |
| Figura 9 - Concurso para catedrático de espanhol do Colégio Pedro II..... | 73 |
| Figura 10 - Folha de Rosto da tese de concurso de Nascentes | 77 |
| Figura 11 - Capa do livro D. Quixote das crianças (1936)..... | 86 |
| Figura 12 - Capa da Gramática da lingua espanhol para uso dos brasileiros (1934) | 89 |
| Figura 13 - Capa da Gramática da lingua espanhola para uso dos brasileiros (193?)..... | 90 |
| Figura 14 - Parte prática da gramática de Nascentes (193?) | 93 |
| Figura 15 - Parte prática da gramática de Nascentes (193?) | 94 |
| Figura 16 – Lista divulgada pela Comissão Nacional do Livro Didático no Diário Oficial da União em 06 de novembro de 1947..... | 115 |
| Figura 17 - Folha de rosto do Manual de español de Idel Becker (1958) | 125 |
| Figura 18 – Capa da Grammatica da Lingua Espanhola para uso dos brasileiros (1920)..... | 162 |
| Figura 19 – Capa da <i>Antologia Espahola e Hispano-americana</i> ([1943])..... | 164 |
| Figura 20 – Capa do Compêndio de Literatura Espanhola e Hispano-americana (1943). | 166 |
| Figura 21 – Capa da Gramática Española (1943)..... | 168 |
| Figura 22 – Capa de Florilegio Castellano (1943). | 170 |
| Figura 23 – Capa de Lengua Española (1943). | 172 |
| Figura 24 – Capa de Lecciones de español (1944)..... | 174 |
| Figura 25 – Capa de El Castellano Contemporáneo (1944). | 176 |
| Figura 26 – Capa da Gramática Castellana (1944)..... | 178 |
| Figura 27 – Capa da Gramática Castellana (1944)..... | 180 |
| Figura 28 – Capa de La Lengua Española (1944). | 182 |
| Figura 29 – Capa de El Español del Colegio (1944). | 184 |
| Figura 30 – Capa de Verbos Castellanos (1945). | 186 |
| Figura 31 – Capa do Manual de Espanhol (1945)..... | 188 |

| | |
|--|-----|
| Figura 32 – Folha de rosto de Español Básico (1946)..... | 190 |
| Figura 33 – Capa da Antología Española (1947). | 192 |
| Figura 34 – Capa de Letras Castellanas vol. 1 (1948)..... | 194 |
| Figura 35 – Capa de Roteiro do Curso de Espanhol para Principiantes (1949). | 196 |
| Figura 36 – Capa de Español: gramática y antología (1949). | 198 |
| Figura 37 - Capa de Literatura hispano-americana (1949)..... | 200 |
| Figura 38 – Capa de Lengua Castellana o Española (1951)..... | 202 |
| Figura 39 - Capa de O Espanhol Fácil ([1951]) | 204 |
| Figura 40 – Capa de Español Colegial: lecturas (1953). | 206 |
| Figura 41 - Capa de Manual de Espanhol Art. 91 ([1960])..... | 208 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----|
| Quadro 1 – Trabalhos finalizados no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe sobre livros didáticos entre 2000 e 2017. | 22 |
| Quadro 2 – Distribuição das horas semanais das disciplinas cursadas por Nascentes. | 67 |
| Quadro 3 – Primeiras edições publicadas na década de 1940. | 96 |
| Quadro 4 – Reedições e/ou reimpressões da década de 1940. | 100 |
| Quadro 5 – Livros didáticos de espanhol aprovados em 1945 e divulgados pela CNLD em 1947. | 116 |
| Quadro 6 – Edição de novos títulos na década de 1950. | 123 |
| Quadro 7 – Reimpressões ou reedições da década de 1950. | 123 |
| Quadro 8 – Comparativo do ensino de línguas entre a legislação vigente e o Projeto 4.606/58. | 130 |
| Quadro 9 – Comparativo de edições entre as décadas de 1940 e 1950. | 135 |
| Quadro 10 – Comparativo entre as obras de Becker, Lagomarsino e Barros. | 136 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|--------|--|
| CEE | Conselho Estadual de Educação |
| CFE | Conselho Federal de Educação |
| CNLD | Comissão Nacional do Livro Didático |
| DOU | Diário Oficial da União |
| FEUSP | Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo |
| INL | Instituto Nacional do Livro |
| LD | Livro Didático |
| LDB | Lei de Diretrizes e Bases |
| LDE | Livro Didático de Espanhol |
| LE | Língua Estrangeira |
| LIVRES | Livros Escolares Brasileiros |
| MEC | Ministério da Educação e Cultura |
| MES | Ministério da Educação e Saúde |
| NUDOM | Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II |
| PNLD | Programa Nacional do Livro Didático |
| UFS | Universidade Federal de Sergipe |
| USAID | Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional |
| USP | Universidade de São Paulo |

SUMÁRIO

| | | |
|--------------|---|------------|
| 1 | PREÂMBULO | 15 |
| 1.1 | LEGISLAÇÃO NACIONAL E O COLÉGIO PEDRO II | 27 |
| 1.2 | LIVRO DIDÁTICO DE ESPANHOL | 36 |
| 1.3 | PRINCIPAIS CATEGORIAS | 41 |
| 1.4 | METODOLOGIA | 45 |
| 2 | DÉCADA DE 1920: INÍCIO DA PRODUÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS DE ESPANHOL | 50 |
| 2.1 | LEGISLAÇÃO E PROGRAMAS OFICIAIS | 50 |
| 2.2 | MÉTODOS PRESCRITOS | 54 |
| 2.3 | AVALIAÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS | 55 |
| 2.4 | PRODUÇÕES DA DÉCADA | 55 |
| 2.4.1 | Americanismo ou “sentimentos pan-americanos” | 56 |
| 2.4.2 | Primeira gramática da língua espanhola publicada no Brasil | 60 |
| 2.4.3 | Reedição da obra de Nascentes | 63 |
| 2.5 | ANTENOR NASCENTES | 64 |
| 2.5.1 | Formação secundária | 64 |
| 2.5.2 | Formação superior e atuação profissional | 69 |
| 2.5.3 | Concurso para catedrático de Espanhol | 71 |
| 3 | DÉCADA DE 1930: REEDIÇÃO DA GRAMÁTICA DE NASCENTES | 80 |
| 3.1 | LEGISLAÇÃO E PROGRAMAS OFICIAIS | 81 |
| 3.2 | MÉTODOS PRESCRITOS | 87 |
| 3.3 | AVALIAÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS | 87 |
| 3.4 | PRODUÇÕES DA DÉCADA | 88 |
| 4 | DÉCADA DE 1940: CONSISTENTE PRODUÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS DE ESPANHOL | 96 |
| 4.1 | LEGISLAÇÃO E PROGRAMAS OFICIAIS | 100 |
| 4.2 | MÉTODOS PRESCRITOS | 103 |
| 4.3 | AVALIAÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS | 106 |
| 4.4 | PRODUÇÕES DA DÉCADA | 117 |
| 4.4.1 | Antologias e literaturas espanhola e hispano-americanas | 118 |
| 4.4.2 | Gramáticas e manuais de língua espanhola | 119 |
| 4.5 | IDEL BECKER | 121 |

| | | |
|--------------|---|------------|
| 5 | DÉCADA DE 1950: HEGEMONIA DO MANUAL DE IDEL BECKER | 123 |
| 5.1 | LEGISLAÇÃO e programas oficiais | 126 |
| 5.2 | MÉTODOS PRESCRITOS | 133 |
| 5.3 | AVALIAÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS | 133 |
| 5.4 | PRODUÇÕES DA DÉCADA | 135 |
| 5.4.1 | Antologias e história das literaturas espanhola e hispano-americanas | 135 |
| 5.4.2 | Gramáticas e manuais de Espanhol | 136 |
| 5.5 | LEÔNIDAS SOBRINO PÔRTO | 137 |
| 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 139 |
| | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 143 |
| | BÁSICA | 143 |
| | FONTES | 150 |
| | Livros didáticos | 150 |
| | Legislação | 155 |
| | Revistas e Jornais | 160 |
| | APÊNDICE A – CATÁLOGO DA EDIÇÃO MAIS ANTIGA DOS LIVROS DIDÁTICOS DE ESPANHOL PESQUISADOS. | 162 |
| | APÊNDICE B – PRINCIPAIS EDITORAS BRASILEIRAS DE LIVROS DIDÁTICOS DE ESPANHOL PUBLICADOS ENTRE 1919 A 1961. | 210 |
| | ANEXO A – NOTA VERBAL DA LEGAÇÃO DO URUGUAI AO GOVERNO BRASILEIRO | 213 |
| | ANEXO B – DOSSIÊ DO PROJETO DE LEI 4.606 DE 1958 | 215 |

1 PREÂMBULO

A historiografia da educação brasileira ainda não tem se aprofundado nas pesquisas históricas sobre os livros didáticos de Espanhol (LDE), o que dificulta os estudos acerca da produção e sistematização do conhecimento e das práticas educativas, finalidades escolares e abrangência da legislação educacional e dos diversos sujeitos na produção do texto disponibilizado para a comunidade escolar.

Em Guimarães (2016), foi possível compreender a institucionalização¹ do ensino do Espanhol no país, suas configurações políticas, pedagógicas e culturais, com um vasto material usado como fonte, inclusive LDE que circularam no Brasil de 1870 a 1961. Esses livros didáticos (LD) permitiram inferir que os professores-autores foram influenciados pelos programas de ensino do Colégio Pedro II e demais legislação educacional. Algumas questões não foram respondidas por tratar-se de uma pesquisa fruto de dissertação de Mestrado, ou seja, obtiveram apenas dois anos para seu desenvolvimento e, sobretudo, por não serem centrais. Pode-se questionar: “Como os autores interpretaram as prescrições legais para a elaboração de sua obra? Em que medida ou até que ponto os LDE atenderam a essas prescrições em relação aos conteúdos e saberes a serem ensinados? Em que medida os LDE atenderam às instruções metodológicas?”.

Nesta tese, buscou-se responder a esses questionamentos, investigando a abrangência da legislação educacional em relação ao LDE no Brasil, no período de 1919 a 1961, com vistas a compreender se houve uma ruptura ao prescrito, investigando como os professores-autores desenvolveram suas obras, levando em consideração as normas legais, nas quais estão prescritos os conteúdos e as instruções metodológicas expedidas pelas autoridades educacionais competentes.

O que se está denominando de Norma Legal é todo documento jurídico emanado do Estado para regular, coercitivamente, as relações entre pessoas ou instituições que se conformam, em parte, com o conceito de Norma Jurídica de Herkenhoff, quando afirma que “Normas Jurídicas são normas que regulam, coercitivamente, as relações das pessoas, em interferência umas com as outras, sob a chancela do Estado. As normas jurídicas criam uma inter-relação de direitos e deveres entre dois ou mais sujeitos” (HERKENHOFF, 2000, p. 15). Em parte, porque, de acordo com o mesmo autor, as normas jurídicas são formadas de leis,

¹ Entende-se aqui como institucionalização o ato prescritivo ou autorizativo dos poderes constituídos (municipal, estadual ou federal), explícita ou implicitamente, para a inserção de disciplina no currículo de uma instituição ou conjunto de instituições ou ainda em sistema de ensino, seja ela de carácter obrigatório ou facultativo. O uso desse termo com essas características se faz presente em trabalhos como: Oliveira (1999, 2006, 2010); Cardoso (2011); Pacheco (2011); Teles (2012); Guimarães (2016).

mas também pelo costume. Para o nosso estudo, a Norma Legal é formada fundamentalmente pela legislação, que é uma das fontes formais do Direito e constitui-se na parte escrita da Norma Jurídica. Essa legislação está composta de:

- a) a Constituição Federal, as constituições estaduais e as leis orgânicas municipais;
- b) as leis complementares à Constituição, quer em nível federal, quer em nível estadual;
- c) as normas ordinárias, que são aquelas baixadas pelo Poder Legislativo em sua atividade comum e típica, compreendendo as normas ordinárias federais, estaduais e municipais;
- d) as normas regulamentares, baixadas pelo Poder Executivo, em desenvolvimento ou explicitação das normas ordinárias, compreendendo também as normas regulamentares federais, estaduais e municipais (HERKENHOFF, 2000, p. 32).

Sabemos que o uso da legislação é problemático, uma vez que, nem sempre, a letra da lei se constitui em prática adotada na sociedade. No entanto, em uma pesquisa histórica como essa, em que o lapso temporal impede a observação das práticas *in locu*, utilizamos a legislação como base, cotejando com outros documentos, como capa e apresentação de livros, notícias de jornais, entre outros, para responder aos nossos questionamentos.

Além de Herkenhoff, valemo-nos de outros teóricos para dialogar com o nosso texto. Segundo Choppin (2004), o LD exerce quatro funções essenciais, variando segundo o ambiente sociocultural, a época, as disciplinas, os níveis de ensino, os métodos e as formas de utilização, a saber: função referencial (relacionada aos conteúdos educativos), função instrumental (base para exercícios com o objetivo de facilitar a memorização), função ideológica e cultural (o LD como agente de transmissão de cultura e dos valores das classes dominantes) e função documental (fornecimento de documentos textuais ou icônicos que favoreceriam o espírito crítico do aluno).

Ainda segundo Choppin (2004) as pesquisas sobre o livro didático têm diversas abordagens. No entanto, pode-se, segundo o autor, distinguir duas grandes categorias: aquelas que estudam os conteúdos dos livros didáticos, constituindo-se assim em uma história de um tema, de uma noção, de um personagem, de uma disciplina ou de temas de literatura escolar. Por outro lado há aquelas que estudo o livro didático como objeto físico voltando seu olhar para o produto fabricado, comercializado, distribuído ou avaliado em determinado contexto. Essa segunda categoria a atenção do pesquisador se volta para os livros didáticos no contexto em que foram concebidos, produzidos, distribuídos, utilizados e recebidos independente dos conteúdos neles contidos.

Choppin (2004) ainda ressalta que essa categorização é muito mais uma forma didática de apresentação geral das pesquisas e que em geral a pesquisa abrangem, em proporções variáveis, as duas categorias. Esse é o caso dessa pesquisa de doutorado que, em certa medida, abrange de forma mais simplificada os conteúdos e com mais profundidade o livro como um objeto físico, informando suas características físicas como tamanho e tipo de capa, a autoria, sua distribuição pelas cidades onde foram publicados de acordo com a localidade das editoras, autorização de utilização em estabelecimentos de ensino, entre outros aspectos.

Esses livros didáticos também participam da constituição de disciplina escolar. Para Chervel (1990, p. 187), o estudo da história das disciplinas escolares possibilita a identificação, a classificação e a organização das finalidades do ensino dentro das sociedades. O investigador francês ressalta que, para descobri-las, o pesquisador terá que buscar, além dos textos oficiais, documentos outros que possam levá-lo a encontrar respostas para a pergunta “por que a escola ensina o que ensina?”. Esse material sobre a escola, produzido em cada época, pode ser encontrado em forma de relatórios de inspeção, projetos de reformas, artigos, manuais, prefácios, debates parlamentares, entre outros.

Os manuais ou livros didáticos, que fazem parte da documentação escolar produzida para o ensino do espanhol, foram, em parte, identificados em Guimarães (2016), e agora necessitam de análise mais detalhada para darem sua contribuição para a história dos livros didáticos.

Esses LDE foram publicados para atender à disciplina de Espanhol (língua e literaturas) com conteúdos necessários, segundo pensamento da época, a fim de disciplinar o espírito do jovem brasileiro a um princípio cultural universal da literatura espanhola e do ideal do Pan-americanismo ao apresentar os grandes escritores hispano-americanos e suas principais obras.

A criação da cadeira de Espanhol no Colégio Pedro II, a aprovação do programa de ensino pela Congregação desse estabelecimento e a nomeação do catedrático de Espanhol para essa cadeira, em 1919, garantiram as condições necessárias para que, em 1920, houvesse o início da produção no Brasil de LD específicos para as classes de Espanhol. Entretanto, como a cadeira se extinguiu em poucos anos (1926), a gramática de Nascentes se tornou uma fonte significativa e única para se entender esse início.

A intenção do governo com a criação da cadeira de espanhol no Colégio Pedro II era a institucionalização do ensino desse idioma no ensino secundário brasileiro, nos estabelecimentos equiparados e em vias de equiparação, visto que esses estabelecimentos eram fiscalizados e tinham a obrigação de seguir os programas de ensino do colégio federal,

bem como, adotar os mesmos LD. Dessa forma, esses estabelecimentos criariam cadeira semelhante e abririam concurso para catedrático, ou seja, uma finalidade de objetivo (CHERVEL, 1990). Isto é, a legislação tinha um objetivo que não se transformou em realidade no ensino brasileiro. A escola não absorveu essa demanda do governo. Chervel (1990, p. 190) explica que

[...] a definição das finalidades reais da escola passa pela resposta à questão ‘por que a escola ensina o que ensina?’, e não pela questão à qual muito frequentemente nos apegamos: ‘que é que a escola deveria ensinar para satisfazer os poderes públicos?’ (CHERVEL, 1990, p. 190).

O governo iniciou procedimentos para a criação da cadeira de Espanhol no Colégio Pedro II a partir de solicitação do governo uruguaio em 1917 (Anexo A). Tendo sido criada uma cadeira facultativa de Português no ensino secundário uruguaio, o seu presidente, por meio da diplomacia, solicitou ao governo brasileiro que fizesse isso em relação à língua espanhola. Com o aval do presidente do Brasil, Wenceslau Brás Pereira Gomes, o Ministério da Justiça e Negócios Interiores solicitou à Congregação do Colégio Pedro II um projeto para a implantação de uma cadeira de língua espanhola e literaturas espanholas e hispano-americanas. Segundo o Ministério das Relações Exteriores, que intermediava esse diálogo, a criação dessa cadeira

[...] além de ser uma homenagem que o Brasil prestaria assim àquela república irmã e às demais Nações que, neste continente, fallam esse idioma, teria a vantagem de facilitar e desenvolver o intercambio intellectual entre o nosso paiz e os povos hispano-americanos (BRASIL, 1920²).

Esse intercâmbio não se daria se somente o Colégio Pedro II implantasse a cadeira de Espanhol. A ideia era que os outros estabelecimentos a ele equiparados também o fizessem. A questão era que, como bem pontua Haidar (2008), as matérias que tiveram vida longa no ensino secundário do Império, situação que perdurou também na República, eram as que davam acesso aos cursos superiores. Segundo a autora:

A função atribuída aos estudos secundários, encarados no Império, quase que exclusivamente, como canais de acesso aos cursos superiores, os reduziu, de fato, aos preparatórios exigidos para a matrícula nas Faculdades. Consubstanciando os requisitos mínimos necessários ao ingresso nos estudos maiores, os conhecimentos requeridos nos exames preparatórios constituíram o padrão ao qual procuraram ajustar-se os estabelecimentos provinciais e particulares de ensino secundário (HAIDAR, 2008, p. 44).

Os reflexos desse sistema se fizeram sentir no início da República. Da mesma forma que nas Províncias, no século XIX, foram suprimidas cadeiras criadas de física, química e

² Ao se fazer citação direta dos documentos, procurou-se manter a escrita da época.

história natural por falta de frequência. Uma vez que não faziam parte das matérias exigidas para ingresso nos cursos superiores (HAIDAR, 2008), a cadeira de espanhol, facultativa, com baixa matrícula por falta de interesse dos estudantes, foi suprimida após seis anos de permanência no programa de ensino do Colégio Pedro II.

Essa institucionalização no ensino secundário não resultou em implantação efetiva na rede de ensino. Vários colégios no país abriram concursos para catedrático de Espanhol nos anos de 1920 e 1921, mas sem candidatos, essas cadeiras não se efetivaram (GUIMARÃES, 2016). O ingresso da disciplina Espanhol no ensino secundário brasileiro como disciplina obrigatória, por meio de uma política linguístico-educativa do governo, se deu efetivamente com a reforma de Capanema, em 1942.

Em 1942, registrou-se na Lei 4.244, em seu artigo 1º, que a finalidade do ensino secundário era: 1) Formar, em prosseguimento da obra educativa do ensino primário, a personalidade integral dos adolescentes; 2) Acentuar a elevar, na formação espiritual dos adolescentes, a consciência patriótica e a consciência humanística; 3) Dar preparação intelectual geral que possa servir de base a estudos mais elevados de formação especial (BRASIL, 1942).

Na exposição de motivos da reforma do ensino secundário, o ministro da Educação, Gustavo Capanema, apresentou ao presidente Getúlio Vargas a seguinte justificativa para a entrada do ensino do Espanhol nos currículos secundários:

A reforma introduz o espanhol no grupo das línguas vivas estrangeiras de nossos estudos secundários. Além de ser uma língua de antiga e vigorosa cultura e de grande riqueza bibliográfica para todas as modalidades de estudos modernos, é o espanhol a língua nacional do maior número dos países americanos. Adotá-lo no nosso ensino secundário, estudá-lo, não pela rama e autodidaticamente, mas de modo metódico e seguro, é um passo a mais que damos para a nossa maior e mais íntima vinculação espiritual com as nações irmãs do continente (CAPANEMA *apud* EXPONDO..., 1942, p. 3 e 9).

Com essa entrada do Espanhol no ensino secundário, observamos uma significativa produção de LDE nas décadas de 1940 e 1950, permitindo concluir que, até, pelo menos, 1960, a legislação educacional teve papel fundamental na produção do LDE no Brasil.

Essa relação entre legislação e produção pode ser entendida como interferências de sujeitos educacionais. Bittencourt (2004, p. 491) ressalta que “[...] a história do livro didático mostra as mudanças quanto ao grau de interferência entre os diversos sujeitos assim como as mudanças políticas educacionais em relação a esse significativo objeto cultural, símbolo da escola moderna”. Essas interferências e mudanças políticas educacionais em relação ao ensino

de espanhol ainda não estão bem estudadas, e pouca atenção se tem dado à história do livro didático de Espanhol no Brasil, exceto Freitas (2011, 2012, 2013).

Frente a uma perspectiva intrinsecamente histórica, importa destacar que, em conformidade com as acepções de Veiga (2007), o período de transcurso entre as décadas de 20 e 60 é intimamente marcado por várias agitações políticas, entre as quais, é possível destacar a Revolução de 1930, culminando com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, o recrudescimento (surgimento com maior intensidade) do movimento operário, a ascensão do movimento tenentista³, a fundação do Partido Comunista (1922), a Coluna Prestes⁴ (1924-1924), o início do processo tardio de industrialização da sociedade brasileira, a crescente expansão urbana, o movimento modernista – com destaque para a Semana de Arte Moderna de 1922⁵ – e, por fim, o período da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), que teve início em meados da década de 1960.

Em meio ao Governo de Getúlio Vargas, foram criadas normas para controle da produção, importação e utilização do livro didático por meio da publicação do Decreto-Lei n. 1006, de 30 de dezembro de 1938. Porém, as prescrições não eram de fácil aplicação, por conseguinte, estas foram profusamente prorrogadas. Além disso, também prorrogaram-se as proibições de uso do livro didático sem que houvesse autorização efetiva prévia da CNLD (Comissão Nacional do Livro Didático), criada pelo Decreto-Lei n. 1006, mas tais pressupostos rígidos sobre a produção de livros didáticos não surtiram os efeitos desejados até o final do Governo Vargas.

De forma complementar, compreende-se que, dois meses após a saída de Vargas, o então Ministro da Educação, Raul Leitão da Cunha, assinava o Decreto-Lei nº 8.460, de 26 de dezembro de 1945, durante o governo de José Linhares, com novas diretrizes para as condições de produção, importação e utilização do livro didático que também enfrentou dificuldades na aplicação de suas prescrições.

³ O movimento Tenentista foi a conjugação dos problemas internos e externos dos militares e, em especial, tiveram papel privilegiado no início do movimento as questões relativas à institucionalização do Exército durante essa época. O crescimento da influência das Forças Armadas durante a República permitiu uma substancial mudança de comportamento da sociedade em relação ao exército. (CARVALHO, 2005).

⁴ “Movimento revolucionário também chamado Coluna Miguel Costa-Prestes, que, sob a liderança dos ‘tenentes’ Miguel Costa e Luís Carlos Prestes, empreendeu longa marcha por vários estados do país entre abril de 1925 e fevereiro de 1927” (FGV, 2017).

⁵ “O grande movimento de modernização da cultura brasileira, promovido inicialmente por intelectuais e artistas na cidade de São Paulo, tem como um de seus marcos iniciais a exposição de pintura de Anita Malfatti em 1917; como marco de ruptura, a Semana de Arte Moderna de 1922 e, como marco terminal possível, o ano de 1945, quando o panorama cultural começa a ganhar nova configuração” (NASCIMENTO, 2015, p. 378).

Todo esse contexto pelo qual o Brasil passou no transcurso das décadas de 1920 a 1960 gerou impacto intimamente direto frente ao âmbito educacional, e, assim, cabe destacar as ocorrências dos seguintes fatos em meio à educação nacional:

É dessa época (1924) a criação, no Rio de Janeiro, da Associação Brasileira de Educação (ABE), por um grupo de educadores inspirados nas idéias pedagógicas escolanovistas que circulavam nos Estados Unidos e na Europa. É nesse contexto sócio-histórico que as reformas educacionais vão sendo conduzidas, em São Paulo (1920), por Sampaio Dória; no Ceará (1922-23), por Lourenço Filho; em Pernambuco (1922-26), por Carneiro Leão; em Minas gerais (1927-28), por Francisco Campos e Mário Casasanta; no Rio de Janeiro, então Distrito Federal (1928), por Fernando de Azevedo; e na Bahia (1928), por Anísio Teixeira (VEIGA, 2007, p. 254).

Esses impactos se relacionam, em certa medida, com a elaboração de livros didáticos, uma vez que tal como dito por Coracini (2011, p. 42), “o LD perpassa a criação da história e do momento sociopolítico em que vivemos”. Isso não seria diferente em meio a produção editorial compreendida entre os anos de 1920 a 1960 e, complementarmente, por causa disso, compreende-se que todos os tipos de LD – e, especialmente, os LDE, que estarão correlacionados especialmente com interesses econômicos de determinada época – carregam uma série intrincada de valores e atitudes que encontram altamente disseminadas na sociedade, e não raro, é notável que a utilização de determinados LD reforça ou até mesmo modifica, profundamente, opiniões e padrões de comportamento, sendo, na maioria das vezes, produzidos com esta finalidade essencial.

Por conseguinte, essa perspectiva vai ao encontro dos direcionamentos de Freitag *et al.* (1989), afirmando que, durante muitos anos, o LD no Brasil desempenhou, de forma essencial, a funcionalidade de proporcionar, em diversas instâncias e perspectivas, maior controle político-ideológico do que propriamente uma função didática em meio aos processos de ensino-aprendizagem.

Conforme a pesquisa de Freitag *et al.*, outros pesquisadores apresentam olhares diferentes sobre, especificamente, o LDE, resultando em contribuições importantes a partir de áreas como a Linguística Aplicada, Letras e Estudos da Linguagem como Barros (2013), Rocha (2009), Tello (2012) e Vilhena (2008). O Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal de Sergipe tem contribuído com teses e dissertações sobre LD, entretanto não encontramos sobre o LDE. A seguir, apresenta-se quadro dos trabalhos finalizados no PPGED sobre LD, desde 2000 até março de 2017:

Quadro 1 – Trabalhos finalizados no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe sobre livros didáticos entre 2000 e 2017.

| T/D* | TÍTULO | AUTOR | ANO DEFESA | ORIENTADOR |
|------|---|--------------------------------|------------|----------------------------------|
| D | O Estado Novo nas coleções do PNLD 2015: um estudo sobre livros didáticos de história | Mônica Porto Apenburg Trindade | 2017 | Dilton Candido Santos Maynard |
| D | O passado em cliques: internet e livros didáticos de história do PNLD 2015 | Luyse Moraes Moura | 2017 | Dilton Candido Santos Maynard |
| T | O manual do professor do livro didático de história no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD/2014): a configuração de um modelo | Ana Maria Garcia Moura | 2017 | Itamar Freitas de Oliveira |
| T | Entre a tradição e a inovação: professores e compêndios de inglês do século XIX | Elaine Maria Santos | 2017 | Luiz Eduardo Meneses de Oliveira |
| D | O lugar da História nos manuais brasileiros destinados à formação de professores de Estudos Sociais (1960-1980) | Max Willes de Almeida Azevedo | 2014 | Itamar Freitas de Oliveira |
| D | “Para instruir o espírito e melhorar o coração”: compêndios escolares de Filosofia Racional e Moral em Sergipe no século XIX | Marcus Everson Santos | 2013 | Jorge Carvalho do Nascimento |
| D | Representações de homossexuais nos livros didáticos de história para os anos finais do ensino fundamental, distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático – PNLD (2005-2011) | Márcia Barbosa Silva | 2013 | Itamar Freitas de Oliveira |
| D | O olhar do “outro” sobre si mesmo: as representações de América nos manuais de formação de professor no Brasil e na Argentina (1900-1913) | Analice Alves Marinho Santos | 2013 | Itamar Freitas de Oliveira |
| D | Representações sobre indígenas em textos escritos e imagéticos de livros didáticos de História do Brasil (1920/2010) | Kléber Rodrigues Santos | 2012 | Itamar Freitas de Oliveira |
| D | O ensino e aprendizagem nos livros didáticos de História (1960/2000) | Ana Maria Garcia Moura | 2011 | Itamar Freitas de Oliveira |
| D | Do ponto ao traço: projeto editorial | Hermeson | 2011 | Itamar Freitas de |

| T/D* | TÍTULO | AUTOR | ANO DEFESA | ORIENTADOR |
|------|---|-------------------------------------|------------|----------------------------|
| | e aprendizagem nos livros didáticos de História de Sergipe (1973-2007) | Alves de Menezes | | Oliveira |
| D | Conteúdos conceituais nas coleções de História para o ensino médio: o que muda e o que permanece com a intervenção do Programa Nacional do Livro Didático (1990-2005) | Kleber Luiz Gavião Machado de Souza | 2011 | Itamar Freitas de Oliveira |

Fonte: Quadro produzido por Anselmo Guimarães a partir de informação do site <www.sigaa.ufs.br/ppged>. * T/D: Tese/Dissertação.

Levando em consideração o exposto anteriormente, defendemos a tese de que cada LDE pôde, sutilmente, fugir das prescrições, se utilizando (seus autores) de táticas, acrescentando conteúdo de acordo com os seus objetivos específicos, havendo, portanto, uma ruptura com a norma legal estabelecida, instrumento da estratégia governamental, constituindo uma prática cotidiana para imprimir uma maneira de fazer própria, buscando um destaque no campo de atuação, utilizando-se de artes e astúcias para fugir das estratégias do poder.

O período de recorte desta pesquisa foi escolhido, tendo em vista a Lei n. 3.674, de 7 de janeiro de 1919, a qual possibilitou a implantação do ensino da língua e literatura espanhola no Colégio Pedro II, resultando como consequência a publicação da obra “Grammatica da língua espanhola para uso dos brasileiros” (1920), de autoria do professor catedrático de espanhol do Colégio Pedro II, Antenor de Veras Nascentes (1886-1972). Essa gramática é uma obra fundante de um novo campo de atuação para docentes e autores de LD, posto que se trata da primeira obra do gênero produzida e publicada no Brasil. O período final refere-se à aprovação da Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Ao contrário das leis anteriores, a LDB de 1961 não explicitava as disciplinas a serem ministradas no Ensino de Grau Médio⁶.

Essa atribuição passou a cargo do, então recém-criado, Conselho Federal de Educação (CFE), que indicaria as disciplinas e práticas de ensino, obrigatórias e optativas para o sistema

⁶ O Ensino de Grau Médio ou Ensino Médio difere do ensino da reforma anterior, do Ministro Capanema, além da nomenclatura, por abranger um número maior de cursos apesar de seguir com dois ciclos. O Ensino Secundário, instituído em 1942, incluía, nos dois ciclos, três cursos: ginásial no primeiro, clássico e científico no segundo. Já o Ensino de Grau Médio teria dois ciclos, o ginásial e o colegial, abarcando os cursos secundários, de formação técnica e de formação de professores para atuação no ensino primário e pré-primário, além de outros que poderiam ser criados, uma vez que essa Lei inovou ao prever a variedade de cursos e a flexibilização do currículo.

de ensino médio federal, bem como cinco disciplinas obrigatórias para todos os sistemas de ensino médio. Aos Conselhos Estaduais de Educação (CEE), a serem criados por meio de leis estaduais, caberia indicarem as demais disciplinas obrigatórias, as optativas e as práticas de ensino. De acordo com a citada norma legal, os estabelecimentos indicariam até duas disciplinas optativas para integrarem o currículo de cada curso (BRASIL, 1961).

O Conselho Federal de Educação, constituído por vinte e quatro membros nomeados pelo presidente da República, segundo Rothen (2008, p. 2), se justificaria pela “visão de que as políticas – no caso desse estudo, as políticas educacionais – devem ser implantadas por técnicos isentos de interesses políticos”. As atribuições desse órgão eram:

- a) decidir sobre o funcionamento dos estabelecimentos isolados de ensino superior, federais e particulares;
- b) decidir sobre o reconhecimento das universidades, mediante a aprovação dos seus estatutos e dos estabelecimentos isolados de ensino superior, depois de um prazo de funcionamento regular de, no mínimo, dois anos;
- c) pronunciar-se sobre os relatórios anuais dos institutos referidos nas alíneas anteriores;
- d) opinar sobre a incorporação de escolas ao sistema federal de ensino, após a verificação da existência de recursos orçamentários;
- e) indicar disciplinas obrigatórias para os sistemas de ensino médio (artigo 35, parágrafo 1º) e estabelecer a duração e o currículo mínimo dos cursos de ensino superior, conforme disposto no artigo 70;
- f) vetado;
- g) promover sindicâncias, por meio de comissões especiais, em quaisquer estabelecimentos de ensino, sempre que julgar conveniente, tendo em vista o fiel cumprimento desta lei;
- h) elaborar seu regimento a ser aprovado pelo Presidente da República;
- i) conhecer dos recursos interpostos pelos candidatos ao magistério federal e decidir sobre eles;
- j) sugerir medidas de organização e funcionamento do sistema federal de ensino;
- l) promover e divulgar estudos sobre os sistemas estaduais de ensino;
- m) adotar ou propor modificações e medidas que visem à expansão e ao aperfeiçoamento do ensino;
- n) estimular a assistência social escolar;
- o) emitir pareceres sobre assuntos e questões de natureza pedagógica e educativa que lhe sejam submetidos pelo Presidente da República ou pelo Ministro da Educação e Cultura;
- p) manter intercâmbio com os conselhos estaduais de educação;
- q) analisar anualmente as estatísticas do ensino e os dados complementares. (BRASIL, 1961).

Em relação ao curso secundário, o ciclo ginásial teria a duração de quatro séries e o colegial com duração mínima de três séries. Em cada série, haveria disciplinas obrigatórias e optativas, no total de nove para o ciclo ginásial, para as duas primeiras séries do ciclo colegial, oito; e na terceira série desse ciclo, no mínimo, quatro e, no máximo, seis disciplinas.

Havia quatro possibilidades de o ensino da língua espanhola e suas literaturas ingressar nos currículos dos cursos secundários brasileiros. A primeira, como disciplina obrigatória indicada pelo CFE para todos os sistemas de ensino, o que não ocorreu. Em 1962, o CFE fez as seguintes indicações a todos os sistemas de ensino para o curso secundário: Português, História, Geografia, Matemática e Ciências.

Outra possibilidade seria que o CFE fizesse a indicação de disciplinas obrigatórias para complementar o sistema federal, o que também não ocorreu. A indicação foi de que a rede federal pudesse escolher as disciplinas de um dos itens abaixo:

- a) desenho e organização social e política brasileira;
- b) desenho e uma língua estrangeira moderna;
- c) uma língua clássica e uma língua estrangeira moderna;
- d) duas línguas estrangeiras modernas, em ambos os ciclos;
- e) uma língua estrangeira moderna para ambos os ciclos e Filosofia apenas para o segundo ciclo (BRASIL, 1962).

O Ministro da Educação poderia sugerir as disciplinas complementares indicadas pelo CFE aos Estados até que fossem criados os CEE. Pode-se concluir que as línguas modernas poderiam entrar no ensino público como disciplina obrigatória de acordo com as indicações dos sistemas de ensino, mas, em nenhum momento, há lista nominal de quais línguas seriam estudadas, como ocorria anteriormente.

A terceira opção seria que os estabelecimentos de ensino dos sistemas federal e estaduais, que tinham a prerrogativa de escolher uma ou duas disciplinas optativas, bem como indicar as práticas de ensino, indicassem o ensino da língua espanhola e suas literaturas entre as indicadas pelo CFE ou pelos CEE. O CFE indicou como disciplinas optativas para o sistema federal:

- a) para o ciclo ginasial: línguas estrangeiras modernas, música (canto orfeônico), artes industriais, técnicas comerciais e técnicas agrícolas;
- b) para o ciclo colegial: línguas estrangeiras modernas, grego, desenho, mineralogia e geologia, estudos sociais, psicologia, lógica, literatura, introdução às artes, direito usual, elementos de economia, noções de contabilidade, noções de biblioteconomia, puericultura, higiene e dietética (BRASIL, 1962).

Finalizando, a quarta e última opção seria que os estabelecimentos de ensino dos sistemas estaduais optassem pelo ensino da língua espanhola e suas literaturas como práticas educativas, uma vez que, para o sistema federal, o CFE suprimiu essa possibilidade ao prescrever que “no sistema federal de ensino, além da educação física, que é obrigatória,

poderão ser consideradas práticas educativas: educação cívica, educação artística, educação doméstica, artes femininas e industriais” (BRASIL, 1962).

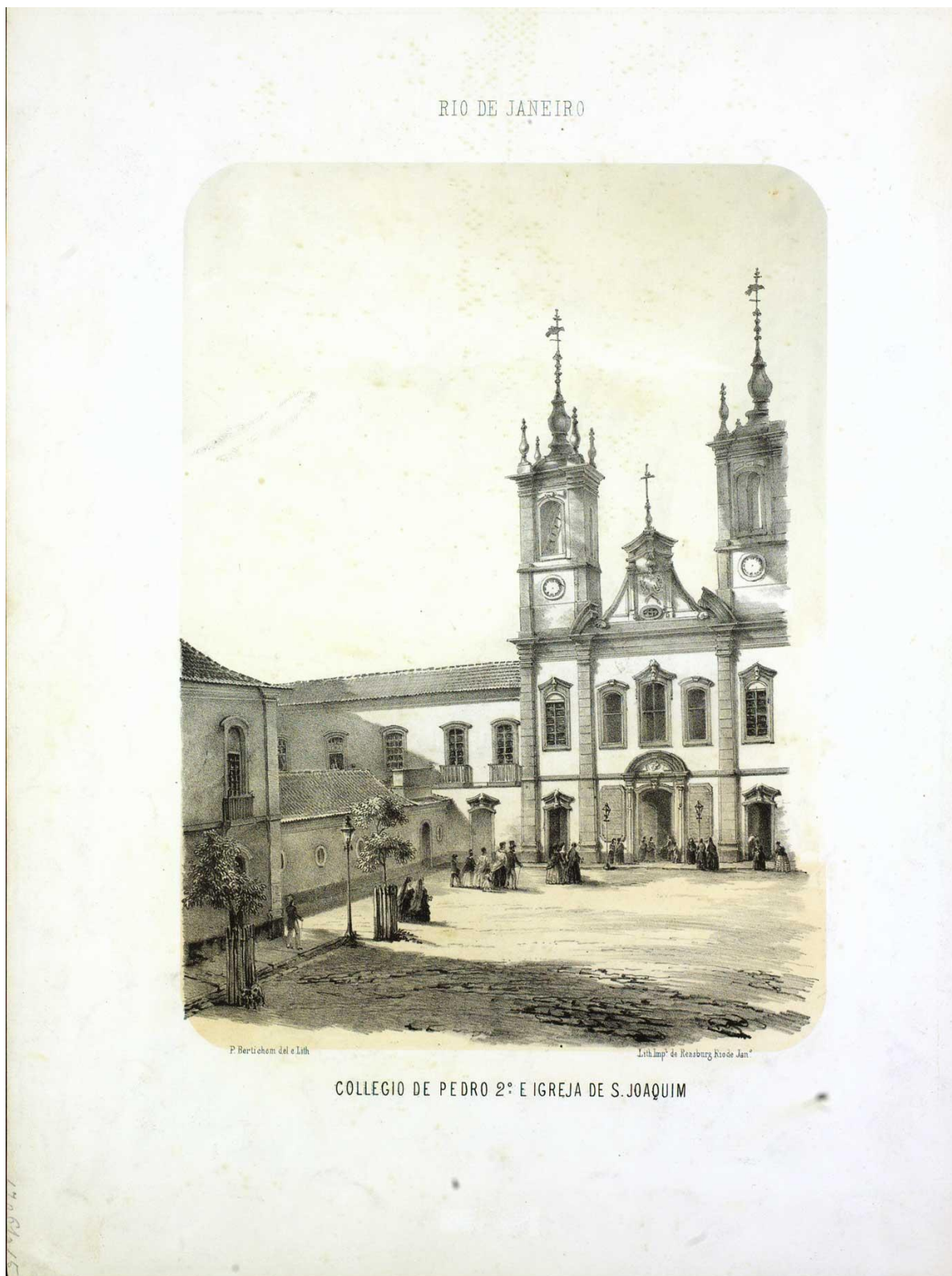
Diante dessa realidade, se percebeu a necessidade de desenvolver uma tese para estudar as estratégias das autoridades educacionais com seus objetivos político-ideológicos e as táticas dos professores-autores para, em certa medida, se desviarem das prescrições impostas pela legislação, observáveis nos LDE no Brasil, , buscando analisar suas finalidades pedagógicas, políticas e culturais, o atendimento ao prescrito e os possíveis desvios dessas normas. Para tanto, foram usados pressupostos teóricos da história do livro didático, defendido por Allain Choppin (1998; 2004; 2008; 2009); da história das disciplinas escolares, de acordo com André Chervel (1990); e da história cultural, conforme os escritos de Roger Chartier (1990) e Michel de Certeau (1998).

Dentro desse escopo, buscou-se traçar objetivos para seguir e permitir responder aos questionamentos que deveriam surgir e que surgiram durante a pesquisa. O objetivo geral é analisar a abrangência dos textos legais nos livros didáticos de espanhol e em que medida os professores-autores atenderam às propostas curriculares impostas pelas reformas educacionais no período de 1919 a 1961. Os específicos são:

- a) analisar o contexto em que os livros didáticos de espanhol publicados no Brasil foram concebidos, autorizados e distribuídos no período de recorte definido para análise;
- b) demonstrar a relação dos livros didáticos de espanhol com a legislação educacional vigente;
- c) analisar se houve desvios ou rupturas nos conteúdos dos LDEs publicados no Brasil em relação à legislação vigente no período de recorte definido.

1.1 LEGISLAÇÃO NACIONAL E O COLÉGIO PEDRO II

Figura 1 - Colégio Pedro II e a Igreja de São Joaquim



Fonte: BERTICHEM (1856).

Apesar de nessa tese tratar-se do livro didático de Espanhol no Brasil para atender às demandas de disciplina facultativa Espanhol criada no Colégio Pedro II, em 1919, e, posteriormente, de 1942 a 1961, de disciplina obrigatória no ensino secundário brasileiro, pode causar estranhamento ao leitor o fato de, em muitos momentos, citarmos o referido colégio, cabendo assim esclarecer o papel desse estabelecimento desde a sua criação, em 1837, até pelo menos a metade do século XX no sistema educacional brasileiro e sua relação com a disciplina.

De início cabe informar sobre o nome do estabelecimento que, desde a sua criação, sofreu alterações oficiais e mesmo designações não oficiais e de cunho popular. O colégio, como dito anteriormente, foi criado em 1837, durante o Período Regencial Brasileiro, pelo Decreto s/n, de 2 de dezembro, que transformou o Seminário de Joaquim em colégio de instrução secundária denominado “Collegio de Pedro II”. Apesar disso, há várias ocorrências em jornais e documentos legais com denominações como “Imperial Collegio de Pedro II”, “Collegio de D. Pedro II”, “Collegio do Pedro II”, entre outras.

O Período Regencial Brasileiro vai de 1831, com a abdicação de D. Pedro I, a 1840, com a proclamação da maioria de D. Pedro II, que contava com dezesseis anos incompletos. A regência era prevista na Constituição Política do Império do Brasil, de 1824, art. 121 ao 130 (BRASIL, 1824). Com a abdicação de D. Pedro I em favor de seu filho, que contava com menos de seis anos, forças opostas se tencionaram, não a favor ou contra a monarquia, mas, de um lado, conservadores que queriam manter a centralização da coroa e de outro, forças provinciais em busca de mais autonomia. Segundo Schwarcz e Starling (2015), esses conflitos de interesses geraram revoltas conhecidas como Cabanagem, no Pará; Balaiada, no Maranhão; Sabinada, na Bahia, e Guerra de Farrapos, no Rio Grande do Sul. Ainda segundo as autoras, mesmo dentro das regências, havia conflitos, como na Regência Trina Provisória (abril a junho de 1831) formada por:

[...] Francisco de Lima e Silva (um militar de atuação política consolidada), Nicolau Pereira de Campos Vergueiro (advogado formado em Coimbra e ligado ao grupo paulista dos Andrada, que voltava a mandar na política nacional) e José Joaquim Carneiro de Campos (o marquês de Caravelas, o qual, igualmente formado em Coimbra, ajudou a redigir e assinou o texto da Constituição de 1824, assim como integrou o grupo conservador, tendo sucedido a José Bonifácio na pasta do Império e dos Negócios Estrangeiros). Os regentes tinham posturas opostas, tanto em relação aos grupos que apoiavam como nas atitudes políticas que adotavam: o primeiro era considerado um liberal, isto é, favorável ao federalismo; os outros dois eram conservadores, e o senador Vergueiro costumava ser encardido como um centralista empedernido (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p. 244-245).

Seguindo com as regências, o Brasil ainda foi liderado por José da Costa Carvalho, João Bráulio Moniz e Francisco de Lima e Silva (Regência Trina Permanente: junho de 1831 a outubro de 1835); por Diogo Antonio Feijó (Regência Una: outubro de 1835 a setembro de 1837); e, finalmente, por Pedro de Araújo Lima (Regência Una Interina: setembro de 1835 até a proclamação da maioria de D. Pedro II, em 23 de julho de 1840).

A Regência Trina Provisória, apesar dos conflitos internos, passou a agir para minimizar a turbulência inicial. Pontuam Schwarcz e Starling (2015, p. 245) que os regentes “[...] restituíram a seus cargos os ministros demitidos por D. Pedro I, convocaram uma Assembleia Legislativa que deveria criar um novo corpo de leis, anistiam os criminosos políticos e afastaram das tropas os estrangeiros considerados suspeitos e desordeiros”. Ainda segundo as autoras, os regentes consideraram que o “imperador menino” tinha uma força simbólica consistente, atuando para que, dois dias após a abdicação, o sucessor ao trono fosse aclamado (figura 2), pelo Legislativo, Imperador do Brasil (SCHWARCZ e STARLING , 2015, p. 245).

Figura 2 - Aclamação de D. Pedro II



Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional

Em 1889, depois de proclamada a República, em um dos primeiros atos legais do governo provisório de Manuel Deodoro da Fonseca, o estabelecimento passou a ser denominado de Instituto Nacional de Instrução Secundária, conforme art. 1º, do Decreto 9, de 21 de novembro de 1889. Ainda conforme a mesma norma legal, em seu art. 2º, foi suprimido o termo “Imperial” do Instituto de Meninos Cegos, do Observatório, da Academia de Medicina, do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, bem como foi suprimida a denominação de Capela Imperial dada à Catedral do Bispado do Rio de Janeiro (BRASIL, 1889), em uma tentativa de apagar as marcas do regime que se encerrava.

Outros símbolos da monarquia também tiveram alteradas as denominações. Segundo Schwarcz e Starling (2015), foi uma tentativa do governo provisório de evidenciar que a República era uma mudança efetiva de regime. Ainda segundo as autoras, foram alterados nomes dos seguintes símbolos monárquicos: “O largo do Paço passou a se chamar 15 de Novembro; a Estrada de Ferro Pedro II, Central do Brasil; [...] o vistoso conjunto de residências denominado Vila Ouro Preto foi batizado de Vila Rui Barbosa” (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p. 318). Em 1890, nova alteração para Ginásio Nacional (BRASIL, 1890a).

Foi nesse período que se construíram novos símbolos nacionais: a figura patriótica de Tiradentes, o Hino Nacional, entre outros. A figura do inconfidente mineiro é um símbolo até hoje cultivado, mas o Hino Nacional da República não teve guarida na sociedade. Segundo Schwartz e Starling (2015):

A história que envolveu a escolha de um novo Hino Nacional, logo em 20 de janeiro de 1890, é [...] significativa. Abriu-se um concurso e o vencedor foi o projeto de Leopoldo Miguez e Medeiros e Albuquerque, que se oficializou como Hino da Proclamação da República. Mas o velho hino de Francisco Manuel da Silva, que não havia nem ao menos entrado na competição, continuou a ser o Hino Nacional (SCHWARTZ, STARLING, 2015, p. 319).

Já consolidado o regime republicano, em homenagem ao Imperador D. Pedro II e ao organizador do Colégio de Pedro II, Bernardo de Vasconcelos, o governo de Nilo Peçanha promoveu, em 1909, alteração da denominação do externato e do internato do Ginásio Nacional para Externato Nacional Pedro II e Internato Nacional Bernardo de Vasconcelos respectivamente (BRASIL, 1909).

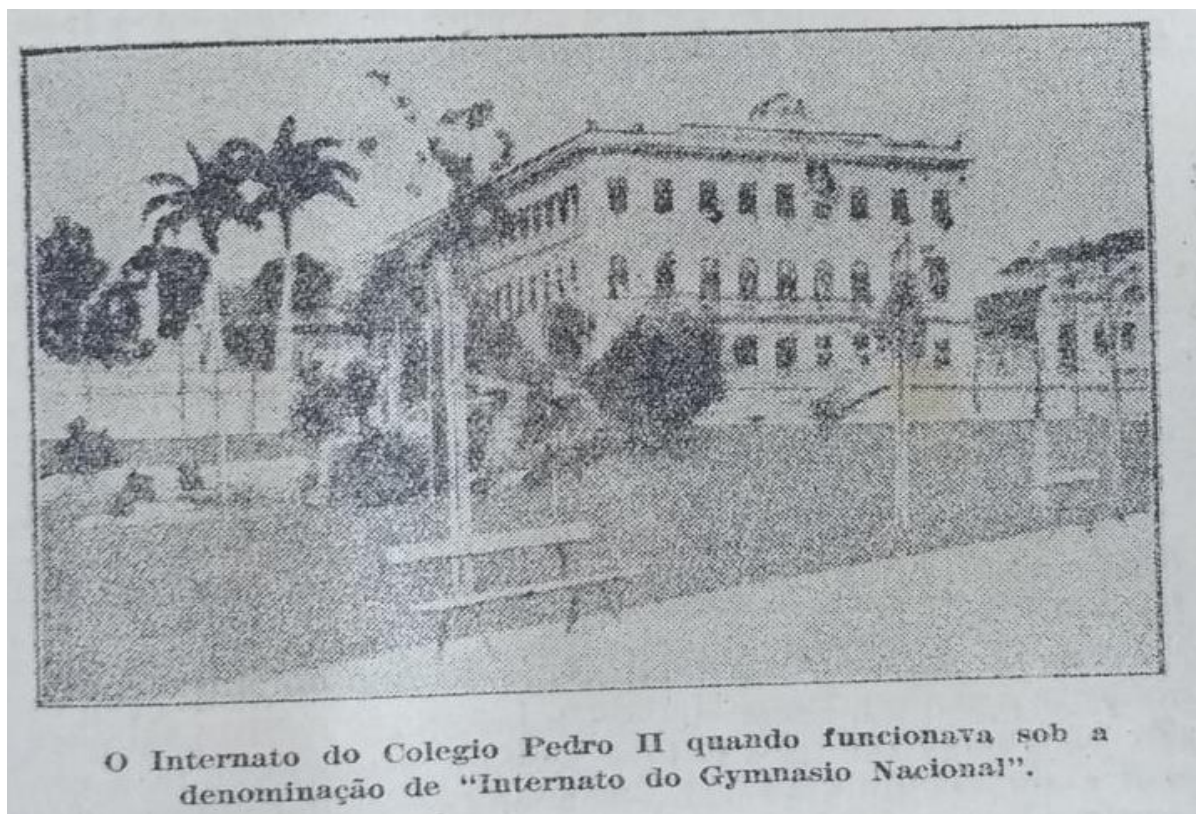
Por fim, em 1911, sendo ministro da Justiça e Negócios Interiores, Rivadávia da Cunha Corrêa, foi baixado Decreto 8.659, de 5 de abril de 1911, que aprovava a Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental (BRASIL, 1911a). O externato e o internato passaram a

denominarem-se Colégio Pedro II, apresentando alterações nos planos de estudos, com o objetivo de melhorar o desenvolvimento intelectual dos alunos. Segundo o ministro:

Nas faculdades superiores e no Collegio Pedro II, transformei, criei e extingui cadeiras, com a preocupação de infundir um critério prático ao estudo das disciplinas, de maneira que se formem professores bons e convencidos de sua alta missão e se preparem cidadãos capazes de elevar o nível intelectual da República (BRASIL, 1911a).

De acordo com o decreto citado, o estabelecimento passou a Colégio Pedro II⁷ sem outras alterações até o momento. A seguir, fotos do Colégio Pedro II em diversos momentos de sua história:

Figura 3 - Internato do Colégio Pedro II, no início do século XX



Fonte: Brasil (1943). Acervo do NUDOM.

⁷ Para evitar dúvidas quanto ao estabelecimento a que se está referindo, foi utilizada a denominação mais recente mesmo para as épocas anteriores a 1911.

Figura 4 - Externato do Colégio Pedro II em 1927



Fonte: Brasil (1927).

Figura 5 - Colégio Pedro II, Campus Centro em 2016.



Fonte: Acervo pessoal de Anselmo Guimarães.

Equacionada a questão da denominação do Colégio Pedro II, importa destacar que a instituição foi criada com o objetivo de servir como modelo para outros colégios públicos e particulares de instrução secundária, haja vista a descentralização da educação promovida

pelo Ato Adicional de 1834, parte das Reformas Liberais ocorridas durante o Período Regencial, que instituiu a Regência Una. A Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834, a qual promulgou o Ato Adicional, ou seja, que inseriu alterações adicionais na Constituição Federal de 1824, criou as Assembleias Legislativas Provinciais, que passaram a legislar sobre a educação pública e os estabelecimentos com essa finalidade. A exceção, segundo alguns, seria a educação superior, visto que a referida lei atribuía ao governo geral legislar sobre “[..] as faculdades de Medicina, os Cursos Jurídicos, Academias atualmente existentes e outros quaisquer estabelecimentos de instrução que, para o futuro, forem criados por lei geral” (BRASIL, 1834).

Não era esse o entendimento do Visconde do Uruguai o qual afirmava haver competência para legislar sobre qualquer modalidade de educação tanto do governo geral quanto das assembleias provinciais, em que:

Podem as Assembléias Provinciais legislar sobre toda a espécie de instrução pública, sobre todos os estabelecimentos próprios a promovê-la.

O Ato Adicional não excetua dessa generalidade este ou aquele grau de instrução, este ou aquele ramo dos conhecimentos humanos.

Excetua somente: 1º as Faculdades de Medicina, os Cursos Jurídicos e Academias atualmente existentes; 2º outros quaisquer estabelecimentos de instrução que para o futuro forem criados por lei geral.

Assim, somente vem a ser aquela atribuição limitada pelos estabelecimentos existentes por lei geral na ocasião em que a assembléia provincial legisla. E ficando ressalvado à Assembléia Geral o direito de criar para o futuro quaisquer estabelecimentos de instrução, sobre eles não poderão legislar as assembléias provinciais.

Não obstante a atribuição geral que tem as assembléias provinciais de legislar sobre a instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la, conserva a Assembléia Geral, também, a atribuição de legislar em todo o Império sobre a instrução publica e estabelecimentos próprios a promovê-la. Ambas as atribuições são amplíssimas, e uma não exclui a outra.

Atenta a generalidade dessa atribuição, tanto quando é conferida às Assembléias Provinciais, como quando é conservada à Assembléia Geral.

Segue-se:

Que o Ato Adicional não embarga a Assembléia Geral de criar estabelecimentos nas Províncias, de instrução ainda mesmo primária e secundária.

Que uma vez que as assembléias provinciais não ofendam e não alterem com essas criações as Faculdades de Medicina e de Direito e as Academias criadas por lei geral, podem criar qualquer estabelecimento de instrução no qual sejam ensinadas as mesmas matérias que se ensinam naquelas Faculdades, ou Academias (URUGUAI apud HAIDAR, 2008, p. 18-19).

Pese o fato de tanto o governo central quanto as províncias poderem criar qualquer tipo de estabelecimento de instrução, a falta de iniciativa, devido a fatores diversos, daquele governo em investir na criação de estabelecimentos primários e secundários nas províncias, e

mesmo destas na criação de estabelecimentos de ensino superior conferiu “foros de tradição” (HAIDAR, 2008, p. 41).

Para minimizar essa descentralização e homogeneizar a educação secundária, pois, nos anos seguintes, surgiram “[...] os primeiros liceus provinciais, localizados nas suas respectivas capitais: o Ateneu, do Rio Grande do Norte em 1835; os Liceus da Bahia e da Paraíba, ambos em 1836” (ROCHA, 1994, p. 60), o Governo Central decidiu criar o Colégio Pedro II, um estabelecimento federal que pudesse servir de modelo e padrão e que tivesse de alguma forma benefícios exclusivos para os seus formandos com o intuito de que os outros estabelecimentos se interessassem para nele se espelhar. Em 1843, por meio do Decreto nº 296, de 30 de setembro, os bacharéis formados pelo Colégio Pedro II foram isentos de prestar exames de matérias preparatórias para ingressar em qualquer das Academias do Império, ou seja, no ensino superior. Posteriormente, após longos anos de debates, no início da República, os estabelecimentos de ensino secundário dos Estados que seguissem o mesmo plano de estudos do Colégio Pedro II passariam a ter os mesmos direitos, sendo seus exames de madureza válidos para matrícula em cursos superiores (BRASIL, 1890a).

Os estabelecimentos que desejavam ser equiparados ao Colégio Pedro II deveriam seguir o mesmo currículo que este e serem fiscalizados por um agente federal para avaliar sua adequação. Mesmo após a equiparação, o estabelecimento continuava sendo fiscalizado e poderia perder o benefício. Exemplo disso foi o Colégio Atheneu Sergipense, criado na província de Sergipe, em 1870, e que teve sua equiparação concedida em 1908, mas que foi perdida em poucos anos, reconquistando a equiparação somente em 1918. Na mesma década de 1910, pelo menos, mais 37 estabelecimentos de ensino secundário, em diversos estados brasileiros, foram equiparados, demonstrando a importância dessa concessão e interesse dos estabelecimentos em alcançá-la (GUIMARÃES, 2016). Dessa forma, a legislação federal desde a criação do Colégio Pedro II e seu primeiro regulamento até a década de 1930 ficou marcada por incluir esse estabelecimento e seus regulamentos em seus textos legislativos com o objetivo claro de atingir e padronizar outros estabelecimentos do ensino secundário no território nacional.

Nesse sentido, ao citar o Colégio Pedro II e seus regulamentos, não se pretendeu entrar nas especificidades desse estabelecimento, muito menos afirmar que todos os estabelecimentos de Ensino Secundário do país tinham os mesmos objetivos, currículos e adotavam os mesmos LDE. Com essas normas legais, demonstrou-se o objetivo do legislador para a educação nacional e que foram relevantes para a inserção da disciplina Espanhol nos currículos escolares e, conseqüentemente, para a produção nacional de LDE. Cada

estabelecimento teve suas particularidades dentro desse cenário nacional, e seu estudo poderá contribuir para o conhecimento mais abrangente. Porém, este estudo se refere ao quadro nacional não se prendendo às especificidades de quaisquer estabelecimentos.

1.2 LIVRO DIDÁTICO DE ESPANHOL

O LDE é uma fonte de suma importância que, juntamente a outras como a legislação educacional, possibilitam o delineamento das finalidades políticas, pedagógicas e culturais das práticas escolares no ensino do espanhol como disciplina escolar. Nesta tese, foi feita uma análise dos compêndios (manuais de gramática, livros de leitura, antologias e manuais de história literária), levando-se em consideração o contexto sociopolítico e cultural em que foram produzidos e normas legais padronizantes com vistas a verificar em que medida essas obras atenderam ao prescrito pelo governo. Os LDE publicados no Brasil, de 1920 a 1961, deveriam ser conformados para atender aos planos de ensino prescritos pelo governo. A partir de 1938, o Brasil passa a ter uma legislação específica para o controle dos LD e a aprovação deles dependia da adequação aos objetivos para os quais foram produzidos e a finalidade da educação na visão do Estado.

Para esta tese, considera-se LDE todo livro (compêndios de gramática, de literatura, livros de textos, dicionários, etc.) publicado com o objetivo de dar suporte ao professor nas aulas da cadeira de espanhol (língua e literatura). A legislação educacional, em especial os programas oficiais de ensino, em torno da qual os LDE se inserem, é a seguinte:

- a) Programa de ensino da cadeira de espanhol aprovado em 5 de abril de 1919 pela Congregação do Colégio Pedro II e publicado no Diário Oficial da União (DOU);
- b) Decreto-Lei 1.006, de 30 de dezembro de 1938 e alterações. Estabelece condições de produção, importação e utilização do livro didático;
- c) Decreto-Lei 3.580, de 3 de setembro de 1941. Dispõe sobre a Comissão Nacional do Livro Didática;
- d) Lei Orgânica do Ensino Secundário, conforme Decreto-Lei 4244 de 9 de abril de 1942;
- e) Programa de Espanhol dos cursos Clássico e Científico expedido pela Portaria Ministerial 127, de 3 de fevereiro de 1943 e publicado no DOU;
- f) Portaria 556, expedida em 13 de novembro de 1945, com instruções metodológicas para execução do programa de espanhol;

g) Portaria 1045, expedida em 14 de dezembro de 1951, aprovando os planos de desenvolvimento dos programas mínimos de ensino secundário e respectivas instruções metodológicas.

Os Programas de Ensino do Colégio Pedro II, para o nosso estudo, constituem-se como parte integrante da legislação, haja vista que estavam previstos, explicitamente, os regulamentos do colégio e as responsabilidades da Congregação em produzir esses programas nos textos dos Decretos ou Decretos-Lei pertinentes até 1941. Para exemplificar, citamos o Decreto 11.530, de 18 de março de 1915, que indica, em seu art. 67 e alíneas, a competência da Congregação dos Institutos Federais e na parte das Disposições Especiais, do art. 157 ao 174, o Regulamento do Colégio de Pedro II, imprimindo força legal ao Programa de Ensino de Espanhol do referido colégio, aprovado em 1919.

Os livros didáticos brasileiros, no período de recorte dessa pesquisa, têm singularidades que os afastam dos manuais didáticos propostos por Comenius. Alves (2015, p. 29) expõe as características típicas dos chamados compêndios difundidos no Brasil desde o século XIX, a partir de seus estudos dos programas do Colégio Pedro II e as obras por esse estabelecimento adotadas:

Em primeiro lugar, ele expressava o grau limitado de divisão do trabalho didático. Quase sempre, era utilizado em diferentes séries ou anos do processo de escolarização, inclusive em diferentes níveis de ensino. Os programas do Colégio Pedro II repetiam à exaustão a expressão “os mesmos livros do ano anterior” quando recomendavam textos de referência para as séries ulteriores. O compêndio apresentava-se, também, como síntese dos conhecimentos sistematizados na área correspondente. Daí seu volume avantajado, por mais que o autor o visse como resumo, e a despreocupação com ilustrações. Logo, a referência do compêndio era a área de conhecimento e não o ano de escolarização. Em contrapartida, o fato de ser elaborado pelo professor revelava o controle exercido por ele sobre o instrumento de trabalho (ALVES, 2015, p. 29)

Esse controle é uma característica dos livros didáticos produzidos no Brasil, pelo menos até a primeira metade do século XX, diferente da proposta de divisão do trabalho Comeniana, na qual “o professor era mero executor das operações ligadas ao trabalho docente. O manual, instrumento especializado destinado a uma série e a uma área de conhecimento do nível de ensino, ditava essas operações” (ALVES, 2015, p. 29).

Para Comenius⁸ (2002, p. 258-259), seria tanto melhor se “[...] os livros didáticos, usados diretamente pelos alunos, quanto os livros informativos, preparados para o uso dos

⁸ Comenius foi um educador checo que nasceu no final do século XVI, considerado o pai da didática moderna. A sua *Didática Magna* foi publicada em 1657 e era um tratado que tinha por objetivo de aplicação de um método para ensinar tudo a todos.

mestres [...]”, fossem preparados de forma correta, atendendo às idades a que seriam destinados e ao método utilizado.

Nota-se que a proposta de Comenius era que os livros fossem escritos por especialistas e fornecidos aos alunos e mestres. Esses livros didáticos seriam divididos em dois tipos: “[...] os relativos às coisas (reais) para os estudantes e os informativos para os professores, a fim de que estes fossem capazes de usar os primeiros com rapidez e perfeição” (COMENIUS, 2002, p. 365-366). Esses “informativos” seriam os manuais dos professores.

No Brasil, a proposta de Comenius passou a ser viável a partir da segunda metade do século XX com a expansão “da escola primária e, depois, da escola secundária”, favorecendo, assim, a “difusão de textos escolares especializados, ajustados aos níveis de escolarização” (ALVES, 2015, p. 31). Somente em 1990, surge o primeiro LDE acompanhado por manual do professor: “Vamos a hablar” (JIMÉNEZ; CÁCERES, 1990), encontrado no levantamento realizado por FREITAS (2011). Trata-se de uma coleção em 4 volumes publicados pela editora Ática.

Para o ensino de línguas vivas ou modernas, como se dizia na época, disseminaram-se os compêndios, mesmo usando no título a expressão gramática ou manual, e extratos de obras clássicas denominadas antologias, florilégios, seletas, entre outras denominações (Ver APÊNDICE A). Assim, no decorrer da pesquisa, à medida que fomos encontrando LDE (compêndios e extratos de obras), procuramos por pesquisas que tratassem desse tema.

Nossa busca por pesquisas sobre o LDE se operou na internet (busca Google), no banco de dados de teses e dissertações (bdtd.ibict.br), no banco de dados de teses e dissertações (bdtd.ufs.br) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), inserindo palavras-chave com e sem aspas. A seguir, destacamos algumas pesquisas localizadas.

Giglio (2006) se propõe a estudar como se deu o processo de ensino-aprendizagem da leitura por meio da análise de 8 (oito) LDE, mas somente um anterior ao ano de 1961: “Manual de español”, de Idel Becker. No Capítulo 3, Giglio faz uma retrospectiva histórica do ensino de línguas estrangeiras e das abordagens metodológicas para o ensino de línguas no Brasil. No entanto, nessa abordagem histórica, a autora não delimita sua análise, se no ensino livre ou no ensino institucionalizado, situando os primórdios do ensino de línguas no ano de 3000 antes de Cristo e, mais adiante, discute o ensino de línguas estrangeiras no Colégio Pedro II. Ao transitar pelo ensino livre e ensino institucionalizado sem relativizar cada área, o seu estudo histórico ficou comprometido, pois as finalidades dessas categorias são distintas. Ademais, os livros analisados foram utilizados em contextos diferentes e com finalidades distintas:

- “Manual de español”, de Idel Becker, foi adotado nas escolas públicas para o Ensino Secundário e nas Faculdades de Filosofia e Letras a partir da década de 40 do século XX;
- “Curso práctico de espanhol”, de Francisco Frigério, também foi utilizado no Ensino Secundário, mas a partir da segunda metade da década de 70 do mesmo século;
- por sua vez, os outros seis livros analisados foram utilizados em cursos livres de línguas:
 - “Curso de español”, de Emilia Navarro Morales e Layla da Silveira Thomaz, como a própria pesquisadora afirma, foi utilizado nos cursos do Instituto Brasileiro de Cultura Hispânica;
 - “Vamos a hablar” foi editado pela Ática e seus autores, Felipe Pedraza Gimenez e Milagros Rodríguez Cáceres, são espanhóis e professores do Colégio Cervantes em São Paulo;
 - “Español en directo”, “Entre nosotros” e “Antena” foram publicados pela Sociedad General Española de Librería, editora espanhola. Os dois primeiros escritos pelos espanhóis Aquilino Sánchez, Manuel Ríos e Joaquín Domínguez e o terceiro escrito por Aquilino Sánchez, Juan Manuel Fernández e María Carmen Díaz; e,
 - “Ven”, publicado pela Edelsa, de Francisca Castro, Fernando Marin, Reyes Morales e Soledad Rosa.

Picanço (2003) aborda a história da língua espanhola como disciplina escolar, entre 1942 e 1990. O capítulo 2 da citada obra faz a análise de cinco LDE, refletindo sobre as condições em que essas obras foram publicadas durante a Reforma Capanema (1942-1961).

Os LDE analisados foram:

- “Lecciones de español”, de Julio Amaral (1944);
- “Español básico”, de José Ramón Calleja Álvarez (1946);
- “Gramática española”, de Adolfo Pozo y Pozo (1948);
- “Español colegial”, de Hermenegildo Alzola (1953); e
- “Manual de español”, de Idel Becker (1953).

A autora faz sua reflexão metodológica usando a análise de conteúdo para sua intervenção crítica sobre os LDE, descrevendo os processos de construção dos conteúdos tanto gramaticais quanto literários, cotejando a legislação e os programas de ensino que

davam sustentação a essas obras. Apesar de uma análise muito significativa, a dificuldade em encontrar exemplares dos LDE da época pode ter levado a pesquisadora a selecionar algumas obras para comparação de forma pouco adequada como foi o caso das obras de Adolfo Pozo y Pozo e Hermenegildo Alzola.

Picanço afirma que a gramática de Pozo y Pozo (1948) trabalha com os itens gramaticais e que, somente em 1953, “[...] para completar a coleção FTD, publicou-se Español colegial: trozos selectos en prosa y verso [...]”, obra de Alzola (1953), cobrindo a parte literária do programa de ensino. O fato é que Adolfo Pozo y Pozo publicou pela FTD, coleção de livros didáticos, distribuídos pela Livraria Francisco Alves, duas obras em 1943. Essas, sim, com a intenção de complementariedade, para o estudo dos conteúdos oficiais: a gramática citada por Picanço e o “Florilegio castellano”.

No que se refere a professores-autores⁹, encontramos dois trabalhos que tratam de professores como autores de livros didáticos, sua produção e a circulação dessas obras: “Antonio Firmino Proença: professor, formador, autor” (2010), Organizado por Márcia de Paula Gregório Razzini, e “O Professor Francisco Silveira Bueno e as “Páginas Seletas” e as “Páginas Literárias”: lições para o ensino ginásial para meninos e meninas no Estado Novo” (2010), Relatório de Pós-Doutoramento em Educação, de Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas.

Razzini (2010) trata da trajetória profissional do professor do curso primário e de escolas normais do Estado de São Paulo, Antonio Firmino de Proença, buscando relacionar com a história da educação, com destaque para a sua atuação como professor, formador e autor. Os pesquisadores refletiram sobre os arquivos pessoais de professores que sugerem a intenção de reconhecimento futuro, formação e atuação profissional, produção de livros didáticos e mercado editorial, entre outros temas.

Com o objetivo de compreender a inserção do professor Francisco Silveira Bueno no campo da produção de livros didáticos, sua produção e sua interação com várias instituições públicas e privadas, desde o nível ginásial até o superior, Freitas (2010) produz uma pesquisa de contribuição significativa para a história da profissão docente e história das disciplinas escolares.

No Brasil, início do século XX, como não havia uma demanda e pressão para a universalização da educação, os professores detinham o domínio sobre o trabalho didático,

⁹ Entendemos como professor-autor, o docente que tinha controle do seu fazer pedagógico e autoridade e legitimidade para produzir obras com finalidade de utilização na sua turma escolar, bem como na de outros colegas. Essa autoridade e legitimação eram atestadas pelas instituições nas quais o docente estava vinculado. Várias obras tinham a indicação desse vínculo nas capas ou folhas de rosto dos livros didáticos.

produzindo seu próprio material, como a obra publicada por Nascentes, logo após o professor ter sido aprovado em concurso.

Segundo Alves e Centeno (2015, p. 65), a proposta comeniana chegou tardiamente ao Brasil, por não ser o país “uma nação capitalista desenvolvida” e que a produção dos manuais didáticos e “sua forma de realização ainda não ganharam, no século XIX e a primeira metade do século XX, as características e as funções que esses instrumentos do trabalho didático incorporaram na proposta comeniana”.

1.3 PRINCIPAIS CATEGORIAS

Optou-se por uma pesquisa qualitativa do tipo documental na qual trabalharemos com categorias de análise que expliquem e/ou clarifiquem as questões abordadas.

Para esclarecer o papel da legislação educacional na produção do livro didático, utilizou-se a categoria de norma legal.

Foi necessária a compreensão a que se refere essa categoria no momento histórico que nos propomos estudar para dialogar com a produção do livro didático. Choppin (2009) discute as várias denominações as quais o LD ou manual escolar teve ao longo da história e concluiu que “a perspectiva diacrônica, que leva em conta as evoluções estruturais e as flutuações semânticas, torna essa tarefa de definição, de delimitação, de demarcação ainda mais complexa” (CHOPPIN, 2009, p. 27). O autor trabalha com a história de longa duração e analisa essas questões a partir de quatro perspectivas: léxico, limites entre manuais escolares e outras categorias editoriais, formas e suportes, e tipologias.

A história cultural, a qual embasa esta tese, abarca uma série de fontes, elementos e interações com outras ciências, como a Psicologia, a Geografia, a Linguística, entre outras, para sua narrativa historiográfica na tentativa de aproximação com a realidade, buscando dar sentido às realizações humanas, a partir de métodos os mais diversos como ressalta o historiador Peter Burke, citando a problemática de definir história cultural:

Uma solução para o problema da definição de história cultural poderia ser deslocar a atenção dos objetos para os métodos de estudo. Aqui também, no entanto, o que encontramos é variedade e controvérsia. Alguns historiadores culturais trabalham intuitivamente, como Jacob Burckhardt declarou fazer. Poucos tentam usar métodos quantitativos. Alguns descrevem seu trabalho em termos de procura de significado, outros focalizam as práticas e as representações. Alguns vêem seu objetivo como essencialmente descritivo, ou acreditam que a história cultural, como a história política, pode e deve ser apresentada como uma narrativa (BURKE, 2005, p. 9).

Nessa perspectiva, a de uma história cultural plural, que leva em consideração a cultura, ou as culturas representativas da sociedade, foi realizada a presente pesquisa iniciando com um levantamento dos LDE publicados no Brasil, de 1919 a 1961.

Ademais, cabe evidenciar que Burke (2005) não foi o único a buscar e clarificar a conceituação de história cultural, sendo esta extremamente necessária à persecução do estudo aqui realizado. Tal como foi explicitado, são muitos os tipos de fontes existentes em meio à história cultural, porém, Darnton (1984) revela, com base em seus estudos de Antropologia, a necessidade de priorizar a abordagem interpretativa da cultura e dos fenômenos e nuances sociais da seguinte maneira:

[...] os antropólogos descobriram que as melhores vias de acesso, numa tentativa para penetrar uma cultura estranha, podem ser aquelas em que ela parece mais opaca. Quando se percebe que não se está entendendo alguma coisa – uma piada, um provérbio, uma cerimônia – particularmente significativa para os nativos, existe a possibilidade de se descobrir onde captar um sistema estranho de significação, a fim de decifrá-lo. (DARNTON, 1984, p.106).

Ou seja, a objetivação de um estudo que siga a temática e as compreensões estabelecidas pela História Cultural coloca-se, exatamente, no sentido de traduzir uma cultura (toda a sua problemática e constructos sociais de um determinado período histórico-temporal) para um código mais claro ou familiar que possibilite a análise aprofundada (GINZBURG, 1991, p. 212).

De maneira geral, tal como preleciona Barros (2011), a História Cultural tem permitido, ao longo dos seus anos de expansão em meio à perspectiva investigativa, que se condensou, principalmente, durante o século XX, o estabelecimento generalizado de novas compreensões e entendimentos acerca dos objetos que, de forma habitual, vêm sendo beneficiados por um tratamento historiográfico econômico, político ou demográfico que possibilita o seu entendimento enquanto fato ou fenômeno de caráter social e que possui implicações refletidas, de forma direta, na cultura de um determinado povo/nação em uma época específica.

Dessa maneira, depreende-se claramente que serão efetivados, em conjunto, os procedimentos metodológicos de pesquisa documental e de pesquisa/revisão bibliográfica, como forma de esclarecer as nuances e as implicações envolvidas em meio à história dos livros didáticos de Espanhol no Brasil, durante o período de 1919 a 1961.

No que diz respeito especificamente à pesquisa de cunho documental, Silva et al. (2009) afirmam que se constitui na intenção de possibilitar a investigação de um determinado fenômeno ou problemática que não deve ficar apenas focada na descrição documento, mas

que deve, de forma indireta, fazer compreender as interações imediatas que este material produzido pelo homem revela acerca do modo de ser, viver e compreender fatos sociais os quais este indivíduo possui.

Elevando a necessidade de uma realização investigativa acerca dos documentos, Bravo (1994, p. 283, tradução nossa) corrobora com o fato exposto anteriormente, pontuando que “aquele tipo de observação que versa sobre todas as realizações sociais e as ideias humanas, ou são produto da vida social e, portanto, como registram ou refletem esta, podem ser utilizadas para poder analisar indiretamente”, ou seja, os documentos (leis, livros, disposições em jornais, etc.) são constructos sociais e, portanto, demonstram a realidade de uma determinada época e, desta forma, se estabelecem com materiais imprescindíveis ao estudo dos determinantes históricos de qualquer tipo de fenômeno social.

Como este estudo também se utiliza de uma revisão bibliográfica, cabe aprofundar entendimentos do que seria esta, a saber, em conformidade com os esclarecimentos de Moresi (2003), esta constitui o estudo de característica sistemática que se desenvolve diretamente sobre uma base de material de análise e estudo que se compõe de livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, materiais já publicados, acessíveis e pertinentes ao estudo realizado. Salvador (1978) ainda dispõe que tal procedimento de pesquisa possibilita o aporte instrumental analítico – inicial ou total – para qualquer outra tipologia de pesquisa.

Para o presente estudo, ao se trabalhar com um recorte cronológico determinado no século XX, optou-se por uma delimitação institucional, ou seja, uma delimitação baseada nas indicações da legislação, na qual se inscrevem livros que foram produzidos para atender a uma demanda escolar oficial, padronizada e identificável nas normas legais, que foram intencionalmente produzidas para esse fim ou que, de alguma forma, foram utilizadas com essa finalidade. Tal intencionalidade ou utilização foi identificada nas seguintes formas:

1. nas capas, contracapas e folhas de rostos dos LDE, que utilizavam subtítulos como “2ª série ginásial”, ou expressões como “para alunos do ciclo colegial”, “de acordo com os novos programas[...]”, entre outras;
2. nos prefácios com informações sobre objetivo do autor;
3. na identificação institucional do autor do livro na capa do exemplar;
4. em notas em jornais sobre o LD;
5. nas relações de obras autorizadas pelo poder público para serem utilizadas em escolas do ensino secundário.

Cada exemplar pode contemplar um ou mais dos itens anteriormente citados, de acordo com as fontes encontradas.

Dessa forma, adotamos a concepção de livro didático formulado no Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938, que o considera formado por duas categorias: o compêndio e o livro de leitura de classe. O compêndio é todo livro que exponha, total ou parcialmente, os conteúdos das disciplinas constantes nos programas de ensino e o livro de leitura de classe o usado para a leitura dos alunos em classe. Apesar de esse conceito estar documentado a partir de 1938, acreditamos que esse era o conceito ou um dos conceitos correntes para livros didáticos, mesmo antes dessa oficialização e que, ao registrar na legislação, não se está criando uma nova aceção, mas formalizando uma corrente de pensamento pedagógico estabelecido. Dessarte, esse conceito será usado para análise de todo o recorte cronológico proposto.

Corroborando essa perspectiva, Alves (2015) aponta que os compêndios eram textos escolares, com resumos das matérias de referências ou partes dos programas de ensino, sendo este tipo de material extensamente utilizado até a metade do século XX. Segundo o mesmo autor, o compêndio no Brasil se distinguia do modelo Comeniano por:

Em primeiro lugar, ele expressava grau limitado de divisão do trabalho didático. Quase sempre, era utilizado em diferentes séries ou anos do processo de escolarização, inclusive em diferentes níveis de ensino [...] O compêndio apresentava-se, também, como síntese dos conhecimentos avantajados na área correspondente [...] Logo, a referência do compêndio era a área de conhecimento e não o ano de escolarização, Em contrapartida, o fato de ser elaborado pelo professor revelava o controle exercido por ele sobre o instrumento de trabalho. No caso do Colégio Pedro II, isso distanciava sua organização do trabalho didático da proposta comeniana. Nessa proposta, o professor era mero executor das operações ligadas ao trabalho docente. O manual, instrumento especializado destinado a uma série e a uma área de conhecimento do nível de ensino, ditava essas operações. Ser autor passava a ser outro especialista não o professor (ALVES, 2015, p. 29).

Nesse sentido, os professores eram responsáveis pela elaboração ou adoção de materiais didáticos e detinham o controle do seu instrumento de trabalho pedagógico, sendo ele o especialista em sua disciplina.

E finalmente, ao analisarmos as questões de estratégias e táticas (CERTEAU, 1998) possíveis na produção do LDE, haverá novamente a análise da categoria de norma legal para compreensão da prescrição, entendida como normas impositivas registradas na legislação, mas será colocada em contraponto à análise das rupturas que possivelmente ocorreram. Nessa análise, adotamos a conceptualização de Certeau (1998):

Chamo de “estratégia” o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um “ambiente”. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio

e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. A nacionalidade política, econômica ou científica foi construída segundo esse modelo estratégico.

Denomino, ao contrário, “tática” um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distancia. Ela não dispõe de base onde capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias. O “próprio” é uma vitória do lugar sobre o tempo. Ao contrário, pelo fato de seu não-lugar, a tática depende do tempo vigiando para “captar no vôo” possibilidades de ganho (CERTEAU, 1998, p. 46-47).

Por um lado, a força política e econômica imprime sua dominação ditando o lugar do livro didático, sua distribuição, seus conteúdos e suas formas de produção. De outro, o professor-autor, observando as “possibilidades oferecidas pelas circunstâncias”, cria táticas para movimentar-se dentro desse tabuleiro, desviando e alterando.

1.4 METODOLOGIA

A metodologia pode ser vastamente compreendida como sendo uma variedade de parâmetros a partir da qual se viabiliza a realização de pesquisa científica, efetivando-a de modo organizado, bem delimitado e criterioso, com a intencionalidade de gerar soluções, analisar fenômenos e perceber os padrões gerais para os problemas levantados, hipóteses confirmadas/refutadas e objetivos sólidos, pertinentes e que se adéquem ao estado da questão em que o problema se insere.

Devido à natureza da proposta que ora se apresenta, recorreu-se metodologicamente à pesquisa documental, de forma a compreender as nuances da legislação no que diz respeito ao ensino de Espanhol e ao uso do LDE no Brasil no período 1919-1961. Ademais, também foi efetivada revisão bibliográfica para a promoção de um estudo fundamentado em obras completas e demais produções científico-acadêmicas que se mostraram úteis e pertinentes à pesquisa em tela e dialogaram eficazmente com os documentos analisados, que foram, sobretudo, carga legislativa do ordenamento jurídico nacional e os LD de Espanhol utilizados de 1919 a 1961 nas escolas do Brasil.

Como revisão e análise crítica, o foco se deu nas implicações elevadas pela legislação nacional sobre o ensino de língua espanhola e acerca da escolha e utilização dos livros destinados ao ensino secundário. Esse enfoque também se aportou nas razões, nas intencionalidades, que levaram o governo brasileiro a inserir a cátedra de Espanhol nas escolas espalhadas ao redor do país.

Trabalhamos uma pesquisa qualitativa para a interpretação e aproximação da realidade na apropriação das normas legais traduzidas em produção, distribuição e difusão do LDE no Brasil no período de 1919 a 1961. Para tal fim, o método de análise e suporte técnico da investigação foi o monográfico, mas outros métodos foram utilizados durante a pesquisa especificamente para determinadas situações, como, por exemplo, o método estatístico para traçar uma probabilidade de circulação e utilização dos LD em determinadas regiões do Brasil, não se constituindo uma mudança na pesquisa qualitativa, mas, sim, um instrumento quantitativo auxiliar à análise qualitativa, visto que a pesquisa qualitativa “[...] não se baseia em um conceito teórico e metodológico unificado” (FLICK, 2009, p. 25).

Ademais, cabe salientar alguns entendimentos gerais acerca da pesquisa de caráter qualitativo. Esta, em conformidade com as disposições traçadas por Goldenberg (1997), não estabelece preocupações com o pressuposto da representatividade numérica (característica de pesquisa quantitativa). Na verdade, a intencionalidade deste tipo de pesquisa se coloca sobre o aprofundamento e o amadurecimento geral de compreensões sobre determinado grupo social, que no desta pesquisa seria o Brasil e as relações que sua legislação estabelece como influenciadora social, educacional, econômica, inter-relacional, além de sua abrangência sobre diversos outros aspectos.

Além disso, partindo do entendimento sobre os objetivos almejados com esta pesquisa, pode-se depreender que se coloca como um estudo de tipologia descritiva o qual, seguindo os entendimentos dispostos Triviños (1987), este tipo de pesquisa exige que o investigador persiga, compreenda e esclareça uma série de informações sobre o que deseja pesquisar, pretendendo a descrição de fatos ou fenômenos que se colocam sobre uma determinada realidade, evidenciando em conjunto todas as nuances e determinantes que condicionam tais ocorrências.

O levantamento da pesquisa foi levado a cabo, *online*, em sebos e em livrarias do país, *sites* especializados, trabalhos acadêmicos que indicassem autores e títulos. Nessa etapa, foi construído um banco de dados sobre os livros didáticos, cotejamento das publicações jornalísticas e de relatórios educacionais para a reconstituição dos momentos e dos procedimentos na produção dos LDE.

Foi de suma importância o recebimento de bolsa Doutorado Sanduíche no País cedida pelo Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (CNPq) e que permitiu a pesquisa puder também ser feita nos arquivos de instituições do Rio de Janeiro em dois períodos: de 1º de setembro a 30 de dezembro de 2016 e de 1º de novembro de 2017 a 30 de abril de 2018.

A Universidade de São Paulo (USP) mantém on-line Banco de Dados de Livros Escolares Brasileiros (Livres) com um catálogo muito expressivo de livros didáticos brasileiros, contando desde 2004 com a participação de pesquisadores de várias instituições sob a coordenação de Circe Maria Fernandes Bittencourt, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP). No que se refere ao Espanhol, foram identificados nesse catálogo 30 exemplares de treze títulos, no período pesquisado, de 1920 a 1961, porém, não consta desse banco de dados a primeira gramática espanhola publicada no Brasil.

Foram identificados 109 exemplares referentes a 28 títulos de 22 autores, publicados por 23 editoras diferentes. Desse total, foram adquiridos 53 exemplares referentes a 26 títulos pesquisados.

Foi feita análise dos livros didáticos em seu aspecto material, como formato, aspectos visuais (capa e folha de rosto), bem como editora, livreiro, autor, local de publicação e de circulação, como também quanto aos aspectos de conteúdo em que foi verificada como se deu a adesão ao prescrito pela norma legal e as rupturas possivelmente existentes. Todos os exemplares foram localizados e adquiridos após minuciosa pesquisa em sebos localizados em vários estados brasileiros e espera-se que esta obra contribua para a pesquisa histórico-educacional do ensino de Espanhol no Brasil.

Em relação aos métodos que poderiam ter sido aplicados no período de 1919 a 1961, citamos três principais, a seguir.

A Metodologia Tradicional (MT) também é chamada de método gramática-tradução. É, segundo Germain (1993), a metodologia primeira da escola como ambiente de aprendizado padronizado. Servia, inicialmente, para ensinar línguas clássicas, tais como o grego e o latim. Esteve em vigor até o início do século XX, tendo como objetivos centrais o conhecimento sobre a língua através da transmissão oral do educador, a permissão do acesso a textos literários e a um domínio das normas gramaticais. A tradução e a versão eram as bases de compreensão da língua a ser estudada e os instrumentos mais úteis eram os dicionários e os livros de gramática da linguagem sendo aprendida.

A Metodologia Direta (MD) estabelecia, enquanto princípio fundamental, o sentido de que é com a LE (Língua Estrangeira) que se aprende a LE, ou seja, que é através da própria língua que se absorve os conhecimentos e a possível proficiência linguística dela. Neste método, tem-se o entendimento de que a língua materna do sujeito nunca deve ser viabilizada durante as aulas. De modo geral, o ensino se dá através de gestos e gravuras, deixando de lado a tradução, pois é visado que o aluno "pense a língua" para que possa efetivamente aprendê-la (PUREN, 1988).

Cestaro (2006) coloca que os princípios básicos da Metodologia Áudio-oral (MAO) ou audiolingual são que a língua é fala e não escrita, e que a língua é um conjunto de hábitos. Por isso, ela só pode ser adquirida através de um processo contínuo de estímulo e resposta. As construções, respostas certas e bons resultados deveriam receber reforço imediato por parte do professor. É visível que esta metodologia tem um foco central nas abordagens da psicologia da aprendizagem behaviorista radical de Skinner (1953/1981), dominante nos Estados Unidos, local onde foi desenvolvido este método de aprendizagem de LE.

Para que se pudesse analisar comparativamente o prescrito ao que foi produzido nos LDE para o uso dos mestres e alunos, foi feita a identificação, leitura e análise da legislação, textos de jornais, relatórios diversos e prefácios dos livros identificados. Ademais, foi efetuada revisão bibliográfica nas áreas de História da Educação e História do Livro Didático.

Nesta tese, analisou-se as estratégias das autoridades educacionais e as táticas dos professores-autores para a produção dos LDE, buscando compreender essas tensões ocasionadas para a difusão dos saberes instituídos e os efetivamente escolarizados. Conscientes de que a análise dos autores e suas obras tem uma amplitude elevada, decidiu-se analisar mais detalhadamente três professores-autores: Antenor Nascentes, Idel Becker e Leônidas Sobrino Pôrto.

Os critérios utilizados para a escolha foram:

a) Antenor Nascentes – autor da primeira obra produzida e publicada no Brasil, tem uma formação inicial em Letras no ensino secundário que lhe permitiu uma trajetória profissional nessa área, mesmo tendo uma formação superior em Direito;

b) Idel Becker – autor de manual de Espanhol de grande circulação no território nacional, tanto no ensino secundário quanto superior, e com mais de 80 edições publicadas. Sua formação foi na área Médica, mas tinha uma afinidade com a língua espanhola, uma vez que nasceu na Argentina e viveu, após seu nascimento, no Brasil, em cidade fronteiriça com o país de seu nascimento.

c) Leônidas Sobrino Pôrto – apresentou sua formação específica de nível superior voltada para as Letras Neolatinas.

Para a última etapa, foi produzido o texto da tese com as demonstrações de análise e conclusões parciais em cada capítulo e uma conclusão geral, confirmando a tese.

Este trabalho está dividido nas seguintes seções:

1 PREÂMBULO – Organizamos as informações iniciais sobre a pesquisa, o LDE, as principais categorias de análise, a metodologia utilizada e a estrutura da tese.

2 DÉCADA DE 1920: INÍCIO DA PRODUÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS DE ESPANHOL – Analisamos a prescrição dos programas oficiais e seu ordenamento como parte integrante da legislação educacional, os métodos indicados, a primeira gramática de espanhol produzida no Brasil e suas reedições, bem como fizemos um esboço biográfico do professor Antenor Nascentes, autor da citada gramática.

3 DÉCADA DE 1930: REEDIÇÕES DA GRAMÁTICA DE NASCENTES – Analisamos a legislação educacional referente ao ensino da língua espanhola, o método prescrito e a avaliação de livros didáticos, colocando em foco as reedições da gramática de Nascentes e sua utilização em cursos de comércio e militares.

4 DÉCADA DE 1940: CONSISTENTE PRODUÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS DE ESPANHOL – Analisamos a crescente publicação de obras de espanhol para utilização no ensino secundário na década de 1940, a legislação educacional, o método prescrito e a avaliação dessas obras pela Comissão Nacional do Livro Didático, comissão criada no governo Vargas com o objetivo de controlar a produção e circulação de livros didáticos para o ensino secundário brasileiro. Incluímos um pequeno esboço biográfico do professor-autor Idel Becker.

5 DÉCADA DE 1950: HEGEMONIA DO MANUAL DE IDEL BECKER – Foram analisados os aspectos comparativos entre as produções da época com as décadas anteriores, a legislação educacional, o método prescrito e a avaliação de livros didáticos pela CNLD. Incluiu-se algumas informações sobre o professor-autor Leônidas Sobrino Pôrto.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS – apresentamos os resultados da pesquisa, com uma síntese das discussões desenvolvidas nas seções anteriores. Ademais, a tese conta com anexos/apêndices: capas, algumas informações técnicas dos LDE, entre outros documentos.

2 DÉCADA DE 1920: INÍCIO DA PRODUÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS DE ESPANHOL

O manual constitui um testemunho escrito, portanto permanente, infinitamente mais elaborado, mais detalhado, mais rico que as instruções que supõe preparar.

(Alain Choppin).

Foram analisados, nessa seção, no decurso da década de 1920, a legislação educacional brasileira relacionada ao ensino de Espanhol, os programas de ensino e suas prescrições, os métodos oficiais que deveriam ser utilizados de acordo com a legislação; a avaliação dos livros didáticos de Espanhol; e a primeira gramática publicada no Brasil para o ensino da língua espanhola e suas literaturas, bem como foi feito um esboço biográfico do seu autor, Antenor Nascentes. Nesse período, a gramática de Nascentes foi a única obra publicada no Brasil para o ensino de Espanhol.

2.1 LEGISLAÇÃO E PROGRAMAS OFICIAIS

O Decreto nº 1.339, de 9 de janeiro de 1905, incluiu a língua espanhola pela primeira vez nos currículos formais brasileiros no século XX. Nesse caso, no componente curricular da educação superior disponibilizada pela Academia de Commercio do Rio de Janeiro, criada em 1902. Acerca da língua espanhola, o decreto dispõe:

Art. 1º [...] § 3º O curso superior [...] compreende o ensino de geographia commercial e estatistica, historia do commercio e da industria, technologia industrial e mercantil, direito commercial e maritimo, economia politica, sciencia das finanças, contabilidade do Estado, direito internacional, diplomacia, historia dos tratados e correspondencia diplomatica, allemão, italiano, hespanhol, mathematica superior, contabilidade mercantil comparada e banco modelo (BRASIL, 1907a).

Alguns anos antes, em 1898, foi baixado o Decreto nº 2881, que estabeleceu o regulamento das escolas do exército brasileiro. No projeto de reforma desses estabelecimentos, estava incluída a inserção da aula da língua espanhola, sendo essa a primeira vez que surgiu um prelúdio de integração dela em alguma modalidade de ensino no Brasil. Porém, a disposição da reforma em questão não se efetivou no referido documento legal.

O projeto de reforma do ensino militar tramitou no Congresso, pelo menos, desde 1895, ano em que o Senado Federal aprovou o Projeto nº 184, transformado na Câmara dos Deputados em Projeto nº 142 já no ano de 1896. O deputado Thomaz Cavalcante apresentou, ainda no mesmo ano, substitutivo com Plano de Reforma da Instrução Militar do Brasil, no

qual figurava no Curso geral das armas da Escola de Guerra “Aula – Hespanhol (traduzir, falar e escrever)” (VIANNA, 1897, p. 230).

Em 6 de novembro de 1896, o deputado Barboza Lima apresentou substitutivo ao Projeto nº 142, no qual inseriu a língua espanhola no segundo ano do Curso Preparatório, que estava dividido em três anos, bem como no primeiro ano do Curso de estado-maior, o qual estava dividido em dois anos (VIANNA, 1897, p. 237 e 239).

Somente em 2 de outubro de 1905, a língua espanhola seria incluída nos currículos militares, ao ser baixado o Decreto nº 5.698, que aprovara o regulamento das escolas do exército. Provavelmente, essa inserção da língua espanhola se deveu à necessidade crescente de os oficiais brasileiros se relacionarem com militares de países hispano-americanos, na construção de uma integração americana ligada às estratégias de defesa do continente, uma vez que o idioma foi prescrito para a recém-criada Escola de Estado Maior:

Art. 50. Haverá, para cada aula, um professor, de capitão a major.

[...]

§ 3º. Nesta escola, a pratica fallada de linguas comprehenderá a da franceza e da hespanhola (obrigatorias), da ingleza ou allemã (facultativa).

§ 4º. Para essa pratica, haverá ate quatro professores (BRASIL, 1907b).

Essa escola foi criada com o objetivo de complementar os estudos dos oficiais, até o posto de capitão, com uma educação militar superior, habilitando-os para os diversos serviços do comando do Estado Maior do Exército.

Outro marco regulatório e normativo de extrema importância foi a promulgação do Programa de Ensino e abertura de vaga para professor de Espanhol impetradas pelo Colégio Pedro II, datado de 5 de abril de 1919, que é um verdadeiro marco da educação de língua espanhola no Brasil, pelo fato central de este ter sido o primeiro colégio público e de relevância nacional, no século XX, a efetivar, por meio desse programa oficial de ensino, a disciplina Espanhol como parte integrante do currículo do ensino secundário.

Acerca dos programas oficiais, Choppin (2008) afirma e salienta que estes definem os objetivos e conteúdos do ensino que deverão ser tratados em uma disciplina, como o Espanhol, em um determinado nível do sistema educacional de certo país. O autor ainda aponta, metaforicamente e analogamente, que tais programas devem ser entendidos como sendo as escrituras sagradas, para os pais e professores, que devem ser construídos com precisão e em conjunto. Além de serem realmente efetivados, num período mais atual, pode-se afirmar categoricamente que, no Brasil, este sentido apontado por Choppin (2008) não se efetiva, porém, a intenção desta seção é observar, dentro do período 1919-1961, os programas de ensino que vigoravam e entender seus principais pressupostos.

Um dos primeiros Programas Oficiais a tratar da educação de língua espanhola no Brasil foi o programa de ensino da cadeira/cátedra de Espanhol, aprovado em 5 de abril de 1919, pela Congregação do Colégio Pedro II, e publicado no DOU em 5 de julho de 1919.

Ademais, tal como informa Vechia (2003) em seus estudos, o Colégio Pedro II foi muito representativo e importante para a educação brasileira, sobretudo, no que tange ao desenvolvimento e à disseminação do ensino de língua espanhola no país. A autora citada ainda afirma que a referida instituição de ensino foi considerada por muitas décadas, desde meados do século XIX (período de sua criação), o principal centro difusor das ideias educacionais do Brasil, principalmente, àquelas que se referiam ao ensino secundário.

O marco dessa ação governamental foi de iniciar a propositura de ensinar a disciplina Espanhol no referido colégio, abrindo a primeira “vaga” para professores dessa especialidade específica com o objetivo de fomentar o ensino de língua espanhola em todo o país, tendo ainda os pressupostos centrais dos conteúdos que seriam estudados dispostos no DOU:

- 1º - Noções preliminares atinentes á grammatica castelhana, suas divisões e objectivos.
- 2º - Sons fundamentaes do hespanhol. Vogaes e consoantes, accentuação e quantidade.
- 3º - Morphologia e taxionomia do substantivo.
- 4º - Morphologia e taxionomia dos adjectivos.
- 5º - Estudos dos grãos.
- 6º - Morphologia e taxionomia do artigo e do pronome.
- 7º - Da conjugação. Estudo detido das conjugações regulares.
- 8º - Estudo detido dos verbos regulares e suas diversas especies.
- 9º - Morphologia e taxionomia dos adverbios.
- 10º - Morphologia e taxionomia das preposições.
- 11º - Morphologia e taxionomia das conjuncções e interjeições.
- 12º - Processos de formação das palavras: composição e derivação.
- 13º - Syntase. Noções geraes de syntase. Estudo das preposições.
- 14º - Syntase do substantivo.
- 15º - Idem do adjectivo.
- 16º - Idem do pronome e do artigo.
- 17º - Idem do verbo. Emprego dos tempos e modos com especialidades dos infinitivos.
- 18º - Syntase do verbo. Emprego do infinito e dos participios.
- 19º - Syntase das palavras invariaveis. Da preposição.
- 20º - Syntase das palavras invariaveis. Do adverbio e da conjuncção.
- 21º - Gramatica historica: Alterações lexicas: archaismos, neologismos e idiotismos. Modificações sofridas pelo hespanhol nas Republicas Americanas.
- 22º - Elementos essenciaes de phonetica hespanhola. Suas relações com a portugueza.
- 23º - Estudo morphologico do substantivo. Casos e flexões.
- 24º - Estudo morphologico do adjectivo. Casos e flexões.
- 25º - Estudo morphologico do artigo e do pronome.
- 26º - Estudo morphologico do verbo. Transformação da conjugação latina na conjugação hespanhola. Apparecimento dos verbos auxiliares.

- 27° - Estudo morphologico do adverbio e da conjuncção.
- 28° - Estudo morphologico da preposição.
- 29° - Noções geraes sobre a origem e formação da lingua hespanhola. Sua evolução.
- 30° - Relações historicas da lingua hespanhola com as demais linguas romanicas, especialmente com a portugueza.
- 31° - Principios geraes de Semantica hespanhola.
- 32° - Da syntase em geral e do estylo.
- 33° - Vista geral sobre o desenvolvimento das principaes phases da litteratura hespanhola (BRASIL, 1919b).

Com o passar das décadas, os programas de ensino do Colégio Pedro II continuaram a ser publicados no DOU e disseminados para o restante das escolas brasileiras. Em 1925, ocorreram mudanças nos currículos de Espanhol do ensino secundário. O Decreto nº 16.782A, de 13 de janeiro de 1925, previa em seu Parágrafo 1º, do artigo 48, que o professor da cadeira de espanhol poderia ser transferido para uma segunda cadeira de Português e aquela cadeira ser extinta, o que de fato aconteceu em 1926. O ensino da língua espanhola e literaturas espanhola e hispano-americanas permaneceu no Colégio Pedro II por seis anos.

Em 1929, foi aprovada proposta da Congregação do Colégio Pedro II de nova seriação para o ensino por meio do Decreto Federal nº 18.564 (BRASIL, 1929a). Com as referidas mudanças, os programas oficiais de ensino do Colégio Pedro II novamente publicados no DOU, se realizou a separação do ensino de línguas do ensino das respectivas literaturas. A partir dessa disposição, foi criada a cadeira de Literatura que, conforme o programa de ensino, seriam ministradas: literatura grega, latina, italiana, francesa, provençal, espanhola, portuguesa, inglesa, alemã e brasileira, com ênfase nessa última e nas literaturas latinas.

Guimarães (2011) pontua mais uma problemática neste programa de ensino do Colégio Pedro II do ano de 1929. O programa oficial de literatura espanhola possuía, sim, uma indicação de livro, entretanto escrito em francês e de literatura geral, não havendo livro específico de literatura espanhola e hispano-americana. Isso reflete a descaracterização da linguagem específica utilizada em meio à literatura espanhola ou hispano-americana, com as especificidades do local em que foram escritas, dentre outros aspectos que traduzem singularidades muito especiais que, claramente, não seriam tratadas ou abrangidas por textos traduzidos do Espanhol para o Francês.

Os livros indicados para a cadeira foram: “Litterature Générale”, de Pauthier, para as literaturas em geral; para o estudo da literatura portuguesa, “História da Literatura Portuguesa”, de Mendes dos Remédios; para a literatura brasileira, “História da Literatura Brasileira”, de Silvio Romero, e “Pequena História da Literatura Brasileira”, de Ronald de

Carvalho; por fim, para o estudo da literatura francesa, “Histoire de la Littérature Française”, de Petit de Julleville, e “Histoire de la Littérature Française”, de Gustave Lanson.

2.2 MÉTODOS PRESCRITOS

Antes da efetivação do programa oficial de ensino de língua espanhola do Colégio Pedro II, Oliveira (2015) salienta que o ensino de línguas, no geral, seguia método adotado ao ensino de línguas mortas ou clássicas, como se dizia na época, no qual eram enfatizadas a tradução de textos e a análise gramatical para a aprendizagem de linguagem, que valorizava apenas a leitura e a escrita, deixando a oralidade para segundo plano.

Segundo Santana (2005), o método de gramática-tradução entendia a língua como um conjunto de regras e exceções observáveis em frases e textos literários. A aprendizagem de uma língua estrangeira estava direcionada para o estudo das regras gramaticais aplicadas aos textos utilizados como modelos de língua, memorizá-las e aplicá-las em exercícios gramaticais e na tradução de obras de autores reconhecidos como clássicos.

Richards e Rodgers (1998, p. 11 *apud* SANTANA, 2005, p. 75-76) apontam as seguintes características desse método:

- o objetivo é aprender a língua com o propósito de ler sua literatura e se favorecer da disciplina mental e do desenvolvimento intelectual que derivam do seu estudo;
- a leitura e a escrita se apresentam como centro de atenção, enquanto que o falar e o escutar se dá pouca ou nenhuma importância;
- vocabulário se ensina por meio de listas bilíngues, uso de dicionários e memorização e sua seleção se dá através de textos utilizados para a leitura, principalmente de textos literários;
- a oração constitui a unidade básica da língua e, por conseguinte, o ponto de partida para o ensino e a prática linguística, e deve ser traduzida, tanto para a língua meta como a partir dela;
- a correção é enfatizada, tanto por seu valor moral intrínseco como por ser requisito principal para aprovação nos exames escritos;
- a gramática se ensina de maneira dedutiva – se parte da apresentação das regras que, mais tarde, serão praticadas com exercícios de tradução;
- a língua materna é utilizada como meio de ensino. (RICHARDS, RODGERS, 1998, p. 11 *apud* SANTANA, 2005, p. 75-76, tradução nossa).

No período de elevação da primeira cátedra de espanhol no Colégio Pedro II, Guimarães (2013) salienta que o professor de Espanhol tinha que trabalhar e preparar material para suas aulas utilizando livros importados da Espanha, de Portugal, da Argentina, entre outros países e não havia uma padronização geral a ser seguida, a exemplo de uma diretriz curricular a ser tomada como base para o ensino de Espanhol.

2.3 AVALIAÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS

"Aquele que é senhor do livro é senhor da educação" (FERRY *apud* CHOPPIN, 2008). Com esta afirmação enfática e com um viés político-ideológico problemático, introduz-se esta seção que tratará dos aspectos acerca da avaliação dos livros didáticos no Brasil.

É de entendimento geral que a escola é um espaço de transmissão e de construção de conhecimentos histórico-socialmente constituídos. González (2010) compreende muito bem esse valor da educação, dispondo, por exemplo, que a aprendizagem de uma língua estrangeira vai além da simples capacitação do indivíduo para utilizá-la na comunicação, como já foi delineado anteriormente. Os interesses e as intenções por trás desse ensino são muito mais complexos e envolvem diversos elementos.

Ao encontro a essa percepção, lembrando a importância de avaliar o material didático utilizado em sala de aula, Choppin (2004) enfatiza a importância de analisar as políticas educacionais para esse objeto cultural (o livro), que possui, segundo o autor, função central no processo de aprendizagem e constitui “poderosas ferramentas de unificação – até de uniformização – nacional, linguística, cultural e ideológica” (CHOPPIN, 2008, p. 169).

Seguindo os direcionamentos que objetivam esta pesquisa, Choppin (1998) afirma que os aspectos e contextos legislativo e regulador são condicionantes diretos da existência, estruturação e produção do livro didático, assim, depreende-se que analisar as situações que se colocam sobre os livros didáticos, como a avaliação destes no Brasil no decorrer dos anos, são condições preliminares essenciais e indispensáveis à realização de qualquer espécie de estudo acerca da edição escolar, como é o caso desta pesquisa que se aporta sobre os livros de Espanhol produzidos no período de 1919-1961.

Os livros didáticos vinham passando por processos de normatização, regularização e fiscalização. Todo este “movimento”, em conformidade com as disposições salientadas por Freitas e Rodrigues (2007), teve início no ano de 1938, com a criação da CNLD, que trouxe o LD para a pauta de atenção governamental e que passou a estabelecer as primeiras políticas legislativas que tratavam, especificamente, da produção, controle e circulação das obras de caráter didático.

2.4 PRODUÇÕES DA DÉCADA

No início do século XX, não havia grandes produções de LDE no Brasil, o que exigia que o professor preparasse material e exercícios para suas aulas utilizando livros importados. Para as aulas de Espanhol, estes LD vinham da Argentina, Espanha, Portugal, entre outros países.

2.4.1 Americanismo ou “sentimentos pan-americanos”

A partir da Proclamação da República, o “Americanismo”, ou seja, a aproximação do Brasil aos países americanos, principalmente Estados Unidos e países da América do Sul, torna-se um tema em voga no ambiente político e há acréscimos nas relações comerciais e culturais entre esses países, o que reforça a necessidade de o ensino de Espanhol entrar nas escolas oficiais do país, e, em consequência, influencia o início da produção de LDE¹⁰. Na década de 1920, um único LDE específico para a disciplina Espanhol foi produzido.

Elevando entendimentos acerca do americanismo, Gramsci (2008) descreve-o como sendo “[...] a necessidade da economia moderna em potencializar sua organização para a produção e reprodução de capital de modo mais veemente”, ou seja, este não foi referendado com a intencionalidade de integrar culturas com o passado histórico parecido como o Brasil e os demais países da América Latina (possuindo em comum o período de colonização de suas terras por países localizados na Península Ibérica) ou o Brasil com os EUA (no período de escravidão que ocorreu, de formas distintas, nos dois países). A intenção era, na verdade, a de aproximar as economias americanas de forma que fossem estabelecidas vantagens, sobretudo, de caráter econômico para todas as nações envolvidas.

Gondra e Mignot (*apud* TEIXEIRA, 2006, p. 9) compreendem o termo Americanismo, sobre outra perspectiva, totalmente diferente, afirmando que este movimento se traduz de forma geral na tomada dos Estados Unidos como “modelo civilizatório e padrão educativo” a ser reproduzido nas demais sociedades americanas, isto pelo fato de que os EUA já tinham, há muito, se estabelecido enquanto economia de 1º mundo e deveriam, então, ser colocados com referencial para as demais nações do continente americano.

O “Americanismo” ou “Pan-americanismo”, a priori, seria a aproximação em todas as áreas (política, econômica, cultural, entre outras) das nações americanas, buscando uma convivência pacífica e fraterna e que teve suas origens nas constituições em nações livres das ex-colônias espanholas a partir do século XVIII. Segundo Matta (1954, p. 167-168), o precursor do Pan-americanismo foi D. Francisco de Miranda que, em 1789, fundou, em Londres, uma sociedade política denominada *Gran Reunion Americana*, com o objetivo de mobilizar recursos para lograr a emancipação das colônias espanholas nas Américas. No século XIX, vários congressos foram realizados para discutir o estreitamento das relações entre as nações, resultando em Tratados entre países participantes. Em 1844, aconteceu o

¹⁰ Para mais informações sobre a institucionalização do ensino de Espanhol no Brasil, sugere-se a leitura de Guimarães (2016).

Congresso de Lima; em 1856, em Santiago do Chile, foi assinado o Tratado Continental para a confraternização americana.

Havia, após a luta pela independência da América Espanhola, uma apreensão dessas recém-criadas repúblicas de uma possível recolonização. Todavia, líderes políticos como Bolívar eram favoráveis a um pacto político americano na defesa dos interesses internos e contrários a uma política europeia. Mello (1956) afirma que, em 1818:

Bolívar propunha a Pueyrredon, em Buenos Aires, a união dos povos do continente através de um Pacto que formasse de tôdas as Repúblicas americanas um corpo político, para a formação de uma “Liga verdadeiramente americana” em oposição “à que se formara na Europa contra a liberdade dos povos”, dispondo de fôrça suficientemente para resistir à agressão do poder estrangeiro.

Bolívar queria referir-se à Santa Aliança nos seus propósitos de pôr fim ao sistema de governos representativos e de se opor à marcha ascendente dos princípios liberais e igualitários, proclamados pela Revolução Francesa de 1789 (MELLO, 1956, p. 12).

Os laços de amizade entre o Brasil e os Estados Unidos da América datam da independência da nação brasileira, “tendo sido o Governo da América do Norte o primeiro a reconhecer o Brasil como nação soberana” (MELLO, 1956, p. 30). Essa proximidade com os norte-americanos fez com que o Brasil fosse intermediário entre esses e os países hispano-americanos que tinham certa desconfiança das intenções dos Estados Unidos da América. Essa desconfiança à doutrina de Monroe se deve, como destaca Bandeira de Mello (1956), por alguns fatos ocorridos no século XIX: lutas por delimitação de territórios entre Estados Unidos e México como a “invasão do território do Texas em 1844 e a ocupação da alta Califórnia e do Novo México”.

O Brasil, somente, vai se posicionar mais efetivamente a favor do Pan-americanismo após a república, apesar de haver manifestações pontuais nessa direção ainda no Brasil Império como o texto publicado em 1840, no Jornal Diário do Rio de Janeiro, que reflete muito bem esse interesse e essa perspectiva:

PROGRAMA DO CARAPUCEIRO EM PERNAMBUCO A 28 DE ABRIL DE 1832 (N. 3).

... Desengane-se finalmente o governo, que a maioria do Brasil tem sentimentos republicanos; que a reppublica ha de apparecer, não já; porque nos não convem; porque não temos todos os requisitos para ella; mas é mister predispol-a lentamente; fazer a revolução, não fizica, mas moral, a fim de que, quando for convinavel, estabeleça-se quasi por si mesma, e entremos todos na grande familia americana. Já nos conveio a monarchia sim, mas constitucional representativa, e federal; para o diante em seu tempo adequado só nos convirá a republica, que é a natural tendencia da américa!!!!!! Verba volant, scriptamanent (PROGRAMMA..., 1840, p. 2).

Desde a independência das nações americanas, que a união entre elas representou um apoio frente às potências europeias. A União Pan-Americana, inicialmente, era uma reunião periódica das nações americanas para discutir uma política militar, comercial e cultural em comum acordo. Várias conferências foram promovidas desde 1889. Após diversos encontros entre os países, a União Pan-Americana transformou-se em Organização dos Estados Americanos. Ao longo dos anos, o Pan-americanismo foi se consolidando como um sistema político forte que buscava a integração entre os países do novo mundo, sua defesa, almejando sempre a paz continental, com debates e acordos firmados em suas conferências, como relata Mello:

O pan-americanismo como sistema político foi se consolidando com a aprovação dos princípios de solidariedade continental, de cooperação interamericana, de segurança coletiva, nas reuniões sucessivas das conferências dos Estados Americanos para a salvaguarda e defesa deste hemisfério contra as possibilidades de agressão por parte de outros países. Os princípios de solidariedade e as medidas de segurança coletiva foram debatidos e adotados nas Conferências do Panamá de 1920, de Lima de 1938, de Havana de 1940, do Rio de Janeiro de 1942 e nas reuniões que se seguiram (MELLO, 1956, p. 51).

Com a mudança da forma de governo brasileiro, esse interesse ficou mais evidente, os jornais do país passaram a usar com mais frequência a expressão “grande família americana”, ao se referirem às nações do continente americano, principalmente com relação aos Estados Unidos que, no início do século XX, já eram considerados uma grande potência econômica mundial (GUIMARÃES, 2016) pela qual o Brasil tinha interesse especial. A mesma expressão também vai permear os discursos políticos, os debates sobre variados temas de interesse do continente, como comércio internacional, direito internacional, intercâmbios culturais, entre outros.

Alguns prelecionam que a intenção do ensino de Espanhol se aportou no prelúdio de integração cultural dos países de língua hispano-portuguesa e à composição de um sentimento de pertencimento a uma grande comunidade dos falantes destas duas línguas (GOMES, 2005; BARROS, 2003). Porém, tal como pontua Guimarães (2016, p. 35) este sentimento de pertença a uma grande “comunidade americana [...] estava mais ligado ao problema da guerra e da proteção de interesses comerciais do que propriamente a uma aproximação linguística entre o idioma de Camões e de Cervantes”.

Contudo, todo esse enaltecimento da aproximação entre as referidas linguagens, sendo que este era apenas a explicitação de uma preocupação de estabelecer correlações, sobretudo, políticas e comerciais entre os países falantes de língua portuguesa (em especial, o Brasil,

único “falante” de português da América do Sul) e da espanhola (a maioria que se estabelecia na América do Sul).

As relações internacionais com os Estados Unidos não trouxeram um aumento na demanda por aprendizes da língua inglesa, pois esta já fazia parte dos currículos oficiais desde o início do século XIX. Mas, no tocante à língua espanhola, no início do século XX, foi mister o governo se posicionar pela implantação do ensino dessa língua nos currículos oficiais, visto que o Espanhol, no século XIX, somente era ensinado em poucos colégios particulares ou por professores particulares, ou ainda era estudado por autodidatas.

Nesse sentido, houve o empenho do Brasil em implantar a língua espanhola nos currículos profissionais, no início do século XX, para dar condições adequadas aos trabalhadores de diversos ofícios de haver relação linguística, mesmo que instrumental, com os países em que mantinham contato na área comercial, militar e de relações exteriores.

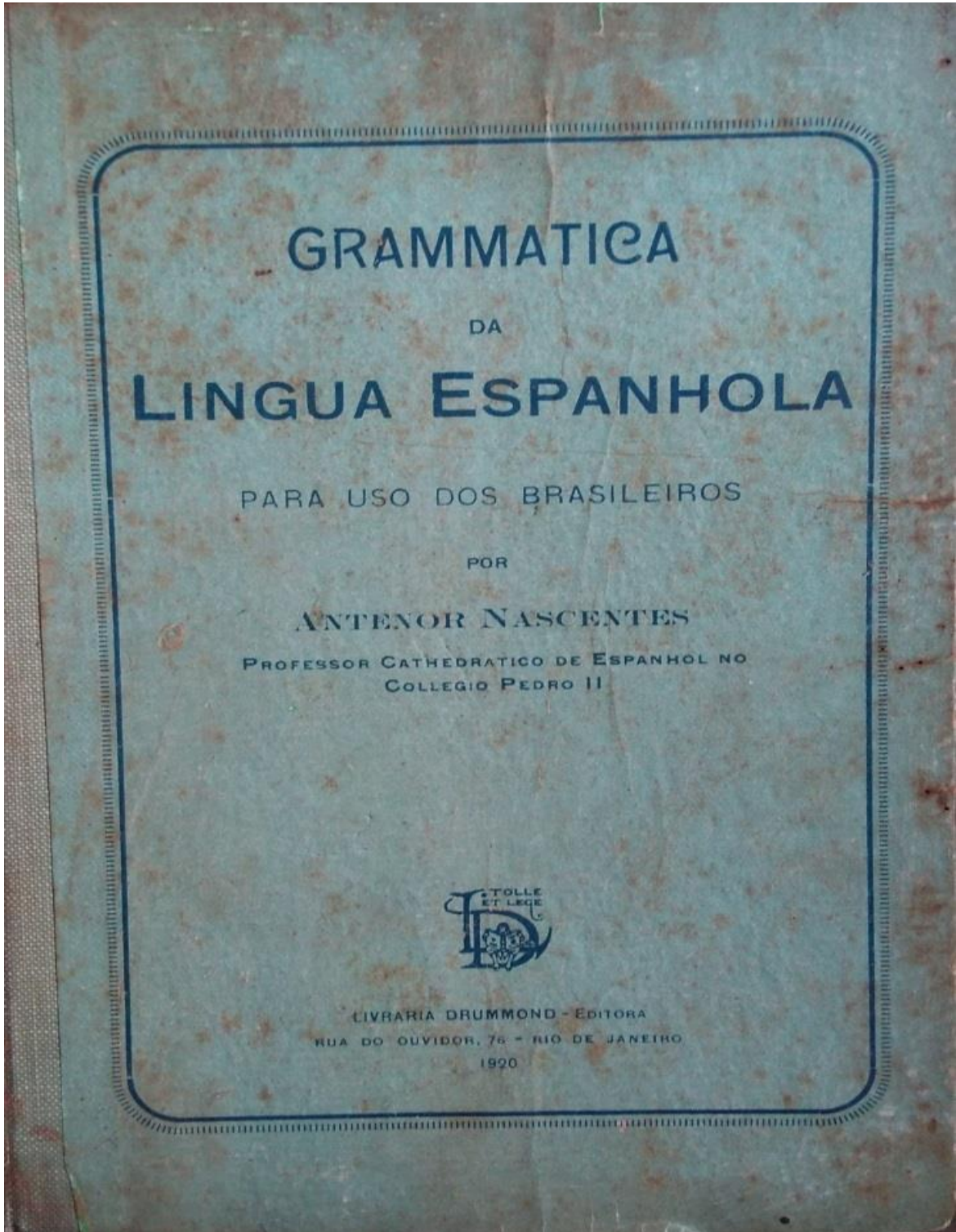
Inicialmente, em 1905, a língua espanhola foi implantada nos cursos superiores das Academias de Comércio ou escolas similares que tinham como público-alvo “[...] os ocupantes dos cargos de agentes consulares, funcionários do Ministério das Relações Exteriores, atuários de companhia de seguros e chefes de contabilidade de estabelecimentos bancários e grandes empresas comerciais” (GUIMARÃES, 2016, p. 43). Em seguida, no final desse mesmo ano, o Espanhol foi implantado nos currículos do curso superior da recém-criada Escola do Estado Maior, que recebia em suas dependências os oficiais do alto escalão.

Não obstante, as aulas de língua espanhola nessas instituições eram ministradas na prática e dependiam muito da experiência do professor que poderia usar apostilas próprias ou livros importados da Espanha ou Argentina para dar aos alunos as competências exigidas naquela ocasião que era a comunicação instrumental voltada para a área em que o profissional atuava nos seus afazeres do comércio, no contato com outros representantes das nações americanas, no caso do Ministério das Relações Exteriores e das Forças Armadas.

Somente em 1920, após a entrada da disciplina “Espanhol” no Ensino Secundário e a nomeação do primeiro professor catedrático de Espanhol, tivemos a primeira gramática de língua espanhola produzida e publicada no Brasil. Conquanto, pelo pouco tempo em que a disciplina permaneceu nos currículos do Colégio de Pedro II (1920-1925) e também pelo fato de que outros colégios oficiais brasileiros não preencheram vaga para o mesmo cargo, apesar de muitos terem publicado editais para tal fim (GUIMARÃES, 2016), não houve outras produções de LDE antes de 1942.

2.4.2 Primeira gramática da língua espanhola publicada no Brasil

Figura 6 - Capa da Grammatica da lingua espanhola para uso dos brasileiros (1920)



Fonte: Acervo pessoal de Anselmo Guimarães.

A primeira gramática de Espanhol publicada no Brasil, de autoria de Antenor Nascentes, foi escrita em português e seu conteúdo atendia, em parte, ao Programa de Espanhol, aprovado em março de 1919 pela Congregação do Colégio. A obra constitui uma fonte para que se possa desvelar os contextos nos quais o seu autor estava inserido: atendimento ao programa de ensino da instituição escolar; o método da gramática-tradução; a compreensão corrente de que o Espanhol e o Português eram línguas muito parecidas e, desse modo, o aluno não apresentaria dificuldades no aprendizado; e, finalmente, as obras que o autor teve acesso para compor o seu livro didático. O Programa de Ensino constava de 33 pontos, 30 dos quais sobre gramática.

O método utilizado era o de gramática-tradução que se constituía na tradução de textos de uma língua estrangeira a partir de listas de palavras memorizadas. Nesse contexto, o professor não necessitava de um domínio oral, pois, os exercícios de pronúncia eram tidos como secundários, considerando-se como mais importante o conhecimento profundo da estrutura da língua materna para que se pudesse verter as palavras em determinada ordem que fizesse com que o texto tivesse sentido e pudesse ser entendido, o que evidencia uma visão normativa para o ensino de línguas.

Por certo, havia aqueles que não concordavam com essa posição de que a oralidade fosse relegada a segundo plano e isso acarretou em cobranças aos responsáveis pelo concurso de 1919, pois, na redação inicial do edital, não constava que a preleção dos candidatos fosse em língua espanhola: “Para ensinar hespanhol, não é necessário falar-se a língua” (PARA..., 1919). Essa questão foi resolvida com uma nota publicada no DOU, em 20 de setembro de 1919, em que torna público que a Congregação do Colégio Pedro II decidiu que a preleção deveria ser feita em Espanhol (BRASIL, 1919b). Contudo, o método de gramática-tradução continuaria sendo utilizado nas escolas para o ensino das línguas, mesmo após a institucionalização no Brasil do método direto em 1933.

Segundo Nascentes (1920), o Espanhol era “parecidíssimo com o portuguez [...]. Quem conhece o portuguez, com facilidade, lê e compreende o Espanhol [...]”. O autor cita em sua gramática as fontes onde foi beber para dar cabo a sua obra: “Gramática de la lengua castellana” (1917) e o “Diccionario de la lengua castellana” (1914), da Real Academia Espanhola; estudos dos filólogos Ramón Menendez Pidal (1869-1968) e Rufino José Cuervo (1844-1911); gramáticos como Miguel de Toro y Gómez (1851-1922), Vicente Salvá (1786-1849), entre outros. O que demonstra a variedade de obras a que Nascentes teve acesso consultando a Biblioteca Nacional, comprando em livrarias e até mesmo importando exemplares da Espanha (NASCENTES, 1952).

A obra de Nascentes é relevante para a história do ensino de Espanhol no Brasil, como a primeira gramática da língua espanhola produzida e publicada no país e Nascentes tem seu grande mérito em ser o primeiro catedrático da disciplina, mas foi uma contribuição pequena em relação a sua produção intelectual como filólogo, lexicógrafo e gramático. Essa importância poderia ser relativizada levando em consideração o pouco tempo que a disciplina figurou na grade do Ensino Secundário (1920-1925) do Colégio Pedro II. Ainda assim, mesmo nesse período, Nascentes produziu muito mais em outras áreas, como os livros: “Método prático de análise lógica”, Livraria Francisco Alves, 1920; “Como evitar as silabadas em latim”, Editora não identificada, 1920; “Método prático de análise gramatical”, Editora não identificada, 1921; “O linguajar carioca em 1922”, Sussekind de Mendonça, 1922 e, “Apostilas de português”, Livraria Francisco Alves, 1923.

Voltando para a gramática espanhola, o conteúdo é estritamente gramatical, como era de se esperar para o ano de 1920. O autor incluiu em sua obra vinte e oito pontos do programa, acrescentou ortografia e prosódia e deixou de fora os seguintes pontos:

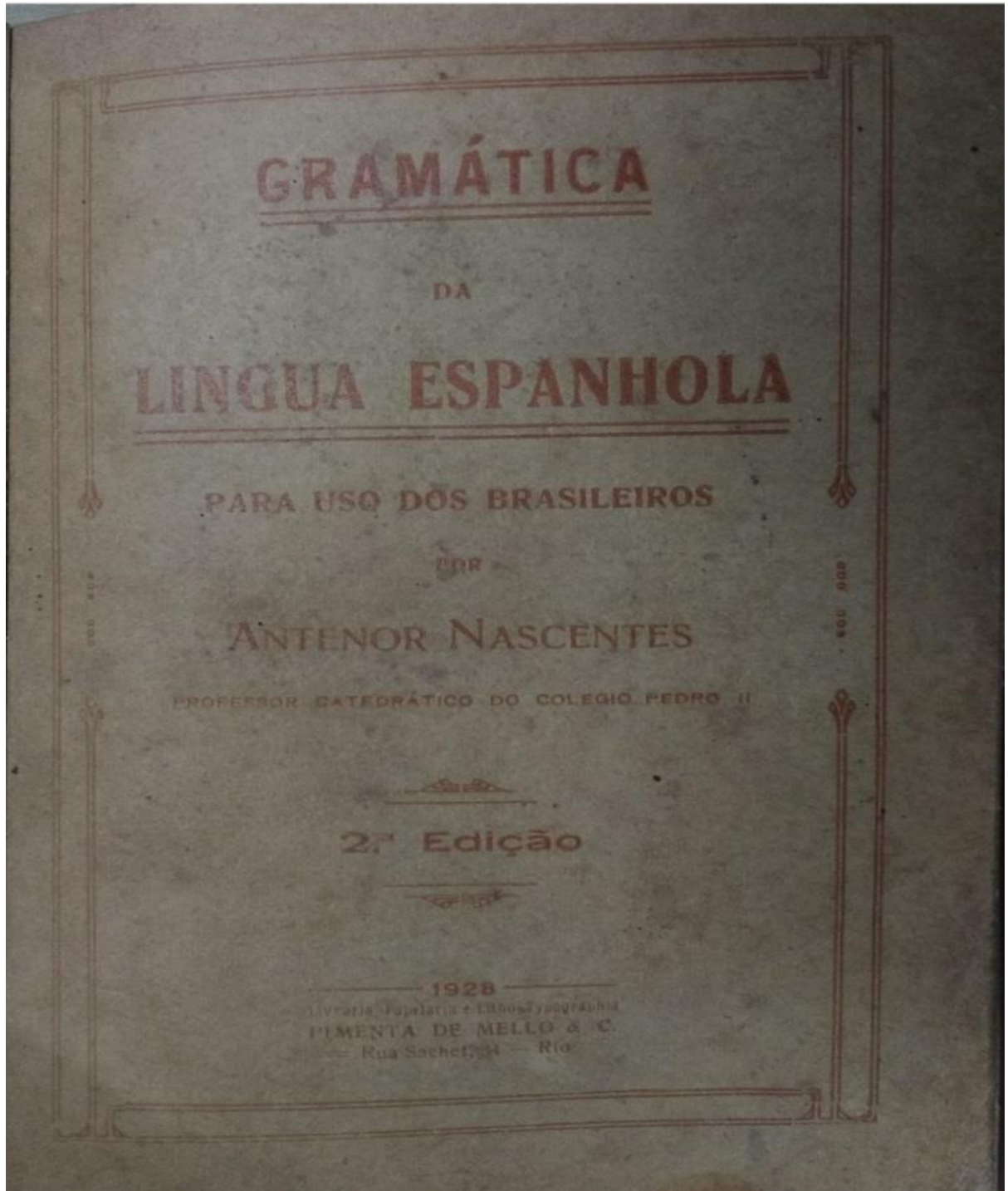
- a) Parte do ponto 21: modificações sofridas pelo hespanhol nas Republicas Americanas.
- b) Ponto 29: Noções geraes sobre a origem e formação da lingua hespanhola. Sua evolução.
- c) Ponto 30: Relações historicas da lingua hespanhola com as demais linguas romanicas, especialmente com a portugueza.
- d) Ponto 32: Da syntase geral e do estylo.
- e) Vista geral sobre o desenvolvimento das principaes phases da litteratura hespanhola. (BRASIL, 1919b).

O professor detinha o controle de suas aulas e do material a ser utilizado pelos alunos. Nascentes imprimiu em suas aulas uma concepção de língua para o estudo do Espanhol, a partir da visão de que o Espanhol e o Português eram parecidos, em termos comparativos. Estudava-se o que era diferente. Sua obra é bem sintética, com conteúdo resumido e sem exercícios. As atividades de tradução se faziam a partir da leitura de clássicos espanhóis como o D. Quixote que o professor solicitava para que os alunos comprassem.

2.4.3 Reedição da obra de Nascentes

Em 1928, foi publicada a segunda edição da obra de Nascentes:

Figura 7 - Capa da Gramática da lingua espanhola para uso dos brasileiros (1928)



Fonte: Acervo pessoal de Luciana Maria Almeida de Freitas.

2.5 ANTENOR NASCENTES

A história escolar de Antenor de Veras Nascentes (1886-1972) é bem singular. Nascentes nasceu e faleceu no Rio de Janeiro, era filho de pessoas simples e com poucos recursos (seu pai Dácio de Veras Nascentes, servente da Alfândega, e sua mãe Paulina Nascentes, do lar). Uma situação constrangedora que aconteceu na escola primária em que estudava mudaria a sua vida escolar. Segundo Nascentes, em uma entrevista concedida a Pedro Bloch (PEDRO BLOCH, [19--?]), após uma das aulas de ginástica de uma professora sueca, no Colégio Frazão, surgiu um “bafafá” e Nascentes foi acusado. Para não delatar o verdadeiro autor do episódio, ele preferiu ser expulso.

O superior de seu pai na Alfândega, cuja esposa, Amélia Fernandes da Costa, era professora, ao tomar conhecimento do ocorrido, quis ajudá-lo e Nascentes foi estudar, curiosamente, na escola feminina em que Amélia lecionava.

Nascentes deu provas de sua aptidão para os estudos e foi auxiliado, financeiramente, inclusive, pela professora Amélia, não só na escola primária, mas também nos seus estudos secundários.

2.5.1 Formação secundária

Antenor Nascentes ingressou no Colégio Pedro II em 1897, na capital federal, com 11 anos de idade, sem prestar exame de admissão, pois havia sido aprovado nos exames finais da escola primária, conforme regime da época. Essas provas eram consideradas muito difíceis e poucas escolas inscreviam alunos. A banca examinadora foi constituída por Benedicto Raymundo da Silva (inspetor escolar) na presidência, a diretora da escola, Amélia Fernandes da Costa, e o professor Candido Baptista Antunes, designado pela Diretoria Geral da Instrução Pública (EXAMES..., 1896, p. 1).

Enquanto outras escolas inscreviam um ou dois alunos para o exame de admissão, quando enviavam, a escola dirigida pela professora Amélia inscreveu seis alunos naquele ano de 1896, e entre estes, estava o jovem Nascentes. Era uma avaliação também para os diretores, que, nesse processo, podiam demonstrar sua capacidade de ensino ao conseguir aprovar alunos naquele exame. Era uma oportunidade para os diretores demonstrarem sua capacidade de gestor, de grande colaborador da educação e, assim, ganhar visibilidade e capital simbólico. No início da década de 1890, a professora Amélia já possuía prestígio e reconhecimento, porquanto não foi por acaso que ela foi um dos três professores públicos de ensino primário a viajarem pela Europa em 1891, subsidiados pelo governo, para estudarem os progressos pedagógicos de vários países e obterem aperfeiçoamento de habilidades

profissionais, com intenção de apropriarem-se de modelos de educação europeus considerados modelos (SCHUELER e GONDRA, 2010). Os outros dois professores foram: Luiz Augusto dos Reis e Manoel José Pereira Frazão. Como resultado de sua viagem, a professora Amélia apresentou relatório à Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária da capital e o publicou pela Imprensa Nacional, em 1893, com o título “O ensino publico primario na Italia, França e Belgica escolas primarias e superiores, maternas, profissionais, normaes, asylos e jardins infantis, museus pedagogicos, etc.”.

Curioso notar que o estabelecimento dirigido pela professora Amélia Fernandes da Costa era uma escola para meninas: 3ª Escola Feminina do 3º Distrito. Nos exames finais, foram aprovadas com distinção as alunas Amelia Ferreira Soares, Maria da Rocha, Elvira Antunes da Silva, Adelia Cardozo e Julieta Monteiro de Souza, bem como o aluno Antenor Nascentes. No jornal Gazeta da Tarde, de 29 de novembro de 1896, que informa sobre o exame final da escola, o editor escreve que “[...] Foram aprovadas com distinção:” seguido do nome de todas as alunas e o de Antenor Nascentes e, ao final do texto, relata que assistiram ao ato “diversas famílias das educandas” (EXAMES..., 1896, p. 1), como se todos que prestaram exames fossem meninas.

No exame final, em uma hora de avaliação, o aluno teria de responder a questões de Português, Geografia, História do Brasil, Lições de Coisas e, por fim, a prova mais difícil para os alunos, a Aritmética. Naquele exame, Nascentes, ainda criança, alcançava somente a parte inferior do quadro negro e, ao resolver uma questão de raiz cúbica, ficara nas pontas dos pés para que pudesse escrever o resultado. A banca, ao fundo, vendo aquela cena, pôs-se a rir, um riso contido, mas que Nascentes escutou sem entender o que estava acontecendo. Por um momento, atrapalhou sua concentração, voltando logo em seguida a seus cálculos e respostas. Ao final do exame, Nascentes saiu vitorioso com nota máxima e, então, conseguiu matrícula gratuita no Colégio Pedro II.

É relevante ressaltar que, apesar de o Colégio Pedro II ser público, a matrícula dos alunos não era gratuita. Ademais, além da matrícula, havia custos durante o ano letivo que a família do aluno deveria cobrir. Apesar da origem humilde, Nascentes conseguiu manter-se no colégio graças à professora Amélia Fernandes da Costa, diretora da escola primária por ele cursada, que custeou seus estudos secundários. Não se deve esquecer que os colégios secundários eram, naquela época, instituições destinadas à elite, com uma educação voltada para a formação qualificada, humanística e intelectualizada. A instrução voltada para as classes trabalhadoras era ministrada nas escolas profissionalizantes (de ofício, artífices ou aprendizes). Essas escolas eram voltadas mais para a prática de serviços mecânicos, não

necessitando de grande desenvolvimento intelectual, como já em 1856 dizia Abilio Cesar Borges, Diretor Geral dos Estudos da Província da Bahia, ao citar a importância do aprendizado de línguas clássicas para os alunos do ensino secundário, que estavam destinados a uma vocação pública:

As linguas occupam um logar eminente entre os elementos da educação nobre: (e aqui entendo por educação nobre, e entenderei onde quer que repetir a expressão, a de todo o educando que não é destinado á officios ou empregos mechanicos). Nem todos os individuos da sociedade precisam della; mas de certa altura para cima quasi todos – e porque não direi sem excepção, todos? (BAHIA, 1856, p. 39).

Como vemos, nem todas as pessoas tinham acesso a uma “educação nobre”. A maioria cursava as escolas de primeiras letras e depois poderia ingressar em cursos profissionalizantes para seguir um determinado ofício. Aqueles que, segundo Borges, se destinavam ou eram destinados desde o nascimento à vida pública (BAHIA, 1856) cursavam o ensino secundário.

No curso secundário, Nascentes pôde estudar com grandes nomes do magistério brasileiro, como os professores Vicente de Souza (1878-1920), de Latim; Said Ali (1861-1953), de Alemão; e Fausto Barreto (1852-1908), de Português. Estudou os seis anos do ensino secundário, segundo ele próprio “[...] com os melhores professores da capital do país” (NASCENTES, 1952, p. 10). A excelência do curso, para a época, somada a sua aptidão para os estudos, o levou a duas conquistas logo após o término dos estudos: passou em primeira colocação em dois concursos públicos, praticante dos Correios e oficial da Secretaria de Justiça, além de lograr matrícula gratuita na Faculdade de Ciências Jurídicas por seu destacado desempenho no ensino secundário, com notas máximas.

Durante o período em que esteve como discente do Colégio Pedro II, passaram pela diretoria do externato José Veríssimo Dias de Matos (1857-1916), diretor entre 1891 e 1898, e Francisco Carlos da Silva Cabrita, entre 1898 e 1903. Nesse período, o currículo passou por algumas alterações, moldando a formação de Nascentes que cursou, muito provavelmente, as disciplinas conforme quadro a seguir:

Quadro 2 – Distribuição das horas semanais das disciplinas cursadas por Nascentes.

| Disciplinas | 1º ano (1897)* | 2º ano (1898)** | 3º ano (1899)** | 4º ano (1900)** | 5º ano (1901)** * | 6º ano (1902)** * | TOTAL |
|--|-------------------|--------------------|--------------------|--------------------|-------------------------|-------------------------|------------|
| Português | 6 | 5 | 5 | 4 | | | 20 |
| Francês | 3 | 5 | 5 | 4 | | 1 | 18 |
| Inglês | | | | | 1 | 1 | 2 |
| Alemão | | 5 | 5 | 4 | 3 | 2 | 24 |
| Latim | | 3 | 3 | 3 | 3 | 1 | 13 |
| Grego | | | | | 3 | 2 | 5 |
| Matemáticas (Aritmética, Álgebra, Geometria, Trigonometria e Cálculos) | 6 | 3 | 1 | 4 | | 2 | 16 |
| Física e Química | | | | | 4 | 3 | 7 |
| Geografia | 3 | 3 | 2 | 2 | | 1 | 11 |
| Zoologia e Botânica | | | | 3 | | | 3 |
| História Universal | | | | 2 | 3 | | 5 |
| História do Brasil | | | | | | 3 | 3 |
| História Natural | | | | | 2 | 5 | 7 |
| Lógica | | | | | | 3 | 3 |
| Desenho | 2 | 2 | 2 | 1 | | | 7 |
| Música | 2 | 2 | 2 | 1 | | | 7 |
| Ginástica | 2 | 1 | 2 | 1 | | | 6 |
| Literatura | | | | | | 2 | 2 |
| TOTAL | 24 | 29 | 29 | 30 | 24 | 26 | 162 |

Fonte: * Decreto nº. 1.652, de 15 de janeiro de 1894.

** Decreto nº. 2.857, de 30 de março de 1898.

*** Decreto nº. 3.914, de 26 de janeiro de 1901.

É relevante notar que mais de 50% da carga horária total do curso foram voltados para o estudo de seis línguas (português, francês, inglês, alemão, latim e grego), com destaque para o alemão, cuja língua Nascente saiu do secundário falando (PEDRO BLOCH, [19--?]). Mas essa diversidade de línguas cursadas por Nascentes é fruto de uma reforma educacional? Certamente, que não, visto que ele passou por três reformas com objetivos distintos.

O regulamento de 1894, assinado pelo ministro Cassiano do Nascimento, tinha um caráter científico, com o ensino das línguas ocupando 43,78% do total do currículo. Tomando como critério o número de horas semanais, as línguas estavam assim ordenadas: Português, 17 horas; Francês e Latim, 13 horas cada; Alemão, 12 horas; Inglês, 10 horas e Grego, 9 horas.

A reforma do ministro Amaro Cavalcante, em 1898, aprovou novo regulamento para o Colégio Pedro II, dividindo o ensino secundário em dois cursos. Um com seis anos, propedêutico ou realista, e outro com sete anos, clássico ou humanista. O curso clássico,

cursado por Nascente lhe permitiu estudar, no segundo, terceiro e quarto anos, as seguintes línguas: Português, Francês, Alemão (em detrimento do Inglês, uma vez que era facultativo a escolha do aluno entre a língua germânica e a língua saxônica) e Latim. A oferta desse curso que Nascentes se matriculou marcou o retorno de um currículo mais humanista que fora substituído em 1890, pelo ministro Benjamin Constant, por um currículo de caráter científico, “[...] mais aos moldes do positivismo comtiano – escola filosófica da qual o ministro era adepto [...]” (OLIVEIRA, 1999, 56). Com um total de duzentas horas, o currículo do curso clássico reservava um total de noventa e seis horas para o ensino das línguas, ou seja, 48% do total.

No curso propedêutico, o aluno estudaria Português, Francês e Inglês ou Alemão com carga horária de 24 horas cada. No curso clássico, o Português se manteria nas 24 horas totais do curso, a língua francesa teria um acréscimo de 1 hora, a língua inglesa ou alemã, acréscimo de 2 horas, além do estudo do Latim, 12 horas, e do Grego com 9 horas.

Nos últimos dois anos do curso de Nascentes, o currículo esteve organizado sob nova reforma educacional, desta vez, promovida pelo ministro Epiácio Pessoa. O Colégio Pedro II volta a ter somente um curso com duração de seis anos.

As disciplinas de ciências exatas e biológicas tiveram um espaço reduzido na formação de Nascentes com pouco mais de 20% do total da carga horária e as disciplinas voltadas para o desenvolvimento artístico e disciplinar (música, desenho e ginástica) somaram 20 horas no total, ou seja, pouco mais de 12%. As disciplinas de Geografia e História somaram um total de 19 horas.

Nesse caso em que os alunos têm, no decorrer dos seus estudos, alterações no currículo, não há como relacionar a sua formação com a intencionalidade de uma reforma ou legislador. A análise dos planos de estudos estabelecidos pelos decretos supracitados (ver APÊNDICE A) demonstra que a língua alemã só ultrapassaria em horas a língua portuguesa caso o aluno optasse pelo curso clássico, no currículo existente de 1898 a 1900, com um acréscimo de um ano para término do ensino secundário, ou seja, o aluno terminaria o curso após sete anos de estudos. Mas como vimos no Quadro 1, Nascentes terminou o curso em seis anos e a língua alemã superou a língua portuguesa em quatro horas no total do curso.

Dessa forma, o ensino secundário cursado por Nascentes foi marcado por um currículo clássico, voltado para a formação de um homem letrado no estudo das línguas modernas e clássicas, que lhe deu a base para a carreira como erudito, polígrafo e filólogo.

2.5.2 Formação superior e atuação profissional

Ao final do curso secundário, diplomou-se bacharel em letras em fevereiro de 1903. Nascentes estava decidido a regressar como docente da casa. Enquanto isso não fosse possível, queria permanecer por perto. Esse desejo refletiu na sua escolha pela escola superior a cursar. Na capital federal, havia duas faculdades de Direito, “[...] a chamada Livre¹¹, na Praça da República, e a de Ciências Jurídicas¹² [...]” que estava instalada no Colégio Pedro II. Nascentes preferiu esta última, pois, dessa forma, “[...] passaria mais cinco anos entre estas veneráveis paredes” (NASCENTES, 1952, p. 11).

Para a matrícula no curso superior, foi determinante o seu desempenho no curso secundário, pois, como sua condição financeira era desfavorável, conseqüentemente, não tinha como pagar a taxa da matrícula exigida, ele se valeu do “Código Epitácio”, instituído pelo Decreto n. 3.890, de 1º de janeiro de 1901. O Código dos Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundário, assinado pelo ministro Epitácio Pessoa, no governo de Campos Sales, prescrevia:

Art. 125. O Governo poderá mandar todos os annos matricular gratuitamente em qualquer estabelecimento de ensino superior até dous alumnos, dentre os estudantes pobres que tenham revelado nos estudos secundarios excepcional aptidão.

§ 1º Este favor cessará si o alumno soffrer penas disciplinares que desabonem a sua reputação ou si for reprovado em duas epochas no mesmo anno do curso, seja na mesma cadeira ou em cadeiras diversas.

§ 2º Ao alumno gratuito que concluir o curso será dado, independentemente de emolumentos, o diploma que lhe competir. (BRASIL, 1901a).

O governo poderia solicitar a matrícula gratuita de até dois alunos pobres, mas que tivessem revelado excepcional aptidão nos estudos secundários, por ano. Dessa maneira, Nascentes se muniu de documentação necessária e solicitou ao governo sua matrícula.

Após sua formação em Direito, Nascentes seguiu com contatos profissionais no magistério do Colégio Pedro II e em escolas preparatórias do Rio de Janeiro. Em 1916, participou da banca examinadora de colégios particulares no Rio de Janeiro, juntamente a outros professores, entre eles, professores daquele estabelecimento federal, como Carlos de Laet (1847-1927), professor de Português, e João Ribeiro (1860-1934), professor de História.

A partir 1918, Nascentes atuou como professor de Francês no recém-criado Liceu Rio Branco (Figura 8), colégio particular de ensino secundário, ao lado dos professores do Colégio Pedro II Guilherme Affonso, de Inglês, Mendes de Aguiar, de Latim, Fernando

¹¹ Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, criada em 1891 (CUNHA, 1980, p. 158).

¹² Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, criada em 1891 (CUNHA, 1980, p. 157).

Gabaglia, de Geografia, Cecil Thiré, de Aritmética, Agliberto Xavier, de Álgebra, Euclides Roxo, de Geometria e Benedicto Raymundo, de História Natural; do Instituto Profissional João Alfredo, Torquato de Mesquita, de Português; da Faculdade de Medicina, Nascimento Bitencourt, de Física e Química e Henrique Lacombe, de História Natural; da Escola Normal, Jonathas Serrano, de História Universal e Osório Duque-Estrada, de História do Brasil; da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais, Alfredo Pinto; além dos professores Gastão de Azevedo Villela, de Alemão, Nelson Romero, de Lógica, Psicologia e História da Filosofia e Enoch da Rocha Lima, de Desenho (O MALHO, 1918).

Figura 8 - Lyceu Rio Branco



Fonte: Periódico O Malho, 1918.

Em 1919, Nascente participou do concurso para catedrático de Espanhol do Colégio Pedro II e logrou o primeiro lugar numa disputa com mais sete concorrentes. A partir de 1920 até 1925, quando a cadeira foi extinta, a disciplina era facultativa e isso causava transtornos e decepção ao professor Nascentes. Em seu discurso de 23 de setembro de 1952, ocasião em que recebeu do Colégio Pedro II o título de Professor Emérito, relatou as dificuldades enfrentadas e sua insatisfação:

Seis anos lectionei espanhol.

A cadeira era facultativa, o que lhe trazia certa condição de inferioridade.

Tinha os piores horários, numa e noutra casa; os alunos não compravam o Quixote para os indispensáveis exercícios de aula; não havia exame; pouco adiantava a nota.

Tal situação não podia continuar (NASCENTES, 1952, p. 12).

Em 1925, uma nova reforma do ensino secundário estava em andamento e Nascentes se dirigiu ao ministro João Luiz Alves e solicitou que a disciplina passasse a ser obrigatória, o que foi negado. Mas, tempos depois, antes do anúncio da reforma, o ministro chamou Nascente para informar que a cadeira de espanhol seria extinta e, em contrapartida, desdobraria a cadeira de Português ou Latim, a sua escolha. Nascentes preferiu a de Português e assim, em 1927, assumiu a cadeira. A supressão da cadeira de Espanhol foi muito criticada, ainda mais porque o Brasil estava solicitando que outros países, como a Argentina e o Paraguai, abrissem uma cadeira de Português nos seus sistemas de ensino.

Pouco tempo antes da aposentadoria de Nascentes, Gustavo Capanema, Ministro da Educação, lhe propôs assumir a cadeira de Língua e Literatura Espanhola da Faculdade Nacional de Filosofia fundada em 1939. Inspirado no Duque de Montpensier, que respondeu ao convite para ser rei do recém-criado reino da Albânia, o qual “não trocava a sua categoria de príncipe francês pela coroa de um reino sem tradições”, Nascentes respondeu ao ministro Capanema: “perdoe-me, V. Excia. Não abandono o meu colégio centenário por uma Faculdade recém-criada” (NASCENTES, 1952, p. 14)

Nascentes aposentou-se com 25 anos de docência no Colégio Pedro II e, em 1952, no salão nobre do Externato do Colégio Pedro II, recebeu o título de Professor Emérito.

2.5.3 Concurso para catedrático de Espanhol

Nascentes, após sua formação, seguia estudando para concurso do Colégio Pedro II. Inicialmente, estudava grego, mas a reforma de 1915, empreendida pelo Ministro Carlos Maximiliano, o retirou dos planos de estudos do estabelecimento, justificando que:

Entre nós cumpre restaurar o glorioso Colégio Pedro II, que ora agoniza. Inútil manter o sexto ano, de valor decorativo, sem um aluno desde 1912. Há muito que os grandes filósofos reduziram a proporções irrisórias o ensino das línguas mortas. Por causa do estudo do português e do direito romano, ainda convém aprender elementarmente o latim; porém o grego deve ceder o lugar a uma língua viva (MAXIMILIANO, *apud* OLIVEIRA, 1999, p. 67).

Em consequência da referida reforma, Nascentes alterou seus estudos e passou ao latim e às línguas românicas, quando foi anunciada, em 1917, pelo então ministro Carlos Maximiliano, a criação de uma cadeira de Espanhol no Colégio Pedro II. Por se tratar de uma cadeira nova, não havia necessidade de abrir concurso, então o ministro da Justiça e Negócios

Interiores poderia nomear para a vaga aberta um professor de sua escolha, mesmo assim, Nascentes seguia estudando. Em 1919, porém, muitas solicitações já haviam sido feitas para preenchimento da vaga. O ministro Urbano Santos, que acabara de assumir a pasta em 3 de dezembro de 1918, decidiu abrir concurso para não se indispor com os “padrinhos” solicitantes.

Para o ministro, seria uma boa estratégia a entrada de Nascentes para o Colégio Pedro II, pois, desse modo, ele deixaria vago o cargo de 2º oficial da Secretaria de Justiça e Negócios Interiores, o que possibilitaria a promoção do 3º oficial e, conseqüentemente, a abertura de concurso para esta vaga.

Há dois indícios de que havia uma estratégia tanto do ministro quanto da congregação do Colégio Pedro II para que Nascentes obtivesse o primeiro lugar no concurso. Primeiro, o indeferimento da candidata Laura Bezerra, por ser de origem uruguaia, apesar de ser casada com brasileiro e ter filhos brasileiros. Nesse caso, o diretor do colégio, Carlos de Laet, não aceitou a inscrição da candidata e remeteu para o ministério se pronunciar. O concurso prosseguiu sem prorrogações nas datas das provas, mesmo sem o parecer do ministro. A resposta enviada ao colégio no início de setembro de 1919 negava a inscrição da candidata.

Laura Bezerra era uma conhecida professora uruguaia, casada com o cel. Antonio Bezerra. Formou-se em escolas da Inglaterra, França e Alemanha, onde adquiriu as habilidades e o preparo técnico como educadora. No Brasil, fundou o Instituto Rio Branco, destinado à formação de meninas cariocas. Recebia muitos elogios da imprensa carioca em sua atuação na educação feminina como as linhas publicadas no Jornal *Correio da Manhã* a seguir:

[...] o Internato Rio Branco, alargando a esfera de sua acção propõe-se a ensinar as nossas jovens patricias a ser donas de casa, a educar os filhos, habilitando-as a procurar no trabalho nobilitante a propria subsistencia ou a se tornar um poderoso auxiliar do homem na grande luta pela vida (UMA TENTATIVA..., 1916, p. 4).

O nome de Laura Bezerra era conhecido, praticamente, em todo o país, como uma educadora competente e de qualidade, através da imprensa do Rio de Janeiro, replicado nos jornais de outros estados. O periódico Jornal de Recife assim se referia à candidata a cadeira de Espanhol:

A concurrente é pessoa competente e segundo se refere a imprensa do Rio, toda unanime em julgal-a capaz de leccionar, o seu nome é acatado não só entre os que professam o magistério como no mundo intellectual, sendo assidua collaboradora da imprensa.

Tem realizado já várias conferencias, onde demonstra sempre grandes conhecimentos de linguística e philologia. (EM RETRIBUIÇÃO, 1919).

Apesar da polêmica, o concurso prosseguiu normalmente com a inscrição de oito candidatos: Francisco Pereira Novaes da Cunha, Dario Portuguez Silva Monteiro, Antonio de Araujo Mello Carvalho, Lino de Moraes Leme, David José Perez, Brenno Silveira de Arruda, Antenor de Veras Nascentes e Adolfo Morales de los Rios Filho. A seguir, foto do dia de arguição do candidato Francisco Pereira Novais da Cunha no dia 9 de setembro de 1919 (Figura 9):

Figura 9 - Concurso para catedrático de espanhol do Colégio Pedro II



Fonte: Gazeta de Notícias (NO COLLEGIO..., 1919).

O segundo fato que chama a atenção é a denúncia de um jornal com alegações de manipulação pela direção do Colégio Pedro II para a aprovação de Nascentes:

Ousamos chamar a atenção do Sr. Presidente da Republica para a violencia que se vai praticar a proposito do concurso para o preenchimento da cadeira de hespanhol, no Collegio Pedro II.

Estamos seguramente informados de que se faz neste momento uma cabala vergonhosa em favor de um dos candidatos – o Sr. Nascentes, afim delle ser classificado em primeiro lugar, com visivel prejuizo de dous outros, cujas

provas magnificas lhes deram inteira superioridade e, como tal, deviam ter respeitados os seus direitos.

Um delles, o Sr. Perez, moço de vasta cultura, sem padrinhos, mas possuidor de raros meritos, em todas as provas a que foi submettido se houve brilhantemente. Elle mostrou ser capaz de desafiar todos os empistolados, mesmo diante da parcialidade manifesta dos julgadores.

A sua tese é um documento expressivo de uma grande capacidade e, por isso mesmo, consideramos uma vergonha o que agora se trama no Pedro II.

Para que se não allegue termos protestado tardiamente, aqui registamos [sic], no intuito de moralisar um concurso que se esperava fosse sério, o attentado prestes a ser levado a effeito pelos “gros bonnets” daquela casa de ensino.

Ainda é tempo para o concurso de hespanhol merecer um pouco da preciosa attenção do eminente Sr. Dr. Epitacio Pessoa (GAZETA DE NOTICIAS, 1919).

O candidato David José Pérez (1883-1970), natural da cidade de Breves, no Pará, era de origem pobre, filho de judeus provenientes de Marrocos, que com seu esforço e ajuda da família, conseguiu na capital federal concluir os seus estudos superiores, estudando na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, onde, mais tarde, veio a ser professor do Ensino Secundário do Curso Anexo (FALBEL, 2005).

Em 1919, ano do concurso, Pérez já era um conhecido professor na capital recebendo convites para participar de bancas de concursos de docentes, como em 1913, quando foi convidado para constituir a banca do concurso da cadeira de português do Instituto Benjamin Constant.

Os dois candidatos, Antenor Nascentes e David Pérez, terminaram o concurso com a mesma média: 9,6. Não havia critérios de desempate estabelecidos no Decreto n. 11.530, o que permitiu a tomada de decisão pela Congregação de impor como fator de desempate o título de aluno laureado, concedido aos melhores alunos do Colégio Pedro II (MALVEIRA, 1983), que só Nascentes possuía. Uma ação visivelmente de uma entidade de classe que tinha optado por um dos candidatos e que usou de seu poder simbólico de legitimação de suas ações reconhecidas pela sociedade como autorizada a criar normas e julgar procedimentos, assim o fez adequando o resultado à opinião da maioria dos membros, se constituindo de uma ação política possível que de acordo com Bourdieu (1998):

A ação propriamente política é possível porque os agentes, por fazerem parte do mundo social, têm conhecimento (mais ou menos adequado) desse mundo, podendo-se então agir sobre o mundo social agindo-se sobre o conhecimento que os agentes têm dele. Esta ação tem como objetivo produzir e impor representações (mentais, verbais, gráficas ou teatrais) do mundo social capazes de agir sobre esse mundo, agindo sobre as representações dos agentes a seu respeito. Ou melhor, tal ação visa fazer ou desfazer os grupos – e ao mesmo tempo, as ações coletivas que esses grupos podem encetar para transformar o mundo social conforme seus interesses – produzindo, reproduzindo ou destruindo as representações que tornam

visíveis esses grupos perante eles mesmos e perante os demais (BOURDIEU, 1998, p. 117).

Essa ação política da Congregação do Colégio Pedro II, que possibilitou a Nascentes ser aprovado em primeiro lugar no concurso, possivelmente, se deva à sua rede social dentro do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, onde trabalhava, e dentro do próprio Colégio Pedro II, onde atuavam os colegas docentes com os quais ele convivia profissionalmente em colégio particulares, escolas preparatórias e bancas examinadoras. Mas devemos considerar também a sua trajetória estudantil, com alto desempenho desde a escola primária, colocando-o em alta conta dentro da comunidade escolar e acadêmica.

Sua aprovação e nomeação para a disciplina Espanhol dão o ponto de partida para a publicação da primeira gramática de Espanhol publicada no Brasil, mas a disciplina era facultativa e o pouco tempo que permaneceu nos currículos oficiais não deu o status requerido aos professores-autores de livros didáticos para que se pudesse prosseguir com outras produções como veremos adiante.

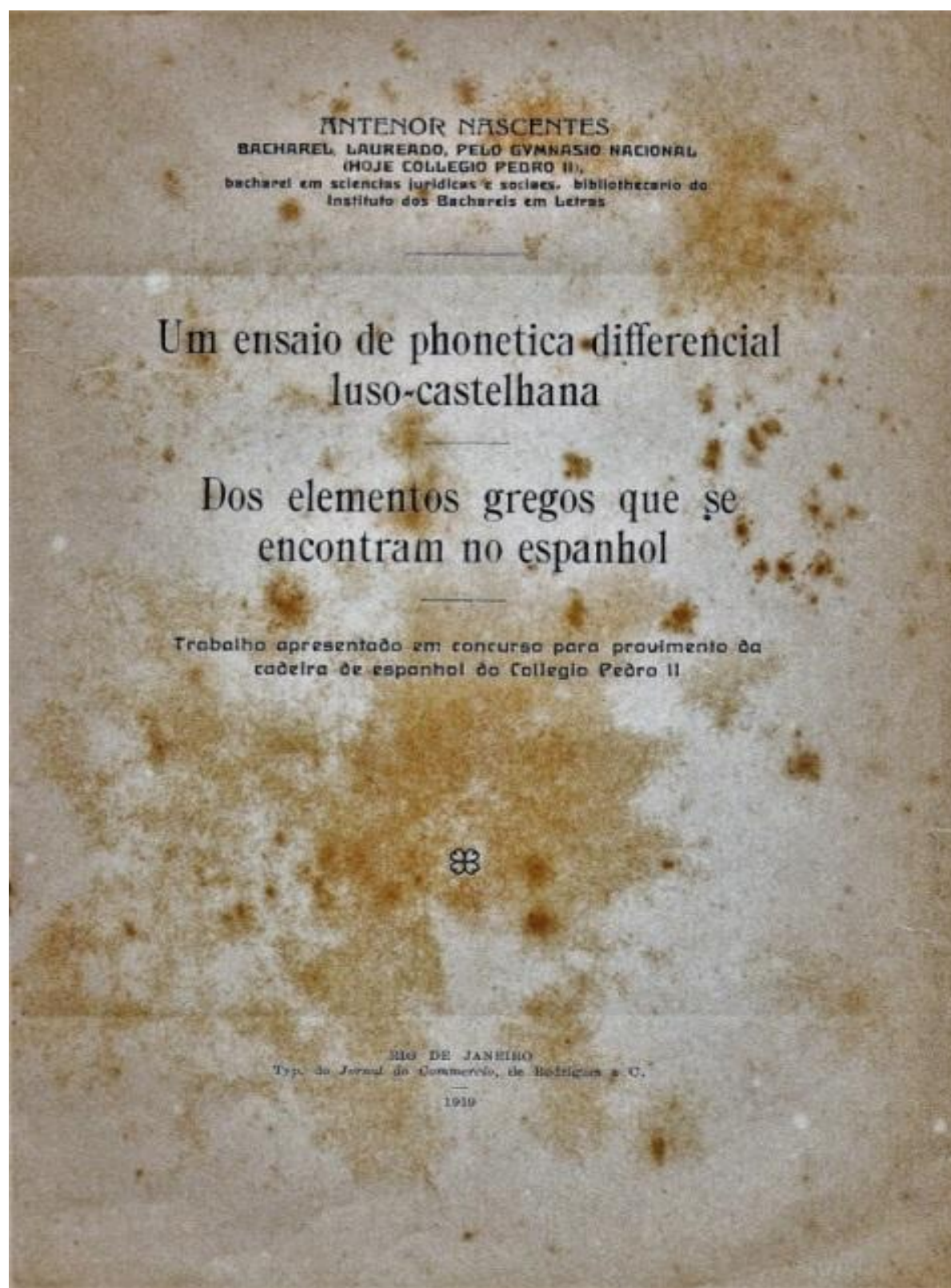
Aproveitando a sua leitura para o concurso, Nascentes produziu a sua gramática de Espanhol. Quando ficou sabendo que iria abrir concurso no Colégio Pedro II, para a cadeira de Espanhol. Ele já estava estudando a gramática das línguas neolatinas e prosseguiu estudando tudo relacionado à língua espanhola que conseguiu na Biblioteca Nacional, livros comprados em livrarias e até importados da Espanha (NASCENTES, 1952, p. 11-12). Alguns dos livros estudados por Nascentes foram citados em sua gramática, revelando qualidade dos seus estudos: “Gramática de la lengua española” (1917) e “Diccionario de la lengua española” (1914) da Real Academia Española; publicações dos filólogos e gramáticos Vicente Salvá, Ramón Menéndez Pidal, Chalumeau de Verneuil, Miguel de Toro y Gómez, entre outros.

Apesar de sua competência, constatada em suas várias obras publicadas (ver seção 3.1.2), Nascente publicou somente uma gramática de Espanhol em 1920 e uma antologia espanhola e hispano-americana em 1943.

Os requisitos para ser professor-autor ele os tinha: Nascentes, mesmo antes de lograr êxito no concurso do Colégio Pedro II, tinha um cargo público no ministério responsável pela instrução pública; era bacharel em Letras pelo colégio considerado modelar no Brasil e formado em ciências jurídicas, o que lhe conferia o título de doutor. Os editores publicavam nas capas dos livros essas credenciais para que a obra pudesse ter garantida a sua vendagem, como exemplo, na capa do seu primeiro livro publicado “Ligeiras notas sobre redação official” (1914), estava escrito logo abaixo do seu nome “2º official da Secretaria de Justiça e

Negócios Interiores”. Mesmo a sua tese apresentada para o concurso no Colégio Pedro II, foram incluídos suas credenciais, seu capital simbólico, como observado na Figura 10:

Figura 10 - Folha de Rosto da tese de concurso de Nascentes



Fonte: Acervo pessoal de Anselmo Guimarães.

Nessa tese, publicada na Typographia do Jornal do Commercio, em 1919, constam no topo da capa e da folha de rosto a formação de Nascentes e sua vinculação institucional: “Bacharel laureado, pelo Gymnasio Nacional (hoje Collegio Pedro II), bacharel em sciencias jurídicas e sociaes, bibliothecario do Instituto dos Bachareis em Letras”.

Após o seu ingresso como catedrático do Colégio Pedro II, essa formação deixa de ser necessária, pois a sua vinculação profissional ao estabelecimento modelar do governo central por si só já teria status suficiente para demonstrar a capacitação do autor da obra. Dessa maneira, a partir de 1920, as suas obras terão inscrições com sua vinculação com aquele colégio, conforme se pode observar nas Figuras 6, 7, 11 e 12. A partir da década de 1940, essa informação sobre o professor não apareceria na capa e sim na folha de rosto.

A sua tese para o concurso “Um ensaio de phonetica diferencial luso-castelhana, dos elementos gregos que se encontram no Espanhol” (1919), foi ponto de partida para o método de escrita da sua gramática. A tese tem duas partes bem definidas como apresentadas no título. A primeira parte, o autor trata de fazer um panorama histórico comparativo das línguas portuguesa e espanhola no que se refere à fonética.

Esse método comparativo vai permear todo o seu trabalho na produção de sua gramática, uma vez que Nascentes entendia que, como as duas línguas têm a mesma origem latina com muitas semelhanças, o que levaria o aluno a ter a ideia errônea de que se compreenderia tudo facilmente pela simples leitura, exemplo *casa*, ou pela pronúncia, exemplo *batalla*, e ao se deparar com as diferenças, isso causaria grandes dificuldades para o aprendizado do Espanhol:

A extrema semelhança das duas línguas, entretanto (parece até um paradoxo), é a maior dificuldade que encontramos, pois quando mal pensamos que uma palavra, uma locução, ou uma forma, se encontra em ambas as línguas, defrontamos profunda diferença.

Dahí a necessidade de precisarmos fixar especialmente o que ha de diferente nas duas linguas; foi esse o nosso escopo (NASCENTES, 1920, p. iv).

A gramática de Nascentes estava estruturada para que em suas aulas fosse dada mais ênfase às diferenças entre as duas línguas (portuguesa e espanhola) de forma que o aluno pudesse fixar o aprendizado e conseguir maior desenvolvimento na língua-meta, a partir do método contrastivo entre línguas.

De acordo com Celada (2002), Antenor Nascentes, provavelmente, devido a sua proximidade com os estudos na área de filologia românica, se utiliza da apresentação de semelhanças na morfologia e na sintaxe como elementos característicos na relação entre a

língua portuguesa e espanhola, reforçando o enfoque dado até então aos estudos linguísticos comparativistas.

Entretanto, o que diferencia e torna tão importante o método observado na sua gramática, é que a percepção das semelhanças existentes entre as línguas aparece como a possibilidade de proporcionar maior facilidade no entendimento da língua estrangeira.

Como justifica o autor na introdução de sua gramática, a implantação do estudo escolar da língua espanhola se deve ao fato de estar

[...] o Brasil cercado de paizes onde se fala o espanhol e com os quaes se acha em relações constantes, de ordem política, commercial, etc., é de grande vantagem para os brasileiros o conhecimentos não perfunctório daquela lingua, assim como o da lingua portuguesa o é para os outros paizes da América do Sul (NASCENTES, 1920, p. III).

Esse trabalho de gramática comparativa foi trazido à luz pela livraria Drummond. Uma empresa fundada em 1918, por Eduardo de Oliveira Assis Drummond (1870-1926), José Casemiro Drummond e Julio Verissimo Sauerbronn Santos e estabelecida na Rua do Ouvidor, 76, Rio de Janeiro. A livraria vendia livros escolares, de Direito, de Medicina, entre outros. Em 1918, editou a obra “Nova cartilha infantil” de O. de Souza Reis. Para aumentar suas vendas, a Drummond dava descontos de 10% nos livros por ela editados e 5% para as demais obras para os membros da Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro. Ela publicava livros escolares primários e secundários como a “Nova cartilha infantil”, já mencionada, “Quadros muraes para o ensino da leitura”, de O. de Souza Reis, “Grammatica latina”, do professor Augsto Magne, entre outros.

Além da gramática espanhola, Nascentes publicou pela Drummond “Methodo pratico de analyse logica”.

3 DÉCADA DE 1930: REEDIÇÃO DA GRAMÁTICA DE NASCENTES

Direcionando seu olhar aos manuais, o historiador pode, assim, observar, a longo prazo, a aparição e as transformações de uma noção científica, as inflexões de um método pedagógico ou as representações de um comportamento social; pode, igualmente, colocar sua atenção sobre as evoluções materiais (papel, formato, ilustração, paginação, tipografia, etc.) que caracterizam os livros destinados às classes (Alain Choppin).

Na década de 1930, não havia oficialmente o ensino da língua espanhola no ensino secundário, o que levou o surgimento de outros caminhos para divulgar a língua. O Jornal O Globo lançou a ideia do ensino de Espanhol nas escolas brasileiras com o intuito de incentivar o intercâmbio cultural sul-americano. Em 1933, o ministro da Educação, Washington Ferreira Pires tinha a seguinte opinião: “A cultura brasileira lucraria muito com a obrigatoriedade do ensino hespanhol” (O ENSINO, 1933).

Guimaraes (2016) relata que, em 1934, o Ministério das Relações Exteriores solicitou ao Ministério da Educação e Saúde Pública, sob a responsabilidade do ministro Gustavo Capanema, a criação de uma cadeira da língua espanhola como forma de retribuição ao ato do Governo da Argentina que criou uma cadeira da língua portuguesa em suas escolas complementares. A resposta do Ministério da Educação foi negativa. Na época, foi emitido Parecer 174 de relatoria do professor Delgado de Carvalho, mencionando o fracasso da experiência brasileira no início da década de 1920:

A cadeira de hespanhol já existiu no Collegio Pedro II; foi creada em 1919 e consituiu, com o italiano materia facultativa; com a reforma Rocha Vaz foi extinta, em 1925, e transferido o seu titular, um philologo conhecido, para a cadeira de portugues.

A facilidade relativa que o hespanhol offerece ao estudante brasileiro nunca permitiu que se constituissem turmas numerosas nesta disciplina (BRASIL, 1935).

Como as tentativas de implantação do ensino de Espanhol no sistema escolar não vingaram, surgiu o ensino do idioma à distância: na rádio Ipanema, em 1935, havia aulas de Espanhol todas as quintas-feiras, das 13h30 às 13h45., ministradas pela professora Elena Parada (PROGRAMAS..., 1935; AS IRRADIAÇÕES..., 1935; RADIO, 1935).

Já em 1936, mais uma iniciativa, desta vez, do vereador pelo Rio de Janeiro, Frederico Trotta, que apresentou projeto para criação de uma cadeira de Espanhol nos cursos secundários do município com a justificativa de retribuição ao ato do governo argentino comentado anteriormente (A DIFFUSAO, 1936).

Em 1937, o Conselho Nacional de Educação estabeleceu o ensino da língua espanhola nas faculdades de ciências e letras, na seção de línguas neolatinas (ORTEGA, 1937). Havia a

intenção de incluir o ensino dessa língua no ensino secundário e no ensino comercial. As reformas do ensino estavam em discussão nessa época. Segundo o mesmo autor: “Felizmente, as novas directrizes que vão orientar o ensino secundario e o aperfeiçoamento cultural do paiz, trarão resultados positivos e de utilidade para o Brasil.” (ORTEGA, 1937, p.3).

Oficialmente, havia o ensino da língua espanhola na modalidade optativa no ensino comercial desde 1926 e obrigatório na Escola de Estado Maior (BRASIL, 1934). Nesse contexto, a obra de Nascentes teve mais duas reedições (193- e 1934). Um indício desse uso na Escola de Estado Maior é a assinatura de um major-engenheiro, com local e data (Rio, 7/5/935) em um exemplar da terceira edição da gramática de Nascentes¹³.

A partir de 1931, foram publicados livros didáticos de história das literaturas estrangeiras para atender à disciplina Literatura do sexto ano criada pelo Decreto 18.564, de 1929 (BRASIL, 1929) e o programa de ensino divulgado pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, responsável pela educação nacional, no dia 24 de março de 1929, por meio do Diário Oficial da União. No bojo dos conteúdos dessa disciplina, está incluído o estudo das literaturas espanhola e hispano-americanas, contribuindo para que os alunos do ensino secundário brasileiro tivesse acesso aos autores espanhóis e hispano-americanos considerados de maior expressão e suas obras principais.

3.1 LEGISLAÇÃO E PROGRAMAS OFICIAIS

Para Hilsdorf (2007), A “Era Vargas” foi o momento da reconstrução da nação por meio da cultura brasileira, a partir de diferentes ideologias já existentes de décadas anteriores e em constante conflito. Havia os interesses e influências nesse período das Forças Armadas e da Igreja Católica em concorrência para uma educação popular.

O Ministério da Educação e Saúde Pública, criado em 1930, reorganizou o ensino secundário, tendo à frente Francisco Campos, que promoveu uma reforma estrutural do ensino brasileiro, com a aprovação do Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931. Foram extintos os cargos de Livres Docentes do Colégio Pedro II, constituindo-se o corpo docente de professores catedráticos e auxiliares de ensino. O Decreto previa um ensino secundário dividido em dois cursos seriados: fundamental e complementar. O curso complementar era obrigatório para candidatos à matrícula de Instituições de Ensino Superior e suas disciplinas obrigatórias variavam de acordo com o curso para o qual o aluno pretendia se candidatar.

¹³ Exemplar do acervo particular de Anselmo Guimarães.

A disciplina de Literatura era obrigatória para o aluno do curso complementar pré-jurídico nas duas séries. Segundo Lourenço Filho (1940, p. 40), “de 1930 a 1934, teve o Ministério organização demasiado singela para os problemas a que deveria dar solução. Já em relação às questões do ensino, que deveria disciplinar, em todo o país, já em relação aos serviços da cultura”. Essa situação tomaria novos contornos com a atuação de Gustavo Capanema à frente daquela pasta.

Capanema tomou várias providências, desde a sua entrada em 1934, no sentido de empreender uma reforma mais ampla na educação e cultura. O ministro solicitou elaboração de um projeto de lei de proteção às artes no Brasil a Mário de Andrade, em 1934; convidou vários intelectuais para assumirem postos de destaque; tentou convidar Fernando de Azevedo para o cargo de Diretor Nacional de Educação, mas o convite teve reação contrária de Alceu Amoroso Lima, o que inviabilizou seu ingresso; promoveu a vinda de Le Corbusier¹⁴ ao Brasil em 1937; reformou o ensino para as mulheres adequado ao seu papel na família; promoveu a organização da juventude. Durante o seu Ministério, muitas outras ações foram tomadas para a reformulação da educação e cultura no Brasil, dentro de seu projeto de educação (SCHWARTZMAN, BOMENY, COSTA, 2000).

Capanema preocupou-se com a cultura nacional e a integração com os países americanos. Nesse sentido, tomou providências para estreitar as relações culturais entre o Brasil e os países hispano-americanos, aprovando, em março de 1936, os programas do curso complementar. Dentre as modificações, estava o programa da disciplina “Literatura”, para o curso pré-jurídico, que contemplava as literaturas espanhola e hispano-americana como parte do seu conteúdo. Esta foi a primeira vez que a disciplina Literatura teve “objetivos, metodologia e conteúdos bem definidos e sistematizados” (OLIVEIRA, 1999, p.76). O programa previa a organização de bibliotecas nas escolas para os cursos de Literatura com a indicação de que os livros fossem lidos no original, tendo a biblioteca, no tocante ao espanhol: “Theatro hespanhol” e “D. Quixote, de Cervantes”.

Na área comercial, O Decreto nº 20.158, de 1931 mostra evidência de que a língua espanhola passou a ser entendida pelo senso comum como uma língua de “fácil aprendizagem” e, assim, o espanhol saiu do currículo do Ensino Superior Comercial. Desde a entrada do espanhol no ensino superior em 1905 percebe-se que os legisladores deram pouca importância ao seu ensino. Segundo Guimarães (2016), o secretário do Conselho Superior do

¹⁴ Edouard Jeanneret-Gris, conhecido como Le Corbusier, importante arquiteto francês que Capanema contratou para elaborar um plano urbanístico da Cidade Universitária. Apesar dos esforços empreendidos por Capanema, a construção da Cidade Universitária não chegou a se iniciar.

Comércio, Heitor da Nóbrega Beltrão, em estudos solicitados pelo Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Miguel Calmon da Pin e Almeida, afirmava que a língua espanhola era mais acessível aos brasileiros que as línguas alemã ou italiana. Em 1926, retirou-se a obrigatoriedade do ensino da língua espanhola no curso superior e incluiu a opção de se ensinar uma das seguintes línguas: alemã, italiana ou espanhola. Note-se que a língua espanhola é a terceira na ordem. E finalmente, em 1931, a língua espanhola foi excluída da legislação comercial.

Já na área militar, a língua espanhola que estava fora de seus currículos desde 1920 e especificamente do ensino superior desde 1909, retorna ao ensino militar em 1934 por meio do Decreto n. 24.539, de 3 de julho de 1934 que aprovou o Regulamento da Escola de Estado-Maior.

Em 1929, com os novos programas do Colégio Pedro II, publicados em 24 de março no Diário Oficial da União, os alunos teriam a disciplina Literatura no sexto ano e estudariam as literaturas universais (especialmente a brasileira e as de línguas latinas). As literaturas estudadas eram: grega, latina, italiana, francesa, provençal, **espanhola**, portuguesa, inglesa, alemã e brasileira. Nas literaturas espanhola e hispano-americanas, eram estudados os seguintes temas:

1. Influências dos Bascos, dos Árabes e dos Judeus. Literatura no período inicial: *Auto de los Reyes Magos, Poema del Cid, Los Infantes de Lara. Alfonso XI. El cantar de Rodrigo. Pero López de Ayala. Época dos Reis Católicos: Amadís de Gaula.*
2. O Século de Carlos V e de Felipe II. Influências recíprocas da Itália, de Portugal e da Espanha; Gil Vicente; O Romance picaresco: *Lazarrillo de Tormes*. A História da Guerra de Granada de Diego Hurtado de Mendoza. O Misticismo: Santa Tereza de Jesús.
3. Cervantes; Lope de Vega. O Século de Felipe IV e de Carlos II; Góngora, Tirso de Molina, Calderón de la Barca.
4. Literatura contemporânea: Zorrilla; Campoamor; Castellar, Pérez Escrich; Blasco Ibáñez.
5. Os autores da conquista: Correspondência de Cristóvão Colombo, Hernán Cortez. Bartolomé de las Casas.
6. O regionalismo americano: como se deu a evolução da alma espanhola no Novo Mundo; o sopro da Independência; a imitação romântica; modernas tendências (BRASIL, 1929).

Os programas aprovados serviriam para dar uma melhor capacitação para os estudantes ingressarem no ensino superior, como também, como adaptação a este novo nível de estudo. A disciplina Literatura estava assim constituída: Primeira série com noções preliminares e literatura geral (literaturas orientais antigas, literatura grega, latina, francesa, **espanhola**, inglesa e alemã); Segunda série com literatura portuguesa, literatura brasileira e literaturas americanas (literaturas **hispano-americanas**), e literaturas europeias contemporâneas (francesa, alemã, inglesa, italiana, **espanhola**, russa, nórdicas e orientais).

Os conteúdos a serem estudados de literatura espanhola na primeira série eram:

- a) Origens da literatura espanhola – período inicial – os romances de cavalaria – o Cid – o Romanceiro – o Amadís de Gaula;
- b) A literatura espanhola no século XVI – a poesia: Quevedo e Góngora – Alonso de Ercilla – Hurtado de Mendoza – o Misticismo: Santa Tereza de Jesús;
- c) Cervantes e o Don Quixote – o teatro espanhol: Lope de Vega, Molina, Calderón de la Barca;
- d) Séculos XVIII e XIX – prosadores: Antonio de Solís, o romantismo espanhol, Zorrilla, Campoamor, Espronceda e Quintana, Castellar e Blasco Ibáñez (BRASIL, 1936).

Já na segunda série, estudavam-se as literaturas hispano-americanas e a espanhola, como segue:

A) Literaturas hispano-americanas:

- I. Os povos americanos na época do descobrimento.
- II. Resistência à colonização.
- III. As línguas indígenas e a língua europeia: reações.
- IV. A ação dos Jesuítas.
- V. Panorama das literaturas hispano-americanas nos períodos colonial e nacional.
- VI. Traços comuns e caracteres distintivos.
- VII. Movimentos de nacionalismo literário.
- VIII. Tendências e correntes contemporâneas nas literaturas hispano-americanas.
- IX. Escritores e obras a destacar: Rubén Darío, sua repercussão na Espanha.
- X. O *Martín fierro*, de Hernández; o *Facundo*, de Sarmiento; o *Don segundo sombra*, de Ricardo Güiraldes, o grupo argentino de “Proa”; Zorrilla de San Martín.
- XI. Silva Valdés, Juana de Ibarbourou, Ricardo Palma, Gabriela Mistral, Amado Nervo, Santos Chocano, o grupo mexicano do “Ateneo”; Alfonso

Reyes, José Vasconcellos, Antonio Caso, Pedro Henríquez Ureña, González Martínez; *Los de abajo*, de Mariano Azuela.

- XII. Juana Inez de la Cruz, Herrera y Reissig, José Eustasio Rivera, Gutierrez Nájera.

B) Literatura espanhola:

- I. Decadência da literatura espanhola na segunda metade do século XIX.
- II. Escritores desse período: Alarcón, Valera, Pereda, Galdós.
- III. A geração de 98: Angel Ganivet, Unamuno, Baroja, Azorín, Valle-Inclán, Antonio Machado.
- IV. As gerações seguintes: Juan Ramón Jiménez, Pérez de Ayala, Eugenio D'Ors, Ortega y Gasset e a Revista de Occidente.
- V. Ramón Gómez de la Serna e as “greguerías”. Gabriel Miró.
- VI. O ultraísmo e as novas tendências poéticas.
- VII. Ressurreição de Góngora.
- VIII. O teatro: Benavente.
- IX. A erudição: Menéndez y Pelayo, Menéndez Pidal, Américo Castro.
- X. Escritores novos.

No período compreendido entre 1931 e 1940, várias obras foram publicadas para atender aos programas da disciplina de Literatura. Os autores passaram a produzir livros didáticos de literatura geral ou universal, na maioria dos casos, em um único volume com sínteses das diversas literaturas, uma vez que o tempo destinado à disciplina era curto e não permitia um maior aprofundamento nas diversas literaturas. Um exemplo dessa produção é o compêndio de José Mesquita de Carvalho intitulado *História da literatura*. Essa obra foi publicada em 1940 e, segundo seu autor, com esse compêndio, pretendia “cobrir duas necessidades: uma, a do registro resumido do mais possível da matéria essencial do programa; outra a de torná-lo ao alcance dos alunos mais pobres” (CARVALHO, 1940, p.5). Um exame detalhado dos compêndios poderá mostrar a tendência dos cânones literários das literaturas espanholas e hispano-americanas, nos estudos secundários brasileiros.

Nesse período, também foram publicados livros para desenvolver nas crianças o gosto pela leitura. Em 1936, foi publicado pela primeira vez pela Companhia Editora Nacional, de autoria de Monteiro Lobato, o livro *D. Quixote das crianças* (Figura), uma adaptação da obra clássica de Cervantes contada pelos personagens do Sítio do Pica Pau Amarelo:

Figura 11 - Capa do livro D. Quixote das crianças (1936)



Fonte: Acervo pessoal de Anselmo Guimarães.

Tanto os livros de literatura quanto os de leitura estão escritos em língua portuguesa e não estavam diretamente ligados ao ensino da língua espanhola. Mas essas leituras provavelmente proporcionaram aos alunos o conhecimento da produção literária hispânica, contribuindo para o gosto dos brasileiros pelo conhecimento da cultura hispânica.

Segundo o Decreto n. 24.539, de 3 de julho de 1934, que aprovou o Regulamento da Escola de Estado Maior, os programas de ensino seriam anuais estabelecidos pelo comandante

da escola e submetidos à consideração do chefe do Estado-Maior do Exército. No entanto, as disposições transitórias do mesmo decreto ressaltam que

Enquanto permanecer no Brasil a Missão Militar Francesa [...], os programas anuais de ensino do curso de estado-maior, organizados pelo diretor de ensino, serão submetidos a aprovação do oficial superior da Missão Militar Francesa que superintende a instalação da Escola e em seguida apresentados à consideração do chefe de Estado-Maior do Exército, por intermédio do Chefe da Missão Militar Francesa. (BRASIL, 1934).

Não conseguimos informações sobre os Programas de Ensino da Escola de Estado Maior.

3.2 MÉTODOS PRESCRITOS

Diferentemente do que foi exposto anteriormente, com o Decreto nº 18.564 (BRASIL, 1929), o foco metodológico se colocava sobre, apenas, o ensino da literatura espanhola. Isso se deu pelo fato de uma concepção política, de que o conhecimento acerca da cultura de um determinado país e, portanto, de sua linguagem se efetivava por meio de entendimentos e aprendizagem de sua literatura e não de sua língua.

Almeida Filho (2003), ao analisar o período 1919-1929, afirma enfaticamente que “pouco se acrescenta às formas clássicas de se enfocarem os textos para a explicação e a tradução além da gramática minuciosamente acerbada, ilustrada e praticada” (ALMEIDA FILHO, 2003, p.22), ou seja, pouca coisa foi mudada no que diz respeito à forma metodológica aplicada a persecução do ensino de Espanhol, no qual o foco era, apenas, no sentido gramática-tradução.

3.3 AVALIAÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS

Não havia um órgão oficial para a avaliação dos livros didáticos publicados para utilização nas escolas. O Conselho Nacional do Ensino, criado em 1925 pelo Decreto 16.782 A, em substituição ao Conselho Superior de Ensino, tinha competência para discutir, propor e emitir opinião sobre as questões que forem submetidas à sua consideração (BRASIL, 1925).

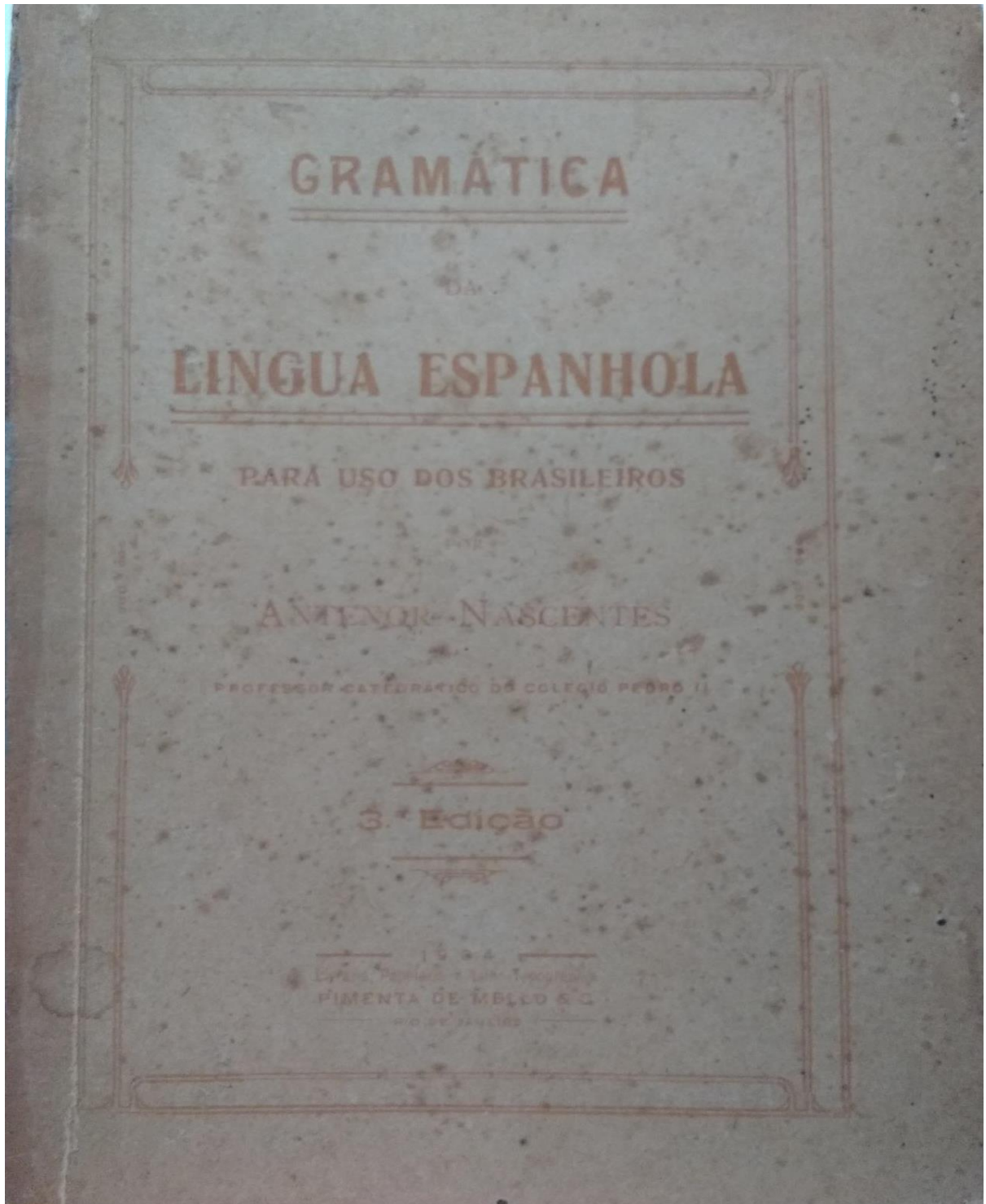
As Congregações dos colégios aprovavam as solicitações dos professores para adoção de livros didáticos. Somente no final da década de 1930, o governo de Vargas edita legislação específica para a avaliação e controle da produção e circulação dos livros didáticos produzidos no Brasil. Trata-se da Lei n. 1006, de 30 de dezembro de 1938, que criou a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), estabelecendo as primeiras políticas

legislativas que tratavam especificamente da produção, controle e circulação das obras de carácter didático.

3.4 PRODUÇÕES DA DÉCADA

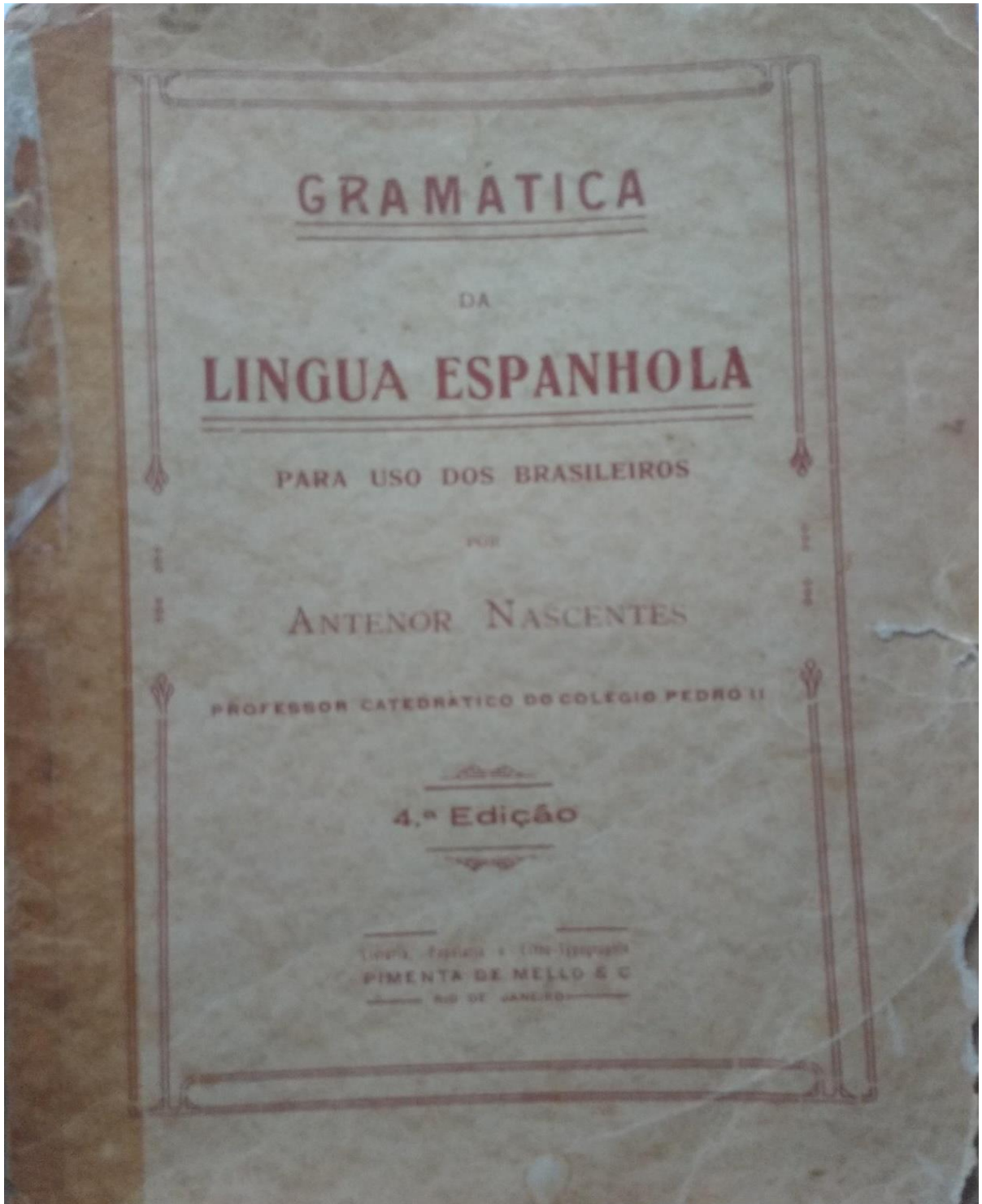
Na década de 1930, Nascentes publicou mais duas edições de sua “Gramática da língua espanhola para uso dos brasileiros” (Figuras 12 e 13), pela Editora Pimenta de Mello, praticamente sem nenhuma diferença entre essas edições. Essa editora foi “fundada em 1845,[e] sobreviveu pelo menos até 1937, ano em que anunciavam uma Bibliotheca scientifica brasileira, composta de caros manuais de sociologia, direito civil, medicina, ciências puras e história” (HALLEWELL, 1985).

Figura 12 - Capa da Gramática da língua espanhol para uso dos brasileiros (1934)



Fonte: Acervo pessoal de Anselmo Guimarães

Figura 13 - Capa da Gramática da língua espanhola para uso dos brasileiros (193?)



Fonte: Acervo pessoal de Anselmo Guimarães

Apesar de ser considerado tradicional, vale lembrar ainda que, ao final de sua gramática (a partir da segunda edição), Nascentes já aponta para a necessidade de se introduzir o estudo de outros gêneros discursivos que não os literários, quando afirma: “em vez da versão de trechos de antologias, é preferível ensinar a redigir cartões postais,

telegramas, bilhetinhos, cartas, que são coisas que o alunos precisará escrever em língua espanhola” (NASCENTES, 1934, p. 117). Ou seja, a prática escrita deve preconizar a escolha de gêneros os quais possibilitem que os alunos exercitassem a prática linguística do cotidiano que possivelmente seria aquela exercida no meio social em que estavam inseridos.

Em “O ensino prático de espanhol” (NASCENTES, 1934, p. 116-117), Nascentes expõe sua compreensão de como deveria acontecer o aprendizado de uma língua estrangeira moderna que, por se diferenciar das línguas clássicas, não poderia acontecer pelo método de memorização de regras gramaticais, mas deveria abranger as competências de expressão e compreensão oral. Assim, fazendo referência ao método Berlitz, o autor afirma:

Pena é que o método Berlitz, que tão bons resultados dá no ensino do francês, do inglês e do alemão, não dê os mesmos resultados quando ao espanhol.

Explica-se: para um inglês ou para um norteamericano, o espanhol é uma língua muito diferente; por conseguinte, justifica-se a distribuição das lições. Com o português não se dá a mesma coisa: não há necessidade de gastar uma lição para ensinar as dimensões e as côres, por exemplo, pois o vocabulário é por demais semelhante para que se empregue tanto tempo em ensiná-lo

Daí a necessidade de um curso prático que leve em conta o estreito parentesco entre o espanhol e o português (NASCENTES, 1934, p. 116).

Comparando as edições 3ª (1934) e 4ª (193-?), publicadas pela Pimenta de Mello & C. com a 1ª edição, publicada pela Livraria Drummond Editora, percebemos os seguintes acréscimos de conteúdos ao final do livro:

1. “O ensino prático do hespanhol”. Nesta seção, Nascentes dá algumas orientações sobre o ensino prático do Espanhol, com indicações claras do uso do método direto, como podemos verificar no trecho a seguir:

O professor sòmente deve falar em espanhol afim de obrigar o aluno a pensar em espanhol, falando sem precisar verter.

Deve dizer antes o tema da lição, afim de preparar o espírito.

Não compreendendo o aluno, deve o professor explicar por circunlóquios a dificuldade, mostrar gravura, usar de mímica e no último caso preferir que êle naquele momento fique ignorando a explicar na língua materna (NASCENTES, 1934, p. 117).

Nascentes fez parte da comissão que organizou as instruções para implantação do método direto. Em 1931, o Brasil começou a institucionalização deste método, inicialmente, aproveitando a oportunidade de uma mudança radical, já pensada há tempos, com a falta de professores catedráticos de línguas vivas no Colégio Pedro II, por morte ou aposentadoria (LEÃO, 1935, p. 261). Na reforma apresentada por Francisco Campos, mediante aprovação do Decreto nº 19.890, de 18 de abril, havia a prescrição de que as instruções sobre os métodos

de ensino seriam expedidas pelo Ministério da Educação e Saúde Pública (BRASIL, 1931a). Em dezembro desse mesmo ano, foram extintos os cargos de professores catedráticos de Francês, Inglês e Alemão no externato e internato do Colégio Pedro II, ficando o ensino de línguas vivas a cargo de professores a serem contratados pelo ministro.

O professor Henrique Dodsworth, diretor do Colégio Pedro II, nomeou uma comissão para organizar as instruções sobre o método direto, composta pelos seguintes professores: Delgado de Carvalho, Adrien Delpech, Antenor Nascentes, Júlio Nogueira, Oswaldo Serpa e Antonio Carneiro Leão (LEÃO, 1935, p. 261). Em 1932, as aulas de línguas passam a ser ministradas observando os procedimentos de ensino-aprendizagem orientados pelo método direto.

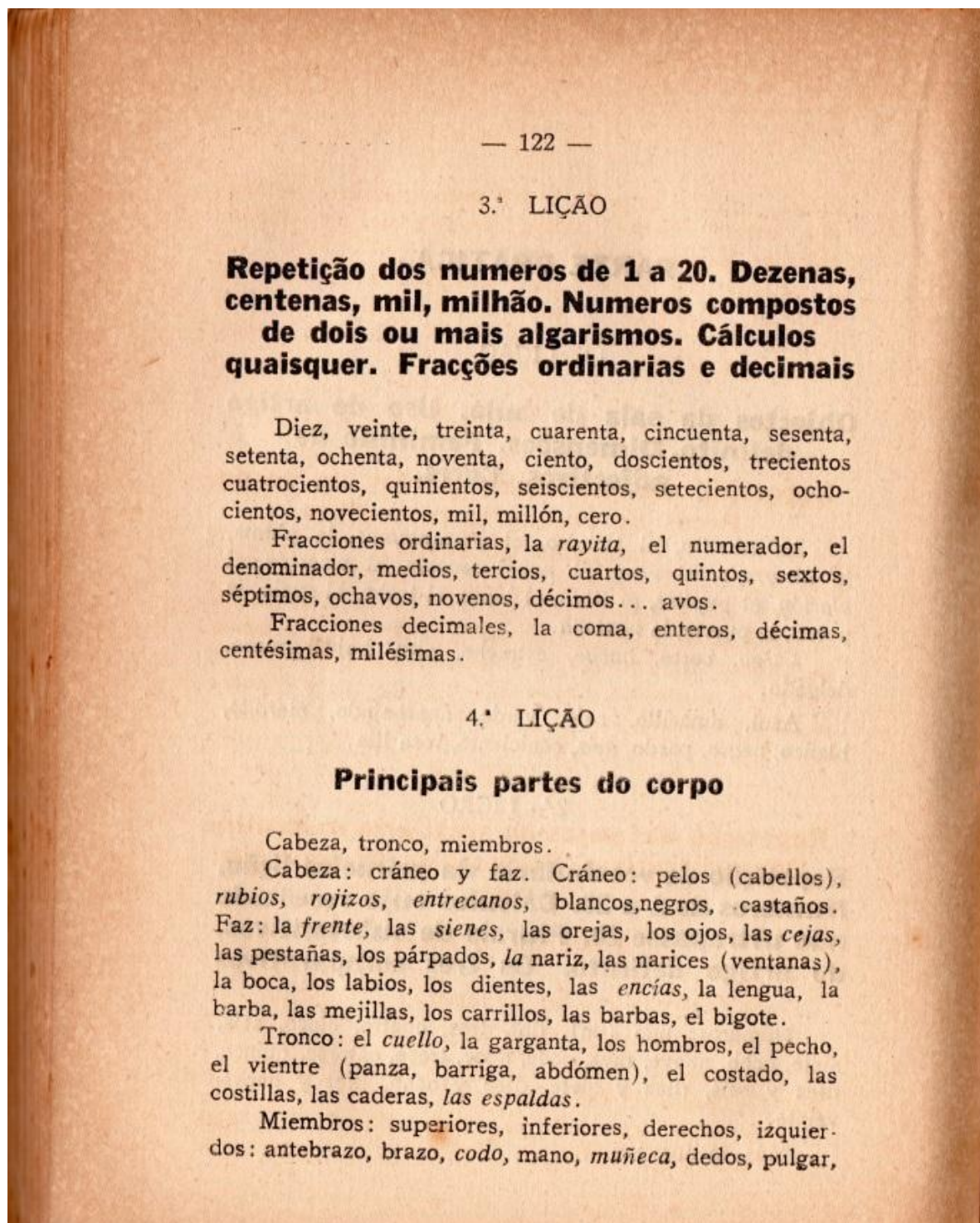
2. “Parte prática”: São apresentadas indicações de conteúdo e vocabulário, bem como algumas orientações para trinta e duas lições de Espanhol que o professor poderia usar em suas aulas.

No que concerne à ortografia, foram observadas alterações para atender ao Decreto nº 23.028, de 2 de agosto de 1933, que tornou obrigatório o uso da ortografia conforme acordo entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa, referente ao Decreto nº 20.108, de 15 de junho de 1931. Como exemplos, citamos: substituição do z final por s nas palavras como português (portuguez) e Brasil (Brazil); exclusão de consoante dobrada em imigração (immigração), dificuldade (difficuldade), gramática (grammatica), dicionário (dicionario), entre outras.

De acordo com o Decreto nº 23.028, a partir de 1º de janeiro de 1935, os livros didáticos escritos em divergência com o sistema do referido decreto não seriam aceitos nos estabelecimentos de ensino.

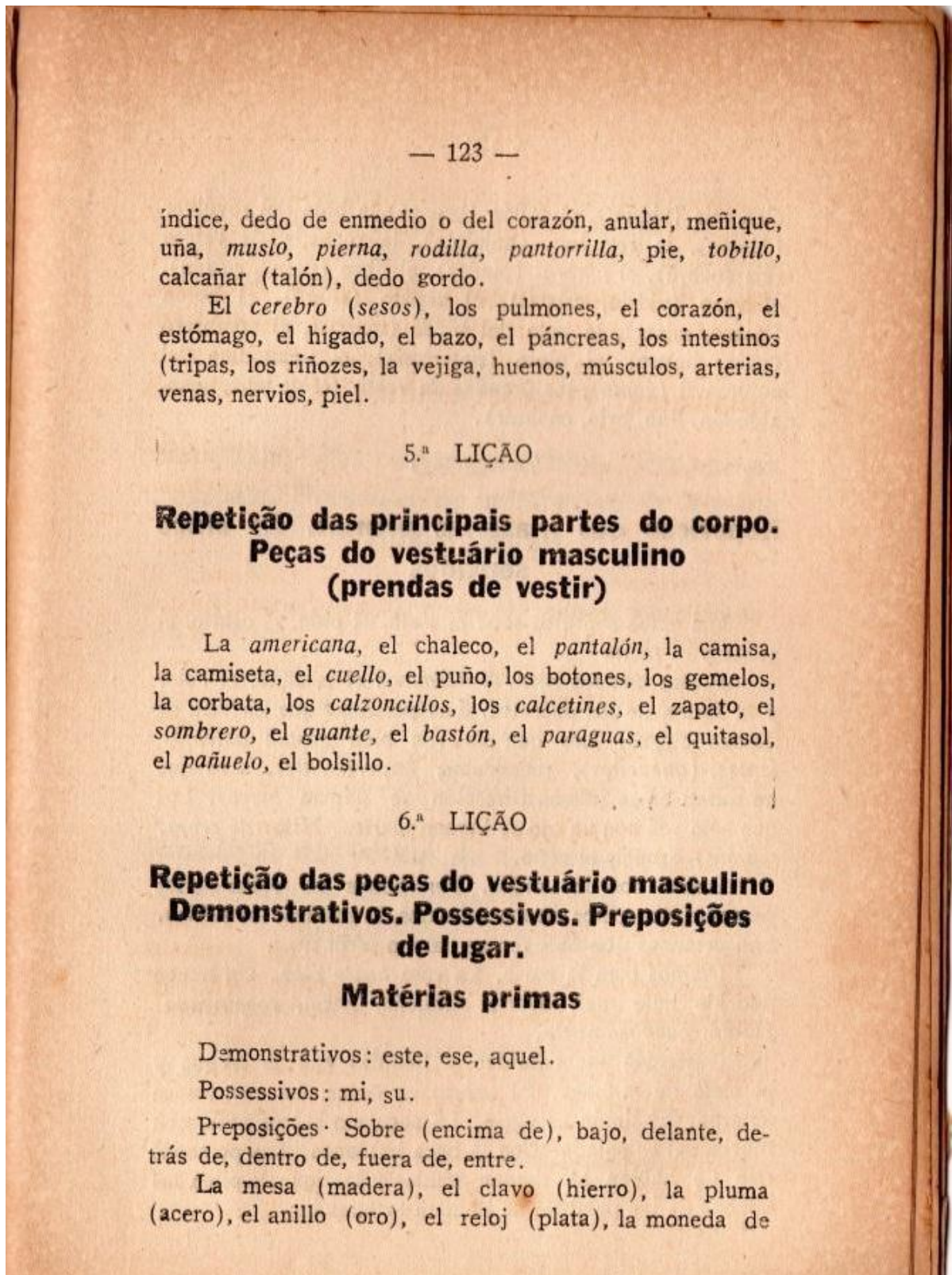
Como podemos observar, para as reedições publicadas na década de 1930, não foram modificados os conteúdos dos 27 capítulos da primeira edição, nem mesmo foi traduzido para o Espanhol, como era de se esperar de um livro que estaria orientado para o uso do método direto. O autor se limitou a acrescentar, após os capítulos inicialmente produzidos, orientações para que os professores pudessem usar o método direto, dividindo a prática em 32 lições. Essas lições estão organizadas em temas e acrescidas de uma lista de palavras sobre esses temas, conforme Figuras 14 e 15:

Figura 14 - Parte prática da gramática de Nascentes (193?)



Fonte: Acervo pessoal de Anselmo Guimarães

Figura 15 - Parte prática da gramática de Nascentes (193?)



Assim, não houve, naquele momento, uma publicação com características do método oficializado pelo governo brasileiro: método direto. Provavelmente, seguia-se o método tradicional de gramática e tradução já utilizado pelos professores desde séculos. Os professores não se adaptaram à legislação vigente, uma vez que, como dito anteriormente, eles detinham o controle do seu trabalho pedagógico, inclusive, do livro elaborado para suas aulas.

4 DÉCADA DE 1940: CONSISTENTE PRODUÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS DE ESPANHOL

Os manuais constituem um produto cultural claramente identificado que se inscreve em um mercado que pode apresentar, segundo o país, características diversas – até mesmo ser um monopólio de Estado –, mas que, *in fine*, não é extensível, a escolha de uma obra exclui todos os seus eventuais concorrentes.

(Alain Choppin).

A década de 1940 foi profícua no ensino de Espanhol. A Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942 veio potencializar o ensino da língua espanhola que já existia no âmbito militar desde 1934, em escolas particulares, bem como o ensino à distância pelo rádio como vimos na seção anterior.

Editoras regionais ou mesmo aquelas que tinham alcance em diversas regiões do país, como a Companhia Editora Nacional, publicaram, pelo menos, 22 obras de 19 autores (Ver Quadro 3).

Quadro 3 – Primeiras edições publicadas na década de 1940.

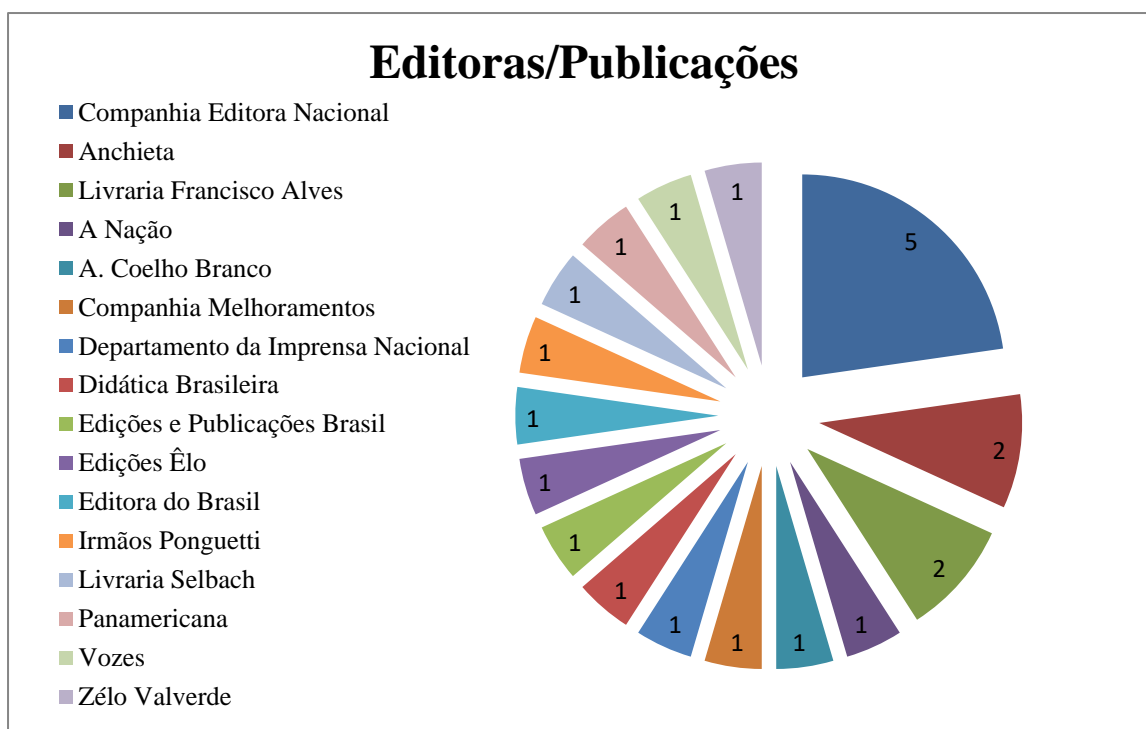
| Autor | Título | Cidades de Publicação | Editora | Ano |
|-----------------------------|---|--|---------------------------------|------------|
| Adolfo Pozo y Pozo | Florilegio castellano | Rio de Janeiro; São Paulo; Belo Horizonte | Livraria Francisco Alves | 1943 |
| Adolfo Pozo y Pozo | Gramática española | Rio de Janeiro; São Paulo; Belo Horizonte | Livraria Francisco Alves | 1943 |
| Alfredo Lamarque Madrigal | Lengua española: método gramatical y ejercicios adaptados al programa oficial para os cursos clásico y científico | Rio De Janeiro | A. Coelho Branco F ^o | 1943 |
| Antenor Nascentes | Antologia espanhola e hispano-americana | Rio De Janeiro | Livraria Editora Zelio Valverde | 1943 |
| Idel Becker | Compêndio de literatura espanhola e hispanoamericana | São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Porto Alegre | Companhia Editora Nacional | 1943 |
| Idel Becker | Espanhol, pontos gramaticais e trechos para exercícios | São Paulo | Edições Êlo | 1943 |
| Beatriz Magalhães de Chacel | El español del colegio: programa de la primera serie de los cursos clásico y científico | São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Bahia; Porto Alegre | Companhia Editora Nacional | 1944 |
| Cândido Jucá (Filho) | El castellano contemporáneo (gramática y texto): para uso de los colegios | Rio de Janeiro | Editores Panamerica | 1944 |

| Autor | Título | Cidades de Publicação | Editora | Ano |
|---|--|---|---------------------------------------|------------|
| | brasileños | | na | |
| João de Souza Ferraz; Gastón Figueira | La lengua española: para o 2º ciclo | São Carlos | Editadora Didática Brasileira | 1944 |
| Leônidas Sobrino Pôrto | Antología española | Rio de Janeiro | Companhia Editora Nacional | 1944 |
| Raul Gil Lagomarsino | Gramática castellana para uso nos cursos dos colégios brasileiros | Porto Alegre | A Nação | 1944 |
| Sebastião Da Silva Neiva, Frei | Lectura castellana: trozos selectos, en prosa y verso, sacado de los mejores escritores españoles e hispano-americanos | Petrópolis | Vozes | 1944 |
| Vicente Solana; Bento Bueno de Moraes | Gramática castellana | São Paulo | Edições e Publicações Brasil | 1944 |
| Idel Becker | Manual de español: gramática, história literaria, antología (curso completo para os exames de licença) | São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Bahia; Pará; Porto Alegre | Companhia Editora Nacional | 1945 |
| Décio de Matos Nogueira E Enio Sandoval Peixoto | Verbos castellanos | São Paulo | Editadora Anchieta S.A. | 1945 |
| Idel Becker | Sugestões para execução do programa de espanhol (cursos clássico e científico) em 55 aulas | São Paulo | Companhia Editora Nacional | 1945 |
| José Hernandez | Nociones de gramática española y textos españoles para análisis literario | São Paulo | Editadora Anchieta S.A. | 1946 |
| José Ramón Calleja Alvarez | Español básico para os cursos clássico e científico | São Paulo; Rio De Janeiro; Belo Horizonte; Porto Alegre; Curitiba | Editadora do Brasil S/A | 1946 |
| Aristóteles de Paula Barros | Español: gramática y antología | São Paulo | Companhia Melhoramentos de São Paulo | 1948 |
| Raul Gil Lagomarsino | Letras castelhanas: pequena seleção de poetas e prosadores hispano-americanos | Porto Alegre | Oficinas Gráficas da Livraria Selbach | 1948 |
| Aristóteles de Paula Barros | Roteiro do curso de espanhol para principiantes | Rio de Janeiro | Departamento de Imprensa Nacional | 1949 |
| Manuel Bandeira | Literatura hispano-americana | Rio de Janeiro | Irmãos Pongetti | 1949 |

Fonte: Quadro elaborado por Anselmo Guimarães.

Nota-se a distribuição de publicações por 16 editoras brasileiras com a predominância da Companhia Editora Nacional com cinco publicações (Gráfico 1):

Gráfico 1 - Editoras e suas publicações

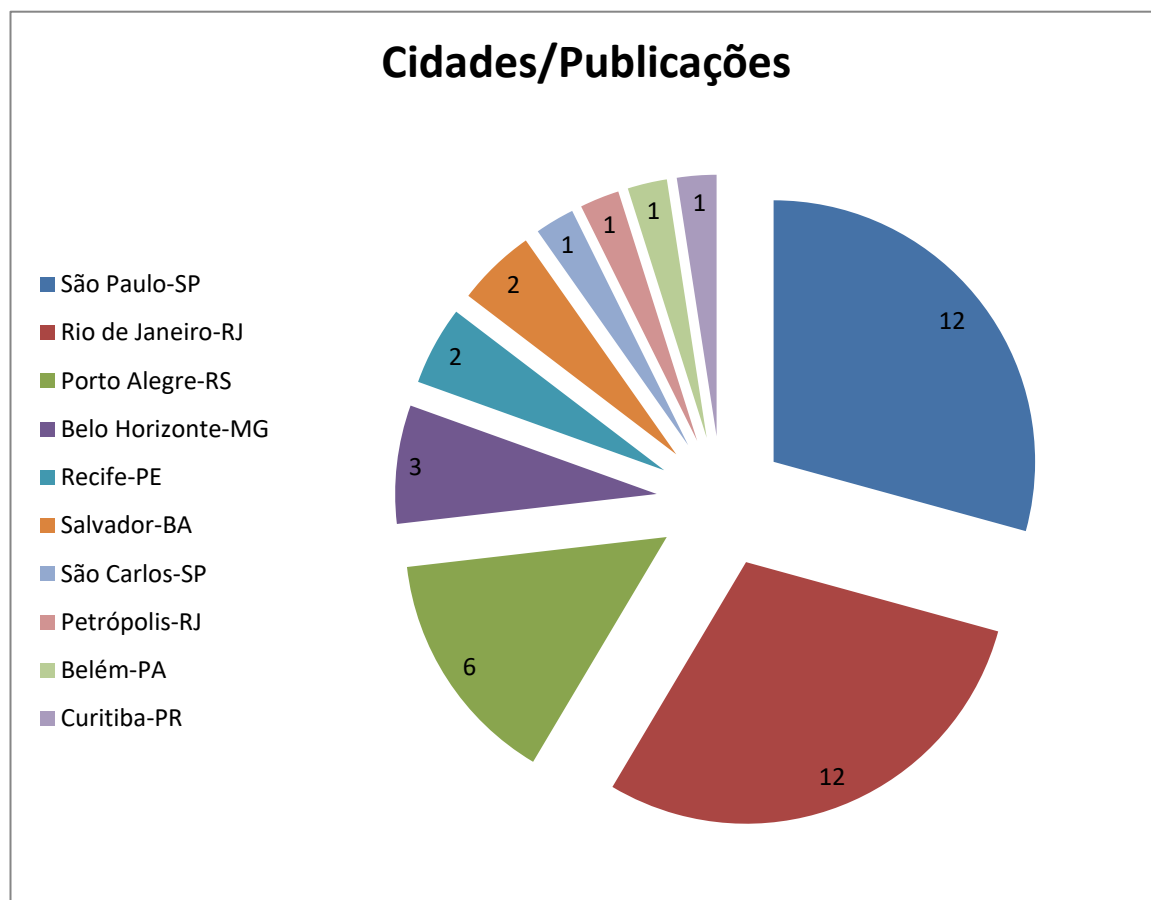


Fonte: Livros didáticos pesquisados.

Em relação à distribuição nas cidades brasileiras é possível notar, de acordo com informações contidas nos livros didáticos, uma distribuição de publicação por municípios onde as editoras e suas sucursais estavam situadas, abrangendo todas as regiões, exceto a Centro-Oeste, com predominância das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro cada uma com doze publicações e Porto Alegre com seis. (Gráfico 2)¹⁵:

¹⁵ A quantidade de publicações distribuídas por cidades é superior a quantidade de livros publicados posto que há livros publicados em diversas cidades nas quais estão situadas as sedes das editoras e suas sucursais.

Gráfico 2 - Cidades de publicações dos livros didáticos



Fonte: Livros didáticos pesquisados.

As editoras tinham como sede as cidades das regiões Sul e Sudeste e algumas delas tinham sucursais em outras cidades como a Companhia Editora Nacional que publicava seus livros na cidade de São Paulo e também nas cidades do Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Belém e Porto Alegre.

Ainda na década de 1940, várias obras foram reeditadas. O Manual de Becker chegou ao final dos anos 1940 com, pelo menos, 13 reedições. Tiveram duas ou mais edições, a Antologia de Leônidas Sobrino Pôrto, as obras de Beatriz Magalhães de Chacel e José Ramón Calleja Alvarez e as gramáticas de Antenor Nascentes e Adolfo Pozo y Pozo. Identificamos um total de 29 reedições de LDE.

Quadro 4 – Reedições e/ou reimpressões da década de 1940.

| Autor | Título | Editora | Quant. Reedições |
|--|---|--------------------------------------|-------------------------|
| Adolfo Pozo y Pozo | Gramática Española | Livraria Francisco Alves | 2 |
| Antenor Nascentes | Antologia Espanhola e Hispano-americana | Zélio Valverde | 1 |
| Antenor Nascentes | Gramática da língua espanhola para uso dos brasileiros | Companhia Editora Nacional | 3 |
| Aristóteles de Paula Barros | Español: gramática y antologia | Companhia Melhoramentos de São Paulo | 1 |
| Beatriz Magalhães de Chacel | El español del colegio | Companhia Editora Nacional | 2 |
| Idel Becker | Manual de español | Companhia Editora Nacional | 13 |
| José Ramón Calleja Álvarez | Español básico | Editores do Brasil | 2 |
| Júlio Amaral | Leccionaes de espanhol para el estudio de la lengua española en los cursos clásico y científico | Livraria Francisco Alves | 1 |
| Leônidas Sobrino Pôrto | Antología española | sn | 2 |
| Raul Gil Lagomarsino | Gramática castellana para uso nos cursos dos colégios brasileiros | A Nação | 1 |
| Vicente Solana e Bento Bueno de Moraes | Gramática castellana | Edições e Publicações Brasil | 1 |

Fonte: Quadro elaborado por Anselmo Guimarães.

Nota-se a ausência de reedições de obras publicadas por editoras de menor porte, como a Coelho Branco e as Edições Êlo.

4.1 LEGISLAÇÃO E PROGRAMAS OFICIAIS

Verdadeiro marco legislativo do ensino de Espanhol foi o Decreto nº 4.244, de 1942, a primeira lei política educacional a incluir a língua espanhola como disciplina obrigatória nos currículos do então Ensino Secundário. Esta, conhecida como Lei Orgânica do Ensino Secundário, insere um conjunto de novas medidas que tinham por objetivo reestruturar a educação nacional, a Reforma de Capanema, como ficou denominada, em razão do nome do ministro que a idealizou, Gustavo Capanema. Os objetivos essenciais dessa reforma eram: proporcionar a formação, dando continuidade à obra educativa do ensino primário, a personalidade integral dos adolescentes/estudantes; acentuar e promover a elevação, frente à formação espiritual dos adolescentes, a consciência patriótica e a consciência humanística; e,

por fim, intencionava dar preparação de caráter intelectual que serviria de base a estudos de formação especial continuada mais elevados e complexos.

O ensino secundário era tido como superior ao primário, mas inferior ao ensino superior dos grandes Institutos e Liceus (CHERVEL, 1992). Essa modalidade de ensino pode ser compreendida, na atualidade, como sendo o ensino médio, antes da referida Lei Orgânica. Ainda no século XIX, Haidar (2008) dispõe sobre o caráter reduzido do Ensino Secundário antes da reforma. Todas as disciplinas eram apenas exigidas e estudadas em razão do ingresso em cursos superiores, sendo mantida então uma interface de curso preparatório – o que ainda pode ser, infelizmente, concebido com a situação do atual ensino secundário (médio).

Ainda sobre a Reforma impetrada por Capanema, no que diz respeito à inserção do ensino de língua espanhola nos currículos dos programas oficiais, Picanço (2003, p.33) salienta que:

O espanhol, naquele momento, era indicado como a língua de autores consagrados como Cervantes, Becker e Lope de Vega. Ao mesmo tempo, era língua de um povo que, com importante participação na história ocidental [...] não representava ameaça para o governo durante o Estado Novo. (PICANÇO, 2003, p.33).

Posterior à inserção do Espanhol nos currículos do ensino secundário impetrada por Capanema e em conformidade com as disposições levantadas por Guimarães (2012), no ano de 1943, uma Portaria Ministerial do Ministério da Educação e Saúde, a de número 127 (BRASIL, 1943), lançava a obrigatoriedade do desenvolvimento de programas de ensino de língua espanhola para os cursos clássico e científico.

O autor citado dispõe que, por intermédio desta normativa legal, a língua espanhola, a gramática espanhola e as literaturas espanhola e hispano-americanas passariam a ser ensinadas nos referidos cursos, ademais, estes programas de ensino deveriam ser divididos em quatro partes da seguinte maneira: I. Leitura; II. Gramática; III. História literária; e IV. Outros exercícios.

Já em 1945, uma portaria do Ministério da Educação, a Portaria n° 556 (BRASIL, 1945), dispunha sobre instruções metodológicas para o desenvolvimento executório do programa de Espanhol no curso colegial, mas que poderiam elevar aplicabilidade a demais cursos por tais instruções terem sido desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – que neste período era referência no que tange à metodologia de ensino de diversas matérias, entre elas, a língua espanhola e línguas estrangeiras no geral.

Assim, o objetivo da Portaria Ministerial em questão era expedir e determinar normativas que observassem instruções gerais as quais efetivassem a execução dos programas

de ensino de Espanhol, que mesmo existentes nas instituições escolares ou em seus planejamentos pedagógicos, não eram efetivadas pela inexistência de uma padronização para que fossem realmente executados.

Algumas das referidas disposições da Portaria nº 556 (BRASIL, 1945) seguem dispostas abaixo:

- a) proporcionar ao estudante a aquisição efetiva da língua espanhola, de maneira que ele possa ler e exprimir-se nela de modo correto, oralmente ou por escrito;
- b) comunicar-lhe o gosto pela leitura dos bons escritores;
- c) ministrar-lhe apreciável parte do cabedal indispensável à formação do seu espírito e do seu caráter, bem como base à sua educação literária, se quiser fazê-la por si, auto-didaticamente;
- d) mostrar-lhe a origem românica, como a do português, que tem a língua de Castela e da maioria dos países americanos, o que o ajudará a compreender os seus sentimentos pan-americanos (BRASIL, 1945).

Ou seja, o foco das normativas referendadas que refletem instruções metodológicas ao ensino de Espanhol aponta-se, sobre o aluno, a metodologia aplicada ao desenvolvimento intelectual com bases sólidas de modo que o aluno, se assim desejasse, prosseguisse o estudo literário autodidaticamente e, além disso, a Portaria nº 556 fala da “língua de Castela e da maioria dos países americanos” que pode ser compreendida como sendo o castelhano.

Esse termo “castelhano” para referir-se à língua oficial da Espanha e da maioria dos países americanos é, ainda hoje, polêmico. De acordo com a Real Academia Espanhola (REAL ACADEMIA ESPANHOLA, 2016), Espanhol e Castelhana são a mesma língua, a diferenciação fica por conta de que o primeiro termo é uma denominação moderna e que reflete as características da modernidade; o outro é bem mais antigo e, desta forma, apresenta particularidades mais arcaicas. Em 1920, Nascentes já apontava divergência no uso dos dois termos. Para ele, apesar de a Real Academia Espanhola preferir o termo “castelhana”, provavelmente para diferenciar dos outros idiomas e dialetos espanhóis. Tanto ele quanto outros autores usavam “espanhola”, pois

[...] no estrangeiro apagam-se as divergencias dialectaes para só considerar a lingua da Espanha. Eis porque, a exemplo de Chalumeau de Verneuil, Gorra, Pavia, Baist, Zauner e outros denominamos nosso livro ‘Grammatica Espanhola’ e não ‘Grammatica Castelhana’, como talvez quizessem os zoilos, embora tratemos especialmente do castelhano e só accidentalmente nos occupemos com os dialectos (NASCENTES, 1920, p. v).

Não vamos nos aprofundar nesse tema polêmico. Entendemos que a língua é um patrimônio dos falantes e não de um país ou região. É um sistema vivo e, por isso, está sempre

em transformação de acordo com as necessidades comunicativas das comunidades que o utilizam.

Posterior a este Programa de Literatura, evidenciam-se os programas desenvolvidos por função da Reforma de Capanema, com o Decreto nº 4.244 (BRASIL, 1942), que representa o movimento de tal reforma. Foram aprovados programas oficiais de Espanhol para o ensino secundário e também ao curso complementar. Estes últimos foram impetrados no sentido de referendar capacitação aos estudantes destes cursos que passassem a ingressar o ensino superior, além de tentar garantir uma maior adaptação dos alunos ao nível de estudo dos cursos de ensino superior.

Oliveira (2010) ainda pontua que a Reforma de Capanema, no que se refere aos programas de ensino e à Literatura de Língua Espanhola, tentou efetivar como de extrema importância os livros originais de literatura espanhola como “Dom Quixote, de Cervantes”, que passou a ser de leitura obrigatória, desmitificando a separação impetrada pelo programa anterior de literatura disposto pela Congregação do Colégio Pedro II.

Posterior à Reforma de Capanema, a Portaria nº 556 (BRASIL, 1945) também promulgava um programa de ensino para o estudo de língua espanhola, sendo este voltado para o ensino secundário e que utilizava a conversação em Espanhol como forma direta de aquisição da língua.

Assim, tal como salienta Almeida Filho (2007), tal composição do programa de ensino evidenciava a importância da leitura e da prática, por meio de conversações e diálogos em Espanhol, para o aprendizado da cultura e da língua hispânica como sendo uma fonte inesgotável de conteúdos importantes, que além de possibilitar a aquisição de uma nova língua, possibilitassem uma crescente consciência humanística nos alunos pelo contato, por exemplo, com obras literárias com uma cultura totalmente diferente.

Em 1938, foi promulgada a lei nº 1.006 (BRASIL, 1938), em que estabelecia a chamada Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), a qual possuía o poder de controlar, por intermédio legislativo, a produção e distribuição dos livros didáticos no Brasil.

4.2 MÉTODOS PRESCRITOS

A Reforma de Capanema, de 1942, também trouxe melhorias à questão metodológica do ensino de Espanhol, assim, tal como salienta Almeida Filho (2008, p. 164) no período de promulgação da referida reforma, houve um “avanço no currículo moderno ao passo que, a partir dela, o ensino de LE conhece inovações importantes da abordagem gramatical estruturalista audiovisual e audiolingual dos anos 50 e 60”.

O governo brasileiro, desde a década de 1930, se esforçava por implantar o método intuitivo ou método direto no ensino de línguas. Em 1943, mais um esforço relativo a esse método foi a publicação da Portaria Ministerial nº 114 em 29 de janeiro que expediu instruções metodológicas para a execução do programa de Francês no curso colegial (primeiro ciclo do ensino secundário com 4 séries).

Segundo a portaria mencionada, o estudo da língua francesa teria as seguintes finalidades:

- Aquisição efetiva da língua francesa;
- Conhecimento da civilização francesa;
- Contribuir para sua formação do aluno inculcando-lhe noções da unidade do espírito humano (BRASIL, 1943b).

O ensino do Francês teria um ensino prático nos moldes do método direto com as seguintes normas a serem seguidas:

- Levar o estudante a pensar em francês;
- Todo o curso deve ser ministrado em língua francesa;
- Ensino baseado na reflexão;
- A gramática serviria para apoiar o ensino prático;
- Revisar constantemente o vocabulário;
- Objetivar a correção e a precisão.

Para o ensino da língua espanhola, foi publicada a Portaria nº 556 (BRASIL, 1945), que instituiu esse método para o processo de ensino e aprendizagem da disciplina de Espanhol, determinando que os alunos, a partir do primeiro trimestre de aulas, não poderiam mais se expressar utilizando a língua portuguesa. Assim, buscava-se utilizar a prática efetiva da língua espanhola com o objetivo de adquiri-la completamente.

Em conformidade com Richards e Rodgers (1986), o referido Método Direto segue princípios ligados a uma aprendizagem que deve ocorrer de forma exclusiva na língua estrangeira aprendida, em que a aquisição da língua se dá por meio da prática efetiva, a gramática deve ser aprendida por método de indução e vocabulário concreto deve ser apreendido com o auxílio do uso de objetos, demonstrações e desenhos, além disso, as composições abstratas do vocabulário deveriam ser ensinadas utilizando a metodologia que implica na associação de ideias para efetivar a aprendizagem.

Segundo apontam Salvador e Santos (2011), o método direto, utilizado e definido na Europa desde o século XIX, questionava, de forma também direta, a eficácia dos métodos

clássicos de ensino de línguas estrangeiras que aconteciam por meio da gramática e da tradução, porém, mesmo com esta intencionalidade, tal metodologia foi muito criticada e havia uma tendência geral, em voltar-se à cultura hispânica em conjunto com algumas das determinações apresentadas por este método para a efetivação do ensino de Espanhol de forma mais integrada e completa.

Além disso, no período em que foi decretada a portaria 556, anteriormente mencionada, tal como é enfatizado por Barros (1949), a promoção de entendimentos sobre a cultura hispânica passava a se estabelecer como sendo fator essencial ao ensino da língua e literatura do Espanhol e que esta nova circunstância de maior atenção à cultura como forma direta de aquisição de uma linguagem poderia contribuir para uma maior aproximação com os países vizinhos indo ao encontro dos objetivos pan-americanos de confraternização entre os países deste continente:

[...] os grandes e salutareos objetivos de nosso govêrno ao estabelecer, pelo ensino da língua espanhola, maior e mais fácil intercâmbio intelectual e social com os irmãos da América, a fim de fortalecer a cultura brasileira e, sobretudo, preservar, por êsse meio, no presente e muito mais no futuro, a tão almejada paz entre os homens deste continente (BARROS, 1949, p. 4).

Assim, além de ser uma metodologia para o ensino de Espanhol, a elevação da cultura dos povos de língua hispânica promovia a intenção política do governo brasileiro, sobretudo, no sentido de efetivar interesses correlatos ao estabelecimento de um intercâmbio ou troca entre estes povos em diferentes dimensões, incluindo a econômica, afinal, cabe salientar que nada é promulgado no Brasil sem que haja interesses a serem efetivados por meio disto, assim, a inserção do Espanhol nos currículos escolares, desde seus primórdios, não era uma composição neutra.

De forma geral, a partir de 1945, seguia a seguinte composição: I – estudo da gramática e prática da língua por meio de conversações. Segundo a Portaria n. 556/1945, como o Espanhol e o Português seriam muito parecidos, o ensino poderia ser dado em língua espanhola desde o primeiro dia de aula; II – realização de exercícios práticos; III - leitura de textos temáticos de literatura hispânica; IV – estudos acerca da história literária espanhola e hispano-americana. Dessa maneira, unia-se o método direto com a elevação da compreensão da literatura hispânica como forma de enaltecer a cultura e a língua espanhola como um todo.

Depreende-se que os métodos para o ensino de Espanhol no Brasil efetivados em cada período particular da história do país seguiram as determinações e os conceitos desenvolvidos para o ensino de Língua Estrangeira (LE), sobretudo, na Europa e que, além disso, é clara a conotação política elevada pelas metodologias escolhidas em cada momento específico, onde

foram elevados muitos pressupostos acerca do interesse do Brasil no que diz respeito à aprendizagem da língua espanhola por parte de seus alunos.

Ademais, pode-se depreender que havia uma concepção errônea sobre o ensino de língua espanhola no período 1919-1961 de que existia uma facilidade no seu aprendizado, ou seja, o entendimento de que aos brasileiros é mais fácil aprender o Espanhol, o que nos faz notar que esse equívoco vem permanecendo desde séculos anteriores, herança das aproximações entre Portugal e Espanha, época em que a corte portuguesa era bilíngue.

Tal entendimento deste pressuposto de facilidade foi até mesmo evidenciado por um dos primeiros catedráticos oficiais de língua espanhola no Brasil, o professor Antenor Nascentes, o qual prelecionou que “o Espanhol é parecidíssimo com o *portuguez*, como toda a gente o sabe. Quem conhece o *portuguez*, com facilidade lê e compreende o espanhol [...]” (NASCENTES, 1920, p. iv).

Nesta perspectiva, Celada (2002) ainda complementa que:

O efeito de proximidade dado pela específica relação entre as materialidades das duas línguas de origem [...] contribui a produzir um “efeito de transparência” que se associou ao referido menosprezo da necessidade de submeter-se ao estudo da língua espanhola. Nesse sentido, inclusive, é possível afirmar que, em muitos casos, o espanhol se apresentava, mais do que como uma língua estrangeira, como uma “versão”, ora “mal falada” (*sic*), ora “mais formal”, do português do Brasil. Em síntese, [...] até o início da década de 90 era: “Estudar espanhol?! Precisa mesmo?” (CELADA, 2002, p. 31-32).

Esta metodologia implementada, a partir da década de 50, no Brasil, consistia, conforme salienta Barbosa (2007), basicamente, na formação de hábitos, que propunham como forma de aprendizagem de uma língua estrangeira os pressupostos de memorização e repetição. Neste método, a gramática era ensinada e aprendida por intermédio de analogias indutivas e eram realizados exercícios de fixação pautados, principalmente, na substituição estrutural de frases e composições linguísticas gerais.

4.3 AVALIAÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS

A CNLD, como dito anteriormente, foi instituída por meio da promulgação do Decreto-Lei nº 1.006 (BRASIL, 1938). A referida carga legislativa apontava para a CNLD as seguintes competências:

Art. 10. Compete à Comissão Nacional do Livro Didático:

- a) examinar os livros didáticos que lhe forem apresentados, e proferir julgamento favorável ou contrário à autorização de seu uso;
- b) estimular a produção e orientar a importação de livros didáticos;

- c) indicar os livros didáticos estrangeiros de notável valor, que mereçam ser traduzidos e editados pelos poderes públicos, bem como sugerir-lhes a abertura de concurso para a produção de determinadas espécies de livros didáticos de sensível necessidade e ainda não existentes no país;
- d) promover, periodicamente, a organização de exposições nacionais dos livros didáticos cujo uso tenha sido autorizado na forma desta lei (BRASIL, 1938).

Tal como é apontado por Oliveira et al. (1984) e, também, como se encontra disposto no texto legal do referido decreto, as avaliações das obras literárias eram feitas, quando da criação da CNLD, por meio de uma ficha de julgamento que continha certos parâmetros e aspectos que deveriam ser avaliados e analisados acerca dos livros e que era composta das seguintes partes:

1. Formato do livro: são observadas as dimensões dele, tais como comprimento e largura;
2. Material de composição do livro: tipo de capa (resistência, aparência); papel (cor, qualidade, gramatura); tinta (cor, qualidade, durabilidade);
3. Composição Gráfica: do texto (tipo e corpo da fonte utilizada, variedade de fontes, espaçamento, entrelinhas, correção textual); da paginação (facilidade de leitura, distribuição das gravuras, tabelas e gráficos); da impressão (atributos e qualidade da capa, do texto, das legendas e das gravuras);
4. Conteúdo ou Valor Didático: análise das noções científicas trazidas pela obra (sendo analisados os pressupostos de exatidão, ajuste ao programa de ensino nacional, método de exposição em conformidade com aquele que é utilizado na educação brasileiras, veracidade dos exemplos colocados, uso de citações, utilização de termos técnicos);
5. Linguagem utilizada na obra: a ser analisada a correção geral, a clareza empregada, a concisão, a propriedade/esclarecimento em relação à matéria de estudo, conformidade em relação ao grau de ensino e ao nível intelectual que se apresenta na série ou classe à qual se destina o livro;
6. Características das gravuras: a serem observados a variedade, a exatidão, a qualidade, a cor, o ajuste ao conteúdo trazido pelo texto, a precisão das legendas, entre outros aspectos gerais.

A comissão apenas se comprometia e realizava a avaliação dos livros didáticos a serem utilizados em sala de aula, assim, ficava a cargo dos professores e diretores das escolas escolher quais livros seriam efetivados para o uso dos alunos, desde que estivessem dispostos na relação oficial de obras didáticas autorizadas pelo governo.

Além disso, o decreto em questão e em conformidade com o que salienta Filgueiras (2008) estabelecia as condições a serem seguidas e observadas no sentido de produção, importação e utilização do LD no Brasil.

A CNLD, vinculada diretamente ao Ministério de Educação e Saúde (MES), estava encarregada, além de outras funcionalidades gerais, do exame e autorização da utilização de livros didáticos a serem adotados na educação do país (incluindo escolas públicas e privadas) em suas escolas pré-primárias, primárias, normais, profissionais e secundárias.

De 1938 (ano de criação da CNLD) a 1961 (inserindo esse contexto no período analisado por este estudo), os mesmos livros didáticos eram adotados e utilizados por um extenso período temporal. Nesta perspectiva, Soares (1996) salienta que muitos dos livros didáticos usados eram os mesmos apenas mudando as numerosas e sucessivas edições que existem e, além disso, chegavam a ser utilizados por até cinquenta anos nas salas de aula. Exemplo no caso do Espanhol foi o manual de Idel Becker.

Além disso, Franco (1980) pontua e enfatiza uma situação recorrente na avaliação de LD, que seria o fato de que livros estrangeiros não eram sequer avaliados pela CNLD e, sobre isto, se coloca uma problemática ao ensino de Espanhol, que seria: como ensinar uma língua estrangeira sem utilizar os materiais necessários para isso, como, por exemplo, obras literárias estrangeiras?

Em 1940, devido às necessidades internas da CNLD com volume grande de livros para avaliar, o Ministério da Educação e Saúde reestruturou a comissão, criando nove seções que seriam compostas cada uma por três ou cinco membros (BRASIL, 1940):

- 1) Seção de línguas e literatura.
- 2) Seção de matemática e desenho.
- 3) Seção de ciências físicas e naturais.
- 4) Seção de geografia.
- 5) Seção de história.
- 6) Seção de filosofia, sociologia e pedagogia.
- 7) Seção de metodologia das técnicas.
- 8) Seção de matérias do ensino primário.
- 9) Seção de redação.

Segundo Filgueiras (2008,p.39), a partir de informações do presidente da CNLD, Euclides Roxo, “até 13 de junho de 1941, dos 1986 livros didáticos encaminhados para avaliação da Comissão, 140 livros foram avaliados e 44 estavam com os trabalhos em andamento. Roxo solicitava ao Ministro Capanema a contratação de mais pareceristas [...]”.

Esses números demonstram que, dificilmente, a comissão, com a estrutura que tinha na época, conseguiria atender à demanda de livros didáticos para avaliação.

Com os processos de avaliação andando lentamente, o presidente da CNLD expõe ao Ministro da Educação as suas dificuldades, o qual decide em carácter de urgência que

os livros cujo uso foi autorizado pelas diversas secções e ainda estão pendentes de parecer da secção de redação serão registrados para efeito de autorização de uso didático, reservando-se a CNLD, o direito de, em qualquer época, formular recomendações ou exigências a autores ou editores no que diz respeito à redação, sob pena de ser cassada a autorização concedida (ATA DA 112ª sessão plenária, 11/12/1941 *apud* FILGUEIRAS, 2008, p. 41).

A secção de línguas e literatura estava composta pelos seguintes professores: Hahnemann Guimarães, Maria Junqueira Schmidt, Abgar Renault e Ruy da Cruz Almeida. A avaliação dos livros didáticos era feita por um relator que elaborava o parecer no prazo de um mês e dois revisores que tinham prazo de quinze dias. A seguir, os processos eram enviados à secção de Redação para examinar. Em última etapa, os pareceres seriam encaminhados ao plenário para discussão e aprovação (FILGUEIRAS, 2008).

No decorrer dos anos, as atribuições e a forma de trabalho na CNLD foram sendo transformadas por meio de alterações legislativas, a exemplo do Decreto-Lei nº 3.580, de 3 de setembro de 1941, que resolvia conceder aos pareceristas uma gratificação de cinquenta mil réis por sessão a que comparecerem, limitado a dez sessões por mês e um valor de trinta, cinquenta ou cem mil réis por parecer ao relator a depender do nível de ensino a que o livro se destine, ensino pré-primário, ensino primário ou ensino secundário, respectivamente (BRASIL, 1941). Outra modificação foi implantada por meio do Decreto-Lei nº 6.339 (BRASIL, 1944), que fez com que a referida Comissão passasse a ser composta por quinze membros fixos e a funcionar por intermédio de subcomissões especializadas em cada uma das matérias. Essas subcomissões se reuniriam e decidiriam separada e independentemente. Ademais, as subcomissões se dividiam da seguinte forma: Língua Portuguesa e Línguas Antigas; Línguas Vivas e Estrangeiras (dentre estas o espanhol); Matemática; Ciências Físicas e Naturais; e, Filosofia e Ciências Sociais.

A CNLD tinha critérios padronizados para avaliar os livros didáticos. A pesquisadora Filgueiras analisou as fichas de julgamento encontradas no arquivo CPDOC/FGV e resumiu da seguinte forma:

A altura do livro padrão poderia ser de 20 a 24 cm; com largura de 14 a 16 cm. A capa seria cartonada ou de material flexível, mas deveria ser

resistente. O papel seria branco. E não seria permitido que se visse a impressão no verso da página. A cor no texto deveria ser preta.

O tipo de letra utilizado seria o redondo simples, com corpo 16 ou 18, para livros destinados ao jardim de infância e primeiros anos do curso primário; corpo 10 ou 12 para as séries seguintes.

Eram inadmissíveis os erros de revisão, truncamentos, transposições ou inversões de linhas ou palavras, “pastéis”, etc. deveriam ser evitadas as “quebras” de linhas ou palavras e “recortes” que dificultassem a leitura.

Nos livros de 1º grau todas as páginas deveriam conter ilustrações, sempre em perfeita correlação com a matéria descrita (FILGUEIRAS, 2008, p. 43).

Os LDE publicados no início da década de 1940 variavam de 11,5 x 17,5 cm a 13,5 x 19 cm¹⁶, geralmente com capa cartonada dura, como as obras de Pozo y Pozo, de 1943. Os primeiros livros de Espanhol aprovados com ressalvas pela CNLD, conforme Figura 16, tinham as seguintes características:

- “Espanhol básico para os cursos Clássico e Científico”, de José Ramón Calleja Álvarez, edição de 1946, capa cartonada flexível, medidas 13,5 cm de largura por 20,5 cm de altura. O processo de autorização foi iniciado em 1945.
- “Lectura Castellana, trozos selectos, en prosa y verso, sacados de los mejores escritores españoles é hispano-americanos para los colegios brasileños”, do Frei Sebastiao da Silva Neiva, obra publicada em 1944, possui capa cartonada flexível, medindo 13 cm de largura e 19 cm de altura.

As editoras não alteraram seu padrão de dimensionamento dos livros, com exceção da Companhia Editora Nacional que publicava seus livros no padrão de 13,5 cm de largura e 21 cm de altura. Segundo Filgueiras (2008, p. 47), essa editora “foi a que mais encaminhou livros para a CNLD e a que mais teve livros aprovados”. Essa questão pode ser pensada, como ressalta Filgueiras e concordamos, como um relacionamento muito próximo com vários dos membros da comissão, já que eram autores de livros didáticos ou livros técnicos da editora, como Maria Junqueira Schmidt, Cândido de Mello Leitão e Antônio Carneiro Leão.

Em relação à avaliação da linguagem, metodologia e conteúdo, Filgueiras (2008, p. 43-44) fez o seguinte resumo dos critérios da CNLD:

Seria negada autorização aos livros que apresentassem assuntos com erros de natureza científica.

Ajustamento ao programa de ensino – a matéria não deveria ficar aquém das exigências do programa de ensino, mas também não deveria ultrapassar os conhecimentos exigidos. Seriam inadmissíveis exemplos que exigissem conhecimentos superiores ao grau de ensino.

Os livros escritos em linguagem defeituosa teriam autorização negada.

Expor com clareza o que se propunha a transmitir. Vocabulário simples, dando preferência para expressões de uso mais correntes. Eram condenáveis

¹⁶ Ver as fichas técnicas dos LDE em anexo.

expressões regionais ou gírias. Concisão – evitar a prolixidade, as digressões inúteis, a ostentação de recursos verbais.

Sobre a matéria – dois assuntos diferentes pediam dois estilos diversos. A matéria de cada livro deveria ser tratada de acordo com as exigências próprias, sem prejuízo da clareza e concisão.

Nos livros de Ciências Naturais ou de Geografia a variedade de gravuras deveria ser maior, pois a ilustração era o grande veículo do conhecimento.

Necessária exatidão da gravura quando se propusesse a transmitir, objetivamente, uma noção (órgãos do corpo, sistema planetário, etc.).

A função da gravura era ilustrar o texto. Não deveria aparecer em página que não houvesse uma explicação plena. As legendas deveriam ser claras e precisas, pois interpretariam as gravuras e serviriam de ligação entre estas e o texto. (FILGUEIRAS, 2008, p. 43-44).

É importante anotar que, apesar de um dos critérios de aprovação do LD, era a adequação ao Programa de Ensino. Os LDE não seguiam à risca o programa oficial, muitas vezes, por questões de táticas das editoras. O professor-autor José Hernández, em sua apresentação aos professores de sua obra “Nociones de gramática española y textos españoles para análisis literaria”, publicada pela Editora Anchieta em 1946, informa que deixou de apresentar “a parte dos verbos por orientação da Editora” que iria “publicar separadamente um manual de verbos” (HERNÁNDEZ, 1946, p. 6). Provavelmente, esse manual de verbos de que trata Hernández seja a obra que já havia sido publicada pela editora em 1945, “Verbos castellanos”, dos professores-autores Décio de Matos Nogueira e Ênio Sandoval Peixoto.

Essa tática tinha o objetivo de que os leitores continuassem a comprar o livro de verbos, o que poderia não acontecer se a obra de Hernández contivesse esse assunto. Apesar de pequeno conteúdo da obra em relação ao programa aprovado, a obra de Nogueira e Peixoto foi autorizada pela CNLD.

Um dos principais motivos de reprovação dos livros didáticos de línguas estrangeiras, conforme análise de Filgueiras (2008), foi a não utilização do método direto na elaboração da obra. Há de se questionar quais critérios foram utilizados para que uma obra fosse considerada conforme com o método direto, uma vez que, como dito anteriormente, o método direto tem a diretriz de que o aluno deve estudar a língua estrangeira a partir dessa mesma língua, não traduzir e sim pensar a língua. Para tanto, os professores deveria usar gestos, gravuras ou outros procedimentos. O livro sem gravuras, sem exercícios de tradução, escrito somente em espanhol estava adequado ao método direto? Um exemplo desse tipo de livro é a “Gramática Española” de Adolfo Pozo y Pozo publicada inicialmente em 1943 e aprovada em 1945. Ou havia dificuldade em identificar elementos do método direto nas obras e assim a avaliação era por exclusão daqueles que tinham exercícios de tradução ou aqueles que o conteúdo estava

em espanhol mas as explicações em português? De qualquer modo, a CNLD teria que aprovar livros didáticos para o uso das escolas dentre aqueles que foram enviados para avaliação.

As avaliações e críticas aos livros didáticos atingiram os professores-autores do Colégio Pedro II, que se sentiram desprestigiados, como se pode observar nos apontamentos da Comissão de Atualização da Memória Histórica do Colégio Pedro II, quase um desabafo acerca das medidas tomadas pela CNLD:

A instituição, pelo MEC, da Comissão do Livro Didático, integrada de Educadores e Professores, ao esboçar críticas e sugestões aos autores dos livros didáticos destinados ao ensino ginásial e secundário, a ela submetidos, ocasionaram múltiplas e sérias (*sic*) polêmicas, no momento em que se faziam reparos técnicos e didáticos aos seus conteúdos. No Colégio Pedro II, foram sérias, menos pelas críticas que foram respondidas prontamente, mas por começarem paulatinamente a fazer com que o universo educacional brasileiro não mais viesse adotar o livro didático da autoria de professores do Colégio Pedro II. Houve estímulo a que outras instituições e seus professores introduzissem e participassem efetivamente no mercado do livro didático, quebrando, assim, o monopólio dos livros de autoria de membros da Congregação do Colégio Pedro II.

O Colégio viu suas prerrogativas serem extintas e não gozarem das simpatias e até mesmo serem sutilmente ignoradas e jogadas a um segundo plano pela equipe do MEC e pelo seu Ministro da Educação (VIEIRA et al., 2015, p. 25).

Nota-se que a narrativa do autor do livro não era se a avaliação era boa ou ruim, mas a quebra do monopólio dos livros publicados que os membros da Congregação do Colégio Pedro II detinha.

Estavam em jogo nas avaliações, também, a reserva de mercado. Membros da CNLD foram acusados dessa prática já que também eram autores de livros didáticos. Um caso característico foi o processo Mello Leitão-Postsch. O membro da CNLD, prof. Cândido Mello Leitão, foi relator do parecer do livro *Zoologia*, do professor do Colégio Pedro II, Wlademiro Potsch. Veja-se trechos do parecer divulgado por Filgueiras (2008, p. 57):

O livro a que se refere o processo nº 37.413/40 não corresponde ao seu título, pois de suas 628 páginas 325 se referem ao homem, tratando propriamente da Anatomia e Fisiologia humanas. Nessa parte da Anatomia e Fisiologia humana apresenta apenas leves senões, que não seriam de modo a impedir a autorização de seu uso.

Na parte, porém, que trata da Zoologia há senões mais graves e muitos erros que passamos a referir:

Pág. 6 – Definição errônea da Zoogeografia.

Pág. 7 – Definição errada da nomenclatura binária.

Pág. 8 – Dá protoplasma e citoplasma como sinônimos.

Pág. 9 – Diz que a hemoglobina é amarelo-esverdeada (...).

Pág. 48 – Fórmula leucocitária antiquada.

Pág. 51 – Esquema escrito em ortografia não oficial (...).

Pág. 87 – Descrição errada da coluna vertebral dos Ciclostomos e dos perixes (...).
 Pág. 227 – Escreve cecun (sic!) (...).
 Pág. 252 – Descrição imperfeita do aparelho circulatório dos Moluscos (...).
 Pág. 380 – Escreve **Holoturoides** por **Holoturioides** (...).
 Pág. 501 – Classificação menos feliz das escamas (...).
 Pág. 542 – Descrição pouco exta das patas das aves. (...).
 Pág. 592 – Referência inexata aos nosso negros e caracterização de uma raça ameríndia.
 Pág. 595 – Diz que caraíba é o homem branco. É lamentável que tratando do nosso homem não cite os trabalhos de Roquete Pinto, que propositadamente parece ignorar. (...).
 (Parecer nº -48/1941, de Cândido Firmino Mello Leitão. Aprovado por unanimidade na sessão de 15 de abril de 1941 *apud* Filgueiras, 2008, p. 57, grifos da autora).

Segundo Filgueiras (2008, p.58), “[...] o professor Potsch recorreu ao resultado da avaliação de seu livro, processando a CNLD, na pessoa do professor Mello Leitão. O processo durou anos”. As críticas do professor Potsch aos livros aprovados pela CNLD de autoria do professor Mello Leitão repercutiram no Colégio Pedro II.

Em 1948, a Congregação do colégio designou uma comissão para opinar sobre o assunto. A comissão analisou os livros publicados pelo professor Mello Leitão e concluiu haver plágios. Por conseguinte, emitiu o seguinte parecer:

[...] a Comissão é de parecer que, excluída a parte polêmica das críticas publicadas pelo professor Potsch, sejam as suas observações ou “descobertas” concretas – que afetam o ensino e o alto teor do magistério – reconhecidas pela Congregação; é de parecer que não se devem adotar no Colégio Pedro II, os citados livros do professor Mello Leitão, por terem sido elaborados com infração de princípios legais.
 Rio, 5 de Janeiro de 1948.
 (a.a.)
 Ciro Romano Farina
 José Oiticica
 R. Accioli
 (Parecer aprovado pela Congregação no dia 7 de Janeiro de 1948).

A CNLD prosseguiu com seus trabalhos e, em julho de 1947, o Ministro de Estado da Educação e Saúde Pública, Clemente Mariani Bittencourt (1900-1981), determinou que a Comissão Nacional de Livro Didático publicasse até 31 de dezembro daquele ano, a relação dos livros aprovados e que somente os dessa relação poderiam ser adotados nas escolas brasileiras do ensino primário e secundário a partir de 1948, conforme Portaria nº 363 (BRASIL, 1947). Essa determinação foi adotada após reunião entre o Ministro da Educação, o presidente em exercício da Comissão Nacional do Livro Didático, padre Leonel França e o diretor do ensino secundário, professor Haroldo Lisboa da Cunha.

Podemos inferir dessa iniciativa do ministro que os livros aprovados não tinham seus títulos divulgados nacionalmente e, em consequência, até 1947, as escolas adotavam obras de acordo com seus critérios como vinham fazendo antes da criação da referida comissão. A portaria não menciona outros níveis de ensino, entretanto, como veremos adiante, a CNLD fez a divulgação nos meses seguintes, fazendo menção tanto dos ensinos primário e secundário quanto ao ensino normal e profissional.

Em 1947, saiu a primeira lista parcial de livros didáticos aprovados em 1941 que poderiam ser adotados nas escolas primárias, secundárias, normais e profissionais, divulgada pelo Conselho Nacional de Livros Didáticos no Diário Oficial da União em 24 setembro de 1947. Essa lista, bem como as próximas a serem publicadas até dezembro de 1947, seriam utilizadas para o ano letivo de 1948 (BRASIL, 1947). Não foram encontrados nessa primeira lista livros para o ensino do Espanhol.

A Diretoria do Ensino Secundário, visando consolidar as orientações dadas aos inspetores escolares, baixou a Circular nº 6, de 19 de novembro de 1947, com instruções para a execução das leis do ensino secundário em vigor. No tocante aos livros didáticos, essa portaria apresentava dois artigos:

Art. 15. A partir do ano de 1948, só poderão ser adotados, para o ensino secundário, livros didáticos aprovados pela Comissão Nacional do Livro Didático, constantes das relações oficialmente publicadas, sendo livro, dentre estes, a escolha do professor para a indicação aos alunos.

Parágrafo único. Os livros indicados no início do ano letivo não poderão ser posteriormente substituídos, salvo por motivo de força maior.

Art. 16. Compete ao Inspetor verificar a regularidade na indicação dos livros didáticos. (BRASIL, 1948a).

Dessa forma, os inspetores escolares estavam encarregados de verificar o cumprimento das leis do ensino secundário, observando, no que se refere aos livros didáticos as prescrições da Comissão Nacional do Livro Didático.

Encontramos dois livros didáticos de espanhol aprovados na lista parcial 2 com relação dos livros aprovados condicionalmente, divulgada em novembro de 1947, conforme figura 16 a seguir:

Figura 16 – Lista divulgada pela Comissão Nacional do Livro Didático no Diário Oficial da União em 06 de novembro de 1947.

| Sexta-feira 6 | | DIÁRIO OFICIAL (Seção I) | | Novembro de 1947 14249 | |
|---|--|-----------------------------------|------------------|------------------------|--|
| AUTOR | TÍTULO DA OBRA | Série | Edição | Processo | |
| Elias Yozigi e Máximo R. Nunes | Comentary Lessons in English | 2. ^a | 2. ^a | 38.497-40 | |
| Higino Aliandro | An English Course | 1. ^a | — | 84.107-44 | |
| <i>Espanhol</i> | | | | | |
| José Ramon Calleja Alvarez | Espanhol Básico | — | — | 71.722-45 | |
| Sebastião da Silva Nelva (O.F.M.) Frei | Lecture Castellana, Noções da História da Literatura Espanhola | — | — | 84.925-44 | |
| <i>História do Brasil</i> | | | | | |
| Benjamin A. Sales Arcuri | História do Brasil | 3. ^a | — | 84.112-44 | |
| <i>História Geral</i> | | | | | |
| Pedro Moacir de Campos | História Geral | 2. ^a | — | 84.111-44 | |
| R. Hadock Lobo | História Geral | 2. ^a | — | 88.262-44 | |
| <i>Geografia do Brasil</i> | | | | | |
| Geraldo Sampaio de Sousa | Geografia do Brasil | 3. ^a | — | 86.804-45 | |
| Geraldo Sampaio de Sousa | Geografia do Brasil | 4. ^a | — | 71.838-45 | |
| Renato Siempietewski e Jusé Camargo Mendes | Geografia do Brasil | 2. ^a | — | 65.793-45 | |
| <i>Ciências Naturais</i> | | | | | |
| Pedro Isidoro (Irmão) | Ciências Naturais | 4. ^a | — | 46.831-45 | |
| <i>Física</i> | | | | | |
| Ari Maurell Lobo | Compêndio de Física Ginasial | 4. ^a | 1. ^a | 94.206-44 | |
| Francisco Alcântara Gomes Filho | Física | 2. ^a | — | 12.450-45 | |
| Guilherme Bonfim Del Vegli-Neri | Grandezas e Unidades Física | — | — | 84.115-44 | |
| Hermann Urbano Nabholz | Física | 1. ^a | — | 84.636-44 | |
| Hermann Urbano Nabholz | Física | 3. ^a | — | 45.468-45 | |
| João Delamare S. Paulo | Física | 2. ^a | 2. ^a | 30.560-45 | |
| Miguel Milano | O Meu Mestre de Física | — | 1. ^a | 43.473-41 | |
| Miguel Milano | Tratado de Física (Volume I) | — | 1. ^a | 43.479-41 | |
| Renato Adolfo Reix | Física — Curso Superior — Tomo I | — | 1. ^a | 39.608-40 | |
| Renato Adolfo Reix | Física — Curso Superior — Tomo II | — | 1. ^a | 39.810-40 | |
| Valter Toledo Silva | Física — 1. ^a volume | 1. ^a e 2. ^a | — | 84.618-44 | |
| <i>Química</i> | | | | | |
| Carlos Costa e Carlos Pasquale | Química (Cursos Clássico e Científico) | 1. ^a e 2. ^a | — | 84.626-44 | |
| <i>Biologia</i> | | | | | |
| Carlos Costa | Biologia (1. ^a volume) | 2. ^a | — | 84.619-44 | |
| Cláudio Maria Tomás | Compêndio de Biologia | 2. ^a | — | 79.382-44 | |
| Valdemar de Oliveira | Biologia Elementar | 2. ^a | — | 82.756-44 | |
| <i>Matemática</i> | | | | | |
| Agrícola Bethlem | Curso de Matemática | 2. ^a | 1. ^a | 45.285-41 | |
| Alberto Avaras | Tratado de Aritmética | — | 2. ^a | 37.746-40 | |
| Alzadir Munhoz Maeder | Livros de Matemática | 3. ^a | 8. ^a | 23.115-41 | |
| André Perez y Marin | Elementos de Álgebra | — | 7. ^a | 47.022-41 | |
| André Perez y Marin | Soluções Algébricas | — | 2. ^a | 47.916-41 | |
| Francisco A. Lacaz Neto e Willie A. Maurer | Matemática | — | 2. ^a | 79.952-45 | |
| Ignace Chaput (Frei) | Elementos de Geometria | — | 12. ^a | 31.831-45 | |
| Ignace Chaput (Frei) | Elementos de Aritmética | — | — | 38.142-40 | |
| Jácomo Stávale | Exercícios de Matemática | 1. ^a | 3. ^a | 10.398-41 | |
| Jácomo Stávale | Exercícios de Matemática | 5. ^a | — | 10.399-41 | |
| Jácomo Stávale | Exercícios de Matemática | 4. ^a | — | 10.397-41 | |
| Jácomo Stávale | Elementos de Matemática | 4. ^a | — | 80.694-45 | |
| José Adélino Serragaquero | Tratado Elementar de Aritmética | — | 23. ^a | 1.430-41 | |
| Justino Alves | Compêndio de Geometria Prática | — | — | 32.830-41 | |
| Léo Bonfim | Matemática | 3. ^a | 2. ^a | 47.485-41 | |
| Léo Bonfim | Matemática | 4. ^a | 2. ^a | 47.483-41 | |
| Mac Chollet | Tábuas de Logaritmos | — | 5. ^a | 7.207-41 | |
| <i>Desenho</i> | | | | | |
| Francisco Quintaburi | Noções de Perspectiva Exata | — | 1. ^a | 39.640-40 | |
| Francisco Quintaburi | Perspectivas de Observação | — | 1. ^a | 39.641-40 | |
| ENSINO COMERCIAL | | | | | |
| <i>Francês</i> | | | | | |
| Henri de Lantoull | Francês Comercial | — | 4. ^a | 37.320-40 | |
| <i>Inglês</i> | | | | | |
| José Luis Campos Júnior | Manual de Correspondência Comercial Inglesa | — | — | 4.074-41 | |
| Julien Faivel | First Steps in Commercial English | — | 2. ^a | 8.873-41 | |
| Rudyard Kellmann | English and Portuguese Commercial Correspondence | — | 2. ^a | 35.050-40 | |
| <i>Matemática</i> | | | | | |
| Meleanor Lengruher, Cecil Thiré e Júlio Cesar de Melo e Sousa | Exercícios de Matemática Comercial | — | 2. ^a | 37.407-40 | |
| Valdemir Pereira Cota | Formulário de Matemática Comercial | — | 1. ^a | 38.333-40 | |

Confere: Esther Dias, Arquivista. — Visto: Fernando de Sousa Castro, Secretário.

Em 1945, foram aprovados os primeiros livros de didáticos de Espanhol, totalizando 7 títulos novos e 2 reedições¹⁷, constando das listas publicadas no segundo semestre de 1947, conforme pode-se observar no Quadro 5 a seguir. No entanto, como vimos anteriormente no Quadro 3, foram publicados pelo menos 16 títulos novos entre 1943 e 1945. Não foi possível constatar se os autores desses títulos que não constam nas listas não abriram processo para aprovação de suas obras ou se foram reprovadas pela CNLD.

Quadro 5 – Livros didáticos de espanhol aprovados em 1945 e divulgados pela CNLD em 1947.

| ANO DE AUTORIZAÇÃO | ANO DE POSSÍVEL ADOÇÃO | AUTOR | TÍTULO DA OBRA | EDIÇÃO | REGISTRO |
|---------------------------|-------------------------------|---|--|---------------|-----------------|
| 1945 | 1948 | José Ramón Calleja Álvarez | Espanhol Básico | 1ª | |
| 1945 | 1948 | Sebastião da Silva Neiva, (O.F.M.) Frei | Lectura Castellana, Noções da História da Literatura Espanhola | 1ª | |
| 1945 | 1948 | Adolfo Pozo y Pozo | Gramática Española (Cursos Clássico e Científico) | 1ª | 273 |
| 1945 | 1948 | Adolfo Pozo y Pozo | Florilegio Castellano (Cursos Clássico e Científico) | 1ª | 274 |
| 1945 | 1948 | Antenor Nascentes | Gramática da Língua Espanhola | 5ª | 301 |
| 1945 | 1948 | Antenor Nascentes | Antologia Espanhola e Hispano-Americana | 1ª | 309 |
| 1945 | 1948 | Idel Becker | Manual de Espanhol | 3ª | 304 |
| 1945 | 1948 | Júlio do Amaral | Lecciones de Español | 1ª | 269 |
| 1945 | 1948 | Leônidas Sobrino Pôrto | Antología Española e Hispano-Americana | 1ª | 302 |

Fonte: Quadro elaborado a partir de consulta de listas publicadas no Diário Oficial da União em 1947.

É importante ressaltar que a quinta edição da gramática de Nascentes não sofreu qualquer modificação em seu conteúdo desde 1928, o que coloca em xeque a avaliação da CNLD, posto que se a maioria das reprovações de livros didáticos de línguas seria por não estar de acordo com o método direto conforme aponta Filgueiras (2008), qual teria sido a razão para não reprovar a obra do professor Nascentes elaborada e publicada pela primeira vez na década de 1920 com marcantes características do método de gramática e tradução? Uma indagação ainda a ser respondida por outras pesquisas sobre o tema.

¹⁷ A quinta edição da Gramática da língua espanhola para uso dos brasileiros de Antenor Nascentes e a terceira edição do Manual de espanhol de Idel Becker, ambas obras publicadas em 1945

As obras de José Ramón Calleja Álvarez e do frei Sebastiao da Silva Neiva foram aprovadas condicionalmente, ou seja, necessitavam de revisão e ajustes para que fossem publicadas com o número de registro e a inscrição na capa “Livro de uso autorizado pelo Ministério da Educação e Saúde”.

Antes mesmo do início do ano letivo de 1948, houve uma reviravolta no processo de aprovação de livros didáticos pela CNLD. Provavelmente, houve apelações ao Ministério da Educação e Saúde questionando as decisões da comissão, o que fez com que o ministro, em fevereiro de 1948, assinasse nova Portaria suspendendo os efeitos da Portaria nº 363, de 31 de julho de 1947, com as seguintes alegações:

Considerando que, posteriormente à publicação da portaria nº 363, de 31 de julho de 1947, opinou o Sr. Consultor Jurídico do Ministério no sentido da inexistência de recurso legal das decisões da Comissão Nacional do Livro Didático, consideradas danosas aos interesses dos respectivos autores;
Tendo em vista que a inexistência desse recurso não se coaduna com o atual regime democrático, havendo a Comissão de Educação e Cultura, da Câmara dos Deputados, por solicitação do Ministério, apresentado um projeto em que é o mesmo instituído; e
Atendendo a que esse projeto não chegou a, ter a sua elaboração concluída a tempo de serem resguardados os direitos dos que se julguem prejudicados pela decisão da Comissão Nacional do Livro Didático;
Resolve suspender os efeitos da citada portaria nº 363, até que, com a promulgação do projeto ora em andamento, no Congresso Nacional possa ser-lhe dada execução. (BRASIL, 1948b).

Com essa suspensão, as escolas ficaram com liberdade para seguir adotando os livros didáticos de acordo com seus critérios e objetivos, mesmo após a divulgação das listas de livros aprovados pela CNLD. Essa decisão também afetou o trabalho de fiscalização dos inspetores escolares, que não podiam então proceder de acordo com o artigo 15 da Circular 6 citada anteriormente. Quase 10 anos da criação da referida comissão e os objetivos do Ministério da Educação não tinham sido alcançados.

4.4 PRODUÇÕES DA DÉCADA

A partir da década de 1940, os LDE tomam outras proporções, mais elaborados, com um conjunto maior de conteúdos e, como na década de 20, ainda havia conteúdos prescritos pelos programas de ensino e que os autores deveriam seguir. Disso, dependia a sua aprovação na CNLD para uso nas escolas.

A partir dessa década, o Brasil começa a investir em compêndios de línguas estrangeiras, o que permitia ao professor eleger os materiais para as suas aulas. Foram

publicados, no Brasil, para o ensino do Espanhol: gramáticas, livros de leitura, dicionários, antologias, literaturas e livros de história das literaturas espanhola e hispano-americanas.

Uma reclamação dos professores e autores de livros didáticos era em relação ao número de horas da disciplina. Calleja (1946) adverte:

Tendo em conta o pequeno número de horas de aulas efetivas destinadas ao curso de espanhol nos Colégios e não perdendo de vista a capacidade mental dos alunos nem o espírito verdadeiro do programa oficial, procuramos resumir a matéria de tal forma que se torne possível aos estudantes um conhecimento substancial e básico do espanhol. Assim poderão terminar o curso falando e escrevendo com certa facilidade e ao mesmo tempo conhecendo de um modo panorâmico os valores, desenvolvimento e estado presente da literatura espanhola e hispano-americana (CALLEJA, 1946, p. 20, tradução nossa).

4.4.1 Antologias e literaturas espanhola e hispano-americanas

As antologias e manuais de literaturas espanhola e hispano-americanas começaram a ser produzidas na década de 1940, destinadas aos alunos dos cursos clássico e científico, após o Ministério de Educação e Saúde expedir o programa de Espanhol, em 3 de fevereiro de 1943. Esses LDE atendiam parte do programa, mais especificamente os itens: I. Leitura; e III. Noções de história literária. Após 1951, os LDE atendiam ao novo programa de Espanhol e suas instruções metodológicas, aprovados através da Portaria nº 1.045, de 14 de dezembro de 1951. São produções que tinham a finalidade de preencher parte dos programas oficiais de ensino.

As obras foram produzidas, geralmente, por autores-professores. É o caso da “Florilegio castellano”, de autoria do professor Adolfo Pozo y Pozo, publicado em 1943, pela Editora FTD e distribuída pela Livraria Francisco Alves. Todo escrito em Espanhol, o LDE está dividido em duas partes: literatura espanhola e autores hispano-americanos. A literatura espanhola está subdividida em quatro períodos (*edad media, siglo de oro, siglo XVIII e literatura contemporánea*). Em cada período, são apresentados os aspectos principais da história literária da época e, em seguida, breve resumo biográfico dos principais autores apresentado para cada autor, trecho de uma obra. Na segunda parte, Pozo y Pozo apresenta um pequeno resumo biográfico seguido de um trecho da obra dos principais autores hispano-americanos. Não apresenta exercícios.

Outro exemplo é o livro “Compêndio de Literatura Espanhola e Hispano-americana”, de Idel Becker (1943), publicado pela Companhia Editora Nacional (São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre). Com comentários em língua portuguesa, teve o objetivo de

atender ao programa de Espanhol item III (noções de história literária). O autor acrescentou em sua obra trechos de poesia luso-brasileiras vertidas ao Espanhol como exemplo para os exercícios que o professor deveria aplicar. Na década de 1940, também, foram produzidos os compêndios “Antologia espanhola e hispano-americana”, de Antenor Nascentes (1945), e “Antologia espanhola”, de Leônidas Sobrino Pôrto (1947).

Nota-se uma diferenciação na metodologia utilizada na década de 1920, pois, aos alunos daquela década, era solicitado que lessem as obras completas. Nesse momento, os alunos deveriam ler trechos de obras por meio das antologias e afins.

4.4.2 Gramáticas e manuais de língua espanhola

O Manual de Espanhol produzido pelo professor Idel Becker, em 1944, foi editado e publicado pela Companhia Editora Nacional, em 1945, as três primeiras edições. Essas edições estavam escritas em Português e não atendiam às disposições do Decreto-Lei 1.006, de 30 de dezembro de 1938, em relação ao método direto que, desde 1931, era o método oficialmente adotado. A partir da quarta edição, o manual foi reescrito em língua espanhola.

De acordo com Celada (2002), o manual incorpora uma abordagem contrastiva, em que determina a diferença entre o funcionamento do Espanhol e do Português tomando por base as divisões clássicas da gramática tradicional: fonética, morfologia e sintaxe. A autora argumenta que, já na oitava lição da primeira parte, fica manifestada a preocupação pelo tratamento do que se consideram “as maiores dificuldades” para um português ou brasileiro conseguir dominar com precisão o idioma Castelhana ou para um espanhol dominar o idioma Português, isto é, as divergências de cunho léxico.

A autora enquadra a abordagem de Becker conforme no trecho a seguir:

Tal observação nos permite concluir que está fundamentalmente pensado em função de servir de base ao “método de gramática-tradução”, não apenas pelo fato de ter como um de seus objetivos particulares que o aprendiz se torne capaz de fazer traduções e versões, mas também pelo tratamento da cultura estrangeira que ele adota: esta fica igualada à leitura de fragmentos de um certo tipo de literatura (cf. Germain, 1993, p. 101-107). Concomitantemente, a língua objeto de ensino é a norma culta, quer pelas fontes em que se apóia (a gramática de Andrés Bello, dentre as principais), quer pela citação, como já dissemos, de fragmentos de um certo tipo de literatura. (Celada, 2002, p.)

O Brasil tem publicado gramáticas e manuais de Espanhol desde 1920. Paulatinamente, com o aumento de professores atuando no ensino da língua e literatura espanhola em escolas, a produção de LDE foi aumentando. Em 1920, como já comentado, temos a primeira obra publicada no Brasil: “Grammatica da lingua espanhola para uso dos

brasileiros”, do professor Antenor Nascentes. Essa obra foi consequência da implantação da cadeira de Espanhol nos currículos da educação secundária brasileira, sendo Nascentes o primeiro intelectual a assumir o posto de professor catedrático de Espanhol.

A “Gramática española”, de Adolfo Pozo y Pozo (1943), com conteúdo gramatical e exercícios de aplicação, tenta esgotar a parte gramatical do programa de ensino e, aliado a sua antologia “Florilegio castellano” (1943), todo o programa. Julio do Amaral apresentou, em 1944, sua obra “Lecciones de Espanhol”, publicada pela Livraria Francisco Alves (São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte), escrita em Espanhol. A obra está dividida em: I parte (Gramática – com pontos gramaticais apontados no programa de ensino, sem exercícios); II parte (Exercícios práticos – com textos temáticos para o exercício da leitura e aumento do vocabulário); III parte (História literária – com resumo da história literária espanhola e hispano-americana); IV parte (Lugares seletos – trechos em prosa e verso com passagens da história e vida da Espanha e Hispano-américa e versões de autores brasileiros); V parte (Extraprograma oficial – com textos do gênero epistolar); e VI parte (Vocabulário).

Outros compêndios publicados na década de 1940 foram:

- ✓ “El castellano contemporáneo”, de Cândido Jucá Filho (1944);
- ✓ “La lengua española”, de João de Sousa Ferraz e Gastón Figueira (1944);
- ✓ “Verbos castellanos”, de Décio de Matos Nogueira e Ênio Sandoval Peixoto (1945);
- ✓ “Gramática castellana”, de Vicente Solana e Bento Bueno de Moraes (1945);
- ✓ “Manual de espanhol”, de Idel Becker (1945);
- ✓ “Español básico”, de José Ramón Calleja Alvarez (1946);
- ✓ “El español del colegio”, de Beatriz Magalhães de Chacel (1946);
- ✓ “Roteiro do curso espanhol para principiantes” e “Español: gramática y antología”, de Aristóteles de Paula Barros (1949); e,
- ✓ “Gramática castellana”, de Raul Gil Lagomarsino (1949).

Compreendemos que o método de gramática e tradução estava enraizado na concepção de ensino e aprendizagem de línguas dos professores, inclusive dos professores-autores que publicavam gramáticas para atender à norma padrão da língua e antologias com trechos de obras clássicas para o conhecimento da cultura do outro, bem como trabalhar a tradução. Desta forma, os livros didáticos de espanhol publicados mantiveram as características do método de gramática e tradução afastando-se da concepção do método direto, mesmo os que foram aprovados pela CNLD.

4.5 IDEL BECKER

Idel Becker nasceu em Porto Casares, na Argentina, em 28 de dezembro de 1910, devido à cidade onde residiam seus pais não possuir serviço médico. Segundo informações no site *oproblemista*, seus pais moravam em uma colônia agrícola, perto da cidade Erebangó, no Rio Grande do Sul. Após 15 dias do nascimento de Becker, os pais retornaram para o lar dele no Brasil. Becker faleceu em 1994.

Em 1935, formou-se na Faculdade de Medicina da USP e, em 1939, naturalizou-se brasileiro. Entre 1940 e 1943, exerceu a Medicina na cidade de São Paulo.

Foi nomeado em 15 de outubro de 1946 para exercer o cargo de professor secundário de Espanhol no Colégio Estadual Franklin Roosevelt, onde já se encontrava ministrando as aulas de Espanhol desde dezembro de 1945 como professor de Espanhol contratado.

A inclusão do ensino de Espanhol, como disciplina obrigatória, no curso secundário brasileiro, não se deu sem protestos, pois, como já ressaltamos, havia uma corrente de pensamento que acreditava que a língua espanhola era de fácil assimilação para os brasileiros, não havendo necessidade de um estudo sistematizado nas escolas. Foi de acordo com esse pensamento que um colaborador do Jornal de Notícias de São Paulo criticou a política de boa vizinhança de Capanema, que havia inserido o Espanhol no segundo ciclo do ensino secundário com a justificativa de maior aproximação com os países vizinhos, levando em consideração o espírito do Pan-Americanismo.

Segundo o colaborador do jornal que subscreve o texto como “Educador”, foi prejudicial a interferência da política internacional na educação:

No afã de demonstrar aos nossos vizinhos de origem espanhola o quanto os prezamos, introduzimos no currículo do segundo ciclo secundario o ensino de castelhano.

[...] Se o Espanhol é necessario para uma completa formação cultural, é, ao mesmo tempo, facilmente compreensivel aos brasileiros, como acontece ao autor dessas linhas, que, mesmo sem nunca haver recebido uma lição de tal língua, tem tirado não pequeno proveito de varias obras nela escritas. Caso as poucas aulas a ela dedicadas, no Collegio, conseguissem trazer aos educandos um aperfeiçoamento real, estariam sem dúvida justificadas. Não acreditamos, porem, que para tanto bastem e, consequentemente, redundam antes em desperdicio de tempo que em qualquer outra coisa (EDUCADOR, 1946, p. 5).

Há uma grande contradição no texto do “Educador”, haja vista que ele afirma que o Espanhol é muito fácil e não necessitaria de estudo no colégio, citando como exemplo o seu conhecimento da língua, mesmo sem ter estudado. Ao mesmo tempo, ele afirma que, com as poucas aulas do ensino de Espanhol no colégio, não significariam um aperfeiçoamento real.

Becker, alguns dias depois, enviou uma correspondência ao Jornal de Notícias, em defesa do ensino de Espanhol, respondendo ao “Educador”:

Leciono espanhol no Colégio Estadual, à rua São Joaquim. Dou aulas às terças e sábados, das 9,50 às 12,40 e das 15 às 18 horas. De manhã as turmas são exclusivamente masculinas. A tarde são femininas e mistas. V. S. poderá chegar de improviso, quando melhor lhe aprouver. Meus alunos e alunas (quase 250) não estarão “especialmente preparados”, pois nada lhes direi e continuaremos as nossas tarefas como de costume.

V. S. poderá solicitar de mim todos os esclarecimentos que desejar e poderá conversar com os meus alunos, à vontade, sem minha interferência. Poderá assistir aos nossos trabalhos ou poderá sugerir um tipo especial de tarefas.

O meu ensejo é, apenas, de que V. S. forme um juízo exato, honesto, da questão – sem preconceitos formulados “à priori”

Creio que é o mais que posso e devo fazer, nesta questão, perante V. S., a fim de colaborar, honestamente nos elevados ideais do magisterio brasileiro.

Cumprimentos cordiais do amigo e admirador (BECKER, 1946, p. 7).

Como acontece ainda na atualidade, os professores de Espanhol tinham que defender o ensino de Espanhol de ataques de várias frentes da sociedade. De acordo com a história, podemos verificar que a língua espanhola somente se manteve nos currículos do ensino secundário (hoje ensino médio) nos períodos em que havia lei que amparasse o seu ensino obrigatório, o que nos leva à preocupação atual de qual será o futuro do seu ensino, uma vez que o Governo Federal revogou a Lei 11.161, a chamada “Lei do Espanhol”. Pela primeira vez na história do ensino de línguas no Brasil, uma lei criada pelo governo brasileiro privilegia apenas uma língua: o Inglês (BRASIL, 2017).

5 DÉCADA DE 1950: HEGEMONIA DO MANUAL DE IDEL BECKER

Um manual é o produto de uma época, mas seu sucesso editorial, atestado pela sua longevidade e pelas suas numerosas reedições, o mais seguidamente sem modificações, e seu reemprego nas classes implica uma defasagem no tempo que pode ser considerável.

(Alain Choppin).

Durante a década de 1950, caiu o número de novos títulos de LDE e de reimpressões ou reedições em comparação com a década anterior conforme se observa nos Quadros 5 e 6. Em contraste com esse cenário, o manual de Idel Becker teve pelo menos 37 reedições.

Quadro 6 – Edição de novos títulos na década de 1950.

| Autor | Título | Cidades de Publicação | Editora | Ano |
|--------------------------------|--|--|----------------------------------|------|
| Raul G. Lagomarsino | Lengua castellana o española | São Paulo; Rio de Janeiro; B. Horizonte; Salvador; Recife; Curitiba; Porto Alegre. | Editora do Brasil S/A | 1951 |
| Aspiazu e Almoneda | O espanhol fácil: regras, vocabulário e manual de conversação Espanhol-Português | Campinas. | Livraria Joao Amêndola | 1951 |
| Idel Becker | Manual de conversación española | São Paulo. | Companhia Editora nacional | 1951 |
| Hermenegildo Alzola | Español colegial: colección de lecturas y trozos selectos en prosa y verso | Rio de Janeiro; São Paulo; Belo Horizonte. | F.T.D.; Livraria Francisco Alves | 1953 |
| Sebastiao da Silva Neiva, Frei | Dicionário de verbos irregulares espanhóis | Petrópolis; Rio de Janeiro; São Paulo. | Vozes | 1956 |

Fonte: Quadro elaborado por Anselmo Guimaraes.

Quadro 7 – Reimpressões ou reedições da década de 1950.

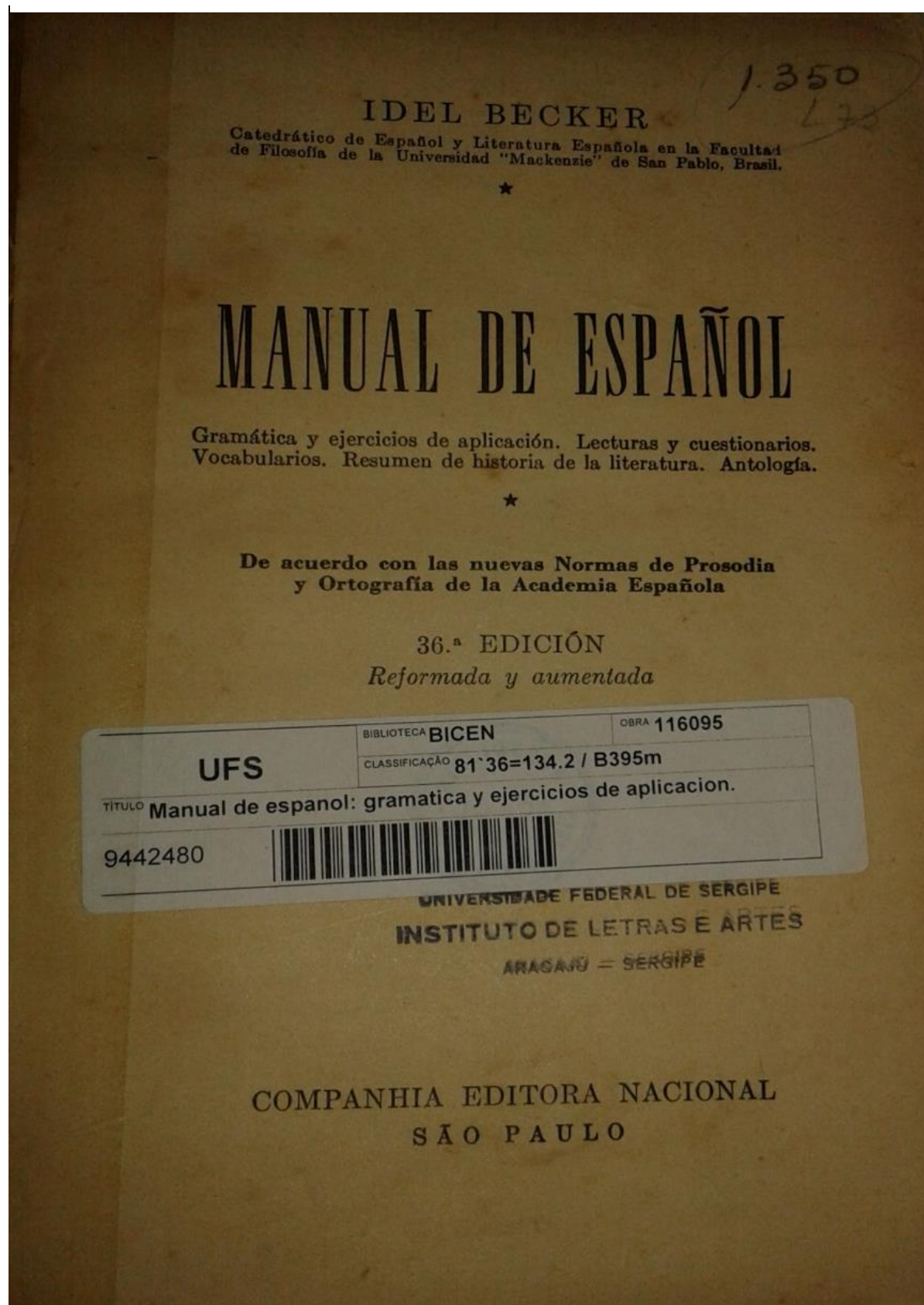
| Autor | Título | Editora | Quant. Reedições |
|-----------------------------|--------------------------------|----------------------------|------------------|
| Aristóteles de Paula Barros | Español: gramática y antologia | Companhia Melhoramentos | 3 |
| Beatriz Magalhaes de Chacel | El español del colegio: | Companhia Editora Nacional | 1 |
| Idel Becker | Manual de español | Companhia Editora Nacional | 37 |
| José Ramón Calleja Álvarez | Español básico | Editora do Brasil | 6 |

| | | | |
|------------------------|---------------------------------------|---|---|
| Leônidas Sobrino Pôrto | Antología española e hispanoamericana | Oficinas Tipográficas do Colégio Pedro II. Companhia Editora Nacional | 3 |
|------------------------|---------------------------------------|---|---|

Fonte: Quadro elaborado por Anselmo Guimaraes.

É importante anotar que o uso do referido manual de Becker não se restringiu aos colégios secundários. Ele passou a ser utilizado em faculdades de Filosofia e Letras. Na Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe, é possível acessar algumas edições do manual provenientes da Biblioteca da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, como a 36ª publicada em 1958 (Figura 16). É possível verificar na folha de rosto desse exemplar a instituição à qual o autor estava vinculado e que deve ter utilizado sua obra em suas classes: “Catedrático de Español y Literatura de la Facultad de Filosofía de la Universidad ‘Mackenzie’ de San Pablo, Brasil.” (BECKER, 1958).

Figura 17 - Folha de rosto do Manual de español de Idel Becker (1958)



Fonte: Acervo da Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe

5.1 LEGISLAÇÃO E PROGRAMAS OFICIAIS

Os programas oficiais para o ensino secundário brasileiro eram os mesmos do Colégio Pedro II. Segundo Portaria 614, de 10 de maio de 1951, esses programas, elaborados pela Congregação do colégio a cada três anos, deveriam ser entregues ao Ministro da Educação e Saúde, que publicaria no Diário Oficial da União no mês de agosto, e passariam a vigorar a partir do ano letivo seguinte, devendo ser adotados por todos os estabelecimentos de ensino secundário do país.

Percebe-se, a partir dessa portaria, que, mesmo o regulamento do Colégio Pedro II não mais constando de legislação federal, era a sua congregação que elaborava os programas das disciplinas que seriam seguidas em todo o país, uma vez expedidos pelo Ministério da Educação e Saúde. Ainda no início da segunda metade do século XX, o Colégio Pedro II e seus professores eram referências nacionais em educação secundária.

No ano de 1951, foram expedidos, por meio da Portaria Ministerial nº 1045 (BRASIL, 1951), planos ao desenvolvimento de programas mínimos de ensino de diversas disciplinas, entre elas, a língua espanhola, para o ensino secundário, além das instruções metodológicas para esses programas, sendo todos eles desenvolvidos pela Congregação do Colégio Pedro II. Abaixo, segue parte da disposição normativa da referida portaria:

Art. 1º. Ficam aprovados os planos anexos de desenvolvimento dos programas mínimos de Português, Francês, Inglês, Espanhol, Latim, Grego, Geografia Geral e do Brasil, Matemática, Desenho, Física, Química, Filosofia, História Geral e do Brasil e Economia Doméstica no curso secundário, elaborados pela Congregação do Colégio Pedro II [...]

Art. 2º. Ficam igualmente aprovadas considerações preliminares e das as instruções metodológicas que a esta as acompanham, para execução dos programas mínimos de Português, Francês, Inglês, Latim, Espanhol, Grego, Geografia Geral e do Brasil, Matemática, Desenho, Física, Química, Filosofia, História Geral e do Brasil, no curso secundário [...] (BRASIL, 1951).

A política linguística, em conformidade com Calvet (2002), é um conjunto de escolhas conscientes, referentes ao estabelecimento de relações entre língua ou línguas e a vida social e econômica de diferentes nações que possuem interesses em comum. Bobbio (2000) dispõe que a palavra política deriva do adjetivo originado de *polis* (*politikós*), que seria tudo o que se refere à cidade, ou seja, tudo o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social. Correlacionado a esse entendimento, para maior compreensão do que seria uma política linguística, Mackey (1976) observa e salienta que a importância de uma língua está diretamente relacionada com a função que ela exerce na comunicação e no estabelecimento de

relações de uma nação com os que são importantes para ela no que se aporta sobre o comércio, a religião, a educação, as ciências, a cultura, o esporte, o lazer, entre outros aspectos.

Com base em tudo que foi exposto acerca das diversas mudanças e influências que a legislação educacional trouxe para o ensino de Espanhol e sobre este enfoque político, é de extrema importância o seguinte entendimento de González (2009):

[...] não é suficiente a promulgação da lei para que, de fato, se implante o espanhol em nossas escolas de Ensino Médio, especialmente as públicas; será necessário [...] muito mais, sobretudo um efetivo desejo político, originado de interesses e necessidades nacionais e não alheias, e que se traduza em gestos firmes e legítimos, em bons investimentos e em trabalho sério (GONZÁLEZ, 2009, p. 31, tradução nossa).

A autora aponta que a promulgação/sanção de uma lei não é suficiente para o estabelecimento do ensino de uma língua. Para oficialização do ensino desta, para que isto ocorra, de fato, devem haver, sobretudo, um forte desejo e intencionalidades políticas para sua efetivação, principalmente no Brasil, onde a letra da lei não é garantia suficiente para a efetivação de procedimentos oficiais.

Ainda sobre esta perspectiva, Kanashiro (2012) salienta que, mesmo com a promulgação de tantas leis e a elevação de diversos programas oficiais que remetiam ao ensino de língua espanhola, sobretudo, no período entre 1919 e 1961, as problemáticas sobre o ensino desta disciplina não diminuiram, na verdade, se tornaram ainda maiores e evidentes. A referida autora ainda salienta que:

[...] fatores como a falta de políticas de formação de docente na área de língua espanhola, a quase inexistência de incentivo governamental à produção de pesquisas e materiais didáticos e, ainda, a não realização de concursos públicos para a contratação de professores, de certa forma, inviabilizaram um maior progresso do idioma na educação regular brasileira da época (KANASHIRO, 2012, p. 32).

Ou seja, segundo a autora, não adianta a disposição de inúmeras leis, sobretudo, em meio ao ensino público brasileiro, sem a efetivação dos direcionamentos apontados por estas por meio do governo através de políticas públicas educacionais que se aportem em três dimensões principais, a saber: formação inicial e continuada de qualidade a professor, ambiente de trabalho com condições mínimas para a persecução de aulas e condições ambientais e materiais para que o aluno possa comparecer de forma efetiva às aulas (tendo acesso à escola com boas condições estruturais e de gestão e material didático), não há como haver reais melhorias no ensino ou até mesmo a verdadeira inserção da língua espanhola nos currículos escolares.

No nosso entendimento, o ensino de Espanhol, como mostra a história, somente se manteve nos currículos nos períodos em que havia uma legislação inserindo-o, seja como disciplina facultativa, como o caso da entrada do espanhol em 1920, ou obrigatória, como foi de 1942 a 1961 e a partir de 2005, com a Lei 11.161/2005 até sua revogação em 2017. Tanto assim que, atualmente, com a revogação da Lei do Espanhol, há movimentos encabeçados por professores de Espanhol para incluir a obrigatoriedade do ensino de Espanhol por meio de legislação estadual. Em Sergipe, por exemplo, foi apresentado à mesa diretora da Assembleia Legislativa a Indicação nº 191/2018 sugerindo que o governo estadual implementasse a disciplina Língua Espanhola na grade curricular da Rede Estadual de ensino.

Em 1958, na administração de Juscelino Kubitschek (31/01/1956-31/01/1961), o governo federal, dentro da política linguística para o desenvolvimento da língua espanhola no Brasil, envidou esforços para inserir o idioma no primeiro ciclo do curso secundário e aumento da carga horária no segundo ciclo do mesmo curso, equiparando ao ensino do Inglês. Naquele ano, foi enviado ao Congresso Nacional projeto de lei alterando o Decreto-Lei, de 9 de abril de 1942.

Segundo o presidente da República, a alteração se fazia necessária “[...] como corolário dos novos rumos dados ao pan-americanismo, em consequência da política adotada pelo Governo, eis que se trata do idioma falado pela maioria dos povos americanos” (BRASIL, 1958). Essa política continental apontada pelo presidente é a principal justificativa do ministro da Educação, Clóvis Salgado, em sua exposição de motivos para alteração do decreto-lei:

16 de Setembro de 1958

Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

A revisão da política continental, em que se empenha o Govêrno, com o propósito de dar novos rumos ao pan-americanismo, recomenda a adoção de medidas, no setor da educação, que possam contribuir para o seu êxito.

Entre essas medidas, está a inclusão do ensino do Espanhol como disciplina obrigatória no ensino secundário idioma da maioria dos países americanos, cujo conhecimento, pela juventude brasileira, constituirá mais um liame com os povos do continente.

A atual Lei Orgânica do Ensino Secundário já prevê, é verdade, o ensino do Espanhol, mas com a duração de, apenas, um ano, e como disciplina do segundo ciclo, salientando as instruções metodológicas baixadas para a execução do programa que, entre as finalidades do ensino do Espanhol, está a de ‘mostrar-lhe a origem românica como a do Português, que tem a língua de Castela e da maioria dos países americanos, o que ajudará a compreender os sentimentos pan-americanos’.

O maior estreitamento dos povos do continente americano reclama, no entanto, um estudo mais intenso do idioma Espanhol no curso secundário e a sua inclusão como disciplina obrigatória no primeiro ciclo, a fim de ser dado

maior difusão ao seu ensino e tornar possível a plena consecução dos seus objetivos.

Estando em tramitação no Senado Federal o projeto de lei da Câmara nº 338, de 1958, que dá novo texto à Lei Orgânica do Ensino Secundário, seria oportuna essa iniciativa, mediante emenda que poderia ser apresentada ao plenário daquela Casa do Congresso Nacional.

O Ministério da Educação e Cultura, quando se manifestou sobre o referido projeto, em Julho de 1957, tendo em vista o seu propósito de simplificação do currículo, não fez incluir o ensino do Espanhol, mas o substitutivo aprovado pela douta Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal incluiu êsse idioma como disciplina complementar do curso ginásial e dos cursos clássico e científico (item II, art. 10).

Agora, no entanto, tendo em vista os novos rumos da política continental, o Ministério da Educação e Cultura julgaria recomendável a inclusão do ensino do Espanhol como disciplina obrigatória do 1º ciclo do curso secundário, ampliando a iniciativa do ilustre Senador Domingos Velasco, consubstanciada na emenda que ofereceu, tornando o idioma Espanhol disciplina estrutural no 2º ciclo, em paridade com o Francês e o Inglês.

Apresentando essas considerações para as providências que forem julgadas cabíveis, renovo a Vossa Excelência os protestos do meu profundo respeito.

CLOVIS SALGADO (BRASIL, 1958)

Como o próprio ministro Salgado afirma, não houve manifestação do Ministério da Educação e Cultura para a inclusão do Espanhol no currículo que estava sendo proposto pelo Projeto de Lei que tramitava na Câmara desde 1957 para a reforma do ensino secundário. Surgiu o interesse no ensino desse idioma a partir de novas perspectivas para a política do pan-americanismo no Brasil.

O projeto, na Câmara dos Deputados, recebeu o número 4.606/58 e tinha a seguinte redação:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - O idioma espanhol será ministrado nos dois ciclos do ensino secundário, observadas as mesmas bases estabelecidas no Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942, para o ensino do idioma inglês, inclusive no que tange às séries e cursos em que será lecionado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. (BRASIL, 1958)

Caso fosse aprovado esse projeto, o Espanhol seria inserido no primeiro ciclo do ensino secundário: na segunda, terceira e quarta séries do curso ginásial; no segundo ciclo: se manteria nas duas primeiras séries do curso clássico e na primeira série do curso científico e seria inserido na segunda série desse curso, conforme quadro demonstrativo a seguir:

Quadro 8 – Comparativo do ensino de línguas entre a legislação vigente e o Projeto 4.606/58.

| CICLO | CURSO | SÉRIE | LÍNGUAS ESTRANGEIRAS MODERNAS NO CURRÍCULO DESDE 1942 | SITUAÇÃO A PARTIR DA APROVAÇÃO DO PROJETO Nº4.606/58 |
|----------|------------|----------|---|--|
| Primeiro | Ginasial | Primeira | Francês | Francês |
| | | Segunda | Francês Inglês | Francês Inglês Espanhol |
| | | Terceira | Francês Inglês | Francês Inglês Espanhol |
| | | Quarta | Francês Inglês | Francês Inglês Espanhol |
| Segundo | Clássico | Primeira | Francês ou Inglês Espanhol | Francês ou Inglês Espanhol |
| | | Segunda | Francês ou Inglês Espanhol | Francês ou Inglês Espanhol |
| | | Terceira | - | - |
| | Científico | Primeira | Francês Inglês Espanhol | Francês Inglês Espanhol |
| | | Segunda | Francês Inglês | Francês Inglês Espanhol |
| | | Terceira | - | - |

Fonte: Legislação consultada.

Juscelino Kubitschek estava no seu terceiro ano de mandato e afirmava que estaria disposto a concretizar o slogan da campanha de 1955 de construir um Brasil que crescesse cinquenta anos em cinco. Pese o fato de acreditarmos que essa era mais uma frase de impacto político que uma intenção concreta. É importante lembrar que, segundo Schwarcz e Starling (2015, p. 415), o presidente “se propôs a efetuar uma mudança estrutural na capacidade produtiva nacional. O Plano de Metas fez do governo de JK um sucesso. [...] Privilegiou o setor industrial de bens de consumo duráveis[...].” Além desse aspecto político, há a questão

de caracterização da língua espanhola no ensino, não só como uma disciplina escolar simples, mas como um instrumento de aproximação do Brasil com os países hispano-americanos.

Sobre a questão das disciplinas escolares, é interessante observar e contrapor com ensino de Espanhol os entendimentos de Chervel (1990). Para o referido autor, no século XIX e início do XX, os conteúdos de ensino foram concebidos como próprios da classe escolar, independentes, na medida do possível, da realidade cultural exterior à escola e à sala de aula. Além do mais, o autor entende que o contato com o verbo *disciplinar*, com seu valor forte, está sempre disponível em meio à educação, a exemplo do modelo ditatorial pelo qual passou o Brasil, que propunha disciplinar o pensamento dos brasileiros em seu cerne, em seus jovens e crianças.

Uma "disciplina" é, assim, em qualquer campo que se insira, “um modo de disciplinar o espírito, quer dizer, de lhe dar os métodos e as regras para abordar os diferentes domínios do pensamento, do conhecimento e da arte” (CHERVEL, 1990, p. 180), que pode ser empregada e conduzida positivamente (a reprodução dos saberes acumulados vastamente pela humanidade e socialmente construídos) ou negativamente (transpondo ideologias autoritárias e impróprias, a exemplo, no Brasil, das doutrinas militaristas e na Alemanha do fascismo).

Assim, fica evidente que Chervel (1990), ao mesmo tempo que mostra as implicações e as problemáticas acerca do termo e de seus usos, destaca a importância da disciplina no sistema escolar, mostrando que é possível questionar pontos inerentes da natureza escolar por meio do uso crítico das disciplinas. Para isso, é preciso que seja compreendida em toda a amplitude a noção de disciplina, que se reconheça que uma disciplina escolar comporta não somente as práticas docentes de aula, mas também as grandes, e outras finalidades e intenções que determinam, então, a história das disciplinas escolares e o desempenho de um papel importante não somente na história da educação mas também na história cultural. “Se se pode atribuir um papel ‘estruturante’ à função educativa da escola na história do ensino [e da formação cultural], é devido a uma propriedade das disciplinas escolares” (CHERVEL 1990, p. 184).

O Espanhol, então, seria disciplina estruturante e fundante do estabelecimento de relações entre as nações, e que levaria à construção de uma identidade intercultural e integradora. De modo geral, pode-se depreender do entendimento de Chervel (1990) que, para a estruturação do Espanhol enquanto forte língua estrangeira no Brasil e como disciplina escolar valorizada (pelo governo, alunos e professores), é necessário que seja reconhecida a amplitude da noção de disciplina, ou seja, que além dos determinantes do cotidiano

pedagógico da sala de aula, há os demais aspectos que tornam necessário e moldam o ensino desta disciplina escolar que é o Espanhol, tais como os fatores socioeconômicos, políticos e culturais.

Corroborando o fato exposto, Chevallard (1991) aponta que a noção de disciplina escolar implica em um processo de transformação e recriação de conhecimentos em que atuam diversos agentes e dispositivos das diferentes esferas, que, por determinadas ações, transformam saberes sociais em saberes escolares, levando em consideração sua historicidade.

Ao contribuir ainda mais com a noção exposta pela correlação feita, Gasparello (2013) dispõe que essa construção ou processo possui dimensões epistemológicas, sociais, econômicas, políticas, pedagógicas e históricas. E ainda aponta que, para que se efetive este constructo, do Espanhol enquanto disciplina escolar bem estruturada e valorizada, são necessárias a ação e a participação efetiva dos professores e dos autores de livros didáticos em Espanhol.

A Lei nº 4.024, de 1961, instituiu a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Seu texto original não fazia referência às disciplinas a serem ministradas, determinando que essa atribuição seria de responsabilidade do CFE, que indicaria as disciplinas e práticas de ensino, obrigatórias e optativas, para o sistema de ensino médio federal, assim como cinco disciplinas obrigatórias para todos os sistemas de ensino médio. Para completar o currículo do ensino médio dos sistemas estaduais, os CEE indicariam os componentes curriculares mais adequados.

Com essa alteração, as línguas que davam forma ao currículo proposto pela Reforma de Capanema – Francês, Inglês, Espanhol, Latim ou Grego – ficaram dependentes de indicação ou do CFE ou dos CEE.

Em conformidade com Pierre Bourdieu (2011), nada é feito no vazio, na neutralidade; em tudo, há intenções recobertas de nobreza, sobretudo nas sociedades capitalistas, pautadas na relações de poder comercial. O autor ainda dispõe que:

[...] construções não são efetuadas em um vácuo social, como alguns etnometodologistas parecem acreditar: a posição ocupada no espaço social — isto é, na estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital, que são também armas — governa as representações desse espaço e as atitudes adotadas nas lutas para conservá-lo ou transformá-lo (BOURDIEU, 2011, p. 28).

Nesse contexto, o livro didático é um veículo de suma importância para as novas gerações de valores morais, religiosos, políticos e ideológicos. Segundo Choppin (2002) o

livro didático “[...] participa, assim, estreitamente do processo de socialização, de aculturação (até mesmo doutrinação da juventude.”

5.2 MÉTODOS PRESCRITOS

A metodologia implementada a partir da década de 50 no Brasil consistia, conforme salienta Barbosa (2007), basicamente, na formação de hábitos, que propunham como forma de aprendizagem de uma língua estrangeira os pressupostos de memorização e repetição. Nesse método, a gramática era ensinada e aprendida por intermédio de analogias indutivas e eram realizados exercícios de fixação pautados, principalmente, na substituição estrutural de frases e composições linguísticas gerais.

5.3 AVALIAÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS

A escolha dos livros didáticos no Colégio Pedro II não era simples. Havia um debate de quem teria direito em indicar o livro a ser adotado. A congregação do colégio se posicionou que, para melhor padronizar o ensino, deveria adotar um único livro para cada disciplina. Os professores dirigentes de cada disciplina receberiam dos professores as indicações, escolheriam um entre os livros indicados e enviariam para a aprovação da comissão de ensino. Mas essa sistemática não agradou a todos os professores, uma vez que se, por um lado, o professor adjunto queria escolher o seu material didático, por outro, o professor catedrático se valia do princípio de liberdade de cátedra disposto desde a Constituição Federal de 1946 (BRASIL, 1946).

Em reunião da congregação de 18 de dezembro de 1952, discutiu-se sobre o assunto. O professor Cecil Thiré, catedrático de Matemática, subiu à tribuna para questionar sobre a faculdade dos dirigentes de indicarem os livros didáticos ao que o presidente, professor Gildasio Amado, declarou que os professores tinham a liberdade na escolha, não cabendo aos dirigentes indicá-los ou não. Em resposta, o professor Thiré afirmou que, no externato, os professores de Inglês eram coagidos a aceitar a escolha do dirigente. Seguindo o debate, o presidente afirmou que havia uma problemática de difícil resolução no caso das línguas estrangeiras (Ata da Congregação do Colégio Pedro II de 18 de dezembro de 1952, fls 136-137).

Com o intuito de chegar a um consenso, o professor Machado da Silva sugeriu que:

O dirigente convocará todos os Professores da matéria para individualmente indicarem livros didáticos a serem usados no Colégio. O dirigente recolherá os votos e dará parecer sobre os três livros mais votados, certo o Professor ausente da reunião poderá mandar seu voto por escrito. O dirigente remeterá

à Congregação exemplares destes livros juntamente com o seu parecer. A Congregação encaminhará o assunto à Comissão de Ensino que em última instância escolherá os livros a serem adotados. Não havendo na Comissão de Ensino especialista sobre a matéria será ouvido quem seja capaz de sugerir. (Ata da Congregação do Colégio Pedro II de 18 de dezembro de 1952).

Já o professor Wandick defendia a liberdade de cátedra, ou seja, somente o professor catedrático tinha a liberdade de escolher o livro didático que usaria em suas turmas. Em 1953, de acordo como o regulamento do colégio, o corpo docente estava constituído por:

1. Cargos de carreira
 - a) Auxiliar de Ensino;
 - b) Assistente;
 - c) Professor Adjunto;
 - d) Professor Catedrático;
2. Demais professores
 - e) Docente livre;
 - f) Professor dirigente;
 - g) Professor padrão N;
 - h) Professor do ensino secundário;
 - i) Professor extranumerário ref. 29;
 - j) Professor contratado;
 - k) Orientador educacional;
 - l) Preparador (BRASIL, 1953).

Os professores catedráticos tinham várias atribuições como, por exemplo, dirigir e orientar o ensino da sua cadeira, orientar e fiscalizar o ensino dos professores não catedráticos e convocar, pelo menos, uma vez por mês, os professores não catedráticos regentes de turmas com o objetivo de manter uma unidade didática de sua cadeira. Poderiam sugerir punições aos auxiliares. Seus direitos e deveres estavam previstos em legislação federal, sendo, desta forma, o professor responsável por todo o processo de ensino e aprendizagem de sua cadeira, estando os demais professores a eles subordinados.

Como disse o presidente da Congregação do Colégio Pedro II, essa era uma problemática de difícil resolução, uma vez que vários professores do estabelecimento eram autores de livros didáticos e disputavam o direito de adotar suas obras ou pelo menos indicá-las para o parecer final da Congregação do colégio.

5.4 PRODUÇÕES DA DÉCADA

Observa-se nessa década um decréscimo no número de publicações de novos títulos e títulos reimpressos. Esses números podem variar, uma vez que podem haver descobertas de outros títulos em outras pesquisas e levantamentos. Porém, esses dados indicam que houve uma seleção na adoção de determinados livros e autores. Entre esses livros, se destaca o “Manual de Español” do professor de São Paulo, Idel Becker, com 12 reimpressões, na década de 1940, e 37, na de 1950.

Quadro 9 – Comparativo de edições entre as décadas de 1940 e 1950.

| DÉCADA | NOVOS TÍTULOS | TÍTULOS REIMPRESSOS |
|--------|------------------|------------------------|
| 1940 | 21 | 11 |
| 1950 | 5 | 5 |

Fonte: Quadro elaborado por Anselmo Guimarães.

5.4.1 Antologias e história das literaturas espanhola e hispano-americanas

Publicada pela Livraria Francisco Alves, parte da coleção de livros didáticos da FTD, em 1953, a obra de Hermenegildo Alzola, “Español colegial: colección de lecturas y de trozos selectos en prosa y verso”, provavelmente, foi adotada nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, uma vez que a livraria lançou esta obra nas capitais respectivas (Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte). Trata-se de uma obra com 114 trechos de obras da literatura espanhola e hispano-americana para exercícios de leitura e tradução.

Nessa década, também houve a reedição da obra “Antología española e hispano-americana”, de Leônidas Sobriño Pôrto. A obra do professor do Colégio Pedro II foi publicada pelas Oficinas Tipográficas do Colégio Pedro II e pela Companhia Editora Nacional.

As outras obras reimpressas continham tanto a parte gramatical quanto uma antologia da literatura espanhola e hispano-americana, a saber:

1. “Español: gramática y antología”, do professor Aristóteles de Paula Barros, publicada pela Companhia Melhoramentos;
2. “El español del colegio”, de autoria de Beatriz Magalhães de Chacel, publicada pela Companhia Editora Nacional;
3. “Manual de español”, de Idel Becker, publicada pela Companhia Editora Nacional. Essa obra se dividia em: gramática e leituras, apêndice gramatical, exercícios de vocabulário,

correspondência, resumos de história das literaturas espanhola e hispano-americanas, e antologia;

4. “Español básico”, de José Ramón Calleja Álvarez, publicada pela Editora do Brasil. Estava dividida em 46 lições com trechos das literaturas espanhola e hispano-americanas, pontos gramaticais, exercícios de gramática, exercícios de tradução e vocabulário.

5.4.2 Gramáticas e manuais de Espanhol

Em 1951, o professor Raul Gil Lagomarsino publicou a obra “Lengua castellana e española”, pela Editora do Brasil. Trata-se de uma refundição de sua gramática publicada em 1944, Gramática castellana e três fascículos com estudo da língua espanhola e suas literaturas: Letras castellanas¹⁸, publicados no final da década de 1940 e início da de 1950. Segundo o autor, sua gramática, além de ser utilizada em colégios, também foi adotada em faculdades do Rio Grande do Sul:

La GRAMÁTICA CASTELLANA, editada en principios del año 1944, fué obra coordinada para ofrecer sólida base científica de los principios que rigen la lengua española a las primeras tandas de estudiantes de los cursos que incluían esta disciplina Sé que fué útil a mis alumnos y a los de muchos colegas, inclusive de los cursos superiores de las Facultades de Filosofía (LAGOMARSINO, 1951, p. 17).

A obra de Lagomarsino está dividida em pontos gramaticais, vocabulário, seguidos de trechos de obras literárias. Esse LDE e o manual de Idel Becker são as obras mais completas em relação ao programa de Espanhol para os cursos Clássico e Científico e, devido a sua qualidade, foram adotadas em faculdades nos estados brasileiros, fazendo parte de diversas bibliotecas universitárias. Para se ter uma ideia mais detalhada dessas obras, segue comparativo dos pontos gramaticais entre as obras de Becker, Lagomarsino e Barros:

Quadro 10 – Comparativo entre as obras de Becker, Lagomarsino e Barros.

| | | | |
|--------------------|---|-------------------------------|--|
| Obra | Manual de español | Lengua castellana o española | Español: gramática y antología |
| Autor | Idel Becker | Raul Gil Lagomarsino | Aristóteles de Paula Barros |
| Tamanho | 19,5 X 13,5 | 21 X 14 | 21 X 14 |
| Quant. Páginas | 302 | 308 | 109 |
| Pontos gramaticais | Alfabeto gráfico Alfabeto fonético Vogais | Alfabeto Letras Sílabas | Alfabeto Acentuação Ditongo e tritongo |

¹⁸ Nº 1: Pequena seleção de poetas e prosadores hispano-americanos publicado em 1948. Nº 1 e 2: pequenas seleções de poetas e prosadores espanhóis e hispano-americanos, publicado em 1950. Nº 3: Prosódia e ortografia da língua castelhana, publicado em 1948.

| | | |
|--|---|---|
| Consoantes Pontuação Sílabas Artigo Regras de eufonia Substantivos Adjetivos Aumentativos e diminutivos Divergências lexicais Demonstrativos Possessivos Apócope Pronomes pessoais <i>Leísmo, laísmo e loísmo</i> <i>Voseo</i> Relativos Interrogativos Indefinidos Verbos Regras de acentuação ortográfica Numerais Advérbio Preposição Conjunção Interjeição Formação de palavras Concordância Regime Vícios de dicção Arcaísmo Neologismo Idiotismo Divergências lexicais entre Espanha e América Vocabulário | Vícios de linguagem Ditongo e tritongo Formação de palavras Acento prosódico Acidentes gramaticais Artigo Substantivo Adjetivo Pronome Verbo Advérbio Preposição Conjunção Interjeição Concordância Regime Arcaísmo Neologismo Barbarismo Solecismo Modismo Ortografia Regras de acentuação ortográfica Abreviatura | Sinais de pontuação Artigo Substantivo Adjetivo Pronomes Verbo Advérbio Barbarismo Solecismo Idiotismo Neologismo Arcaísmo |
|--|---|---|

Fonte: Quadro elaborado por Anselmo Guimarães.

Somente a obra de Becker contém exercícios, que abrangem pontos gramaticais, vocabulário e tradução.

5.5 LEÔNIDAS SOBRINO PÔRTO

Leônidas Sobrino Pôrto, em 1941, já lecionava em escolas particulares. Naquele ano, foi registrado como professor particular do ensino primário.

Formou-se em Letras Neolatinas em janeiro de 1946, pela Faculdade Católica de Filosofia do Rio de Janeiro, se qualificando para lecionar em escolas do ensino secundário. Seguindo com sua formação profissional, Pôrto cursou Mestrado em Letras Neolatinas pela mesma faculdade.

Em 22 de abril de 1948, foi registrado na Divisão de Ensino Secundário do Departamento Nacional de Educação como professor das seguintes matérias de ensino: Espanhol no 2º Ciclo, Português, Francês e Latim no 1º e 2º Ciclos.

Pôrto atuou na Escola de Comando e Estado Maior do Exército como professor de espanhol.

Em 1949, foi convidado pelo Instituto de Cultura Hispânica de Madrid para realizar estudo na Espanha sobre Literatura Espanhola e Hispano-americana. Permaneceu em Madrid de 18 de março a 15 de setembro daquele ano. Solicitou autorização ao Ministério da Educação e Saúde para se ausentar do país pelo prazo de um ano, pois havia recebido bolsa do Instituto de Cultura Hispânica. Em 26 de janeiro de 1949, teve sua solicitação autorizada, completando sua formação em 1950, quando tornou-se doutor em Letras pela Universidade de Madrid.

No decorrer dessa tese, inserimos informações da formação docente de três professores-autores: Antenor de Veras Nascentes, Idel Becker e Leônidas Sobrino Pôrto. Percebe-se formações distintas quanto aos estudos superiores. O primeiro formado em Direito, no entanto, com uma formação secundária bastante consolidada na área de letras. O segundo, não conseguimos identificar sua formação secundária, mas, como foi feita em colégios brasileiros, supomos que também tenha sido com uma base sólida nas Letras na década de 1920. O ensino superior de Becker foi feito na Faculdade de Medicina da USP.

O terceiro professor-autor teve uma formação superior bem mais específica para atuar na área das Letras. Formou-se em Letras Neolatinas, que incluía Português, Francês, Italiano e Espanhol pela Faculdade de Filosofia do Rio de Janeiro em 1946. Em seguida, fez Mestrado em Letras Neolatinas pela mesma faculdade e Doutorado em Letras pela Universidade de Madrid.

Três professores com formação superior bem distinta e que deram sua contribuição para o desenvolvimento do ensino da língua espanhola e suas literaturas no Brasil, bem como para a divulgação desses saberes por meio de livros didáticos de Espanhol publicados no país.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analizamos diversos LDE publicados no Brasil, no período de 1919 a 1961, e percebemos que os livros estiveram inseridos no contexto sociopolítico da comunidade escolar. Sendo produzidos para a escola, muitos deles estavam com a indicação de que tomavam como base para a produção, as normas estabelecidas nos textos legais e de acordo com o método vigente.

Esta tese trata da história dos livros didáticos de espanhol produzidos no Brasil no período de 1919 a 1961 a partir de pressupostos teóricos da história dos livros e edições didáticas (CHOPPIN, 1998), da história das disciplinas escolares (CHERVEL, 1990) e da história cultural (CHARTIER, 1990; CERTEAU, 1998, BURKE, 2005). A tese desta pesquisa considera que os professores-autores usaram de táticas para desviar das prescrições governamentais e colocar em circulação livros didáticos com conteúdos consumíveis pelas escolas em volumes atendendo aos objetivos mercadológicos das editoras.

A pesquisa demonstrou que os LDE não contemplavam todos os pontos dos conteúdos prescritos na legislação, bem como havia casos em que os professores inseriram em suas obras complementos de acordo com sua visão de ensino de línguas, adaptando conteúdos para trabalharem com seus alunos. A produção dos professores-autores tinha como referência os programas oficiais e o método da gramática e tradução, até o início da década de 1930. Dessa forma, o livro didático era produzido para o ensino de estruturas gramaticais e utilizava-se obras literárias para o exercício da tradução. Na década de 1920, o professor Antenor Nascentes produziu sua gramática a fim de utilizá-la em suas aulas. Para os exercícios de tradução, indicava para os alunos a obra *Don Quixote* de Cervantes.

Os LDE da década de 1940 foram escritos totalmente em Espanhol com textos de apoio para o exercício da leitura, exceto a gramática de Nascentes e as três primeiras edições do manual de Idel Becker. O que demonstra que houve mudanças no processo de elaboração das obras didáticas as quais já incluíam trechos de textos literários, fazendo com que as indicações para a leitura de obras, como a de Cervantes, por exemplo, diminuíssem.

No tocante ao método, apesar de ser instituído o direto a partir de 1932, observou-se que os LDE ainda estavam elaborados a partir de uma visão de estruturas gramaticais e exercícios de tradução a partir de trechos de textos literários inseridos pelos professores-autores em suas obras.

Isto posto, os LDE produzidos para o ensino secundário tinham como uma das finalidades atender ao programa prescrito pelo Governo, com conteúdos gramaticais, trabalhando a estrutura da língua inicialmente e, após a década de 1940, passaram a ser

escritos totalmente em Espanhol, acrescentaram-se textos para o exercício da leitura, memorização e aquisição de conhecimentos literários, da cultura espanhola e hispano-americana.

Nesse sentido, os LDE acompanharam as necessidades do corpo escolar (professores e alunos) no estudo do Espanhol como língua estrangeira a partir de uma visão estrutural do ensino de línguas e estavam sujeitos “[...] às limitações técnicas de sua época e participa[ram] de um sistema econômico cujas regras e usos, tanto no nível da produção como do consumo, influe[nciaram] necessariamente na sua concepção quanto a sua realização material.” (CHOPPIN, 2002, p. 14).

A visão de língua e do seu ensino-aprendizagem de cada professor-autor direcionou a elaboração dos conteúdos tratados nos LDE. Conteúdos gramaticais e textos literários foram a base desses livros, permitindo inferir que os autores estavam bem moldados pelo método tradicional de gramática e tradução. Mesmo após o Brasil ter incluído legislação com a oficialização do método direto em 1932, os livros didáticos para o ensino de línguas seguiram a mesma estrutura anterior (conteúdos gramaticais, exercícios gramaticais, vocabulário e trechos de textos literários).

A criação da Comissão Nacional do Livro Didático, em 1938, foi um esforço do governo de Vargas com o objetivo de controlar a produção e distribuição de livros didáticos utilizados no ensino secundário. Todavia, as dificuldades de implantação da comissão e, após instalada, a incapacidade de atendimento da grande demanda de pedidos de autorização para os LD tornaram os trabalhos da comissão inócuos. Até o final da década de 1950, apesar dos trabalhos da CNLD, não foi possível impedir que livros didáticos sem autorização da comissão fossem adotados nos diversos colégios brasileiros.

Foi possível verificar como as prescrições do Governo tentaram influenciar a produção didática de espanhol, estabelecendo avaliações que se configuraram em padrões de controle do mercado didático, mas não se constituiu em uma “camisa de força” para os professores-autores e editoras que, por meio de estratégias, puderam refazer o seu trabalho, aproveitando as oportunidades no seu cotidiano, a incapacidade da CNLD em atender à grande demanda de solicitação de autorizações e falhas na legislação.

Pese o fato de que alguns livros tiveram sua autorização negada por não atenderem ao método direto. Não observamos nos LDE aprovados características que pudessem enquadrá-los como material didático baseado no método direto ou intuitivo. Em nenhum LDE foi encontrada, por exemplo, variedade de gêneros discursivos e imagens de objetos com seu respectivo significado em língua espanhola, que pudesse servir de base para o entendimento

de que a obra estaria orientada para a utilização do método direto, tampouco indicação pedagógica nos livros sobre sua utilização baseada nesse método.

Assim, confirmamos nossa tese inicial de que os professores-autores puderam contornar as prescrições governamentais, utilizando-se de táticas para elaborar seu material didático de acordo com sua visão de língua e método amplamente utilizado pelos professores, buscando, em acordo com as editoras, atingir seu público-alvo: alunos e professores. Um fazer próprio do professor-autor de livros didáticos.

No tocante aos procedimentos metodológicos da investigação, foi utilizada uma abordagem histórica em ordem cronológica dos fatos importantes para o início da produção dos livros didáticos de Espanhol e posterior produção que se coaduna com a legislação educacional, em especial, a referente ao ensino secundário em que o ensino da língua espanhola e suas literaturas foram incluídas nos seus currículos, tanto facultativa quanto obrigatoriamente. Nesse sentido, buscou-se apresentar o percurso da história do livro didático de Espanhol, publicado no Brasil, para que pudesse promover o conhecimento de fatos históricos relacionados às publicações, criando uma memória desse material didático que, por muito tempo, esteve fora dos olhares dos pesquisadores.

Dessa maneira, não era de se estranhar que, por muito tempo, os livros didáticos divulgados em trabalhos científicos se limitavam a praticamente duas obras: a terceira edição, da década de 1930, da gramática de Nascentes, que seria a obra mais antiga publicada no Brasil (BEVILAQUA, 2013; CELADA; GONZÁLEZ, 2000; GIGLIO, 2006; PARAQUETT, 2006), e o manual de Becker, publicado pela primeira vez em 1945 e que teve mais de oitenta edições e foi adotado, ademais das escolas de ensino secundário, pelas faculdades que ofereciam o curso de línguas com a língua espanhola como um dos componentes. Guimarães (2011) divulgou a primeira edição da obra de Nascentes publicada em 1920. Recentemente, houve pesquisas com levantamentos de livros didáticos de Espanhol produzidos no Brasil (FREITAS, 2011, 2012, 2013; GUIMARÃES, 2014), indicando dezenas de outras obras que fizeram parte da vida escolar e acadêmica do país.

Com relação à adequação dos conteúdos apresentados nos LDE, foi feito um cotejamento entre os conteúdos das obras e as normas legais, denotando o atendimento em parte ao que foi prescrito no período pesquisado.

A análise das editoras de LDE de Espanhol, compreendidas entre os anos de 1920 a 1960, nos aponta para três períodos específicos de publicação dos LDE no Brasil. O primeiro vai de 1920 a 1925, momento em que a disciplina “Espanhol” figurou pela primeira vez em meio aos currículos do Colégio Pedro II, que foi o primeiro e principal referencial ao

prelúdio do ensino de Espanhol no Brasil. O segundo, que compreende o período entre os anos de 1929 a 1940, aporta-se após a saída do Espanhol dos currículos do Colégio Pedro II, porém, com a ocorrência da entrada dos conteúdos de literatura espanhola e hispano-americana em meio ao programa de ensino específico da disciplina “Literatura”.

E, por fim, o terceiro, que compreende os anos entre 1942 e 1961, período no qual o “Espanhol” passou a ter caráter obrigatório nos currículos da educação secundária brasileira, em que esta obrigatoriedade apenas caiu por terra com a promulgação da LDB de 1961, a qual fez com que tal disciplina passasse a se comportar enquanto optativa/complementar aos programas de ensino gerais para as etapas de ensino existentes no período.

As editoras que apresentam maiores recorrências em meio aos textos revisados por este estudo são: Companhia Editora Nacional - São Paulo; Editora do Brasil - São Paulo; Livraria Francisco Alves F.T.D. - Rio de Janeiro; Editora Melhoramentos - São Paulo; Serviço de documentação do M.E.S. - Rio de Janeiro; Livraria Globo - Rio Grande do Sul (com filial em São Paulo); Editora Irmãos Pongetti - São Paulo; Livraria Bôa Imprensa Ltda. - São Paulo; Editora A Nação (ver APÊNDICE B).

O Apêndice A, com as capas e informações básicas dos livros didáticos de Espanhol publicados no Brasil no período de 1919 a 1961, é um esforço de uma maior divulgação das obras que foram produzidas nesse período, possibilitando, assim, novas pesquisas sobre a história dos livros e edições didáticas de Espanhol.

Consideramos que esta tese, ao investigar a produção do LDE, as prescrições legais e de que maneira os professores-autores compreenderam tais exigências e, juntamente aos editores, mais do que atendê-las, transformá-las em material consumível por alunos e colegas de profissão, contribuirá para novas investigações na área do Espanhol voltadas para a História do Livro Didático.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICA

ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes de. Ontem e hoje no ensino de línguas. In: CUNHA, Maria Jandira; STEVENS, Cristina Maria Teixeira (Org.). **Caminhos e colheita: ensino e pesquisa na área de inglês no Brasil**. Brasília: Editora UNB, 2003.

ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes de. **Linguística Aplicada: ensino de línguas e comunicação**. 2. ed. Campinas: Pontes Editora: ArteLíngua, 2007.

ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes de. **Dimensões comunicativas no ensino de línguas**. 5. ed. Campinas: Pontes Editora, 2008.

ALVES, Gilberto Luiz. Textos escolares do ensino secundário no Brasil: da época jesuítica aos nossos dias. In: ALVES, Gilberto Luiz (Org.). **Textos escolares no Brasil: clássicos, compêndios e manuais didáticos**. Campinas: Autores Associados, 2015. p. 5-60.

ALVES, Gilberto Luiz; CENTENO, Carla Villamaina. Compêndios de História do Brasil no Colégio Pedro II: Império e primeira metade do século XX. In: ALVES, Gilberto Luiz (Org.). **Textos escolares no Brasil: clássicos, compêndios e manuais didáticos**. Campinas: Autores Associados, 2015, p. 61-114.

BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção. Concepção de língua e de cultura no ensino-aprendizagem de língua estrangeira. In: GATTOLIN, Sandra Regina Buttros; SIGNORI, Mônica Baltazar Diniz; MIOTELLO, Valdemir (Org.). **Dez anos entre o aprender e o ensinar linguagens**. São Carlos-SP: Pedro e Paulo Editores, 2007. p. 107-120.

BARBOZA, Giselle Macedo. **A gramática de Reis Lobato e o ensino de língua portuguesa no Brasil (1770-1828)**. 2011. 150f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2011.

BARROS, Aristóteles de Paula. **Español: gramática y antología**. 2. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1949.

BARROS, Jaqueline da Silva. **Identidades sociais de classe, gênero e raça/etnia representadas no livro didático de espanhol como língua estrangeira**. 2013. 134 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada). Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada. Brasília: Universidade de Brasília, 2013.

BARROS, José D'Assunção. A Nova história cultural: considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v.12, n. 16, 1º sem. 2011.

BARROS, José D'Assunção. História cultural: um panorama teórico e historiográfico. **Textos de História**, vol. 11, nº 1/2, 2003.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). **Educação e Pesquisa**. São Paulo, 2004, v. 30, nr. 3. p. 475-491.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. 8. ed. rev. ampl. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer**. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da razão**. Trad. Mariza Corrêa. 11. ed. Campinas: Papirus, 2011.

BRAGANÇA, Aníbal. **Francisco Alves, uma editora sesquicentenária (1854-2004)**. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro: UFF, 2004. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2004/resumos/R0631-1.pdf>>. Acesso em: 12 mai 2017.

BRAVO, Restituto Sierra. **Técnicas de investigación social: teoría y ejercicios**. 9. ed. Madrid: Paraninfo, 1994.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. Tradução Marcos Marciolino. São Paulo: Parábola, 2002.

CARDOSO, João Escobar. **A formação da historiografia da literatura brasileira: uma história dos cânones escolares no Brasil (1759-1890)**. 2011. 202f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2011.

CARDOSO, Cancionila Janzkovski; AMÂNCIO, Lazara Nanci de Barros. Políticas educacionais e práticas pedagógicas em alfabetização: um estudo a partir da circulação de cartilhas em Mato-Grosso – 1910 a 2001. In: LEAHY-DIOS, Cyana. (Org.) **Espaços e tempos de educação**. Rio de Janeiro: C.L. Edições, 2004.

CELADA, María Teresa. **O espanhol para o brasileiro: uma língua singularmente estrangeira**. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000289750>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CESTARO, Selma Alas Martins. **O Ensino de Língua Estrangeira: História e Metodologia**. Univ. Fed. Rio Grande do Norte / USP: 2006.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. Tradução de Guaracira Lopes Louro. **Teoria & educação**. Porto Alegre, 1990. nr. 2. p. 177-229.

CHERVEL, André. Quando surgiu o ensino secundário? **Revista da Faculdade de Educação**, 18(1), 1992 p. 99-112.

CHEVALLARD, Yves. **La transposition didactique**. Grenoble: La Pensée Sauvage, 1991.

CHOPPIN, Alain. Las políticas de libros escolares en el mundo: perspectiva comparativa e histórica. In: SILLER, Javier Pérez; GARCÍA, Verena Randkau (Org.). **Identidad en el imaginario nacional: reescritura y enseñanza de la historia**. Puebla: Universidad Autónoma de Puebla, 1998, p. 169-180.

CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. **História da Educação**, ASPHE/FeE/UFPel. Pelotas, v. 11, 2002, p. 5-24. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30596/pdf>>. Acesso em: 04 mai. 2016.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 30, nr. 3. 2004, p. 549-566.

CHOPPIN, Alain. Políticas dos livros escolares no mundo: perspectiva comparativa e histórica. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 12, n. 24, jan/abr 2008, p. 9-28. Disponível em: <<http://fae.ufpel.edu.br/asphe>>. Acesso em: 04 mai. 2016.

CHOPPIN, Alain. O manual escolar: uma falsa evidência histórica. Trad. Maria Helena C. Bastos. **História da Educação**. Pelotas, v. 13, nr. 27, 2009. p. 9-75.

COMENIUS. **Didática magna**. Trad. Ivone Castilho Benedete. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã: o ensino superior da Colônia à Era de Vagas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

DARNTON, Robert. **O Grande Massacre dos Gatos**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

EDITORA MELHORAMENTOS. **Histórico**. Disponível em: <<http://editoramelhoramentos.com.br/v2/a-editora/historico/>>. Acesso em: 12 mai 2017.

FALBEL, Nachman. **David José Pérez: uma biografia**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FERNÁNDEZ, Francisco Moreno. El español en Brasil. In: SEDYCIAS, João. (Org.). **O Ensino do espanhol no Brasil: passado, presente, futuro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p. 18-24.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. Os processos de avaliação de livros didáticos na comissão nacional do livro didático. In: **XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. Anais**. São Paulo: ANPUH/SP – USP (Universidade de São Paulo), 2008.

FLEURI, Reinaldo Matias. Desafios à Educação Intercultural no Brasil. **Revista PerCursos**. Vol.2. Número 2. Núcleo de Estudos em Políticas Públicas. Santa Catarina: Udesc, 2001, p. 109-128.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre, Bookman, 2009.

FRANCO, Maria Laura Barbosa. A política do livro didático a nível de legislação. In: **PLURAL**, ano 3, n° 6, jul/ago. São Paulo, 1980, p. 25-41.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. O professor Francisco Silveira Bueno e as 'Páginas Seletas' e as 'Páginas Literárias': lições para o ensino ginásial para meninos e meninas no Estado Novo. Relatório de Estágio Doutoral, 2012.

FREITAS, Luciana Maria Almeida de. **Manuais do professor de livros didáticos de espanhol: memória e prescrição**. Relatório de pesquisa. Niterói, 2011, 23 p.

FREITAS, Luciana Maria Almeida de. **Manuais do professor de livros didáticos de espanhol: memória e prescrição**. Relatório de pesquisa. Niterói, 2012, 25 p.

FREITAS, Luciana Maria Almeida de. **Manuais do professor de livros didáticos de espanhol: memória e prescrição**. Relatório de pesquisa. Niterói, 2013, 32 p.

FREITAS, Neli Klix; RODRIGUES, Melissa Haag. **O Livro Didático ao longo do tempo: A forma do conteúdo**. 2007. Disponível em: <
http://www.udesc.br/arquivos/porta_antigo/Seminario18/18SIC/PDF/074_Neli_Klix_Freitas.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2016.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. A produção de uma disciplina escolar: os professores/autores e seus livros didáticos. **Rev. bras. hist. educ.**, Campinas-SP, v. 13, n. 3 (33), set./dez. 2013, p. 147-177.

GERMAIN, C. **Evolution de l'enseignement des langues: 5000 ans d'histoire**. Paris: Clé International, 1993. (Col. Didactique des langues étrangères)

GIGLIO, Clara Lúcia Franco de Macêdo. **A compreensão leitora em manuais didáticos de espanhol como língua estrangeira de 1945 a 1990**. 2006. 156 f. Dissertação (Mestrado em Letras – Linguística Aplicada ao Ensino-Aprendizagem de Línguas Estrangeiras/Espanhol) Programa de Pós-Graduação em Letras – Linguística Aplicada ao Ensino-Aprendizagem de Línguas Estrangeiras/Espanhol. Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

GINZBURG, Carlo. O Inquisidor como Antropólogo. In: GINZBURG, Carlo. **A micro história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1991.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GOMES, Angela Maria de Castro. História, Historiografia e Cultura Política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Raquel; BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVEA, Maria de Fátima. **Culturas Políticas: ensaios de História Cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2005. p.21-44.

GONÇALVES, Rita de Cássia. **Comissão de seleção de livros didáticos (1935-1951):** guardiã e censora da produção didática. Dissertação de mestrado, Programa de Estudos de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade, da PUC/SP, 2005.

GONZÁLEZ, Neide Terezinha Maia. Políticas públicas y enseñanza de Español como Lengua Extranjera en Brasil: desafíos para su implementación. **Signo & Seña**. Buenos Aires, no 20, 2009, p. 21-32.

GONZÁLEZ, Neide Maia. Iniciativas para a implantação do espanhol: a distância entre o discurso e a prática. In: BARROS, Cristiano Silva de. COSTA, Elzimar Goettenauer de Marins (Coord.). **Espanhol: ensino médio**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

GRAMSCI, Antônio. **Americanismo e Fordismo**. São Paulo: Hedra, 2008.

GUIMARÃES, Anselmo. História do ensino de espanhol no Brasil. **Scientia Plena**, nº 7, vol. 11, 2011. Grupo de Pesquisa História do Ensino de Línguas no Brasil, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, Sergipe: UFS, 2011.

GUIMARÃES, Anselmo. A língua espanhola como disciplina escolar: considerações iniciais de pesquisa. In: **VI Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”**. São Cristóvão, Sergipe: UFS, 2012.

GUIMARÃES, Anselmo. Livros Didáticos de Espanhol publicados no Brasil (1920- 1960). In: **VII Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2013, Cuiabá. VI Congresso Brasileiro de História da Educação. São Paulo: Sociedade Brasileira de História da Educação, 2013. p. 1-14.

GUIMARÃES, Anselmo. **Panaméricas Utópicas: a institucionalização do ensino de espanhol no Brasil (1870-1961)**. SãoCristóvão: EDUFS, 2016. PDF.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história**. Tradução de Maria da Penha Villalobos e Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: T. A. Queiroz Editor Ltda.: Editora da Universidade de São Paulo, 1985.

H Aidar, Maria de Lourdes Mariotto. **O ensino secundário no Brasil império**. São Paulo: EDUSP, 2008.

HERKENHOFF, João Baptista. **Fundamentos de direito: visão panorâmica do universo jurídico**. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

KANASHIRO, Daniela Sayuri Kawamoto. **As linhas e as entrelinhas: um estudo das questões de língua espanhola no Enem**. São Paulo: [s.n.], 2012.

LAJOLO, Marisa. Livro didático: um (quase) manual de usuário. **Enfoque: Qual é a questão?** Em Aberto, Brasília, ano 16, n.69, jan./mar. 1996.

LEÃO, Antonio Carneiro. **O ensino das línguas vivas: seu valor, sua orientação científica**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

MACKEY, William Francis. **Bilinguisme et contact de langues**. Paris: Klincksieck, 1976.

MALVEIRA, Antônio Nunes. **Achegas para uma biografia do professor David José Pérez**. Caderno nº 3. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 1983.

MATA, Ary da. **História da América para a segunda série ginásial**. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1954.

MELLO, Affonso de Toledo Bandeir de. **O espírito do pan-americanismo**. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1956.

MORAES, Isabela Francieli de. **A presença da interculturalidade em livros didáticos de espanhol língua estrangeira**. Araraquara: Unesp, 2012.

MORESI, Eduardo. (Org.). **Metodologia da Pesquisa**. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2003.

OLIVEIRA, João Batista Araújo et al. **A Política do Livro Didático**. Campinas: Unicamp, 1984.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo. **A historiografia brasileira da literatura inglesa: uma história do ensino de inglês no Brasil (1809-1951)**. 1999. 189 f. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/iel/memoria/projetos/teses/tese19.doc>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo. **Gramatização e escolarização: contribuições para uma história do ensino das línguas vivas no Brasil (1757-1827)**. São Cristóvão: Editora UFS: Aracaju: Editora Oviedo Teixeira, 2010.

OLIVEIRA, Nilzeth Rodrigues de. **A avaliação da compreensão leitora no ensino de língua espanhola**. São Gonçalo: Instituto Superior Anísio Teixeira, 2015.

PACHECO, Mirela Magnani. **O parnasianismo lusitano e a formação do cânone: a invenção do arcadismo na historiografia da literatura brasileira**. 2011. 170f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2011.

PEDRO BLOCH ENTREVISTA ANTENOR NASCENTES. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/xcnlf/17/08.htm>>. Acesso em: 23 jan. 2015.

PICANÇO, Deise Cristina de Lima. **História, memória e ensino de espanhol (1942-1990): as interfaces do ensino da língua espanhola como disciplina escolar a partir da memória de professores, métodos de ensino e livros didáticos no contexto das reformas educacionais**. Curitiba: Editora da UFPR, 2003.

PUREN, C. **Histoire des méthodologies**. Paris: Nathan; Clé International, 1988. (Col. Didactique des langues étrangères).

REAL ACADEMIA ESPANHOLA. **Castellano y Español: diferencias y singularidades.** Disponível em: <<http://www.rae.es/diccionario/normativo/larae/2016>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

RAZZINI, Márcia de Paula Gregório (Org.). **Antonio Firmino Proença: professor, formador, autor.** São Paulo: Porto de Idéias, 2010.

RICHARD, Jack.; RODGERS, Theodore. **Approaches and Methods in language teaching.** Cambridge University Press.1986.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. **A trajetória da disciplina Geografia no currículo escolar brasileiro (1837-1942).** 1994, 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Supervisão e Currículo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1994.

ROCHA, Wellington Allan da. **Panorama da produção de livros didáticos de espanhol publicados no Brasil entre 1991 e 2008.** 2009. 184 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2009.

ROTHEN, José Carlos. O Conselho Federal de Educação nos bastidores da reforma universitária de 1968. In: **Anais do Congresso Brasileiro de História da Educação.** 2004, Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo3/236.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2017. p. 1-11.

SALVADOR, Angelo Domingos. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica.** Porto Alegre: Sulina, 1978.

SALVADOR, A. C. O.; SANTOS, L. **O ensino de espanhol na educação básica brasileira: uma retrospectiva histórica,** 2011. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/76302616/o-Ensino-de-Espanhol-Na-Educacao-BasicaBrasileira-Uma-Retrospectiva-Historica>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

SANTANA, Givaldo. Concepciones sobre la lengua, su enseñanza-aprendizaje y el papel otorgado al profesor y al alumno en los distinto enfoque metodológicos. In: SANTANA, Givaldo et al. **Questões de línguas estrangeiras: línguas estrangeiras em questão.** São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2005. p. 71-105.

SILVA, Lidiane Rodrigues Campêlo et all. Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente. In: **IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE; III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia,** Paraná: PUC-PR, 2009.

SOARES, Magda Becker. Um Olhar sobre o Livro Didático. **Presença Pedagógica,** Belo Horizonte: Dimensão, v. 2, n. 12,nov./dez. 1996, p. 52-63.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; GONDRA, José Gonçalves. Olhar o outro, ver a si: um professor primário brasileiro no “Velho Mundo” (1890-1892). **Revista Brasileira de História da Educação.** Paraná,jan./abr. 2010, nr. 22, p. 87-112.

TEIXEIRA, Anísio. **Aspectos Americanos de Educação**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

TELES, Thadeu Vinícius Souza. **O papel de ensino de língua inglesa na formação do perfeito negociante (1759-1846)**. 2012. 114f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2012.

TELLO, Andrés Alberto Soto. **Leitura e identidade no livro didático de língua espanhola**. 2012. 121 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2012.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. **A indústria de livros, a materialidade do impresso e o campo educacional**: reflexões sobre a organização do acervo do histórico da Companhia Editora Nacional. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUC-SP, 2010. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo1/019.pdf>>. Acesso em: 12 mai 2017.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VECHIA, Ariclê. Imperial Colégio de Pedro II no século XIX: portal dos estudos históricos franceses no Brasil. In: VECHIA, Ariclê. & CAVAZOTTI, M. A. (Org.). **A escola secundária**: modelos e planos (Brasil, séculos XIX e XX). São Paulo: Annablume, 2003.

VIANNA, José Feliciano Lobo (Org.). **Guia Militar para o ano de 1898 (abrangendo os anos de 1893, 1894, 1895, 1896 e 1897)**. 1. Vol. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1897.

VIEIRA, Afonso Bensabat et al. **O Colégio Pedro II**: contribuição histórica aos 175 anos de sua fundação. Rio de Janeiro, Colégio Pedro II, 2013.

VILLENA, Flávia Braga Krauss. **Sobre a homogeneização do espanhol nos livros didáticos nacionais**. 2008. 90 f. Dissertação (Mestrado em Estudo de Linguagem). Instituto de Linguagens. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 2008.

WOGAN, Daniel S. **A literatura hispano-americana no Brasil: 1877-1944**. Bibliografia de crítica, história literária e traduções. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1948.

FONTES

Livros didáticos

ALVAREZ, José Ramón Calleja. **Español básico para os cursos clássico e científico**. Coleção didática do Brasil. São Paulo: Editora do Brasil S/A, 1946.

ALVAREZ, José Ramón Calleja. **Español básico para os cursos clássico e científico**. Coleção didática do Brasil. São Paulo: Editora do Brasil S/A, 1947.

ALVAREZ, José Ramón Calleja. **Español básico para os cursos clássico e científico.** Coleção didática do Brasil. 4. ed. São Paulo: Editora do Brasil S/A, 1948.

ALVAREZ, José Ramón Calleja. **Español básico para os cursos clásico e científico.** Coleção didática do Brasil. São Paulo: Editora do Brasil S/A, 1951.

ALVAREZ, José Ramón Calleja. **Español básico para os cursos clásico e científico.** Coleção didática do Brasil. São Paulo: Editora do Brasil S/A, 1952.

ALVAREZ, José Ramón Calleja. **Español básico.** Coleção didática do Brasil. São Paulo: Editora do Brasil S/A, 1953.

ALVAREZ, José Ramón Calleja. **Español básico para os cursos clásico e científico.** Coleção didática do Brasil. São Paulo: Editora do Brasil S/A, 1956.

ALVAREZ, José Ramón Calleja. **Español básico para os cursos clásico e científico.** Coleção didática do Brasil. São Paulo: Editora do Brasil S/A, 1957.

ALVAREZ, José Ramón Calleja. **Español básico para os cursos clásico e científico.** Coleção didática do Brasil. 6. ed. São Paulo: Editora do Brasil S/A, 1958.

ALVAREZ, José Ramón Calleja. **Español básico para os cursos clásico e científico.** Coleção didática do Brasil. 10. ed. São Paulo: Editora do Brasil S/A, 1960.

ALZOLA, Hermenegildo. **Español colegial:** colección de lecturas y de trozos selectos en prosa y verso. Coleção de livros didáticos F.T.D. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1953.

AMARAL, Júlio do. **Lecciones de español para el estudio de la lengua española.** 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Ltda., 1944.

BANDEIRA, Manuel. **Noções de história das literaturas.** 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.

BANDEIRA, Manuel. **Literatura hispano-americana.** Rio de Janeiro: Irmãos Ponguetti, 1949.

BANDEIRA, Manuel. **Literatura hispano-americana.** 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1960.

BARROS, Aristóteles de Paula. **Español:** gramática y antología. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1948.

BARROS, Aristóteles de Paula. **Español:** gramática y antología. 2. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1949.

BARROS, Aristóteles de Paula. **Español:** gramática y antología. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1952.

BARROS, Aristóteles de Paula. **Español:** gramática y antología. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1953.

BARROS, Aristóteles de Paula. **Español: gramática y antología**. 5. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1954.

BARROS, Aristóteles de Paula. **Roteiro do curso espanhol para principiantes**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

BECKER, Idel. **Compêndio de literatura espanhola e hispano-americana**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943.

BECKER, Idel. **Espanhol, pontos gramaticais e trechos para exercícios**. São Paulo: Êlo, 1943.

BECKER, Idel. **Dicionário Espanhol-Português**. São Paulo: Livraria Editora, 1943.

BECKER, Idel. **Sugestões para execução do programa de espanhol (cursos clássico e científico) em 55 aulas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

BECKER, Idel. **Pequeno dicionário espanhol-português**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

BECKER, Idel. **Manual de español**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

BECKER, Idel. **Manual de español**. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

BECKER, Idel. **Manual de español**. 6. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1948.

BECKER, Idel. **Manual de español**. 9. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1948.

BECKER, Idel. **Manual de español**. 13. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1950.

BECKER, Idel. **O estudo de espanhol na escola secundária**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1950.

BECKER, Idel. **Manual de español**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1951.

BECKER, Idel. **Manual de conversación española**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1951.

BECKER, Idel. **Dicionário popular espanhol-português**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1951.

BECKER, Idel. **Manual de español**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952.

BECKER, Idel. **Manual de español**. 15. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1953.

BECKER, Idel. **Manual de español**. 18. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1953.

BECKER, Idel. **Manual de español**. 19. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1954.

- BECKER, Idel. **Manual de español**. 25. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.
- BECKER, Idel. **Manual de español**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.
- BECKER, Idel. **Manual de español**. 31. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.
- BECKER, Idel. **Manual de español**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.
- BECKER, Idel. **Manual de español**. 43. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.
- BECKER, Idel. **Manual de español**. 45. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.
- BERTICHEM, Pieter Godfred. **Collegio de Pedro 2. e Igreja de S. Joaquim**. Rio de Janeiro, RJ: Lith. Imp. de Rensburg, [1856]. 1 grav, litografia col, 28,6 x 39. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393044/icon393044_16.jpg>. Acesso em: 26 jul. 2016.
- CHACEL, Beatriz Magalhães de. **El español del colegio**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.
- CHACEL, Beatriz Magalhães de. **El español del colegio**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.
- CHACEL, Beatriz Magalhães de. **El español del colegio**. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1948.
- CHACEL, Beatriz Magalhães de. **El español del colegio**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1950.
- FERRAZ, João de Souza; FIGUEIRA, Gastón. **La lengua española**. São Carlos: Editora Didática Brasileira S/A., 1944.
- GARCIA, Hamilcar de. **Dicionário espanhol-português**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1943.
- GARCIA, Hamilcar de. **Dicionário espanhol-português**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1953.
- HERNÁNDEZ, José. **Nociones de gramática española y textos**. São Paulo: Anchieta, 1946.
- JUCÁ FILHO, Cândido. **El castellano contemporáneo**. Rio de Janeiro: Editora Pan-Americana S/A., 1944.
- LAGOMARSINO, Raul G. **Gramática castellana**. Porto Alegre: Tipografia do Centro S/A., 1944.
- LAGOMARSINO, Raul G. **Gramática castellana**. 2. ed. Porto Alegre: Tipografia do Centro S/A., 1949.

LAGOMARSINO, Raul G. **Lengua castellana o española**. São Paulo: Editora do Brasil S/A., 1951.

LISBOA, José Carlos. **O teatro de Cervantes**. Os cadernos de cultura. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1952.

MADRIGAL, Alfredo Lamarque. **Lengua español**. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco Fº, 1943.

NASCENTES, Antenor. **Um ensaio de phonetica diferencial luso-castellana. Dos elementos gregos que se encontram no espanhol**. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1919.

NASCENTES, Antenor. **Grammatica da língua espanhola para uso dos brasileiros**. Rio de Janeiro: Livraria Drummond, 1920.

NASCENTES, Antenor. **Gramática da língua espanhola**. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Pimenta de Melo & C., 1934.

NASCENTES, Antenor. **Gramática da língua espanhola**. 4. ed. Rio de Janeiro: Livraria Pimenta de Melo & C., [193?].

NASCENTES, Antenor. **Gramática da língua espanhola**. 5. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943.

NASCENTES, Antenor. **Antologia espanhola e hispano-americana**. Rio de Janeiro: Livraria Zélio Valverde, [1943].

NASCENTES, Antenor. **Antologia espanhola e hispano-americana**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Zélio Valverde, 1945.

NASCENTES, Antenor. **Discurso proferido em 23 de setembro de 1952 no salão nobre do externato do Colégio Pedro II por ocasião do recebimento do título de professor emérito**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1952.

NEIVA, Sebastião da Silva (frei). **Lectura castellana**. Petrópolis: Vozes, 1944.

NEIVA, Sebastião da Silva (frei). **Dicionário de verbos irregulares espanhóis**. Petrópolis: Vozes, 1956.

NOGUEIRA, Décio de Matos; PEIXOTO, Ênio Sandoval. **Verbos castellanos**. São Paulo: Editora Anchieta S/A., 1945.

PÔRTO, Leônidas Sobrino. **Antología española**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1944.

PÔRTO, Leônidas Sobrino. **Antología española**. 2. ed. Rio de Janeiro, 1947.

PÔRTO, Leônidas Sobrino. **Antología española**. 3. ed. Madrid, 1949.

PÔRTO, Leônidas Sobrino. **Antología española**. 4. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1953.

PÔRTO, Leônidas Sobrino. **Antología española**. 5. ed. Rio de Janeiro: Oficinas Tipográficas do Colégio Pedro II, 1958.

PÔRTO, Leônidas Sobrino. **Antología española**. Rio de Janeiro: Oficinas Tipográficas do Colégio Pedro II, 1959.

POZO Y POZO, Adolfo. **Florilegio castellano**. Coleção de livros didáticos F.T.D. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1943.

POZO Y POZO, Adolfo. **Gramática española**. Coleção de livros didáticos F.T.D. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1943.

POZO Y POZO, Adolfo. **Gramática española**. Coleção de livros didáticos F.T.D. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1948.

POZO Y POZO, Adolfo. **Gramática española**. Coleção de livros didáticos F.T.D. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1949.

PRADO, Eduardo. **A ilusão americana**. 4. ed. revista. São Paulo: Livraria e Officinas Magalhaes, 1917.

SANTOS, H. P. **Dicionário espanhol-português**. São Paulo: LEP S/A., 1960.

SOLANA, Vicente; MORAIS, Bento Bueno de. **Gramática castellana**. revista. São Paulo: Edições e Publicações Brasil S/A., [1944].

SOLANA, Vicente; MORAIS, Bento Bueno de. **Gramática castellana**. 2. ed. revista. São Paulo: Edições e Publicações Brasil S/A., 1945.

Legislação

BAHIA. **Relatório sobre a instrução pública da província da Bahia ...**Bahia: Typographia de Antonio Olavo da França Guerra e Comp., 1856.

BRASIL, **Carta de Lei de 25 de Março de 1824**. Manda observar a Constituição Política do Império, offerecida e jurada por sua Magestade o Imperador. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em: 21 mai. 2015.

BRASIL. **Lei 16 de 12 de agosto de 1834**. Faz algumas alterações e adições à Constituição Política do Império, nos termos da Lei de 12 de outubro de 1832. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim16.htm>. Acesso em: 21 mai. 2015.

BRASIL. **Decreto s/n de 2 de dezembro de 1837**. Convertendo o Seminário de S. Joaquim em colégio de instrução secundária, com a denominação de Colégio de Pedro II, e outras disposições. Disponível em:

<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=78>>. Acesso em: 21 mai. 2013.

BRASIL. Decreto 9 de 21 de novembro de 1889. Altera a denominação do antigo Colégio de Pedro II e suprime a de – Imperial – de vários estabelecimentos dependentes do Ministério dos Negócios do Interior. **Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890, p. 8. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao8.html>>. Acesso em: 03 ago. 2016.

BRASIL. **Decreto 981 de 08 de novembro de 1890a**. Aprova o Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=65346&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

BRASIL. **Decreto 2.880 de 18 de abril de 1898**. Aprova regulamento para os institutos militares de ensino. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=47119&norma=62887>>. Acesso em: 25 dez. 2013.

BRASIL. **Decreto 3.890 de 01 de janeiro de 1901a**. Aprova o Código dos Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundário, dependentes do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=44702&norma=60451>>. Acesso em: 05 mar. 2013.

BRASIL. **Decreto 3.914 de 26 de janeiro de 1901b**. Aprova o regulamento para o Ginásio Nacional. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=44702&norma=60451>>. Acesso em: 05 mar. 2013.

BRASIL. **Collecção das leis da Republica dos Estados Unidos do Brasil de 1905**. Atos do Poder Legislativo. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907a.

BRASIL. **Collecção das leis da Republica dos Estados Unidos do Brasil de 1905**. Atos do Poder Executivo. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907b. 2 v.

BRASIL. **Decreto 7.472 de 24 de julho de 1909**. Muda a denominação do Ginásio Nacional. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=55780&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>>. Acesso em: 03 ago. 2016.

BRASIL. **Decreto 8.659 de 5 de abril de 1911a**. Aprova Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=58698&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>>. Acesso em: 03 ago. 2016.

BRASIL. **Decreto 8.660 de 5 de abril de 1911b**. Aprova o regulamento para o Colégio Pedro II. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=58703>>. Acesso em: 05 mar. 2013.

BRASIL. **Decreto 11.530 de 18 de março de 1915**. Reorganiza o ensino secundário e o superior na República. Disponível em:

<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=36895>>. Acesso em: 05 mar. 2013.

BRASIL. **Lei 3.674 de 7 de janeiro de 1919a**. Fixa a despesa geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1919. Disponível em: <

<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=47481>>. Acesso em: 05 mar. 2012.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. **Programas de ensino da cadeira de espanhol aprovado em 5 de abril de 1919b**. Diário Oficial da União. Rio de Janeiro, DF, 5 de jul. de 1919. Disponível em <<http://www.jusbrasil.com.br>>. Acesso em: 05 mar. 2013.

BRASIL. **Concurso para provimento do cargo de professor catedrático de espanhol**.

Diário Oficial da União. Rio de Janeiro, DF, 20 set. 1919c. Disponível em:

<<http://www.jusbrasil.com.br>>. Acesso em 05 mar. 2013.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores compreendendo o período decorrido de 1 de maio de 1917 a 3 de maio de 1918**. Vol I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920. Disponível em:

<<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/index.html>> Acesso em: 04 fev. 2013.

BRASIL. **Decreto 16.782A de 13 de janeiro de 1925**. Rio de Janeiro: Diário Oficial da

União, 1925. Disponível em: Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br>>. Acesso em: 05 mar. 2013.

BRASIL. **Anuario do Collegio Pedro II (1825-1925)**: comemorativo do 1º centenario natalicio de D. Pedro II. Vol VI. Rio de Janeiro: Encardenedora S/A., 1927.

BRASIL. **Decreto 18.564 de 15 de janeiro de 1929a**. Altera a seriação do curso do ensino secundário no Colégio Pedro II. Disponível em:

<<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=39098&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Programas de ensino do Colégio Pedro II para o ano de 1929. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, DF, 24 de mar. de 1929.

Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br>>. Acesso em: 05 mar. 2013.

BRASIL. **Decreto 19.402 de 14 de novembro de 1930**. Cria uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Disponível em:

<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=37285>>. Acesso em: 10 out. 2012.

BRASIL. **Decreto 19.890 de 18 de abril de 1931a**. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. Disponível em

<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=40440>>. Acesso em: 10 out. 2012.

BRASIL. **Decreto 20.108 de 15 de junho de 1931b**. Dispõe sobre o uso da ortografia simplificada do idioma nacional nas repartições públicas e nos estabelecimentos de ensino. Disponível em

<<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=36494&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>>. Acesso em: 10 out. 2014.

BRASIL. **Decreto 20.158 de 30 de junho de 1931**. Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências. Disponível em:

<legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=37550>. Acesso em: 02 jun. 2013.

BRASIL. **Decreto 23.028 de 2 de agosto de 1933**. Torna obrigatório o uso da ortografia resultante do acordo entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa. Disponível em

<<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=33512&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>>. Acesso em: 10 out. 2014.

BRASIL. **Decreto 24.539 de 3 de julho de 1934**. Aprova o Regulamento da Escola de Estado-Maior. 1934. Disponível em:

<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=16459>>. Acesso em: 05 set. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde Pública. Comissão de Ensino Secundário. **Parecer 174**. Diário Oficial da União. Rio de Janeiro, DF, 15 de mar. 1935. Disponível em

<<http://www.jusbrasil.com.br>>. Acesso em: 05 set. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde Pública. Resolve expedir os programas do curso complementar, anexos a esta portaria. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, DF, 19 de mar. de 1936. Disponível em <<http://www.jusbrasil.com.br>>. Acesso em: 05 out. 2013

BRASIL. **Decreto-Lei 1.006 de 30 de dezembro de 1938**. Estabelece condições de produção, importação e utilização do livro didático. Disponível em:

<legis.senado.leg.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=34467&tipoDocumento=DEL&tipoTexto=PUB>. Acesso em: 21 dez. 2013.

BRASIL. **Decreto-Lei 3.580, de 3 de setembro de 1941**. Dispõe sobre a Comissão Nacional do Livro Didático, e dá outras providências. Disponível em:

<<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=29109&tipoDocumento=DEL&tipoTexto=PUB>>. Acesso em: 05 out. 2013.

BRASIL. **Decreto-Lei 4.244 de 9 de abril de 1942**. Lei orgânica do ensino secundário.

Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=3081>>. Acesso em: 05 out. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Portaria Ministerial 127 de 3 de fev. de 1943.

Resolve expedir e determinar que se execute o programa de espanhol, que se anexa a presente portaria ministerial, dos cursos clássico e científico do ensino secundário. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, DF, 5 de fevereiro de 1943. Disponível em

<<http://www.jusbrasil.com.br>>. Acesso em 10 out. 2013.

BRASIL. **Anuário do Colégio Pedro II (1939-1941)**. Vol XI. Rio de Janeiro: Oficinas Alba Gráficas, 1943a.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Portaria Ministerial 114 de 29 de janeiro de 1943. Expede as instruções metodológicas para execução do programa de francês do curso ginásial. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, DF, 2 de fevereiro de 1943. 1943b. Disponível em <<http://www.jusbrasil.com.br>>. Acesso em 13 nov. 2017.

BRASIL. **Decreto-Lei 6.339 de 11 de março de 1944**. Dispõe sobre o livro didático. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=4240&tipoDocumento=DEL&tipoTexto=PUB>>. Acesso em: 08 abr. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Portaria Ministerial 556 de 13 de nov. de 1945. Expede instruções metodológicas para a execução do programa de espanhol. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, DF, 22 de nov. de 1945. Disponível em <<http://www.jusbrasil.com.br>>. Acesso em 10 out. 2013.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição (1946)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm>. Acesso em: 10 out. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Portaria Ministerial nº 363, de 31 de julho de 1947. Dispõe sobre a aprovação de livros didáticos. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, DF, 02 ago. 1947. Disponível em: <<<http://www.jusbrasil.com.br>>. Acesso em 10 out. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Diretoria do Ensino Secundário. Circular nº 6, de 6 de novembro de 1947. Expede Instruções para a execução das leis do Ensino Secundário em vigor. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, DF, 02 fev. 1948a. Disponível em: <<<http://www.jusbrasil.com.br>>. Acesso em 10 out. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Portaria Ministerial nº 44, de 3 de fevereiro de 1948. Suspende os efeitos da portaria número 363, de 31 de julho de 1947. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, DF, 18 fev. 1948b. Disponível em: <<<http://www.jusbrasil.com.br>>. Acesso em 10 out. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Portaria Ministerial nº 1.045, de 14 de dezembro de 1951. Expede os planos de desenvolvimento dos programas mínimos de ensino secundário e respectivas instruções metodológicas. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, DF, 22 fev. 1952. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br>>. Acesso em 10 out. 2013.

BRASIL. Senado Federal. **Decreto n. 34.742, de 2 de dezembro de 1953**. Aprova o Regimento do Colégio Pedro II. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/sicon>>. Acesso em: 10 out. 2011.

BRASIL. **Lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:

<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75529&norma=102346>>. Acesso em: 10 out. 2011.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. Resolve indicar disciplinas dos sistemas de ensino médio. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 27 fev. 1962. Disponível em <<http://www.jusbrasil.com.br>>. Acesso em: 10 out. 2011.

BRASIL. Senado Federal. **Lei 13.415 de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação ... Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm>. Acesso em: 10 abr. 2018.

VIANA, José Feliciano Lobo (org.). **Guia militar para o ano de 1898**: (abrangendo os anos de 1893, 1894, 1895, 1896 e 1897). 1. Vol. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1897.

Revistas e Jornais

A DIFFUSAO do idioma hespanhol. **Gazeta de Noticias**. Rio de Janeiro, DF, p. 10, 15 set. 1936. Disponível em: <<http://memoria.bn.br>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

AS IRRADIAÇÕES de hoje. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, DF, p. 12, 26 set. 1935. Disponível em: <<http://memoria.bn.br>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

BECKER, Idel. [O ensino de espanhol nos colegios]. **Jornal de Notícias**. São Paulo, p. 7, 02 jun. 1946. Disponível em <<http://memoria.bn.br>>. Acesso em 02 mar. de 2015.

EDUCADOR. Ensino e Política Internacional. **Jornal de Noticias**. São Paulo, p. 5, 15 mai. 1946. Disponível em <<http://memoria.bn.br>>. Acesso em 02 de mar. de 2015.

EM RETRIBUIÇÃO. **Jornal de Recife**. Recife, PE, p. 1, 18 mar. 1919. Disponível em: <<http://memoria.bn.br>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

[EXAMES finais]. **Gazeta da Tarde**. Rio de Janeiro, DF, 29 nov. 1896. Disponível em: <<http://memoria.bn.br>>. Acesso em: 26 ago. 2015.

EXPONDO os motivos da reforma do ensino secundário. **A Manhã**. Rio de Janeiro, DF, 14 abr. 1942. Disponível em <<http://memoria.bn.br>>. Acesso em 10 nov. 2015.

LYCEU Rio Branco. **O Malho**. Rio de Janeiro, DF, 16 fev. 1918. Disponível em: <<http://memoria.bn.br>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

NO COLLEGIO Pedro II. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, DF, p. 3, 10 set. 1919. Disponível em: <<http://memoria.bn.br>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

O ENSINO hespanhol nas escolas brasileiras. **Pequeno Jornal**. Recife, PE, 31 out. 1933. Disponível em <<http://memoria.bn.br>>. Acesso em 10 nov. 2015.

ORTEGA, André. O ensino do hespanhol no Brasil. **Correio Paulistano**. São Paulo, p. 3, 1937. Disponível em: <<http://memoria.bn.br>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

PARA ensinar hespanhol não é necessario falar-se a lingua? **A Noite**. Rio de Janeiro, DF, p. 2, 25 set. 1919. Disponível em: <<http://memoria.bn.br>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

PROGRAMMA do carapuceiro em Pernambuco a 28 de abril de 1832 (n. 3). **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, DF, p. 2, 09 set. 1840. Disponível em: <<http://memoria.bn.br>>. Acesso em: 02 mar. 2015.

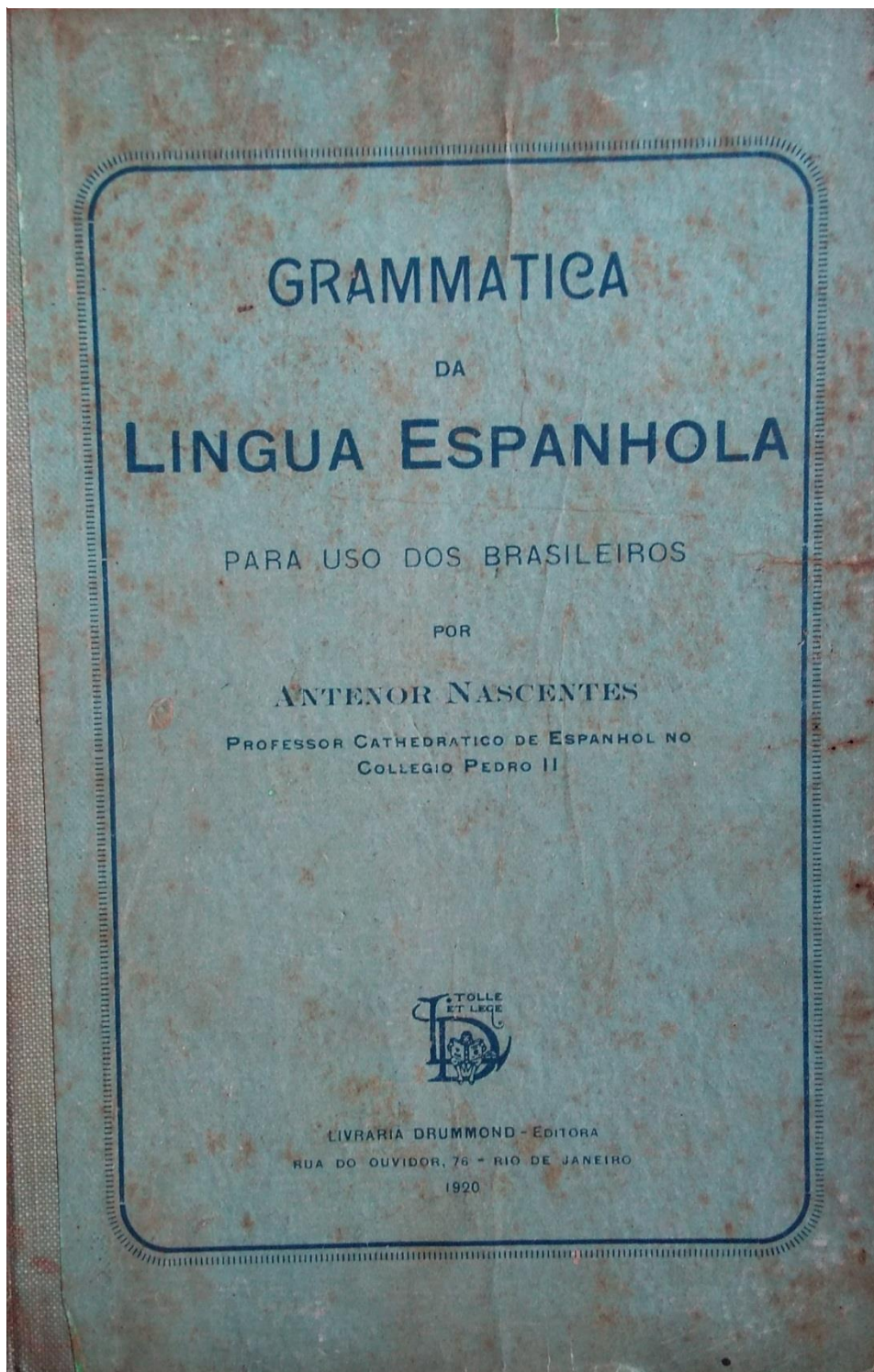
PROGRAMMAS para hoje. **A Manhã**. Rio de Janeiro, DF, 19 set. 1935. Disponível em: <<http://memoria.bn.br>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

RADIO. **Diario Carioca**. Rio de Janeiro, DF, 26 dez. 1935. Disponível em: <<http://memoria.bn.br>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

UMA TENTATIVA util em prol da educação da mocidade. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, DF, p. 4, 12 fev. 1916. Disponível em: <<http://memoria.bn.br>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

APÊNDICE A – CATÁLOGO DA EDIÇÃO MAIS ANTIGA DOS LIVROS DIDÁTICOS DE ESPANHOL PESQUISADOS.

Figura 18 – Capa da Grammatica da Lingua Espanhola para uso dos brasileiros (1920).



Fonte: Acervo pessoal de Anselmo Guimarães

Ficha Técnica:

Título: Grammatica da Lingua Espanhola.

Autor: Antenor Nascentes.

Páginas: 102.

Formato: 12 x 19 cm.

Cidade: Rio de Janeiro

Editora: Livraria Drummond Editora.

Ano: 1920.

Edição: --.

Preço: não consta.

Sobre o livro:

Livro destinado aos estudantes do Colégio Pedro II.

Em 1944 foi solicitada autorização para o uso nas escolas secundárias, da sua 5ª edição. A autorização foi registrada sob nº 301 para seu uso no ano letivo de 1945.

Capa cartonada com letras pretas em fundo marrom. Possui título na parte superior. Abaixo do título (para uso dos brasileiros por Antenor Nascentes) e (Professor Cathedrático de Espanhol no Collegio Pedro II). Na parte inferior logomarca e nome da Editora Livraria Drummond centralizada com endereço e ano.

Na contracapa aparece uma lista de livros com preços intitulada “Edições da Casa”, nome do editor (Ed. Drummond & C.) com endereço (End. Tel. Livromond, - Caixa Postal 937 – Telephone Norte 5667, Rua do Ouvidor, 76 Rio de Janeiro).

Na folha de rosto, centralizado, aparece o título (Grammatica da Lingua Espanhola) e abaixo em sequência (para uso dos brasileiros por Antenor Nascentes professor cathedrático de espanhol no Collegio Pedro II). Na parte inferior nome da editora (Livraria Drummond Editora), endereço (Rua do Ouvidor, 76 – Rio de Janeiro) e ano (1920).

Divisão da obra:

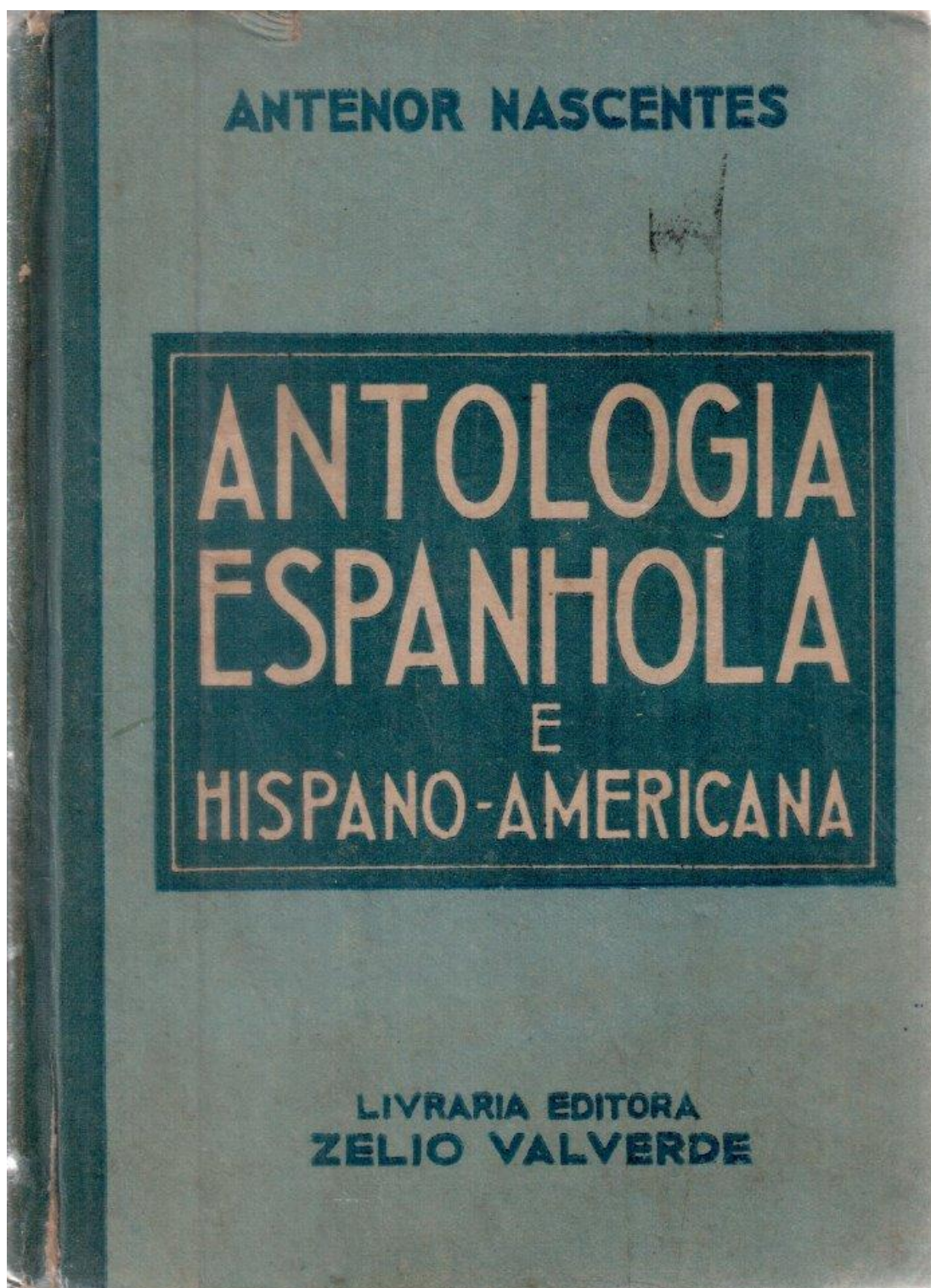
Esse exemplar está dividido em:

Introdução (p. III a V);

Capítulos I ao XXVII (p. 7 a 102). Aborda sucintamente os pontos do programa de ensino da cadeira de espanhol do Colegio Pedro II, exceto no que se refere ao ponto 33º (vista geral sobre o desenvolvimento das principais fases da literatura espanhola).

Ao final do livro encontra-se uma página com “Errata” e outra com o “Índice”, sem numeração.

Figura 19 – Capa da *Antologia Española e Hispano-americana* ([1943])



Fonte: Acervo pessoal de Anselmo Guimarães.

Ficha Técnica:

Título: Antologia Espanhola e Hispano-Americana.

Autor: Antenor Nascentes.

Páginas: 189.

Formato: 13 x 19 cm.

Cidade: Rio de Janeiro.

Editora: Livraria Editora Zélio Valverde.

Ano: [1943].

Edição: 1ª.

Preço: não consta.

Sobre o livro:

Livro destinado aos estudantes dos cursos clássico e científico. Autorizado para o seu uso nas escolas para o ano letivo de 1945.

Capa dura – possui no topo em letras verde escuro o nome do autor (Antenor Nascentes). Centralizado o título da obra. Na parte inferior centralizado o nome da editora (Livraria Editora Zélio Valverde).

Na primeira folha de rosto – título da obra.

Na segunda folha de rosto – no topo centralizado título da obra. Mais abaixo aparece o nome do autor. Na parte inferior centralizado a editora (Livraria Editora Zélio Valverde) e logo abaixo endereço (Travessa Ouvidor, 27 – Caixa Postal 2956, Rio de Janeiro).

Divisão da obra:

Esse exemplar está dividido em:

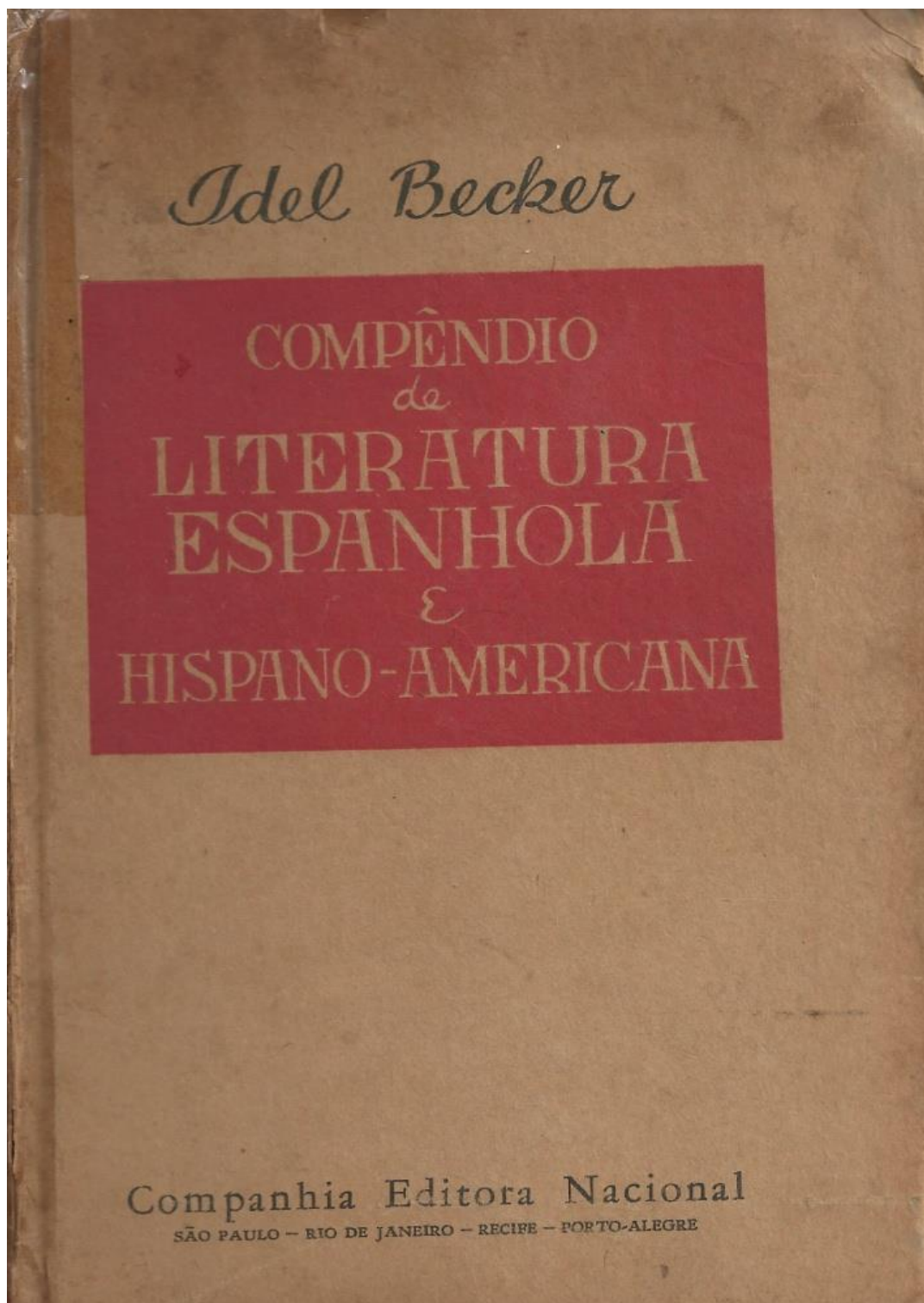
Prefácio (p. 5).

Elogio de la Lengua Española (p. 7-8).

Literatura Espanhola: apresenta trechos escolhidos de 48 autores, além de alguns textos de autores anônimos (p. 11-136).

Literatura Hispano-Americana: trechos de textos de 21 autores hispano-americanos de 14 países diferentes (p. 139-186).

Figura 20 – Capa do Compêndio de Literatura Espanhola e Hispano-americana (1943).



Fonte: Acervo pessoal de Anselmo Guimarães.

Ficha Técnica:**Título:** Compêndio de Literatura Espanhola e Hispano-Americana.**Autor:** Idel Becker.**Páginas:** 303.**Formato:** 13,5 x 21 cm.**Cidade:** São Paulo**Editora:** Companhia Editora Nacional.**Ano:** 1943.**Edição:** --.**Preço:** Cr\$ 18,00.Sobre o livro:

Livro destinado aos alunos dos cursos Clássico e Científico.

A capa dura possui, no topo e centralizado, o nome do autor. Logo abaixo, centralizado, o título. Na parte inferior, centralizado, o nome da editora e a localidade.

Na primeira folha de rosto aparece o título da obra centralizado.

Na segunda folha de rosto aparece, no topo e centralizado, o nome do autor. Mais abaixo, centralizado, aparece o título, a informação (História e Antologia) e (De acordo com o Programa de Espanhol para os Cursos Clássico e Científico do Ensino Secundário). Na parte inferior, centralizado, o nome da editora (Companhia Editora Nacional), localidades (São Paulo – Rio de Janeiro – Recife – Pôrto Alegre) e ano (1943).

Divisão da obra:

Este exemplar está dividido em:

Programa de Espanhol (p. 12); Prefácio (p. 13-15); Prólogo do autor (p. 17-18); Sinopse da História Literária da Espanha (p. 19-36); Sinopse da História Literária de Hispano-América (p. 37-60); El idioma en la enseñanza media (p. 61-63).

Trechos fáceis e progressivos em prosa e verso (para os exercícios preliminares) – com pequenos trechos de autores espanhóis e hispano-americanos (67-76).

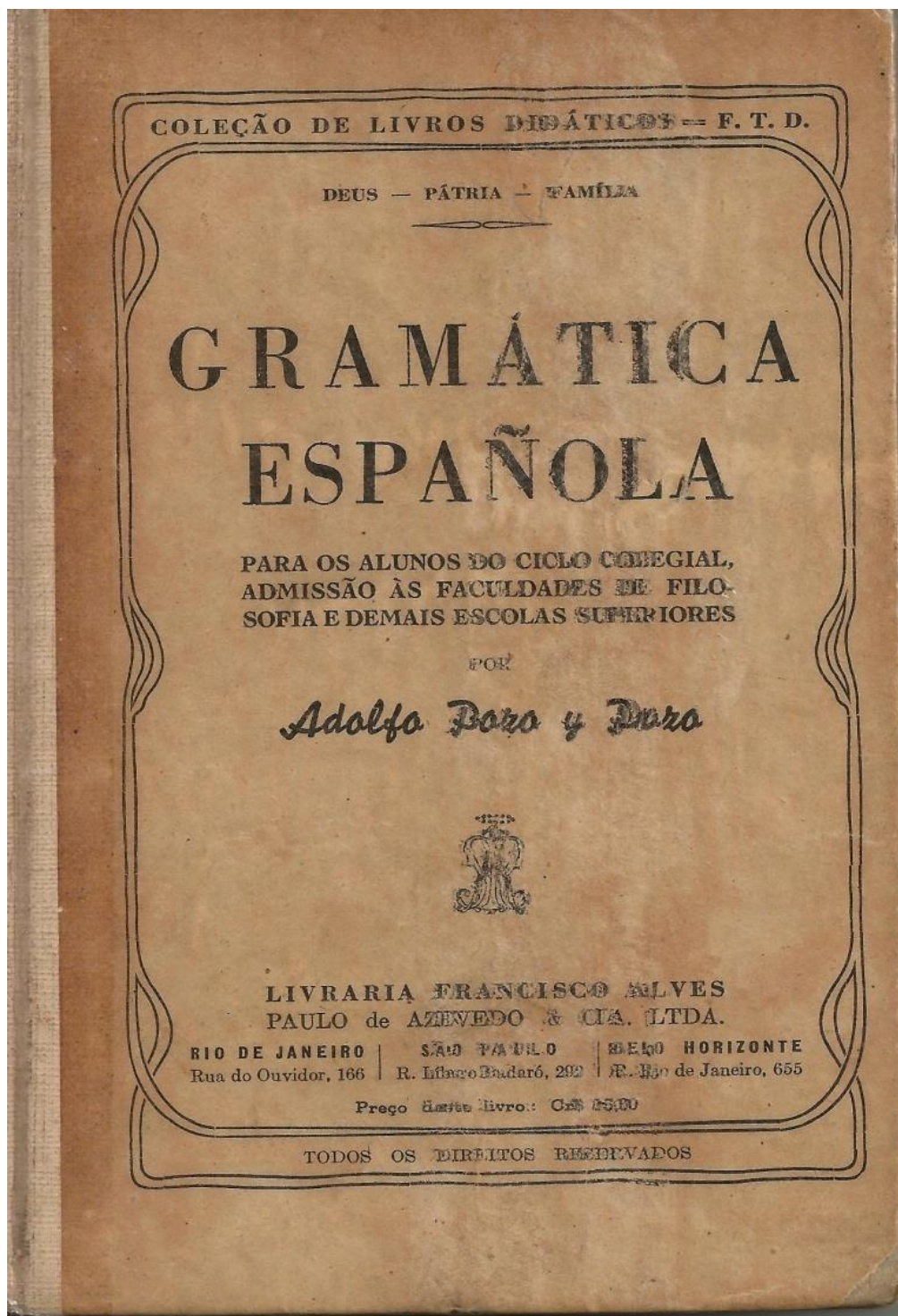
Espanha – esboço biográfico, fragmentos de 33 autores espanhóis, 3 fragmentos de textos escritos em espanhol de Gil Vicente e 2 fragmentos de textos em espanhol do Padre Feijó (p. 79-189).

Geração do 98 – Contemporâneos – esboço biográfico e fragmentos de 12 autores da chamada “Geração de 98” (193-224).

Hispano-América – esboço biográfico e fragmentos de 38 autores hispano-americanos (p. 227-298).

Poesias Luso-Brasileiras Vertidas ao Espanhol – poesias traduzidas para espanhol de Camões, Raimundo Correia e Olavo Bilac (p. 301-303).

Figura 21 – Capa da Gramática Española (1943).



Fonte: Acervo pessoal de Anselmo Guimarães

Ficha Técnica:

Título: Gramática Española.

Autor: Adolfo Pozo y Pozo.

Páginas: 258.

Formato: 11 x 17 cm.

Cidade: Rio de Janeiro

Editora: Livraria Francisco Alves.

Ano: 1943.

Edição: --.

Preço: Cr\$ 15,00.

Sobre o livro:

Livro destinado aos estudantes dos cursos do ciclo colegial e preparatórios. Aberto processo de autorização em 1944 e aprovado para uso nas escolas para o ano de 1945 sob registro nº 273.

Capa dura com letras pretas em fundo marrom, possui no topo o nome da coleção (Coleção de livros didáticos – F. T. D.) e na linha logo abaixo (Deus – Pátria – Família). Centralizado aparece o título e subtítulo e nome do autor). Na parte inferior centralizado o nome da editora (Livraria Francisco Alves), do editor (Paulo de Azevedo & Cia. Ltda), endereços (Rio de Janeiro – Rua do Ouvidor, 186; São Paulo – R. Líbero Badaró, 292; Belo Horizonte – R. Rio de Janeiro, 655), preço do livro (Cr\$ 15,00).

Na folha são repetidas as informações da capa, exceto o preço do livro, com a mesma disposição.

Divisão da obra:

Esse exemplar está dividido em:

Preliminares – Capítulo 1 (p. 3-6).

Parte Primeira: Analogia – do Capítulo II ao XV (p. 7-128).

Parte Segunda: Sintaxe – do Capítulo XVI ao XXI (p. 129-196).

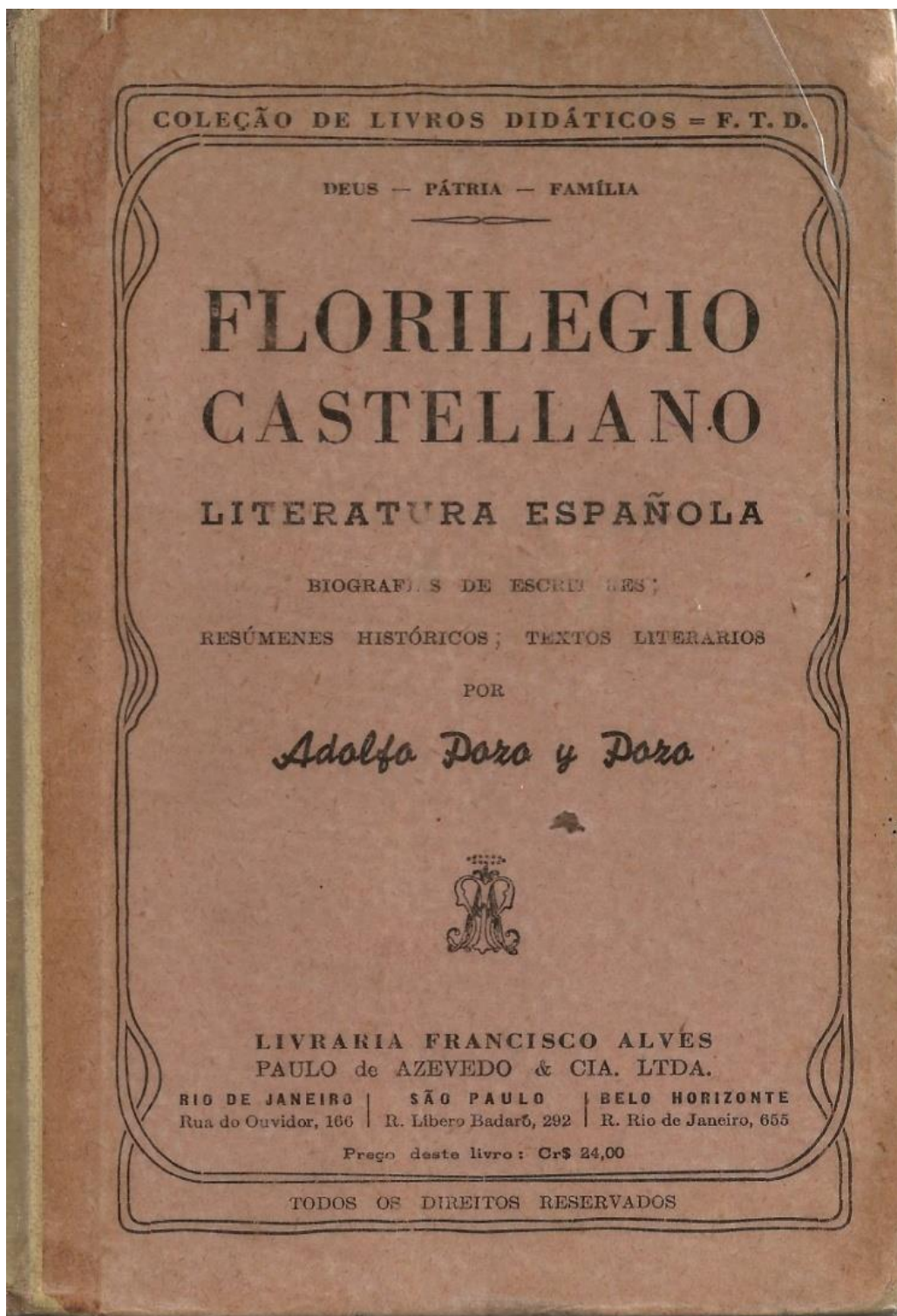
Parte Terceira: Prosodia – Capítulo XXII (p. 197-212).

Parte Quarta: Ortografia – Capítulo XXIII (p. 213-243).

Apêndice: Capítulo XXIV (p. 244-255).

Todos os Capítulos, com exceção do Cap. I, estão compostos por conteúdo gramatical e exercícios de aplicação.

Figura 22 – Capa de Florilegio Castellano (1943).



Fonte: Acervo pessoal de Anselmo Guimarães.

Ficha Técnica:

Título: Florilegio Castellano.

Autor: Adolfo Pozo y Pozo.

Páginas: 414.

Formato: 11 x 17 cm.

Cidade: Rio de Janeiro

Editora: Livraria Francisco Alves.

Ano: 1943.

Edição: --.

Preço: Cr\$ 24,00.

Sobre o livro:

Livro destinado aos estudantes dos cursos do ciclo colegial e preparatórios. Autorizado pelo Ministério da Educação e Saúde a partir de 1945 sob o registro nº 274.

Capa dura com letras pretas em fundo marrom, possui no topo o nome da coleção (Coleção de livros didáticos – F. T. D.) e na linha logo abaixo (Deus – Pátria – Família). Centralizado, aparece o título e subtítulo e nome do autor). Na parte inferior centralizado o nome da editora (Livraria Francisco Alves), do editor (Paulo de Azevedo & Cia. Ltda), endereços (Rio de Janeiro – Rua do Ouvidor, 186; São Paulo – R. Líbero Badaró, 292; Belo Horizonte – R. Rio de Janeiro, 655), preço do livro (Cr\$ 24,00).

Na folha de rosto estão repetidas as informações da capa, exceto o preço do livro, com a mesma disposição.

Divisão da obra:

Esse exemplar está dividido em:

Plan de este libro (p. 3);

Origen y formación de la lengua castellana (p. 4-5);

División de la Literatura Española (p. 6);

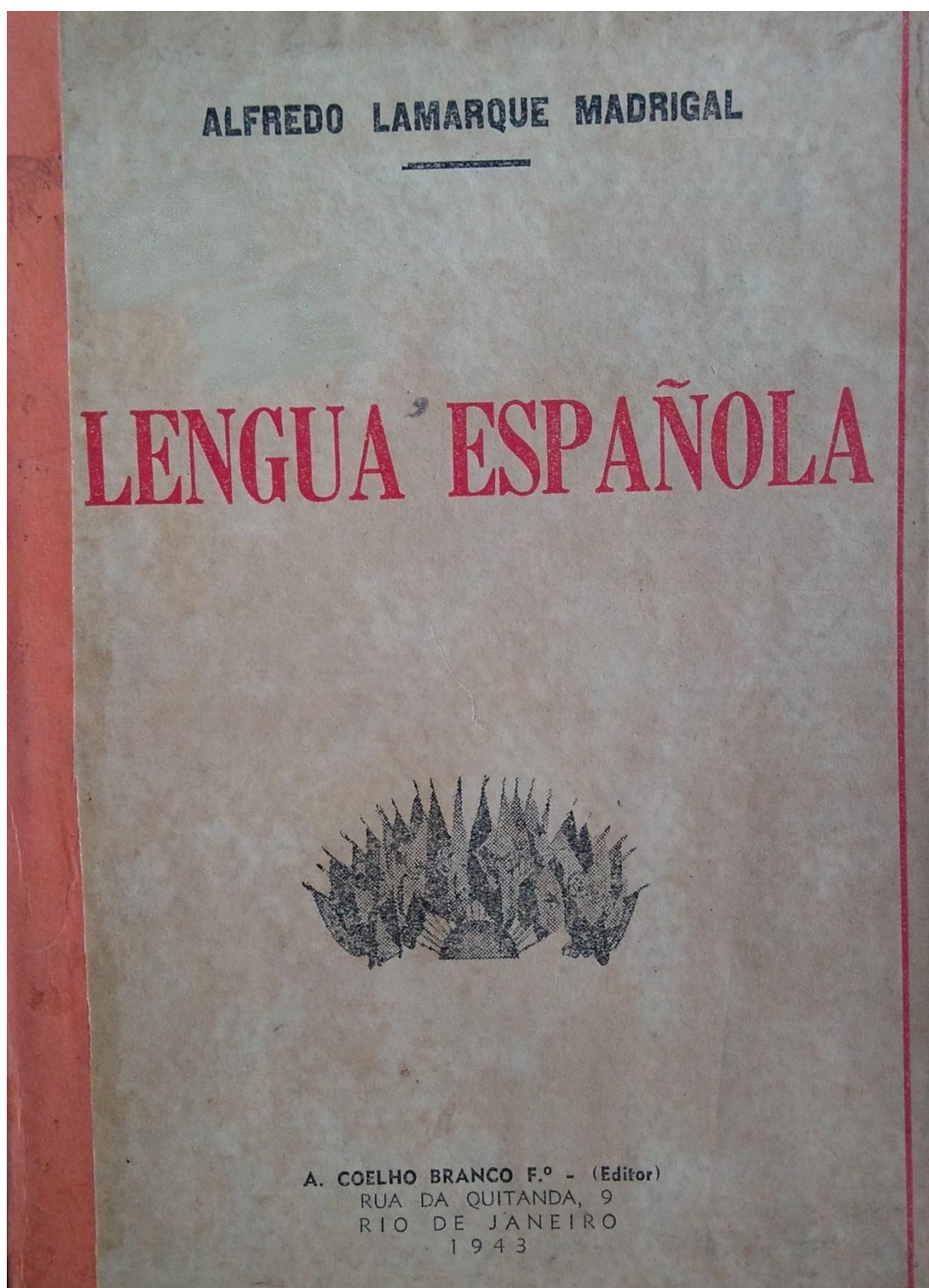
Pimer Período: Edad Media (p. 7-30);

Segundo Período: Siglo de Oro (p. 31-138);

Tercer Período: Siglo XVIII (p. 139-168);

Quarto Período: Literatura Contemporánea (p. 169-313) e Autores Hispano-Americanos (p. 314-410).

Figura 23 – Capa de Lengua Española (1943).



Fonte: Acervo pessoal de Anselmo Guimarães.

Ficha Técnica:

Título: Lengua Española.

Autor: Alfredo Lamarque Madrigal.

Páginas: 162.

Formato: 13 X 19 cm.

Cidade: Rio de Janeiro

Editora: Livraria Francisco Alves.

Ano: 1943.

Edição: 1ª.

Preço: Cr\$10,00.

Sobre o livro:

Livro destinado aos estudantes dos cursos clássico e científico.

Capa dura. Possui no topo, centralizado, o nome do autor. Título centralizado. Na parte inferior o nome da editora, seu endereço e ano de publicação.

Na primeira folha de rosto aparece o título da obra.

Na segunda folha de rosto, no topo, centralizado, aparece o nome do autor. Centralizado o título (Lengua Española) e informações adicionais (Método gramatical y ejercicios adaptados al programa oficial para los cursos: clásico y científico). Logo abaixo a logomarca do editor. Na parte inferior o nome do editor, seu endereço e finalizando o ano de publicação.

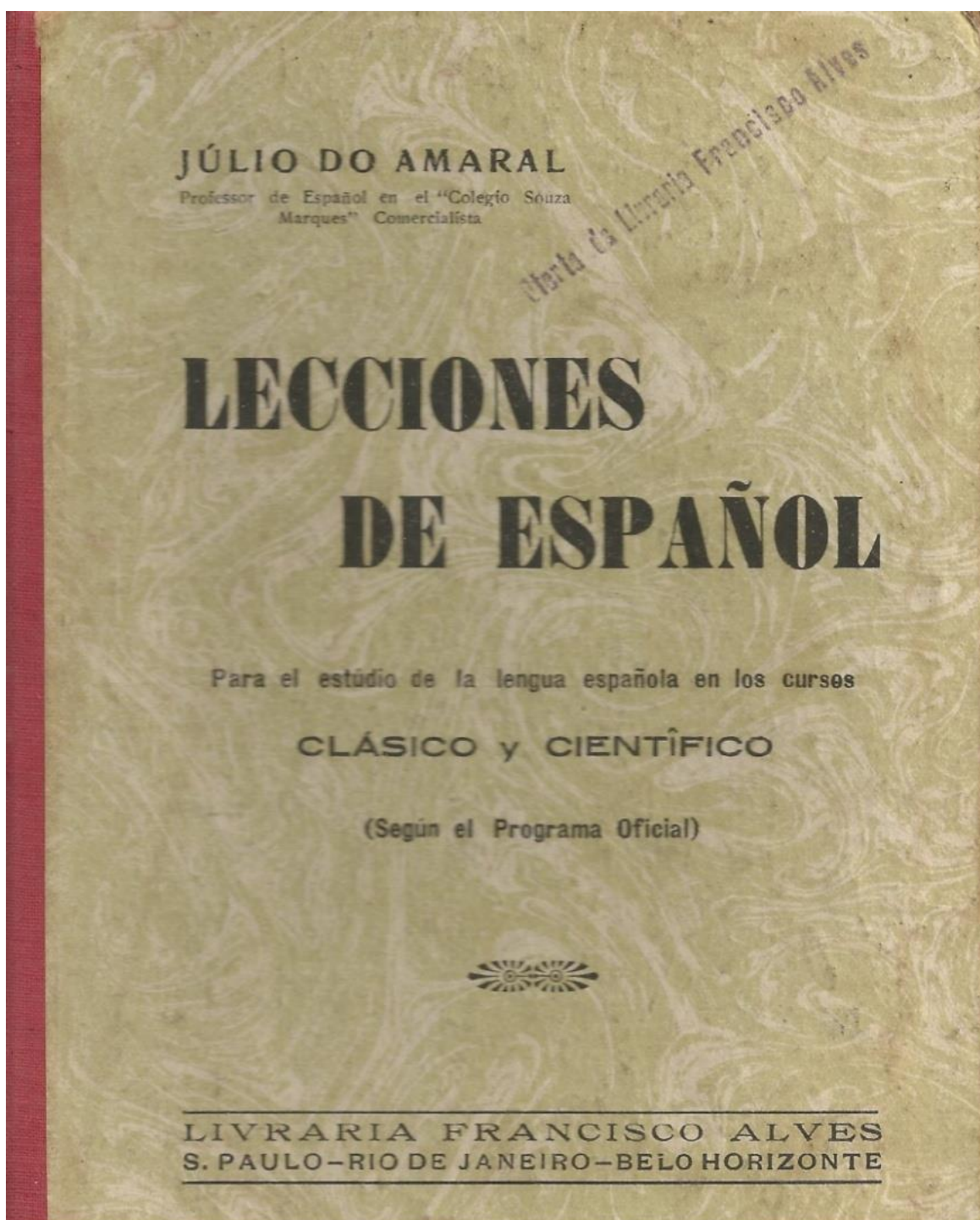
Divisão da obra:

I Parte: Gramática (p. 3-130).

II Parte: Expressões para exercícios de conversação (p.131-140).

III Parte: Textos literários (p. 141-161).

Figura 24 – Capa de Lecciones de español (1944).



Fonte: Acervo pessoal de Anselmo Guimarães.

Ficha Técnica:

Título: Lecciones de Español.

Autor: Júlio do Amaral.

Páginas: 187.

Formato: 13 X 19 cm.

Cidade: Rio de Janeiro

Editora: Livraria Francisco Alves.

Ano: 1944.

Edição: 2ª.

Preço: não consta.

Sobre o livro:

Livro destinado aos estudantes dos cursos clássico e científico. Aprovado pelo Ministério da Educação e Saúde para uso das escolas a partir de 1945 sob registro nº 269.

Capa dura. Possui no topo, alinhado à esquerda, o nome do autor e logo abaixo identificação da profissão e instituição onde leciona. Título centralizado e informações de sua destinação (Para el estudio de la lengua española en los cursos clásico y científico) e (Según el Programa Oficial). Na parte inferior o nome da editora e localidades.

Na primeira folha de rosto aparece o título da obra.

Na segunda folha de rosto, no topo, alinhado à esquerda, aparece o nome do autor e logo abaixo identificação da profissão e instituição onde leciona. Centralizado o título, informações de sua destinação (Para el estudio de la lengua española en los cursos clásico y científico) e (Según el Programa Oficial). Logo abaixo (Con un Prefácio de Don José Dupuy Ruiz). Um pouco mais abaixo a divisão do livro. Na parte inferior a edição (2ª Edição) o nome da editora e endereços (Livraria Francisco Alves; 166, Rua do Ouvidor, 166 – Rio de Janeiro; S. Paulo 292, rua Líbero Badaró; Belo Horizonte Rua Rio de Janeiro, 655) e ano (1944).

Divisão da obra:

I Parte: Gramática (p. 11-60).

II Parte: Ejercícios prácticos (p.61-76).

III Parte: História literária (p. 77-86).

IV Parte: Lugares seletos: Prosa (p. 87-135); Poesia (p. 137-161); Versiones de autores brasileños (162-164).

V Parte (extra programa oficial): Género epistolar (p. 165-169).

VI Parte: Vocabulário (p. 171-187).

Figura 25 – Capa de El Castellano Contemporáneo (1944).



Fonte: Acervo pessoal de Anselmo Guimarães.

Ficha Técnica:

Título: El Castellano Contemporáneo.

Autor: Cândido Jucá (Filho).

Páginas: 204.

Formato: 13,5 x 18 cm.

Cidade: Rio de Janeiro

Editora: Editora Pan-Americana S/A.

Ano: 1944.

Edição: --.

Preço: não consta.

Sobre o livro:

Livro destinado aos estudantes dos cursos do ciclo colegial.

Capa dura. Possui no topo em letras creme o nome da coleção (Biblioteca de Ensino Moderno) e série (Série II Livros para o curso ginásial volume II). Centralizado, aparece em letras vermelhas o nome do autor, título e subtítulo. Na parte inferior centralizado o nome da editora (Editora Pan-Americana),

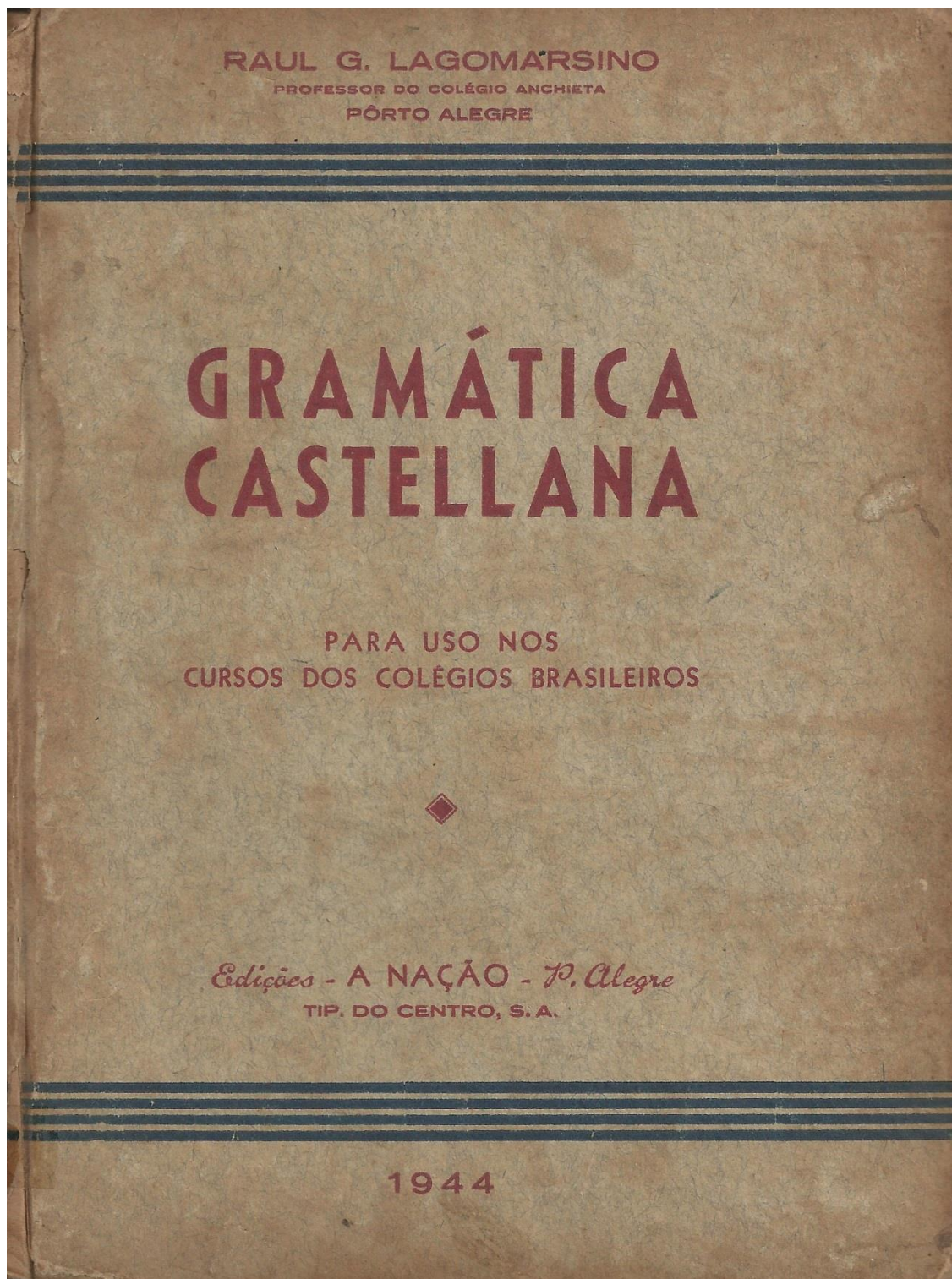
Na primeira folha de rosto aparece o título centralizado.

Na segunda folha de rosto encontra-se o nome do autor no topo centralizado. Abaixo informações sobre o autor (Profesor de Portugués y Latín en el Instituto de Educação. Miembro de la Academia Carioca de Lêtras. Ex-tradutor público, por concurso, de Castellano y Francés). Centralizado o título e o subtítulo. Alinhado na margem direita, abaixo do subtítulo (para uso de los colegios brasileños). Na parte inferior centralizado (Editora Pan-Americana S/A.), logo abaixo endereço (End. Tel "Epanasa"; Telefone 43-9576; Av. Rio Branco, 25, Rio de Janeiro). No fim de página o ano (1944).

Divisão da obra:

Esse exemplar está dividido em lições. Cada lição apresenta um tema gramatical seguido de um trecho de texto para leitura. Não apresenta exercícios. Os pontos gramaticais para atendimento do Programa Oficial são: artigos, substantivos, adjetivos, pronomes, numerais e flexões de número, de gênero e de grau, verbos, formação de palavras, composição e derivação, prefixos e sufixos, arcaísmos, neologismos, barbarismos, solecismos, concordância, regência, construção e idiotismo. Além desse conteúdo o livro apresenta: a pronúncia do Castelhana, conjugação reflexiva, as preposições e as conjunções.

Figura 26 – Capa da Gramática Castellana (1944).



Fonte: Acervo pessoal de Anselmo Guimarães.

Ficha Técnica:**Título:** Gramática Castellana: para uso nos cursos dos colégios brasileiros.**Autor:** Raul G. Lagomarsino.**Páginas:** 224.**Formato:** 14 x 19 cm.**Cidade:** Porto Alegre.**Editora:** Tipografia do Centro S/A..**Ano:** 1944.**Edição:** 1ª.**Preço:** não consta.Sobre o livro:

Livro destinado aos estudantes dos cursos clássico e científico.

Capa dura – possui no topo e centralizado o nome do autor. Logo abaixo a identificação institucional do autor (Professor do Colégio Anchieta – Porto Alegre). Centralizado, o título da obra. Em seguida o subtítulo (para uso nos cursos dos colégios brasileiros). Na parte inferior centralizado a série (Edições – A Nação – P. Alegre), a editora (Tip. do Centro, S.A.) e ano (1944).

Na folha de rosto – cópia da capa, com as mesmas informações.

Divisão da obra:

Este exemplar está dividido em:

Prefácio escrito pelo padre Luís Gonzaga Jaeger.

Dedicatória à mocidade brasileira.

Texto direcionado aos professores.

Portaria Ministerial 127 e Programa de Espanhol (p. 8-10).

Noções Preliminares (p. 11-12).

Primeira Parte: Prosodia (p. 13-23).

Segunda Parte: Analogia; Artículo; Nombre o Sustantivo; Adjetivo; Pronombre; Verbo; Participio; Adverbio; Preposición; Conjugación; Interjección; Prefijos o Subfijos, palabras homónimas, palabras parónimas, figuras de dicción (p. 24-177).

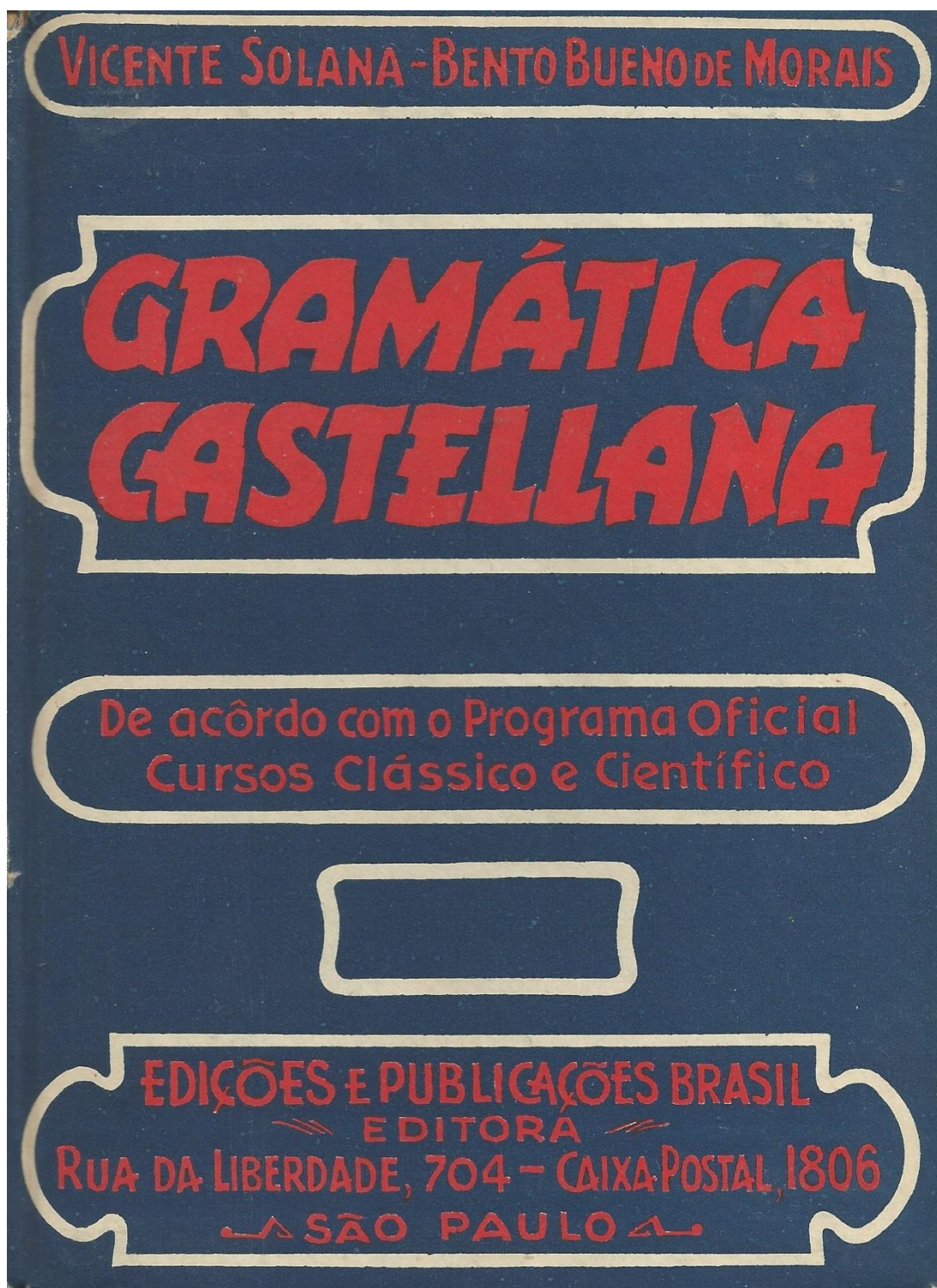
Terceira Parte: Sintaxis (p. 178-198).

Quarta Parte: Ortografia (p. 199-207).

Apêndice (p. 208-220).

Os capítulos apresentam conteúdo gramatical, exercícios de aplicação, exercícios de leitura (pequenos trechos de autores espanhóis e hispano-americanos), exercícios de versão e vocabulário.

Figura 27 – Capa da Gramática Castellana (1944).



Fonte: Acervo pessoal de Anselmo Guimarães.

Ficha Técnica:

Título: Gramática Castellana.

Autor: Vicente Solana e Bento Bueno de Moraes.

Páginas: 203.

Formato: 13 x 19 cm.

Cidade: São Paulo.

Editora: Edições e Publicações Brasil S/A.

Ano: 1944.

Edição: 1ª edição.

Preço: Cr\$15,00.

Sobre o livro:

Livro destinado aos estudantes dos cursos clássico e científico..

A capa dura possui, no topo em letras vermelhas, os nomes dos autores (Vicente Solana – Bento Bueno de Moraes). Mais abaixo aparece o título e o subtítulo (De acordo com o Programa Oficial para os cursos Clássico e Científico dos Colégios) e logo abaixo o nome da editora (Edições e Publicações Brasil – Editora), finalizando com o endereço da editora (Rua da Liberdade, 704 – Caixa Postal, 1806, São Paulo).

Na folha de rosto – no topo o nome da coleção (Coleção Didática Nacional). Mais abaixo aparece o nome dos dois autores (Vicente Solana – Bento Bueno de Moraes). Centralizado o título da obra. Logo abaixo o subtítulo (De acordo com o programa oficial para os cursos Clássico e Científico dos Colégios). Em seguida, centralizado a base legal para a publicação da obra (Portaria 127, de 3 de Fevereiro de 1943 instituindo o ensino de espanhol). Na parte inferior editora (Edições e Publicações Brasil, Editora) e logo abaixo endereço (Rua da Liberdade, Nº 704, Caixa Postal, 1806, São Paulo).

Divisão da obra:

Esse exemplar está dividido em:

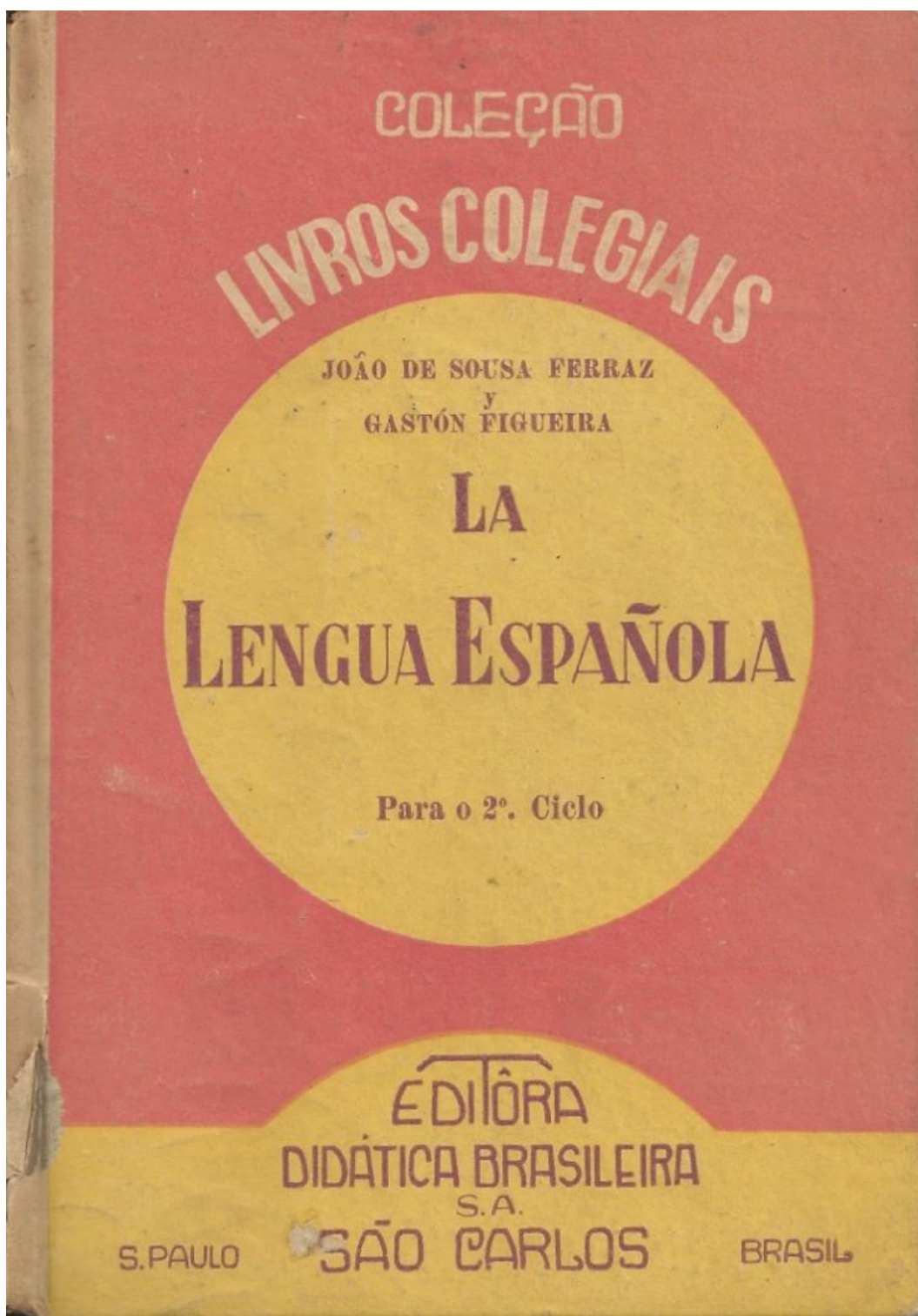
Prólogo (p. 5).

Portaria Ministerial 127 e Programa de Espanhol dos cursos Clássico e Científico (p. 6-8).

Unidade I – Lecciones 1 - 14 (p. 9-57);

Unidade II – Lecciones 15 - 34 (p. 59-149) e Nociones de la Historia Literaria (p. 150-199).

Figura 28 – Capa de La Lengua Española (1944).



Fonte: Acervo pessoal de Anselmo Guimarães.

Ficha Técnica:

Título: La Lengua Española.

Autor: João de Sousa Ferraz e Gastón Figueira.

Páginas: 166.

Formato: 13 x 19 cm.

Cidade: São Carlos.

Editora: Editora Didática Brasileira S/A.

Ano: 1944.

Edição: --.

Preço: não consta.

Sobre o livro:

Livro destinado aos estudantes dos cursos do ciclo colegial.

Capa dura. Possui no topo em letras creme o nome da coleção (Coleção Livros Colegiais). Centralizado, aparece em letras marrom o nome dos autores, título e subtítulo. Na parte inferior, centralizado, o nome da editora (Editôra Didática Brasileira), Estado (São Paulo), Localidade (São Carlos), País (Brasil).

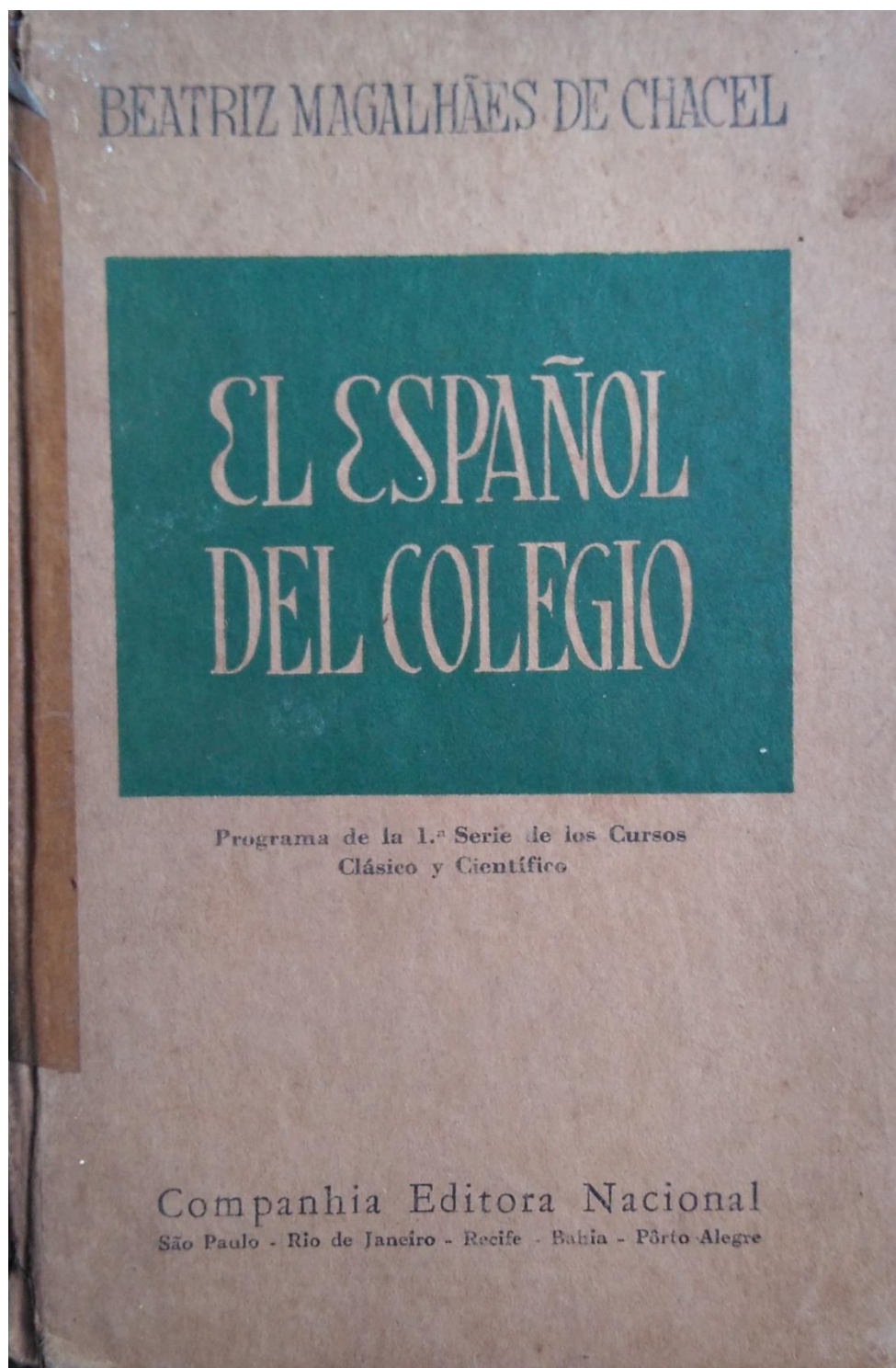
Na primeira folha de rosto aparece o título centralizado.

Na segunda folha de rosto aparece o nome dos autores no topo centralizado (João de Sousa Ferraz y Gastón Figueira). Abaixo do nome dos autores a sua origem (Brasil) para o primeiro autor, (Uruguay) para o segundo autor. Centralizado o título. Abaixo do título (Obra organizada especialmente para uso de los estudiantes del Brasil). Na parte inferior centralizado (1944). Abaixo do ano aparece o nome da editora (Editôra Didática Brasileira, S.A.), localidade (São Carlos), Estado e País (Estado de São Paulo – Brasil).

Divisão da obra:

Esse exemplar está dividido em 27 lições. Na sua grande maioria cada lição inicia com um pequeno texto seguido de conteúdo gramatical. Em alguns casos a lição possui apenas o texto.

Figura 29 – Capa de El Español del Colegio (1944).



Fonte: Acervo pessoal de Anselmo Guimarães.

Ficha Técnica:

Título: El Español del Colegio.

Autor: Beatriz Magalhães de Chacel.

Páginas: 267.

Formato: 13,5 x 21 cm.

Cidade: São Paulo.

Editora: Companhia Editora Nacional.

Ano: 1944.

Edição: 1ª.

Preço: Cr\$18,00.

Sobre o livro:

Livro destinado aos estudantes da primeira série dos cursos clássico e científico. O Ministério da Educação e Saúde aprovou o uso da segunda edição (1946) para o ano letivo de 1952 sob registro nº 2.124.

A capa dura possui no topo e centralizado em letras pretas o nome da autora. Logo abaixo, centralizado, o título da obra em letras creme sobre o fundo verde. Abaixo (Programa de la 1.ª Série de los Cursos Clásico y Científico). Na parte inferior, centralizado, o nome da editora e as localidades de publicação (Compania Editora Nacional) (São Paulo – Rio de Janeiro – Recife – Bahia – Pôrto Alegre).

Na primeira folha de rosto – título da obra.

Na segunda folha de rosto – as mesmas informações da capa, acrescido do ano na parte inferior (1944).

Divisão da obra:

Este exemplar está dividido em:

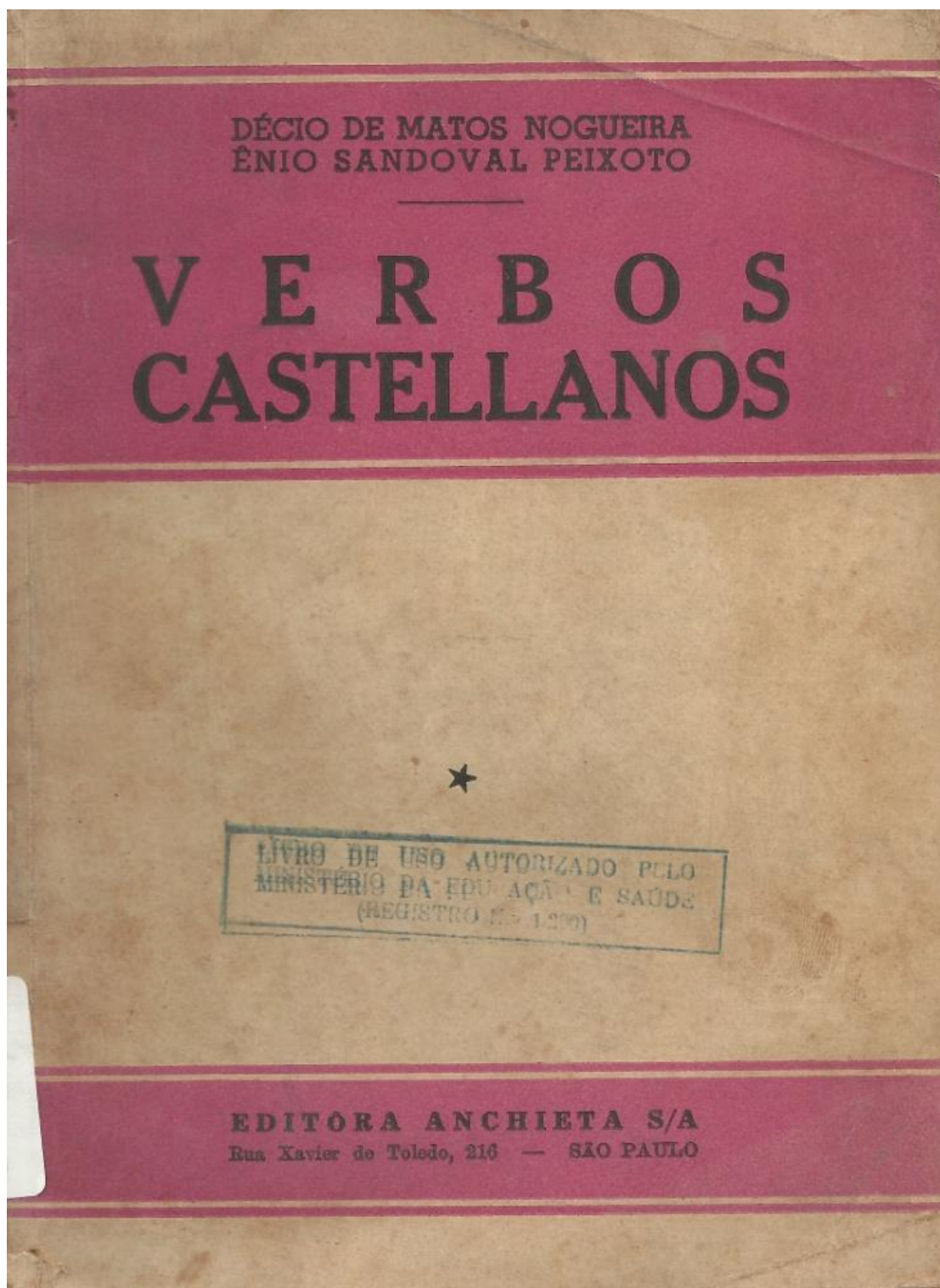
Programa de Espanhol (p. 5).

Parte I: Prosódia (p. 15-31).

Parte II: Vida y Paisajes de España (p. 35-87); Vida y Paisajes de los Países Americanos de Habla Española (p. 91-179). Vários capítulos com pequenos textos sobre a vida e paisagem da Espanha, perguntas sobre o texto seguido de conteúdo gramatical e exercício de fixação.

Parte III: Nociones de Historia Literaria: Literatura Española (p. 183-244); Literatura Hispano Americana (p. 247-267). Crítica literária apresentando fragmentos de textos e pequena biografia dos autores mais destacados da literatura espanhola e hispano-americana.

Figura 30 – Capa de Verbos Castellanos (1945).



Fonte: Acervo pessoal de Anselmo Guimarães.

Ficha Técnica:

Título: Verbos Castellanos.

Autor: Décio de Matos Nogueira e Ênio Sandoval Peixoto.

Páginas: 68.

Formato: 13,5 x 18 cm.

Cidade: São Paulo.

Editora: Editora Anchieta S/A.

Ano: 1945.

Edição:--

Preço: Cr\$8,00.

Sobre o livro:

Livro destinado aos estudantes dos cursos clássico e científico. Autorizado pelo Ministério da Educação e Saúde em 1947 sob registro nº 1.200.

A capa possui no topo o nome dos autores. Mais abaixo o título da obra. Na parte inferior aparece o nome e endereço da editora. No centro da capa deste exemplar há um carimbo com a inscrição (Livro de uso autorizado pelo Ministério da Educação e Saúde) seguido de (Registro nº 1.290).

Na contra-capa aparece uma lista de livros com preços intitulada “Coleção ‘O Mundo e suas Maravilhas’”.

Na primeira folha de rosto aparece o título da obra centralizado (Verbos Castellanos).

Na segunda folha de rosto, no topo, aparece o nome dos autores (Décio de Matos Nogueira – Ênio Sandoval Peixoto). Centralizado aparece o título da obra (Verbos Castellanos). Na parte inferior encontra-se o nome da editora (Editora Anchieta S/A.) e o ano (1945).

Divisão da obra:

Esse exemplar está dividido em:

El Verbo (p. 5).

Verbos Auxiliares (p. 7-18).

Verbos Regulares (p. 19-33).

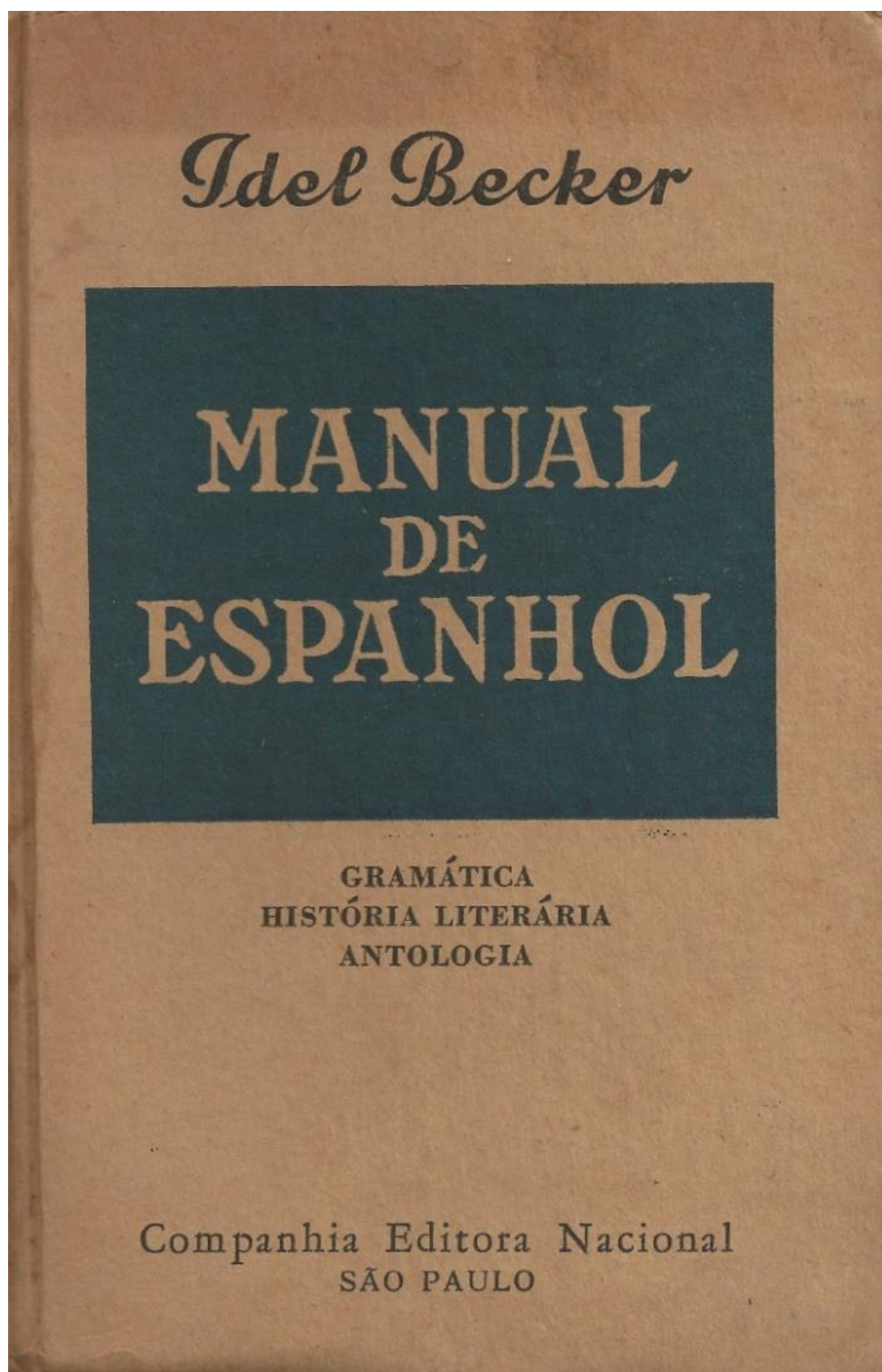
Verbos Irregulares (p. 34-44).

Verbos Irregulares Suelos (p. 45-52).

Verbos Impersonales (p. 53-54).

Lista General de los Verbos Irregulares, Impersonales y Perfectivos (p. 55-68).

Figura 31 – Capa do Manual de Espanhol (1945).



Fonte: Acervo pessoal de Anselmo Guimarães.

Ficha Técnica:

Título: Manual de Espanhol.

Autor: Idel Becker.

Páginas: 389.

Formato: 13,5 x 21,5 cm.

Cidade: São Paulo.

Editora: Companhia Editora Nacional.

Ano: 1945.

Edição: 2ª.

Preço: Cr\$25,00.

Sobre o livro:

Livro destinado aos alunos que irão prestar exames de licença. A sua terceira edição, diferentemente das duas anteriores, foi escrita em espanhol e autorizada pelo Ministério de Educação e Saúde para uso nas escolas a partir de 1945 sob registro nº 304. A quinta edição revisada e aumentada teve sua aprovação em 1947 sob o registro nº 1.112.

Capa dura – possui no topo e centralizado o nome do autor. Logo abaixo, centralizado, o título. Um pouco mais abaixo, centralizado (Gramática, História Literária, Antologia). Na parte inferior centralizado o nome da editora e a localidade.

Na primeira folha de rosto – título da obra.

Na segunda folha de rosto – no topo e centralizado nome do autor. Logo abaixo (Professor de Espanhol nos Colégios Rio Branco e Estadual (São Paulo). Ex-professor do Colégio Osvaldo Cruz. Registrado na D. N. de Educação (Rio)). Mais abaixo o centralizado aparece o título, a informação (Gramática, História Literária, Antologia). No centro um quadro com a informação (curso completo para os exames de licença), em seguida (Revisão tipográfica do autor), edição (2ª edição). Na parte inferior centralizado o nome da editora (Companhia Editora Nacional), localidades (São Paulo – Rio de Janeiro – Recife – Bahia – Pará – Pôrto Alegre) e ano (1945).

Divisão da obra:

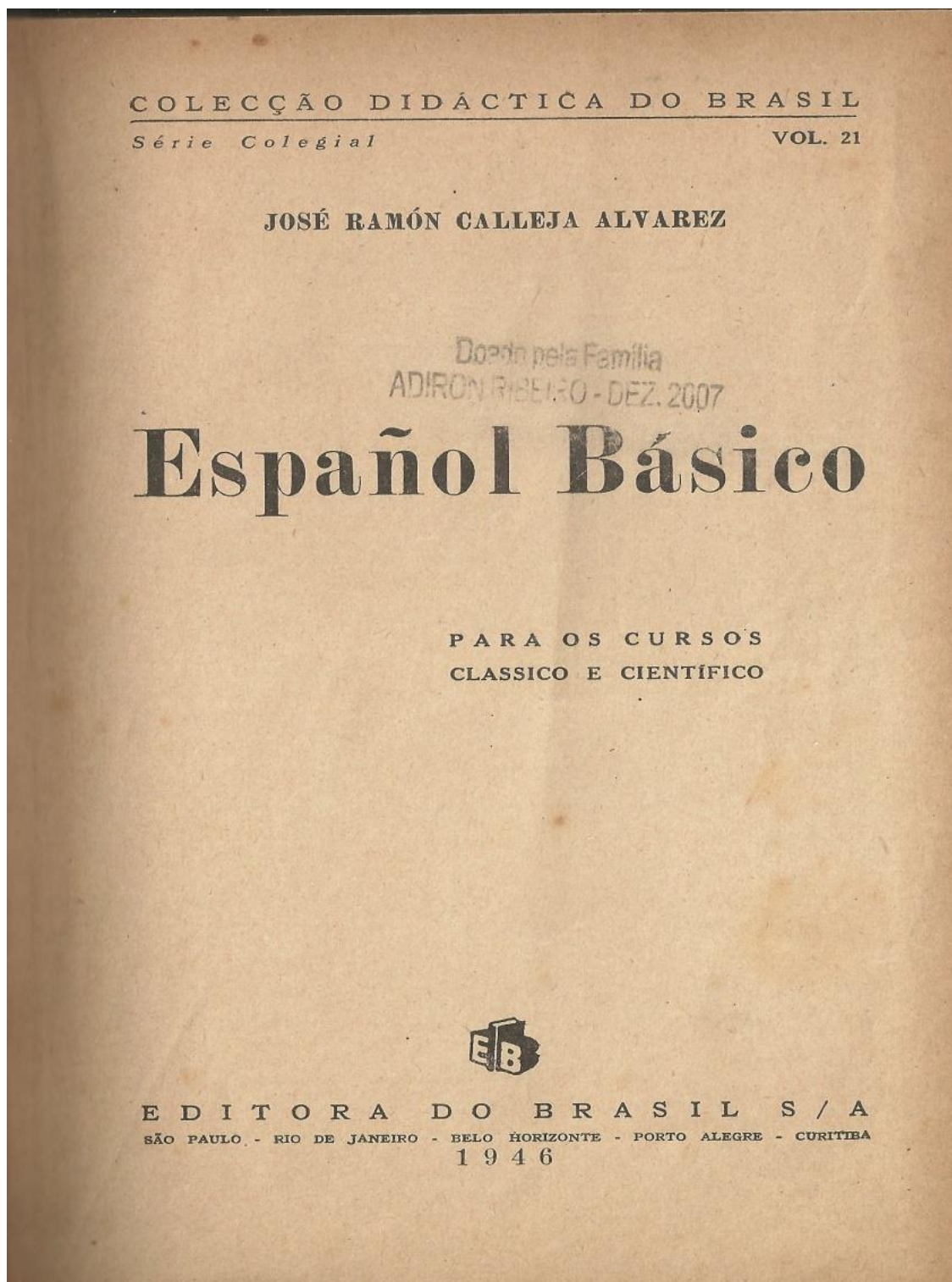
Este exemplar está dividido em:

Gramática Espanhola – com conteúdo gramatical escrito em Português e pequenas notas direcionadas aos professores escritas em Espanhol, sem exercícios (p. 15- 143).

História Literária – Sinopse da História da Literatura Espanhola (p. 147-180); Sinopse da História da Literatura Hispano-americana (p. 181-195).

Antologia – Espanha (p. 205-281); Geração de 98. Contemporâneos (285-312); Hispano-América (p. 315-384).

Figura 32 – Folha de rosto de Español Básico (1946).



Fonte: Acervo pessoal de Anselmo Guimarães.

Ficha Técnica:

Título: Español básico.

Autor: José Ramón Calleja Alvarez.

Páginas: 267.

Formato: 13,5 x 20,5 cm.

Cidade: São Paulo.

Editora: Editora do Brasil S/A.

Ano: 1946.

Edição: --.

Preço: --.

Sobre o livro:

Livro destinado aos estudantes da primeira série dos cursos clássico e científico.

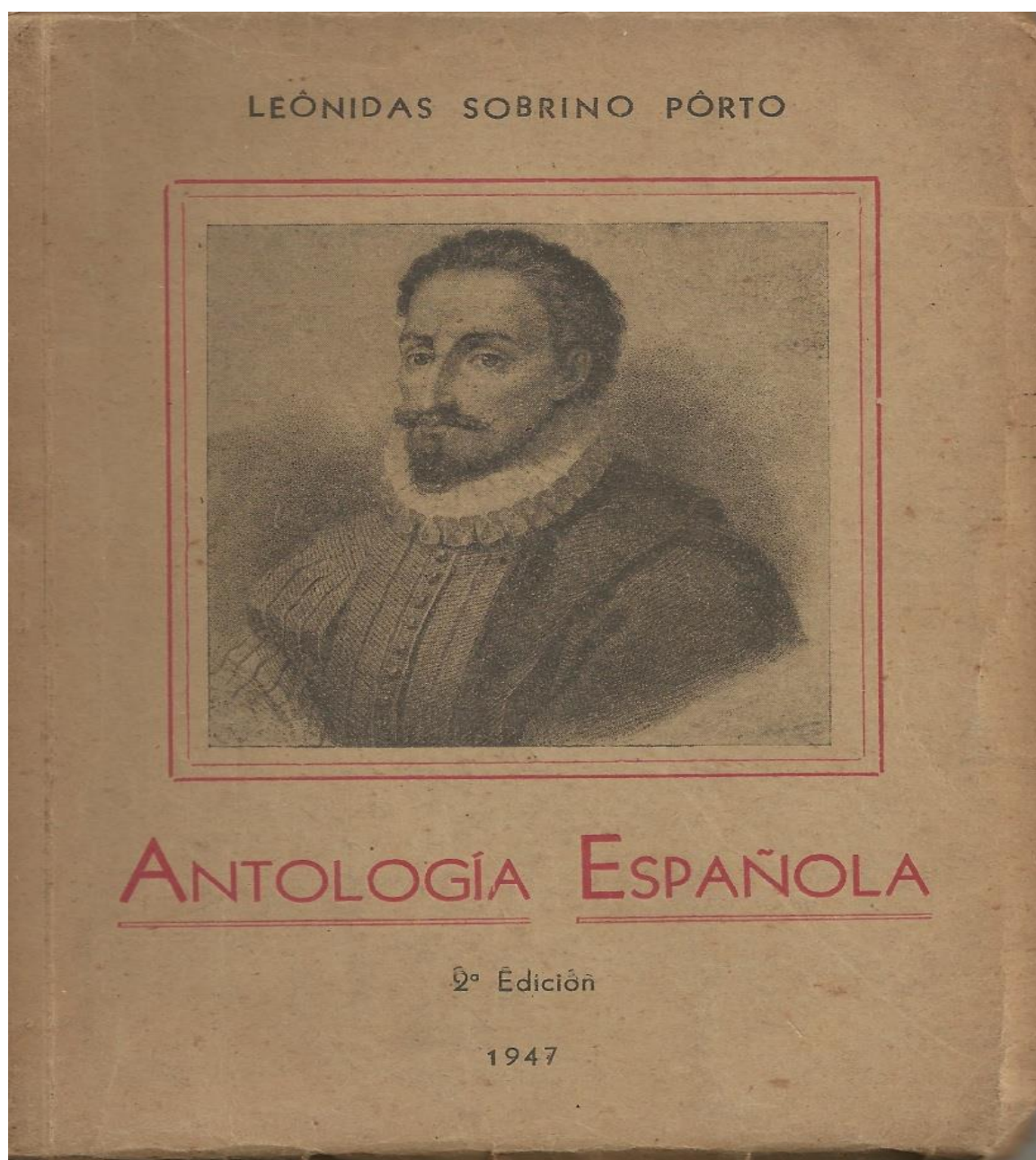
Na primeira folha de rosto aparece, centralizado, o título da obra.

Na segunda folha de rosto, no topo, encontra-se o nome da coleção (Coleção Didática do Brasil), uma linha abaixo (série colegial Vol. 21). Mais abaixo o nome do autor (José Ramón Calleja Alvarez). Seguindo aparece o título da obra (Español Básico) e (para os cursos clássico e científico). Na parte inferior encontra-se em linhas separadas a logomarca da editora, o nome da editora (Editora do Brasil S/A), localidade da matriz e das filiais da editora (São Paulo – Rio de Janeiro – Belo Horizonte – Porto Alegre – Curitiba) e por último o ano (1946).

Divisão da obra:

Este exemplar está dividido em quarenta e cinco lições, além de constar nas folhas iniciais o Programa de Espanhol dos Cursos Clássico e Científico e uma Advertência Preliminar.

Figura 33 – Capa da Antología Española (1947).



Fonte: Acervo pessoal de Anselmo Guimarães.

Ficha Técnica:

Título: Antología Española.

Autor: Leônidas Sobrino Pôrto.

Páginas: 229.

Formato: 13 x 18,5 cm.

Cidade: Rio de Janeiro.

Editora: --.

Ano: 1947.

Edição: 2ª.

Preço: Cr\$36,00.

Sobre o livro:

Livro destinado aos estudantes dos cursos clássico e científico. Autorizado para o seu uso nas escolas para o ano letivo de 1945.

A capa possui no topo, em letras pretas, o nome do autor. Centralizado, aparece uma figura de Miguel de Cervantes e abaixo o título da obra. Na parte inferior centralizado a edição e o ano da obra.

A folha de rosto apresenta na parte superior o autor (Leônidas Sobrino Pôrto) e logo abaixo o título da obra (Antología Española). No centro da página foi colocada uma imagem de um moinho medieval. Na parte inferior a edição (2ª edición), a localidade (Rio de Janeiro) e o ano (1947).

Divisão da obra:

Esse exemplar está dividido em:

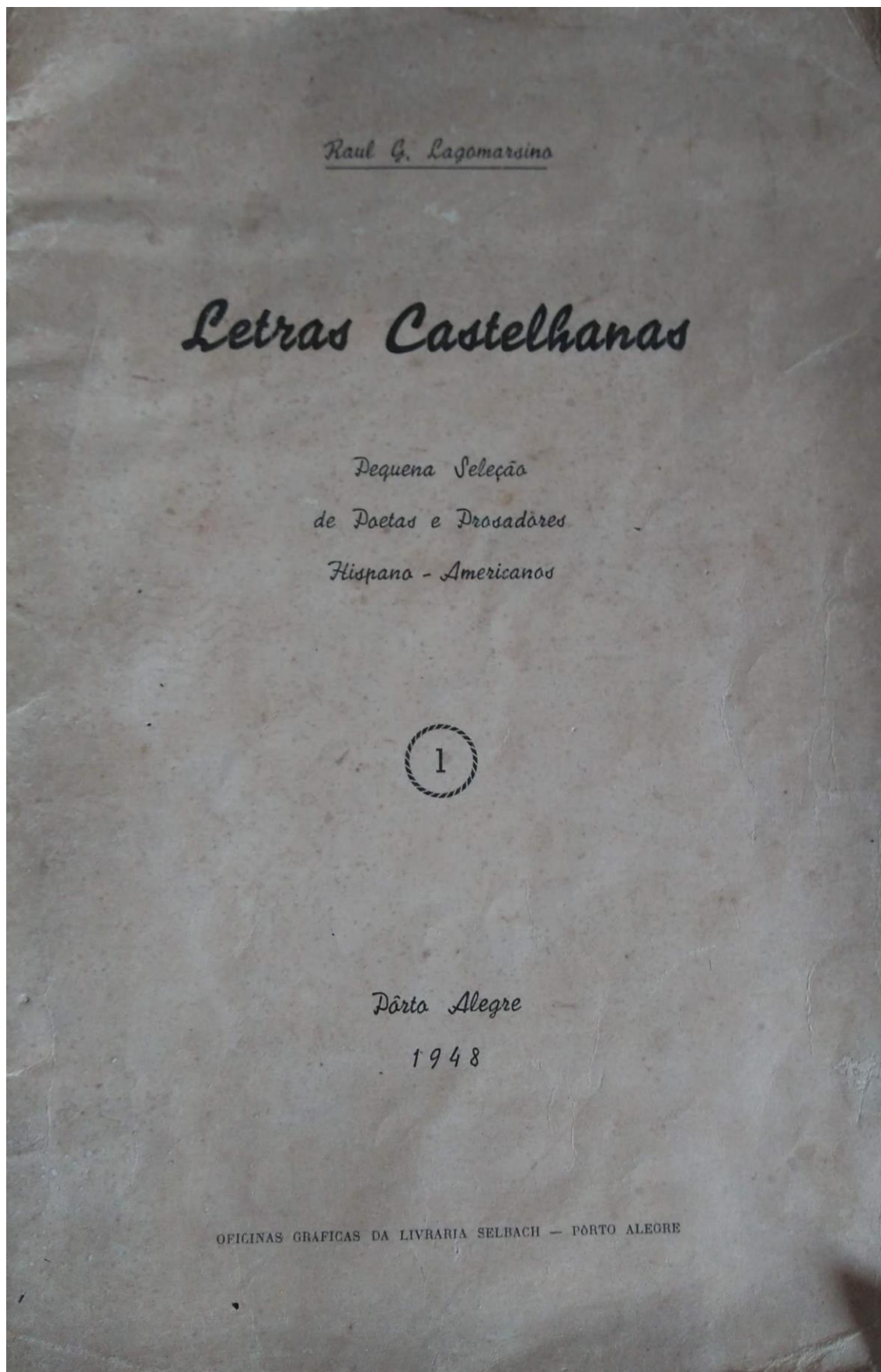
Prólogo (p. 3-4).

Literatura Española Contemporánea (p. 5-58).

Literatura Española Moderna (p. 59-121).

Literatura Española Clásica (p. 122-193).

Literatura Española Medieval (194-224).



Ficha Técnica:

Título: Letras Castellanas (vol. 1).

Autor: Raul G. Lagomarsino.

Páginas: 32.

Formato: 18 x 27 cm.

Cidade: Porto Alegre.

Editora: Livraria Selbach.

Ano: 1947.

Edição: --.

Preço: --.

Sobre o livro:

Livro destinado aos estudantes dos cursos clássico e científico. Primeiro volume do total de 3. Em 1948, foi publicado o terceiro volume contendo prosódia e ortografia da língua castelhana. Em 1950, a segunda edição dos volumes 1-2 contendo pequena seleção de poetas e prosadores espanhóis e hispano-americanos.

A capa possui no topo, em letras pretas, o nome do autor. Um pouco mais abaixo, centralizado, o título da obra e em seguida a informação: “pequena seleção de poetas e prosadores hispano-americanos”. Mais abaixo o número do volume: 1. Na sequência a cidade da publicação e o ano, finalizando no rodapé da capa o local de impressão da obra.

No verso desse exemplar existe o nome da aluna (não está legível parte do sobrenome) que o utilizou e a fase escolar em que se encontrava: Thalita Maria Kuhm – 1º científico B. Ainda no verso encontra-se o autógrafo do autor da obra.

Divisão da obra:

Esse exemplar contempla trechos de textos literários de autores hispano-americanos.

Figura 35 – Capa de Roteiro do Curso de Espanhol para Principiantes (1949).



Fonte: Acervo pessoal de Anselmo Guimarães.

Ficha Técnica:

Título: Roteiro do Curso Espanhol para Principiantes.

Autor: Aristóteles de Paula Barros.

Páginas: 43.

Formato: 16 x 23 cm.

Cidade: Rio de Janeiro.

Editora: Departamento de Imprensa Nacional.

Ano: 1949.

Edição: --.

Preço: não consta.

Sobre o livro:

Livro destinado aos interessados no estudo do espanhol a distancia através do Serviço de Radiodifusão Educativa, do Ministério da Educação e Saúde.

A capa possui no topo e centralizado o Brasão das Armas Nacionais, logo abaixo (Ministério da Educação e Saúde) como também (Serviço de Radiodifusão Educativa). Na parte central da capa aparece o título da obra. Abaixo do título o nome do autor. Na parte inferior centralizado aparece o ano, a editora, a localidade e o país.

A folha de rosto reproduz a capa.

Divisão da obra:

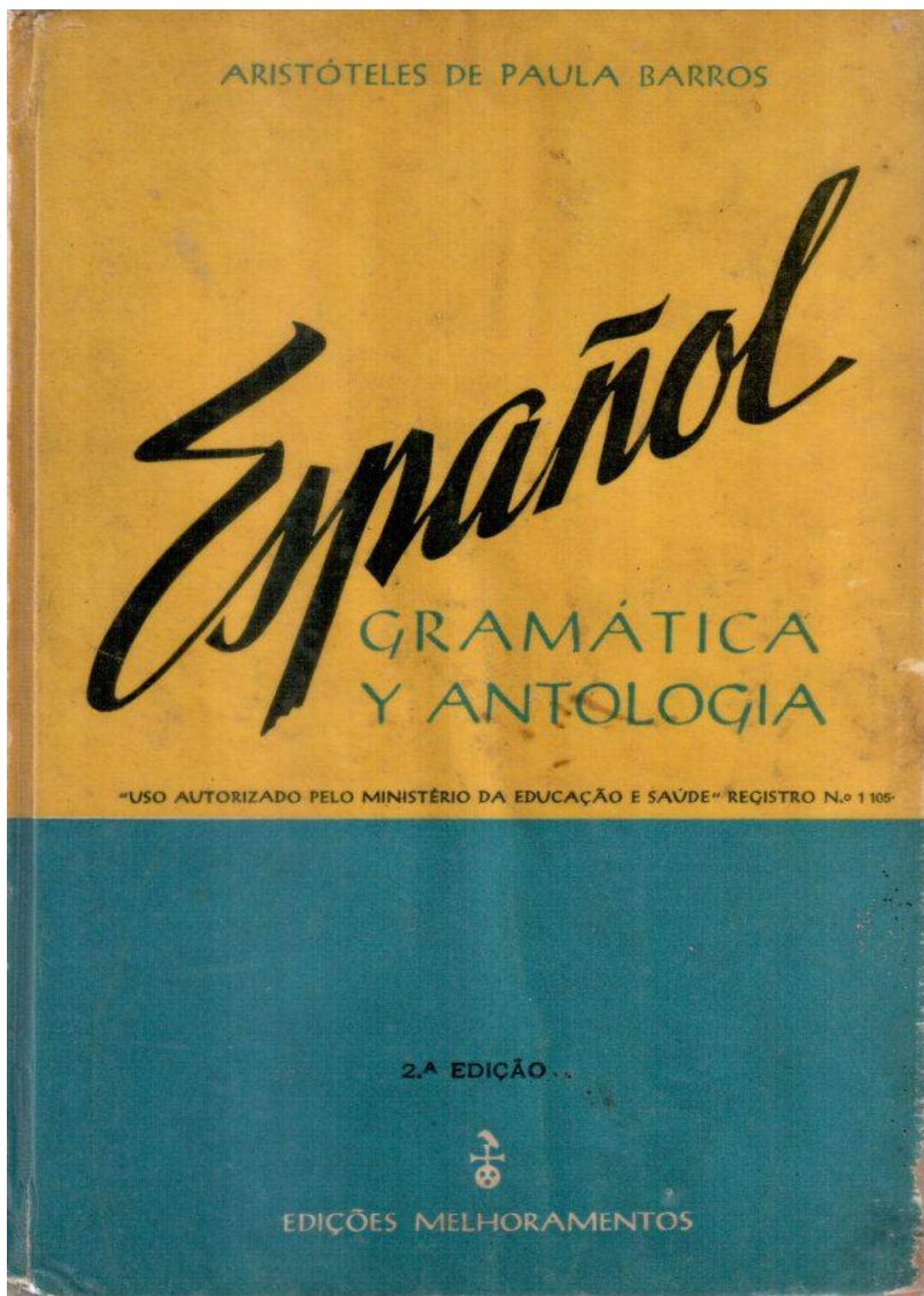
Este exemplar está dividido em:

Introdução (p. 6) – escrita por Fernando Tude de Souza, Diretor do Serviço de Radiodifusão Educativa.

Parte I – Gramática (p. 9-27). Não apresenta exercícios. Conteúdo resumido da gramática castelhana.

Parte II – Antologia (p. 33-43). Onze pequenos fragmentos de textos da literatura espanhola (1) e hispano-americana (10). Não apresenta informação biográfica dos autores.

Figura 36 – Capa de Español: gramática y antología (1949).



Fonte: Acervo pessoal de Anselmo Guimarães.

Ficha Técnica:

Título: Español: gramática y antología.

Autor: Aristóteles de Paula Barros.

Páginas: 109.

Formato: 13,5 x 21 cm.

Cidade: São Paulo.

Editora: Edições Melhoramentos.

Ano: 1949.

Edição: 2ª.

Preço: Cr\$20,00.

Sobre o livro:

Livro destinado aos estudantes dos cursos clássico e científico.

Capa dura, possui no topo e centralizado o nome do autor. Logo abaixo, centralizado, o título da obra. Abaixo do título (“Uso autorizado pelo Ministério da Educação e Saúde” Registro nº 1.105). Na parte inferior centralizado a edição e o nome da editora.

Na primeira folha de rosto – título da obra.

Na segunda folha de rosto – no topo centralizado o nome do autor. Logo abaixo (“Prof. do Colégio Pedro II – Externato da Rádio Ministério da Educação e Saúde – dos Colégios Metropolitanos, Frederico Ribeiro, e Instituto Lafayette). Centralizado o título e logo abaixo (Curso Colegial). Na parte inferior a edição (2ª Edição), ano (1949) e editora (Edições Melhoramentos).

Divisão da obra:

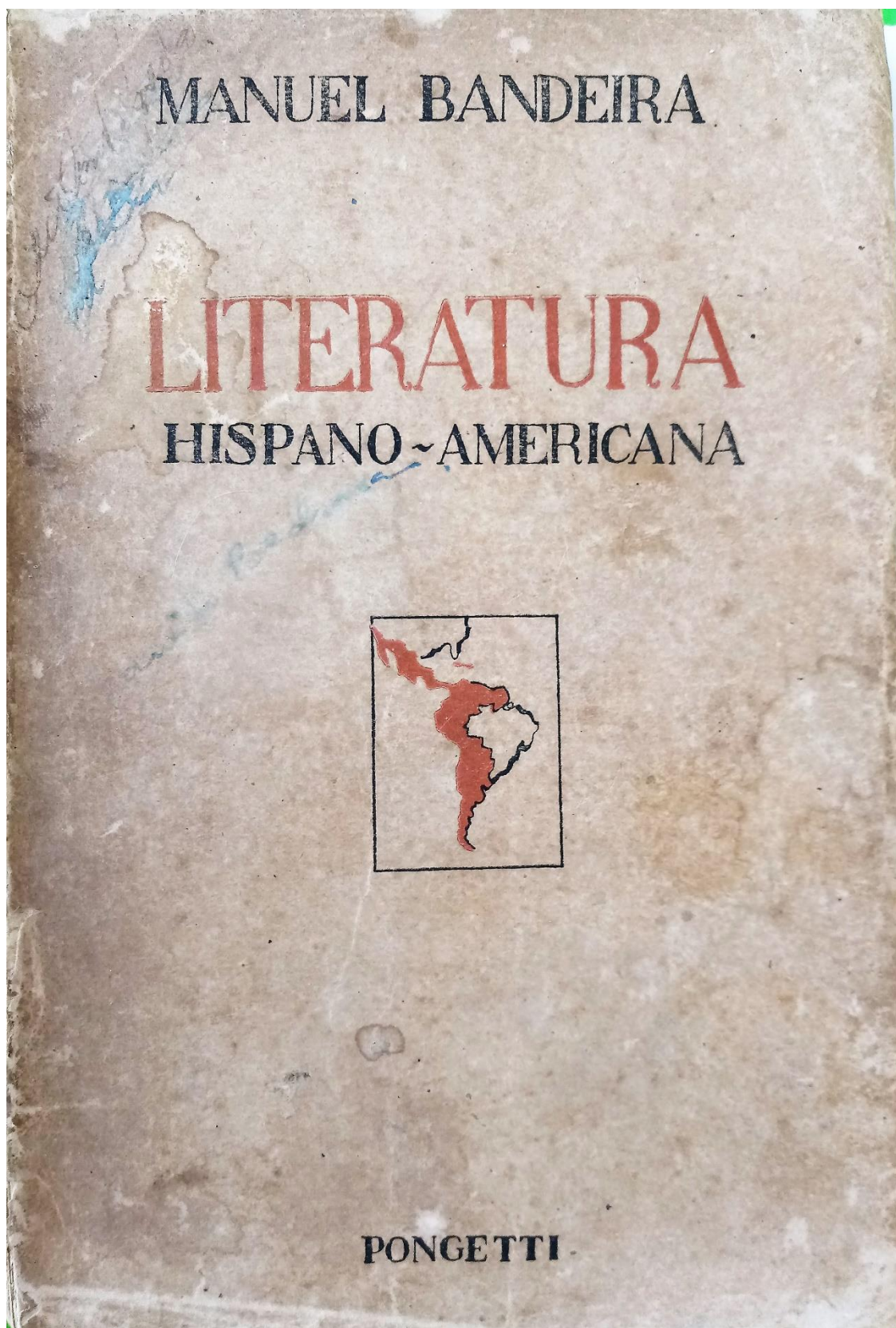
Este exemplar está dividido em:

Programa de Espanhol (p. 6).

Gramática (p. 9-62). Não apresenta exercícios.

Literatura (p. 63-109). Fragmentos de textos de doze autores espanhóis e 20 hispano-americanos. Apresenta brevíssima informação biográfica dos autores.

Figura 37 - Capa de Literatura hispano-americana (1949)



Fonte: Acervo pessoal de Anselmo Guimarães

Ficha Técnica:**Título:** Literatura Hispano-Americana.**Autor:** Manuel Bandeira.**Páginas:** 223.**Formato:** 13 x 19,5 cm.**Cidade:** Rio de Janeiro.**Editora:** Irmãos Ponguetti.**Ano:** 1949.**Edição:** 1ª.**Preço:** ---.Sobre o livro:

Livro destinado aos estudantes dos cursos clássico e científico.

A capa cartonada possui no topo e centralizado o nome do professor-autor. Logo abaixo o o título da obra. Na parte central aparece uma figura do mapa das Américas Central e do Sul ressaltando em vermelho os países hispanoamericanos. Na parte inferior registra-se o nome da editora.

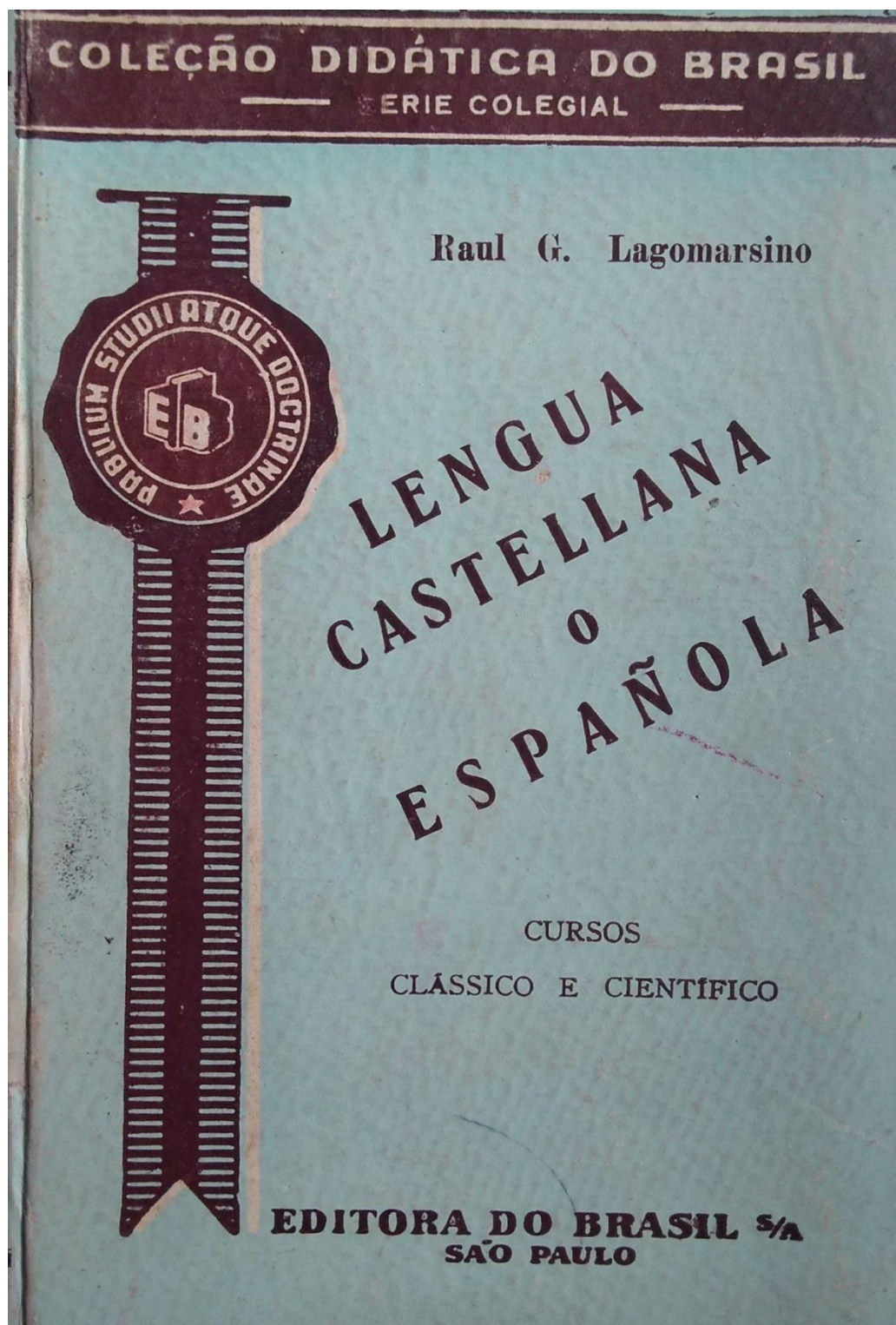
Na folha de rosto, no topo e centralizado, aparece o nome do autor. Logo abaixo o título da obra. Na parte inferior registra-se o ano de publicação, a editora e a cidade.

Divisão da obra:

Este exemplar está composto por temas da literatura hispano-americana:

1. Culturas indígenas pré-colombiana;
2. Literatura do descobrimento e de conquista.
3. Garcilaso de la Vega Inca;
4. Os missionários.
5. Os primeiros colégios e universidades; a introdução da imprensa.
6. A epopeia nos séculos XVI e XVII;
7. Juan Ruiz de Alarcón.
8. A expressão barroca: Juana Inés de la Cruz;
9. Um cronista do século XVIII: Concolorcorvo.
10. Os próceres da Independência;
11. Olmedo e Heredia.
12. O primeiro romancista da América Espanhola: Lizardi.
13. Andrés Bello;
14. A poesia romântica.
15. A poesia gauchesca;
16. O romance romântico: Jorge Isaacs.
17. Ricardo Palma;
18. Sarmiento.
19. A historiografia;
20. Pensadores e eruditos.
21. Os precursores do modernismo: Martí, Gutiérrez Nájera, Díaz Mirón, Assunción Silva.
22. Rubén Darío;
23. Grandes nomes da poesia modernista.
24. Rodó;
25. O romance moderno.
26. Florencio Sanchez;
27. A poesia moderna.
28. Ensaístas e críticos contemporâneos.

Figura 38 – Capa de Lengua Castellana o Española (1951).



Fonte: Acervo particular de Anselmo Guimarães.

Ficha Técnica:

Título: Lengua Castellana o Española.

Autor: Raul G. Lagomarsino.

Páginas: 308.

Formato: 14 x 21 cm.

Cidade: São Paulo.

Editora: Editora do Brasil S/A.

Ano: 1951.

Edição: -- (Coleção Didática do Brasil).

Preço: Cr\$30,00.

Sobre o livro:

Livro destinado aos estudantes dos cursos clássico e científico.

A capa dura possui no topo e centralizado o título da coleção. Logo abaixo o nome do professor-autor. Na parte central aparece o título da obra. Abaixo do título informação de destinação da obra: "CURSOS CLÁSSICO E CIENTÍFICO". Mais abaixo o nome da editora e a cidade.

Na contra-capla no final aparece o preço do exemplar.

Na folha de rosto, no topo e centralizado, aparece o título da coleção (COLEÇÃO DIDÁTICA DO BRASIL). Logo abaixo as inscrições "Série Colegial vol. 36". Na sequência e centralizado aparece o nome do professor-autor (Raul G. Lagomarsino), o título (Lengua Castellana o Española) e a destinação da obra (Cursos Clássico e Científico). Na parte inferior e centralizado o nome da editora e as cidades das sedes da editora e finalmente o ano de publicação.

Divisão da obra:

Este exemplar está composto por gramática (prosódia, analogia, artigo, substantivo, adjetivo, pronome, verbo, participio, adverbio, preposição, conjunção, interjeição, sintaxe, ortografia e palavras compostas), exercícos gramaticais, vocabulário e noções de literatura com trechos de obras literárias.

Figura 39 - Capa de O Espanhol Fácil ([1951])



Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional.

Ficha Técnica:**Título:** O Espanhol Fácil.**Autor:** Aspiazu e Aldonema.**Páginas:** --.**Formato:** --.**Cidade:** Campinas.**Editora:** Livraria João Amendola.**Ano:** [1951].**Edição:** --.**Preço:** --.Sobre o livro:

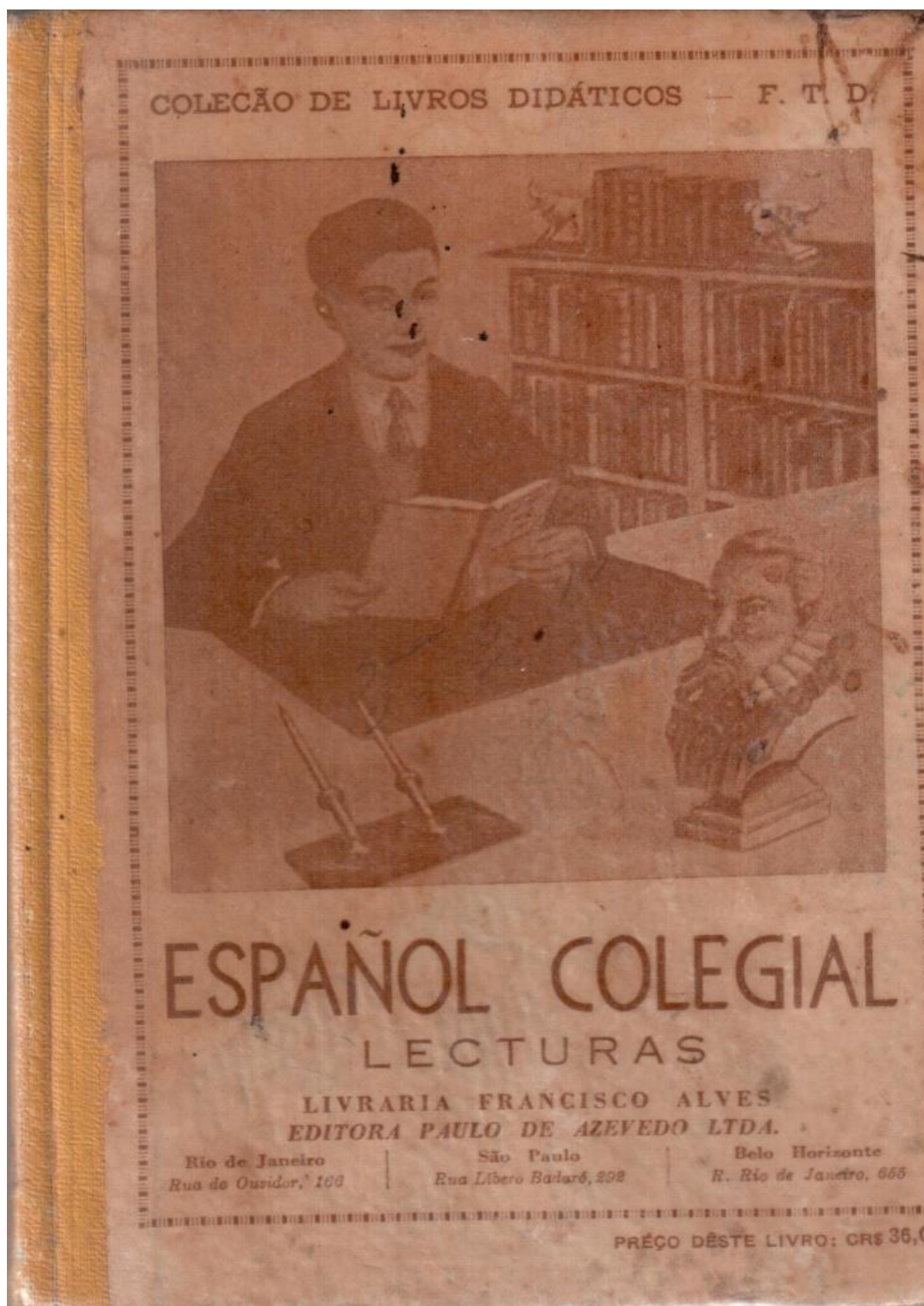
Livro destinado aos estudantes dos cursos clássico e científico.

A folha de rosto, no topo e centralizado, aparece o sobrenome dos autores (Aspiazu e Aldonema). Abaixo o título da obra (O Espanhol Fácil). Na sequência e centralizado aparece resumos dos conteúdos (Regras, vocabulário e manual de conversação espanhol-português). Na parte inferior e centralizado o nome da editora e o endereço (Livraria João Amendola); (Rua Sacramento, 10); (Campinas); (Est. S. Paulo).

Divisão da obra:

Não foi possível acesso às informações sobre a divisão da obra.

Figura 40 – Capa de Español Colegial: lecturas (1953).



Fonte: Acervo pessoal de Anselmo Guimarães.

Ficha Técnica:

Título: Español Colegial: Lecturas.

Autor: Hermenegildo Alzola.

Páginas: 229.

Formato: 12 x 17,5 cm.

Cidade: Rio de Janeiro.

Editora: Livraria Francisco Alves.

Ano: 1953.

Edição: -- (coleção de livros didáticos F.T.D.).

Preço: Cr\$36,00.

Sobre o livro:

Livro destinado aos estudantes dos cursos clássico e científico.

A capa dura possui no topo e centralizado o título da coleção. Logo abaixo uma figura de um professor em sua sala lendo um livro. Na parte inferior e centralizado o título da obra. Abaixo do título o subtítulo. Mais abaixo o nome da editora e os endereços. No final da capa alinhado a direita o preço deste exemplar.

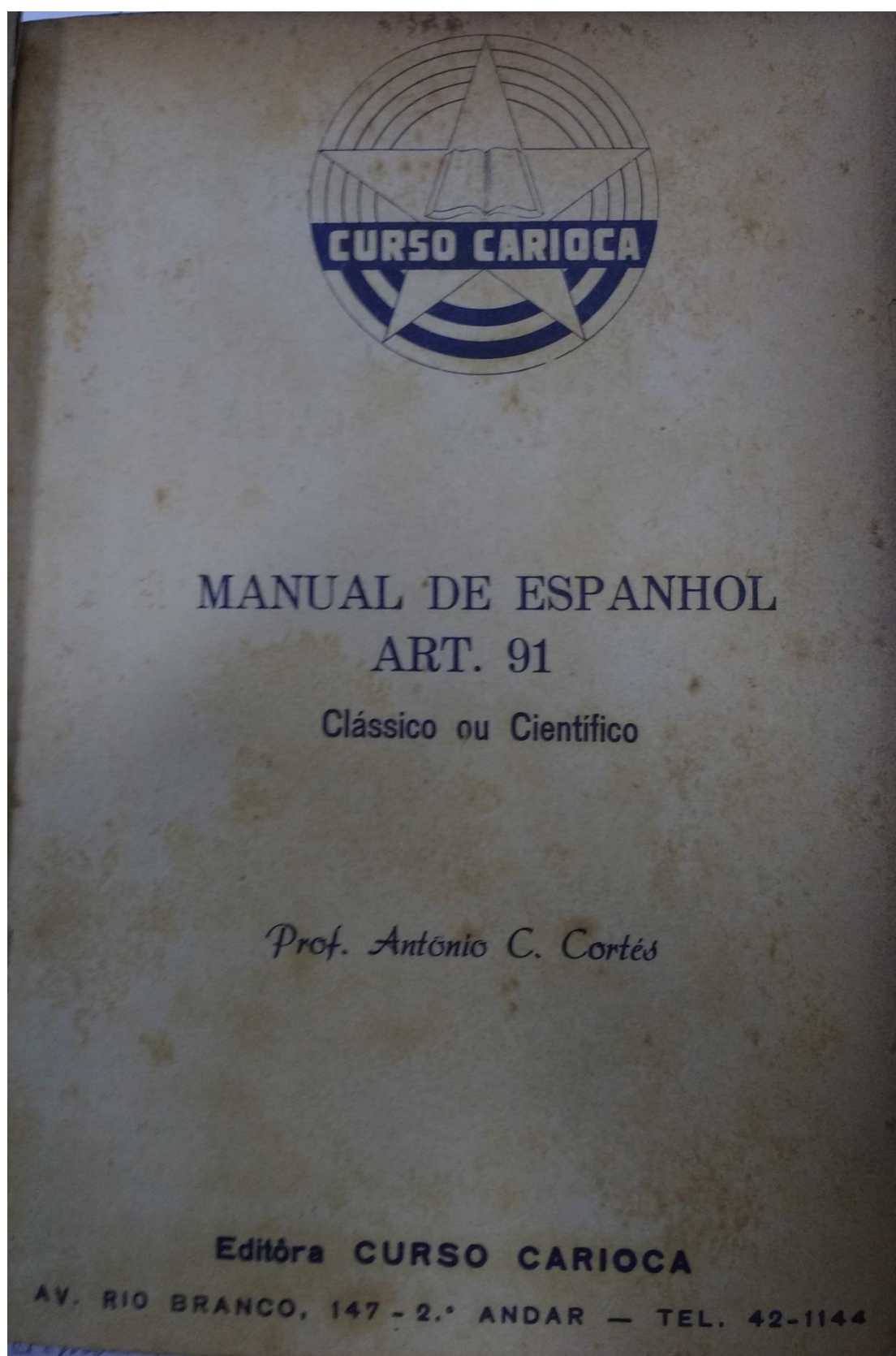
Na contra-capá aparece uma lista de livros da mesma coleção, nas áreas de Língua Portuguesa, Pedagogia, Espanhol, História do Brasil, História Sagrada, História Universal e Desenho. Na parte inferior (Indústria Gráfica Siqueira S.A. – Rua Augusta, 235 – São Paulo).

Na folha de rosto, no topo e centralizado, aparece o título da coleção (Coleção de livros didáticos – F. T. D.). Logo abaixo o título da obra (Español Colegial). Na sequência, centralizado (colección de lecturas y de trozos selectos en prosa y verso por Hermenegildo Alzola). Na parte inferior e centralizado o nome da editora e os endereços (Livraria Francisco Alves), (Editora Paulo de Azevedo Ltda.), (Rio de Janeiro 1066, Rua do Ouvidor / São Paulo 292, Rua Líbero Badaró / Belo Horizonte 655, Rua Rio de Janeiro).

Divisão da obra:

Este exemplar está composto por pequenos trechos em prosa e verso de autores espanhóis e hispano-americanos. Não apresenta exercícios.

Figura 41 - Capa de Manual de Espanhol Art. 91 ([1960]).



Ficha Técnica:

Título: Manual de Espanhol Art, 91.

Autor: Antonio C. Cortés.

Páginas: --.

Formato: --.

Cidade: Rio de Janeiro.

Editora: Editora Curso Carioca.

Ano: [1960].

Edição: --.

Preço: --.

Sobre o livro:

Livro destinado aos estudantes dos cursos clássico e científico, especificamente enquadrados no Art. 91 do Decreto-Lei n. 4.244, alterado pela Lei n. 3.293, de 29 de outubro de 1957 que tinha o seguinte texto “Art. 91 Aos maiores de 18 (dezoito) anos será permitida a obtenção de certificado de licença ginásial, mediante a prestação de exames de madureza referentes ao 1º ciclo do curso secundário, após estudos realizados sem observância do regime escolar exigido por êste Decreto-Lei. Nas mesmas condições permitir-se-á a obtenção do certificado de licença colegial – clássica ou científica – aos maiores de 20 (vinte) anos, portadores, portadores do certificado de licença ginásial ou de diploma equivalente” (BRASIL, 1957).

Na folha de rosto, no topo e centralizado, aparece o logotipo do curso carioca. Mais ao centro o título da obra (Manual de Espanhol). Na sequência, centralizado (Art. 91); (Clássico ou Científico); (Prof. Antonio C. Cortés). Na parte inferior e centralizado o nome da editora, endereço e telefone (Editôra Curso Carioca); (Av. Rio Branco, 147 – 2º Andar – Tel. 42-1144).

Divisão da obra:

Este exemplar está composto por 20 lições com gramática, exercícios gramaticais, vocabulário e trechos de textos literários para leitura.

APÊNDICE B – PRINCIPAIS EDITORAS BRASILEIRAS DE LIVROS DIDÁTICOS DE ESPANHOL PUBLICADOS ENTRE 1919 A 1961.

| Companhia Editora Nacional | | | |
|---|-------------------------------|--------------------------|--|
| Breve histórico: Uma das mais importantes editoras nacionais é a Companhia Editora Nacional, especialmente pelo fato de que a mesma foi responsável pela edição, tradução (das mais diversas línguas, com atenção especial para os LDE's de alemão e espanhol) e publicação de diversos livros que foram extremamente importantes para a construção da sociedade brasileira (TOLEDO, 2010). | | | |
| Principais publicações | Autor | Ano de publicação | Obra categorizada como |
| D. Quixote das crianças | Monteiro Lobato | 1936 | Literaturas gerais e livros de leitura ¹⁹ |
| Noções de História das Literaturas | Manuel Bandeira | 1940 | Literaturas gerais e livros de leitura |
| Compêndio de Literatura Espanhola e Hispano-americana | Idel Becker | 1943 | Antologias e Literaturas Espanholas e Hispano-americanas |
| Gramática de la ²⁰ lengua castellana | Real Academia Espanhola (RAE) | 1943 | Gramáticas e Manuais de Espanhol |
| Diccionario de la lengua castellana ²¹ | Real Academia Espanhola (RAE) | 1943 | Gramáticas e Manuais de Espanhol |
| Gramática da Língua Espanhola | Antenor Nascentes | 1943 | Gramáticas e Manuais de Espanhol |
| Manual de Español | Idel Becker | 1945 | Gramáticas e Manuais de Espanhol |
| Pequeno dicionário espanhol-português | Idel Becker | 1945 | Dicionários. |
| El español del colegio | Beatriz Magalhães de Chacel | 1946 | Antologias e Literaturas Espanholas e Hispano-americanas |
| Livraria Francisco Alves F.T.D. (Empresa com filiais em São Paulo, SP e em Belo Horizonte, MG). | | | |
| Breve histórico: Excetuando a Companhia Editora Nacional, compreende-se que a Livraria Francisco Alves é a editora mais antiga em funcionamento no país, fundada com o nome de Livraria Clássica por um imigrante português, Nicolau Antônio Alves tio de Francisco Alves que, posteriormente, veio a assumir a livraria-editora, que em seu início esteve voltada especialmente para o incipiente público escolar da Corte, logo se tornaram a grande livraria-editora nacional de livros didáticos (BRAGANÇA, 2004). | | | |
| Principais publicações | Autor | Ano de publicação | Obra categorizada como |
| Literaturas Estrangeiras | F.T.D. | 1931 | Literaturas gerais e livros de leitura |
| Noções de História de Literatura Geral | Afrânio Peixoto | 1932 | Literaturas gerais e livros de leitura |

¹⁹ LDEs publicados para atender a disciplina “Literatura” e livros para exercícios de leitura (GUIMARÃES, 2011).

²⁰ A obra foi distribuída apenas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre (GUIMARÃES, 2011).

²¹ A obra foi distribuída apenas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre (GUIMARÃES, 2011).

| | | | |
|---|----------------------------|--------------------------|--|
| Florilegio Castellano | Adolfo Pozo y Pozo | 1943 | Antologias e Literaturas Espanholas e Hispano-americanas |
| Lecciones de espanhol ²² | Julio do Amaral | 1944 | Gramáticas e Manuais de Espanhol |
| Español colegial: lecturas. | Hermenegildo Alzola | 1953 | Antologias e Literaturas Espanholas e Hispano-americanas |
| Livraria Globo | | | |
| Breve histórico: Fundada em 1932, com o nome de Rio Gráfica Editora, em 1986 foi comprada por Roberto Marinho e, assim, a editora gaúcha passou a se chamar de Editora Globo, possuindo, uma gama de publicações de revistas e diversos livros didáticos e não-didáticos (CARDOSO; AMÂNCIO, 2004). | | | |
| Principais publicações | Autor | Ano de publicação | Obra categorizada como |
| História Universal da Literatura | Estêvão Cruz | 1936 | Antologias e Literaturas Espanholas e Hispano-americanas |
| História da Literatura | José Mesquita de Carvalho | 1940 | Antologias e Literaturas Espanholas e Hispano-americanas |
| Dicionário gramatical | David José Perez et al. | 1955 | Dicionários. |
| Editores Irmãos Pongetti | | | |
| Breve histórico: Não foram encontradas perspectivas históricas acerca desta editora em meio à literatura científica específica, apenas suas publicações de LDE's de língua espanhola. | | | |
| Principais publicações | Autor | Ano de publicação | Obra categorizada como |
| Literaturas Estrangeiras | A. Velloso Rebello | 1936 | Antologias e Literaturas Espanholas e Hispano-americanas |
| Livraria Bôa Imprensa Ltda. | | | |
| Breve histórico: Não foram encontradas perspectivas históricas acerca desta editora em meio à literatura científica específica, apenas suas publicações de LDE's de língua espanhola. | | | |
| Principais publicações | Autor | Ano de publicação | Obra categorizada como |
| História da Literatura Universal | Walter Fontenelle Ribeiro | 1939 | Antologias e Literaturas Espanholas e Hispano-americanas |
| Editores do Brasil | | | |
| Breve histórico: Empresa fundada em 1943 pelo Dr. Carlos Costa com o objetivo voltado para o oferecimento de livros de qualidade para a atuação dos educadores e objetivando especialmente melhorar a educação, importa destacar que em 1970, o alcance nacional de tal editora colocou-a na posição de líder de mercado e exemplo em meio ao atendimento aos educadores (CARDOSO; AMÂNCIO, 2004). | | | |
| Principais publicações | Autor | Ano de publicação | Obra categorizada como |
| Español Básico | José Ramón Calleja Alvarez | 1946 | Gramáticas e Manuais de Espanhol |

²² A obra foi distribuída apenas nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte (GUIMARÃES, 2011).

| | | | |
|--|-----------------------------|--------------------------|----------------------------------|
| Editora Melhoramentos | | | |
| Breve histórico: A empresa possuiu diferentes denominação ao longo da história, tendo sido aberta em 1890, mas que somente voltou-se à edição de livros em 1915, na época de abertura a empresa situada em São Paulo, praticamente não possuía concorrência e com a evolução do mercado buscaram-se por diferenciais, onde o principal foi a produção integral da folha à impressão, destarte, uma das maiores contribuições da Editora Melhoramentos foi o estudo do processo de extração da celulose de eucaliptos para a produção de materiais de impressão de alta qualidade (EDITORA MELHORAMENTOS, 2017). | | | |
| Principais publicações | Autor | Ano de publicação | Obra categorizada como |
| Español: Gramática y antologia. | Aristóteles de Paula Barros | 1949 | Gramáticas e Manuais de Espanhol |
| Editora Paulo de Azevedo Ltda. | | | |
| Breve histórico: Última denominação dada à Livraria Francisco Alves, a casa desenvolveu-se, após a gerência de Francisco Alves, por intermédio da atuação de Paulo de Azevedo, auxiliar que sucedeu a direção da casa, a então, nova firma adotou o nome “Paulo de Azevedo & Companhia”, continuando a usar a marca F. Alves, e a dominar o mercado de livros didáticos até que a Companhia Editora Nacional surgiu em meio à década de 1920. (BRAGANÇA, 2004). | | | |
| Principais publicações | Autor | Ano de publicação | Obra categorizada como |
| Gramatica Espanhola | Adolfo Pozo y Pozo | 1943 | Gramáticas e Manuais de Espanhol |
| Español Colegial | Hermenegildo Alzola | 1953 | Gramáticas e Manuais de Espanhol |
| Editora A Nação. | | | |
| Breve histórico: O jornal A Nação, de Porto Alegre, foi atuante no século XX, nas décadas de 40 e 50, posteriormente, durante seu período de atuação, o mesmo transformou-se em uma editora (CARDOSO; AMÂNCIO, 2004). | | | |
| Principais publicações | Autor | Ano de publicação | Obra categorizada como |
| Gramática castellana | Raul Gil Lagomarsino | 1944 | Gramáticas e Manuais de Espanhol |

ANEXO A – NOTA VERBAL DA LEGAÇÃO DO URUGUAI AO GOVERNO BRASILEIRO

Legación del Uruguay – Sección de Asuntos Diplomaticos.

Acaba de decretar o Governo Uruguayo a criação d'uma cadeira de lingua portugueza que comprehenderá dous annos de curso gymnasial, sendo seu estudo voluntario. Fundando esta iniciativa que tanto virá a concorrer para o maior conhecimento e consequente apreço dos povos americanos que fallam as linguas mães hespanhol e portugueza, o Ministro da Instrucção Pública Dr. Rodolpho Mezzera, disse n'uma mensagem: “Sr. Decano da Secção de Ensino Secundario e Preparatorio, Dr. Henrique Cornu – O poder Executivo resolveu, de accordo com uma proposta apresentado pelo Sr. Decano ao Conselho que com tanta competencia e laboriosidade preside, de incorporar ao programma de ensino desta secção o estudo do idioma italiano; considero ter chegado o momento de preencher uma lacuna dos programmas, que se referem ao estudo das diversas linguas. Na secção de ensino secundario e preparatorio estuda-se o francez, o inglez, o italiano e o allemão, sendo evidente a necessidade de completar este ensino, accrescentando-lhe outro idioma igualmente prestigioso e a favor do qual militam razões de ordem fundamental.

Existe na America um grande povo, fecundo, progressista, apaixonado por grandes ideaes, robusto pela forte concepção da sciencia, ao qual nos unem laços de estreita, franca e solidaria amizade e que não falla o nosso idioma; é desnecessario dizer que me refiro ao Brasil. Ha alguma cousa que melhor possa favorecer a nossa reciproca sympathia e permittir o nosso mutuo conhecimento, que o do estudo do seu idioma, harmonioso e elegante; que permitta á nossa mocidade descobrir e avaliar as bellezas admiraveis da sua litteratura? Haverá alguma cousa que nos approxime ainda mais na communhão de ideaes e na obra de realizar praticamente a solidariedade fraternal de todo o continente?

Não ha duvida que incluir na secção de ensino secundario o estudo do portuguez, não é só prestar uma homenagem á grande Republica do Brasil; é isso e alguma cousa mais; é facilitar, é ampliar consideravelmente o intercambio mental e moral entre os dous paizes e permittir aos nossos jovens o conhecimento de uma litteratura e de uma sciencia que culminam nas estrophes sonoras de Olavo Bilac ou nos pensamentos generosos de Ruy Barbosa.

A lei estabeleceu que a organização dos programmas de estudos são faculdade propria dos Conselhos; não pretendo desconhecer esse direito nem violal-o. Por isso me limito a apresentar-lhe a idéa de estabelecer facultativamente o estudo do idioma portuguez.

Aprovento a oportunidade para saudar o Sr. Decano com a maior consideração.

Rodolpho Mezzera.

Esta eloquente sugestão foi recebida com applausos por todo o paiz e uma semana depois estava a gentil idéa posta em vigor por um Decreto.

A Legação do Uruguay tem a honra e a satisfação de levar esta nobre e espontanea homenagem da lingua hespanhola, á lingua portugueza, prestada por um povo sincero, a conhecimento da Chancellaria Brasileira; e pensa que um acto concordante do Brasil, além da sua propria belleza moral, seria opportunissimo e fecundo, não sómente em relação ao Uruguay, mas a toda a América que falla a lingua de Cervantes e ignora a de Camões.

SINOPSE

Projeto N° de de 19

Ementa:

Autor:

Discussão única

Discussão inicial

Discussão final

Redação final

Remessa ao Senado

Emendas do Senado aprovadas em de de 19

Sancionado em de de 19

Promulgado em de de 19

Vetado em de de 19

Publicado no "Diário Oficial" de de de 19

Lote: 27
Caixa: 206
PL N° 4606/1958
1

ORIGINALS DO PROJ. Nº 4606/58

A IMPRIMIR
Em 15/10/58

COMISSÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

CAIXA DO GABINETE DO DIRETOR GERAL
25/9/58
Alado

CÂMARA DOS DEPUTADOS
MESA
00006 - 8 OUT 58

Em 22 de Setembro de 1958
A Comissão de Educação e Cultura.
Em 14.10.1958
R. M. S.

Excelentíssimo Senhor 1º Secretário

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a inclusa mensagem do Senhor Presidente da República, acompanhada de Exposição de Motivos do Ministério da Educação e Cultura, alterando o Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942, no que se refere ao aprendizado do idioma espanhol, nos dois ciclos do ensino secundário.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha elevada estima e consideração.

Victor Nunes Leal
VICTOR NUNES LEAL
Chefe do Gabinete Civil

DIRETORIA DO EXPEDIENTE
Seção do Expediente
25/9/58

A Sua Excelência o Senhor Deputado José Bonifácio
1º Secretário da Câmara dos Deputados.
/im.

ANOTADO



n.º 337

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional

Na forma do art. 67 da Constituição, tenho a honra de submeter à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Ministro de Estado da Educação e Cultura, o incluso projeto de lei, alterando o Decreto-lei n.º 4.244, de 9 de abril de 1942, no que se refere ao aprendizado do idioma espanhol, nos dois ciclos do ensino secundário.

A equiparação do ensino do idioma espanhol ao inglês nas diversas séries e cursos do ensino secundário, tal como prescreve o projeto anexo, impõe-se como corolário dos novos rumos dados ao pan-americanismo, em consequência da política adotada pelo Governo, eis que se trata do idioma falado pela maioria dos povos americanos.

Em verdade, é uma resultante inafastável das amplas perspectivas que se abriram ao entrelaçamento das relações pan-americanas, através da atual política continental, de mais íntima aproximação dos países deste hemisfério.

Rio de Janeiro, em 22 de setembro de 1958.



E.M. n. 745

16 de Setembro de 1958

Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

A revisão da política continental, em que se empenha o Governo, com o propósito de dar novos rumos ao pan-americanismo, recomenda a adoção de medidas, no setor da educação, que possam contribuir para o seu êxito.

Entre essas medidas, está a inclusão do ensino do Espanhol como disciplina obrigatória no ensino secundário, idioma da maioria dos países americanos, cujo conhecimento, pela juventude brasileira, constituirá mais um liame com os povos do continente.

A atual Lei Orgânica do Ensino Secundário já prevê, é verdade, o ensino do Espanhol, mas com a duração de, apenas, um ano, e como disciplina do segundo ciclo, salientando as instruções metodológicas baixadas para a execução do programa que, entre as finalidades do ensino do Espanhol, está a de " mostrar-lhe a origem românica como a do Português, que tem a língua de Castela e da maioria dos países americanos, o que ajudará a compreender os sentimentos pan-americanos".



O maior estreitamento dos povos do continente americano reclama, no entanto, um estudo mais intenso do idioma Espanhol no curso secundário e a sua inclusão como disciplina obrigatória no primeiro ciclo, a fim de ser dada maior difusão ao seu ensino e tornar possível a plena consecução dos seus objetivos.

Estando em tramitação no Senado Federal o projeto de lei da Câmara nº 338, de 1958, que dá novo texto à Lei Orgânica do Ensino Secundário, seria oportuna essa iniciativa, mediante emenda que poderia ser apresentada ao plenário daquela Casa do Congresso Nacional.

O Ministério da Educação e Cultura, quando se manifestou sobre o referido projeto, em Julho de 1957, tendo em vista o seu propósito de simplificação do currículo, não fez incluir o ensino do Espanhol, mas o substitutivo aprovado pela dita Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal incluiu esse idioma como disciplina complementar do curso ginásial e dos cursos clássico e científico (item II, art. 10).

Agora, no entanto, tendo em vista os novos rumos da política continental, o Ministério da Educação e Cultura julgaria recomendável a inclusão do ensino do Espanhol como disciplina obrigatória do 1º ciclo do curso secundário, ampliando a iniciativa do ilustre Senador Domingos Velasco, consubstanciada na emenda que ofereceu, tornando o idioma Espanhol disciplina estrutural no 2º ciclo, em paridade com o Francês e o Inglês.

Apresentando essas considerações para as providências que forem julgadas cabíveis, renovo a Vossa Excelência os protestos do meu profundo respeito.


CLOVIS SALGADO

/nor.

| Presidência da República | |
|--------------------------|---------|
| F./B. | 24.9.58 |
| P. | 24.9.58 |
| D.E. | 24.9.58 |
| E. | C.D. |

Lote: 37
 PL Nº 4606/1958
 Caixa: 206
 5



PROJETO DE LEI

Altera o Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942, no que se refere ao aprendizado do idioma espanhol, nos dois ciclos do ensino secundário.

Art. 1º - O idioma espanhol será ministrado nos dois ciclos do ensino secundário, observadas as mesmas bases estabelecidas no Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942, para o ensino do idioma inglês, inclusive no que tange às séries e cursos em que será lecionado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA DOS DEPUTADOS



①

PROJETO Nº 4.606/58

Altera o Decreto-lei nº ...
4.244, de 9 de abril de 1942, no
que se refere ao aprendizado do
idioma espanhol, nos dois ciclos
do ensino secundário.

(Do Poder Executivo)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - O idioma espanhol será ministrado nos dois ciclos do ensino secundário, observadas as mesmas bases estabelecidas no Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942, para o ensino do idioma inglês, inclusive no que tange às séries e cursos em que será lecionado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA DOS DEPUTADOS



2

Mensagem nº 337/58, do Poder Executivo

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Na forma do art. 67 da Constituição, tenho a honra de submeter à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Ministro de Estado da Educação e Cultura, o incluso projeto de lei, alterando o Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942, no que se refere ao aprendizado do idioma espanhol, nos ^{dois} ciclos do ensino secundário.

A equiparação do ensino do idioma espanhol ao inglês nas diversas séries e cursos do ensino secundário, tal como prescreve o projeto anexo, impõe-se como corolário dos novos rumos dados ao pan-americanismo, em consequência da política adotada pelo Governo, eis que se trata do idioma falado pela maioria dos povos americanos.

Em verdade, é uma resultante inafastável das amplas perspectivas que se abriram ao entrelaçamento das relações pan-americanas, através da atual política continental, de mais íntima aproximação dos países dêste hemisfério.

Rio de Janeiro, em 22 de setembro de 1958

Juscelino Kubitschek

CÂMARA DOS DEPUTADOS



3

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 745/58,
DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Em 16 de setembro de 1958

Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

A revisão da Política Continental, em que se empenha o Governo, com o propósito de dar novos rumos ao pan-americano, recomenda a adoção de medidas, no setor da educação, que possam contribuir para o seu êxito.

Entre essas medidas, está a inclusão do ensino do Espanhol como disciplina obrigatória no ensino secundário, idioma da maioria dos países americanos, cujo conhecimento, pela juventude brasileira, constituirá mais um liame com os povos do continente.

A atual Lei Orgânica do Ensino Secundário já prevê, é verdade, o ensino do Espanhol, mas com a duração de, apenas, um ano, e como disciplina do segundo ciclo, salientando as instruções metodológicas baixadas para a execução do programa que, entre as finalidades do ensino do Espanhol, está a de "mostrar-lhe a origem românica como a do Português, que tem a língua de Castela e da maioria dos países americanos, o que ajudará a compreender os sentimentos pan-americanos".

O maior estreitamento dos povos do continente americano reclama, no entanto, um estudo mais intenso do idioma espanhol no curso secundário e a sua inclusão como disciplina obrigatória no primeiro ciclo, a fim de ser dada maior difusão ao seu ensino e tornar possível a plena consecução dos seus objetivos.

CÂMARA DOS DEPUTADOS



4
#

Estando em tramitação no Senado Federal o projeto de lei da Câmara nº 338, de 1958, que dá novo texto à Lei Orgânica do Ensino Secundário, seria oportuna essa iniciativa, mediante emenda que poderia ser apresentada ao plenário daquela Casa do Congresso Nacional.

O Ministério da Educação e Cultura, quando se manifestou sobre o referido projeto, em Julho de 1957, tendo em vista o seu propósito de simplificação do currículo, não fez incluir o ensino do Espanhol, mas o substitutivo aprovado pela douta Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal incluiu esse idioma como disciplina complementar do curso ginásial e dos cursos clássicos e científico (item II, art. 10).

Agora, no entanto, tendo em vista os novos rumos da política continental, o Ministério da Educação e Cultura julgaria recomendável a inclusão do ensino do Espanhol como disciplina obrigatória do 1º ciclo do curso secundário, ampliando a iniciativa do ilustre Senador Domingos Velasco, consubstanciada na emenda que ofereceu, tornando o idioma Espanhol disciplina estrutural no 2º ciclo, em paridade com o Francês e o Inglês.

Apresentando essas considerações para as providências que fôrem julgadas cabíveis, renovo a Vossa Excelência os protestos do meu profundo respeito.

(a) CLÓVIS SALGADO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURARELATÓRIO

O Projeto em apreço, de nº 4.606 de 1958, resultante da Mensagem nº 357 de 1958 do Poder Executivo, tem em vista incluir o ensino do idioma espanhol nos dois ciclos do curso secundário, nas mesmas bases estabelecidas no Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942 para o ensino de inglês.

Nos termos do último Substitutivo aprovado por esta Comissão ao Projeto de Diretrizes e Bases da Educação compete ao Conselho Federal de Educação indicar para todos os sistemas de ensino médio até cinco disciplinas obrigatórias, cabendo aos Conselhos Estaduais completar o seu número e relacionar as de caráter optativo que podem ser adotadas pelos estabelecimentos de ensino.

PARECER

Faço ao exposto e em vista do que já foi aprovado por esta Comissão, opinamos pelo arquivamento do Projeto.

SALA CARLOS PEIXOTO FILHO, de de 1959.


Lauro Cruz.

OBSERVAÇÕES

DOCUMENTOS ANEXADOS: